

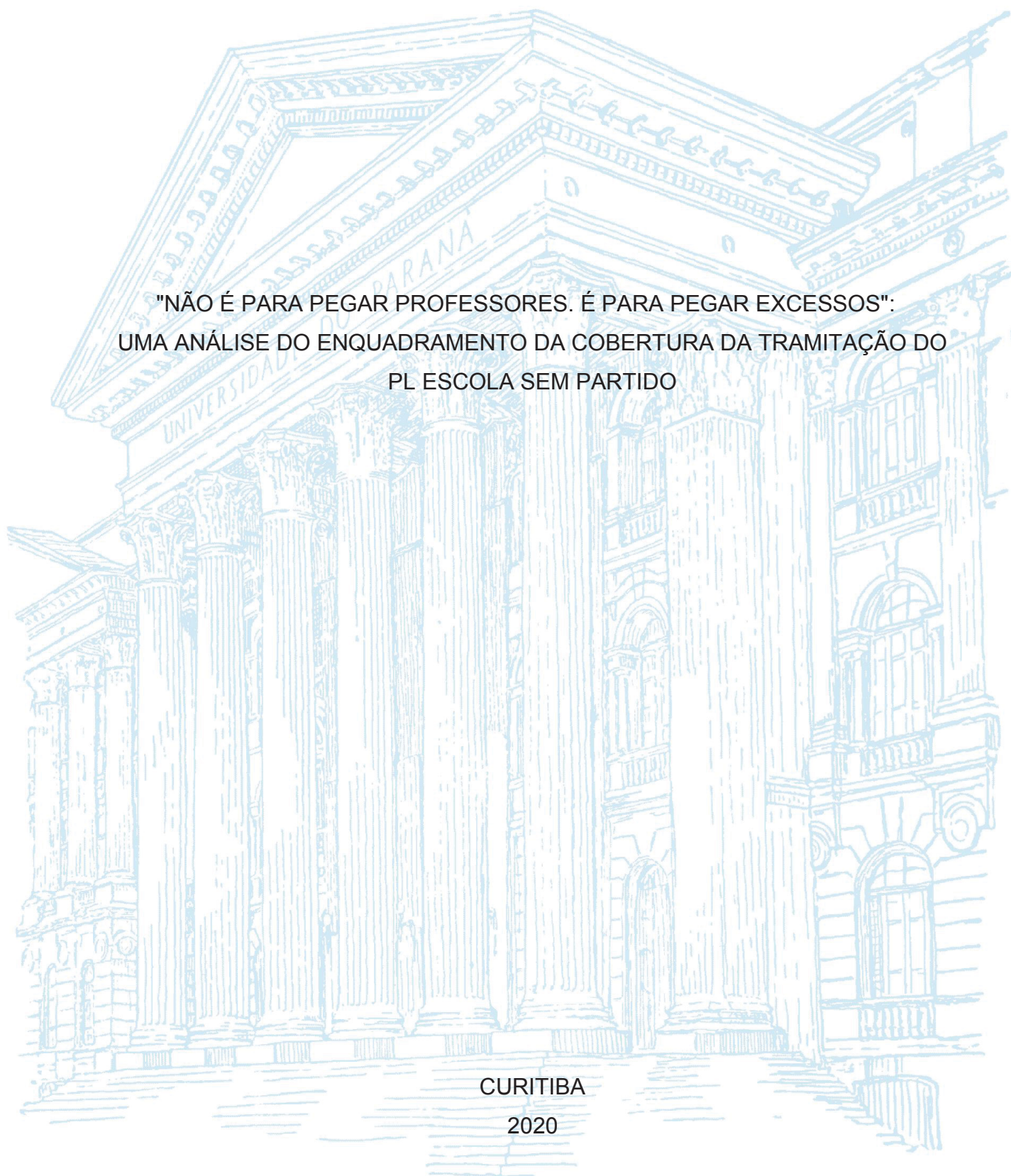
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALINE APARECIDA D'AVILA DE LIMA

"NÃO É PARA PEGAR PROFESSORES. É PARA PEGAR EXCESSOS":
UMA ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO DA COBERTURA DA TRAMITAÇÃO DO
PL ESCOLA SEM PARTIDO

CURITIBA

2020



ALINE APARECIDA D'AVILA DE LIMA

"NÃO É PARA PEGAR PROFESSORES. É PARA PEGAR EXCESSOS":
UMA ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO DA COBERTURA DA TRAMITAÇÃO DO
PL ESCOLA SEM PARTIDO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio

CURITIBA

2020

Catálogo na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral
(Elaborado por: Sheila Barreto (CRB 9-1242))

D'avila, Aline

“Não é para pegar professores. É para pegar excessos”: uma análise do enquadramento da cobertura da tramitação do PL Escola sem Partido./ Aline D'avila. – Curitiba, 2020.

178 f. il. color.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Cardoso Sampaio.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2020.

1. Comunicação. 2. Jornalismo Político. I. Título.

CDD 302.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE ARTES COMUNICAÇÃO E DESIGN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO -
40001016071P8

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ALINE APARECIDA D'AVILA DE LIMA** intitulada: **"NÃO É PARA PEGAR PROFESSORES. É PARA PEGAR EXCESSOS": UMA ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO DA COBERTURA DA TRAMITAÇÃO DO PL ESCOLA SEM PARTIDO**, sob orientação do Prof. Dr. RAFAEL CARDOSO SAMPAIO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 12 de Agosto de 2020.

Assinatura Eletrônica

13/08/2020 17:41:26.0

RAFAEL CARDOSO SAMPAIO

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

13/08/2020 18:26:51.0

REJANE DE OLIVEIRA POZOBOON

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA)

Assinatura Eletrônica

17/08/2020 16:15:11.0

KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua Bom Jesus, 650 - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80035-010 - Tel: (41) 3313-2025 - E-mail: ppgcom@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 49635

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 49635

AGRADECIMENTOS

Muita gente me apoiou para que o mestrado fosse realidade.

Agradeço minha mãe por me incentivar tanto a seguir em frente. É bom demais contar com sua torcida constante. Seu apoio me torna forte. Você foi minha primeira professora e eu continuo atenta a tudo que posso aprender ao seu lado.

Agradeço ao Cicero por me acolher durante todo o processo. Você é único pra mim. Obrigada por ouvir, pacientemente, todas as minhas histórias!

Também sou grata pelas amigas que me acolheram em dias pesados. Bruna, Olívia e Valnísia, obrigada por acreditarem em mim. Nenhuma de vocês mora perto, mas continuam presentes, com escuta ativa e muita lealdade.

Agradeço às professoras Carla Rizotto, Kelly Prudêncio e Valquíria John por contribuírem tanto com a pesquisa, por serem mulheres fortes e terem sempre me estendido a mão. Tenho orgulho de vocês.

Agradeço ao meu orientador Rafael Cardoso Sampaio por me ajudar a encontrar um caminho no mestrado. Assim como sou muito grata às integrantes da minha banca, Kelly Prudêncio e Rejane Pozobon, por compartilharem conhecimento e experiência.

Muito obrigada também ao meu orientador de Estágio Docência, Elson Faxina. Um prazer imenso fazer parte das suas aulas e ter a chance de aprender contigo de novo. Sua turma me ajudou a ver o mestrado com outros olhos. Valeu pelo bom humor!

Sou grata à galera do grupo de pesquisa Comunicação e Participação Política, o COMPA. Obrigada pelas contribuições, discussões e pastéis juntos.

Um agradecimento cheio de carinho aos amigos que fiz no mestrado. Ter vocês por perto tornou este lugar um espaço de grande troca, desabafo e compreensão. Vou sentir saudades.

Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha formação acadêmica e social. Obrigada aos que me ajudaram a compreender melhor o mundo, àqueles que me ensinaram a ser jornalista e aos que me guiaram na pós-graduação. Vocês têm muito valor pra mim. Sei que enfrentam inúmeras dificuldades na docência e que dão um duro danado em um país que pouco valoriza a educação. Obrigada por resistirem.

Agradeço à Capes pela bolsa de estudos para fazer o mestrado, especialmente em tempos de pandemia.

“As pessoas só enxergam o mundo através da moldura de uma janela.
Se a moldura da janela é muito pequena, as pessoas só enxergarão uma
pequena parte do mundo. Se a janela na parede é voltada para o Oeste, as
pessoas enxergarão apenas o Oeste.
Em outras palavras, a mídia pode mostrar apenas
uma pequena parte do mundo, de um particular ponto de vista”
Jowon Park, 2013

RESUMO

Esta dissertação analisa as notícias sobre a tramitação do Projeto de Lei Escola sem Partido na Câmara dos Deputados. Os portais estudados foram Folha de S. Paulo, O Globo e Estadão, com 238 reportagens analisadas no período de tramitação dos diferentes PLs (2014 - 2019). Ademais, 799 argumentos de entrevistados também são analisados, indicando quem são e o que dizem as fontes utilizadas pelos portais de notícia. A pergunta que norteia essa pesquisa é: “Como os jornais Folha de S. Paulo, Estado de São Paulo (Estadão) e O Globo enquadram a tramitação do Projeto de Lei do Escola sem Partido na Câmara dos Deputados?”. A cobertura noticiosa é analisada sob a luz da teoria do enquadramento, efetivada através da técnica de Análise de Conteúdo. Em seus resultados, a pesquisa mostra que os três jornais abordam a tramitação do PL a partir dos enquadramentos de Conflito e Episódico. As fontes que mais aparecem nas reportagens são deputados(as) federais e professores(as) universitários, discutindo sobre o Projeto de Lei e a Educação brasileira. Os jornais não questionam as acusações de doutrinação política-ideológica nas escolas brasileiras.

Palavras-chave: enquadramento noticioso; Escola sem Partido; cobertura noticiosa; comunicação e política; jornalismo político.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the news about the processing of the "Escola sem Partido" Bill in the Chamber of Deputies. The news portal studied were Folha de São Paulo, O Globo and Estadão, with 238 reports analyzed, within the processing period (2014 - 2019). In addition, 799 interviewers' arguments are also analyzed, indicating who they are and what they say as sources used by the news portal. The question that guides this research is: "How do the newspapers Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo (Estadão) and O Globo frame the processing of the 'Escola sem Partido' Bill in the Chamber of Deputies?". The news coverage is analyzed under the "light of the framing theory", effected through the technique of Content Analysis. In their results, the research shows that the three newspapers approach the processing of the Bill from the frames of Conflict and Episode. The sources who appears the most in the reports are federal deputies and university professors, discussing the Brazilian Education and the Bill. The newspapers do not question accusations of ideological political doctrine in Brazilian schools.

Keywords: News framing; Escola sem Partido; news coverage; communication and politics; political journalism.

LISTA DE QUADROS, FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

FIGURAS

FIGURA 1 - "PARANÁ: O QUE NÃO PODIA ACONTECER".....	7
FIGURA 2 – ENVIO DE DENÚNCIAS NO SITE DO ESCOLA SEM PARTIDO.....	16
FIGURA 3 – CARTAZ DEVERES DO PROFESSOR.....	18
FIGURA 4 - CLASSIFICAÇÕES DAS PESQUISAS SOBRE ENQUADRAMENTO....	46
FIGURA 5: EXEMPLO DE FONTE DE INFORMAÇÃO DO GLOBO.....	59
FIGURA 6 - REPORTAGEM O GLOBO (24/08/2017).....	66
FIGURA 7 - REPORTAGEM O GLOBO (08/11/2019).....	67
FIGURA 8 - REPORTAGEM O GLOBO (24/10/2018).....	68
FIGURA 9 – REPORTAGEM O GLOBO 31/05/2017.....	69
FIGURA 10 – REPORTAGEM O GLOBO (12/07/2018).....	72
FIGURA 11 – REPORTAGEM O GLOBO (27/10/2017).....	73
FIGURA 12 - REPORTAGENS RELATAM CONFLITOS NA COMISSÃO DO ESP – O GLOBO.....	74
FIGURA 13 – REPORTAGEM ESTADÃO (04/06/2016).....	76
FIGURA 14 – REPORTAGEM ESTADÃO (13/04/2017).....	77
FIGURA 15 – REPORTAGEM ESTADÃO (12/11/2018).....	78
FIGURA 16 – REPORTAGEM ESTADÃO (18/12/2018).....	79
FIGURA 17 – REPORTAGEM ESTADÃO (10/03/2019).....	80
FIGURA 18 – REPORTAGEM ESTADÃO (12/04/2019).....	81
FIGURA 19 – REPORTAGEM ESTADÃO (10/07/2016).....	84
FIGURA 20 – REPORTAGENS RELATAM CONFLITOS NA COMISSÃO DO ESP – ESTADÃO.....	85
FIGURA 21 – REPORTAGEM FOLHA (22/07/2016).....	87
FIGURA 22 – REPORTAGEM FOLHA (12/11/2018).....	88
FIGURA 23 – REPORTAGEM FOLHA (10/09/2019).....	90
FIGURA 24 – REPORTAGEM FOLHA (27/03/2019).....	91
FIGURA 25 – REPORTAGEM FOLHA (04/11/2018).....	92
FIGURA 26 – REPORTAGEM FOLHA (20/12/2018).....	96
FIGURA 27 – REPORTAGENS RELATAM CONFLITOS NA COMISSÃO DO ESP - FOLHA.....	97
FIGURA 28 – ARGUMENTO NO JORNAL O GLOBO (11/12/2018).....	106

FIGURA 29 – ARGUMENTO NO JORNAL O GLOBO (31/05/2017 e 06/11/2018).....	108
FIGURA 30 – REPORTAGEM O GLOBO (29/11/2017).....	111
FIGURA 31 – ARGUMENTO NO JORNAL ESTADÃO (08/07/2016).....	120
FIGURA 32 – ARGUMENTO NO JORNAL ESTADÃO (14/05/2019).....	121
FIGURA 33 – ARGUMENTO NO JORNAL ESTADÃO (10 e 22/07/2016).....	122
FIGURA 34 – ARGUMENTO NO JORNAL ESTADÃO (04/06/16 e 22/11/18).....	127
FIGURA 35 – ARGUMENTO JORNAL FOLHA (06/12/18).....	134
FIGURA 36 – ARGUMENTO JORNAL FOLHA (17/12/18).....	135
FIGURA 37 – ARGUMENTO JORNAL FOLHA (02/11/18).....	135
FIGURA 38 – ARGUMENTO JORNAL FOLHA (31/12/18).....	137
FIGURA 39 – ARGUMENTO JORNAL FOLHA (20/10/16).....	140
FIGURA 40 – ARGUMENTO JORNAL FOLHA (20/10/16).....	142

QUADROS

QUADRO 1: PERGUNTAS PARA CADA FRAME.....	57
QUADRO 2 – ENQUADRAMENTOS EPISÓDICOS OU TEMÁTICOS	58
QUADRO 3: FONTES DAS REPORTAGENS.....	60
QUADRO 4: PERGUNTAS DO FRAME CONFLITO.....	147

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PARTIDOS POLÍTICOS DOS AUTORES DOS PLS.....	32
GRÁFICO 2 - PUBLICAÇÕES NO PERÍODO DE TRAMITAÇÃO DO PL.....	63
GRÁFICO 3 - ENQUADRAMENTO GENÉRICO - O GLOBO.....	64
GRÁFICO 4 - ENQUADRAMENTOS EPISÓDICOS X TEMÁTICOS- O GLOBO.....	71
GRÁFICO 5 - ENQUADRAMENTO GENÉRICO - ESTADÃO.....	75
GRÁFICO 6 - ENQUADRAMENTOS EPISÓDICOS X TEMÁTICOS - ESTADÃO.....	83
GRÁFICO 7 - ENQUADRAMENTO GENÉRICO - FOLHA.....	86
GRÁFICO 8 - Enquadramentos EPISÓDICOS x TEMÁTICOS - FOLHA.....	94
GRÁFICO 9 - ARGUMENTOS ANALISADOS - O GLOBO, ESTADÃO E FOLHA.....	98
GRÁFICO 10 - DISCUSSÕES MAIS FREQUENTES ENTRE AS FONTES DOS JORNAIS.....	100
GRÁFICO 11 - ARGUMENTOS DAS FONTES - O GLOBO.....	101
GRÁFICO 12 - ENTREVISTADOS DO JORNAL O GLOBO.....	102
GRÁFICO 13 - O QUE DIZEM OS(AS) PROFESSORES(AS) - O GLOBO.....	103

GRÁFICO 14 - O QUE DIZEM OS(AS) DEPUTADOS(AS) FEDERAIS - O GLOBO.....	104
GRÁFICO 15 - ARGUMENTOS DAS FONTES - JORNAL ESTADÃO.....	115
GRÁFICO 16 - ENTREVISTADOS DO JORNAL ESTADÃO.....	116
GRÁFICO 17 - O QUE DIZEM OS(AS) PROFESSORES(AS) - ESTADÃO.....	117
GRÁFICO 18 - O QUE DIZEM OS(AS) DEPUTADOS(AS) FEDERAIS - ESTADÃO.....	118
GRÁFICO 19 - ARGUMENTOS DAS FONTES - JORNAL FOLHA.....	129
GRÁFICO 20 - ENTREVISTADOS DO JORNAL FOLHA.....	130
GRÁFICO 21 - O QUE DIZEM OS(AS) DEPUTADOS(AS) FEDERAIS - FOLHA.....	131
GRÁFICO 22 - O QUE DIZEM OS(AS) PROFESSORES(AS) - FOLHA.....	132
GRÁFICO 23 – ENQUADRAMENTOS GENÉRICOS: O GLOBO, ESTADÃO E FOLHA.....	145
GRÁFICO 24 – ENQUADRAMENTO TEMÁTICO X EPISÓDICO.....	147
GRÁFICO 25 – FONTES MAIS FREQUENTES NOS JORNAIS.....	151
GRÁFICO 26 - PARTIDOS FREQUENTES NA COBERTURA DA FOLHA, ESTADÃO E O GLOBO.....	152
GRÁFICO 27 - ARGUMENTOS DE DEPUTADOS E PROFESSORES NOS JORNAIS.....	153

TABELAS

TABELA 1 – DEPUTADOS(AS) AUTORES(AS) DOS PLS ESCOLA SEM PARTIDO.....	30
TABELA 2 – CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	61
TABELA 3 – PARTIDOS DE DEP. FEDERAIS – O GLOBO.....	104
TABELA 4 – PARTIDOS DE DEP. FEDERAIS - ESTADÃO.....	119
TABELA 5 – PARTIDOS DE DEP. FEDERAIS - FOLHA.....	131

Sumário

INTRODUÇÃO	7
1. MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO.....	13
1.1 FLAGRANDO O “DOCTRINADOR”	14
1.2 ANTEPROJETO DE LEI.....	16
1.3 ESCOLA SEM PARTIDO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS	18
1.4 CONTRAPONTO À IDEIA DE DOCTRINAÇÃO	29
2 CONCEITO DE ENQUADRAMENTO	37
2.1 OPERACIONALIZAÇÕES DO CONCEITO.....	44
2.2 ABORDAGEM METODOLÓGICAS NOS ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO	47
2.2.1 Enquadramentos genéricos.....	49
3 METODOLOGIA E ANÁLISE DA PESQUISA.....	54
3.1 LIVRO DE CÓDIGOS DA PESQUISA.....	55
3.2 ANÁLISE	62
3.2.1 Enquadramentos genéricos predominantes - O Globo	63
3.2.2 Enquadramento Temáticos x Episódicos - O Globo	71
3.2.3 Enquadramento Genérico Predominante - Estadão	75
3.2.4 Enquadramento Temático x Episódico – Estadão	82
3.2.5 Enquadramento Genérico Predominante - Folha	85
3.2.6 Enquadramento Temáticos x Episódicos – Folha	94
3.2.7 Quem são e o que dizem as fontes - O Globo	97
3.2.8 Quem são e o que dizem as fontes – Estadão	115
3.2.9 Quem são e o que dizem as fontes – Folha	129
3.2.10 - Discussão dos resultados da análise	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS	157
REFERÊNCIAS.....	161
APÊNDICE 1 – LIVRO DE CÓDIGOS	169

INTRODUÇÃO

FIGURA 1. "Paraná: o que não podia acontecer".



Fonte: Tiras Armandinho, 2015.

A tira acima, de 29 de abril de 2015¹, ilustra um ato de violência que teve repercussão nacional e internacional no dia. No dia, professores da rede estadual de ensino, no Paraná, estavam mobilizados em frente à Assembleia Legislativa do Estado, enquanto deputados votavam um Projeto de Lei que alterou a forma de funcionamento do regime de previdência dos servidores estaduais. A polícia, na ocasião, utilizou gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral e balas de borracha contra os professores que estavam no local. Mais de 200 pessoas foram feridas e muitas delas entraram com ações contra o Estado - tendo resultado positivo para vários casos.

A partir desse episódio, surgiu a motivação de pesquisar a forma como os professores são vistos e retratados durante sua prática profissional. Afinal, quando estavam mobilizados na praça, pediam pela preservação de suas carreiras, valorização dos professores e da educação pública. Nesta pesquisa, olhamos para o contexto da tramitação do Projeto de Lei Escola sem Partido na Câmara dos Deputados, que debate a ideia de que professores não podem “doutrinar” os estudantes nas escolas.

Para isso, consideramos a cobertura da tramitação do Projeto de Lei a partir do enquadramento dado nas reportagens dos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e Estado de São Paulo (Estadão). Isso porque compreende o jornalismo e sua responsabilidade nos debates democráticos, contribuindo para a construção de uma

¹ Disponível em: <https://tirasarmandinho.tumblr.com/post/117726941154/paran%C3%A1-o-que-n%C3%A3o-podia-acontecer>. Data de acesso: 12/06/2020

visão que se cria dos professores a partir do que é noticiado na mídia. Afinal, estamos entendendo que “enquadramento em um texto noticioso é realmente a marca do poder” (ENTMAN, 1993, p. 55).

Para compreender melhor o PL, contextualizamos brevemente do que se trata. Em fevereiro de 2014, foi apresentado o Projeto de Lei 7180/2014, na Câmara dos Deputados, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Como aplicação prática, determina que sejam respeitadas convicções de pais e alunos em temas relacionados à "educação moral, sexual, e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas" (BRASIL, 2014). Desde então, 21 Projetos de Lei foram apensados ao 7180/2014, ou seja, tramitam em conjunto. De modo geral, os textos dos PLs mudam pouco se comparados uns aos outros. No entanto, oito desses projetos apresentam argumentos contrários à discussão inicial.

A tramitação dos Projetos de Lei ficou conhecida na Câmara dos Deputados e na mídia em geral como sendo do PL “Escola sem Partido”. A grande maioria dos Projetos se nomeia, de fato, desta forma. Isso porque esses PLs foram baseados no Anteprojeto de Lei do movimento Escola sem Partido². Movimento este que se identifica como uma "iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior" (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019). Além disso, o Escola sem Partido alega ser “uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária” (Ibidem), mesmo que o estudo da rede de comunicação do movimento no Facebook permita observar associação política-ideológica de grupos conservadores e considerados de direita (SANTOS e ARAÚJO, 2018).

O Anteprojeto de Lei criado pelo movimento determina a afixação do cartaz “Deveres do Professor” em todas as escolas brasileiras que ofertam ensino fundamental e médio. Dentre as práticas indicadas no cartaz, o professor não pode aproveitar de sua posição em sala de aula para promover propaganda político-partidária, nem deve prejudicar alunos em razão de ideologias morais, religiosas ou políticas.

² Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Data de acesso: 11/03/2020.

Em outras palavras, o movimento Escola sem Partido defende que existe doutrinação nas escolas e argumenta que a prática é recorrente. "A pretexto de transmitir aos alunos uma 'visão crítica' da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo" (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019).

Partindo desse pressuposto, o movimento Escola sem Partido desenvolveu um site³ que funciona como uma plataforma de recebimento, divulgação e disseminação de denúncias. O site disponibiliza textos e vídeos com relatos e depoimentos de possíveis responsáveis, estudantes e comunidade escolar sobre práticas de "doutrinação" de professores. Também disponibiliza textos de como os estudantes devem planejar uma denúncia e incentiva a disseminação da prática.

Na dúvida, não se precipitem. Planejem a sua denúncia. Anotem os episódios, os conteúdos e as falas mais representativas da militância política e ideológica do seu professor. Anotem tudo o que possa ser considerado um abuso da liberdade de ensinar em detrimento da sua liberdade de aprender. Registrem o nome do professor, o dia, a hora e o contexto. Sejam objetivos e equilibrados. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019)

Além do site, o movimento produz conteúdo em redes sociais online. Nestes espaços, faz críticas a partidos políticos específicos e movimentos estudantis, publica vídeos de parlamentares defendendo o movimento, divulga imagens de professores em sala de aula e possíveis denúncias de estudantes. Um dos personagens políticos que aparece nas postagens como um defensor do movimento é o atual presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que teve o Escola sem Partido como promessa de campanha (2018) e apoiava o movimento quando era deputado federal. Após a eleição de Bolsonaro, em 2018, 11 novos PLs foram apresentados na Câmara dos Deputados. Cinco deles fazendo a defesa do Escola sem Partido e os demais propondo o que chamam de Escola Livre – apresentando uma discussão contrária à maioria dos PLs já em discussão.

Os PLs, em sua grande maioria, determinam que as mudanças a serem feitas nas escolas afetem toda a rede nacional de ensino. Isso significa que todas as escolas públicas e privadas, com ensino fundamental e médio, devem se adequar às

³ Disponível em: <http://escolasempartido.org>. Data de acesso: 12/03/2020

exigências previstas. Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em 2018, 34,8 milhões de estudantes foram matriculados nos ensinos fundamental e médio no Brasil. No mesmo ano, 513.403⁴ mil professores foram registrados atuando no Ensino Médio e 1,5 milhão no Ensino Fundamental. No total, 154.044 mil escolas atendem a lógica de ensino no país, distribuídas entre escola pública municipal, estadual, federal e privada, (IBGE, 2019). Como os textos dos Projetos de Lei falam, grande parte, em alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e também na implantação de cartazes com regras de conduta aos professores, fica evidente a atuação direta nessas escolas. Diante disso, se faz necessário verificar a forma como os jornais tratam da tramitação que vai afetar diretamente essas instituições e atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Diante deste contexto, o problema que guia esta pesquisa é: Como os jornais Folha de S. Paulo, Estado de São Paulo (Estadão) e O Globo enquadram a tramitação do Projeto de Lei do Escola sem Partido na Câmara dos Deputados?

Nosso objetivo é identificar como os principais portais noticiosos que fazem a cobertura da agenda política da Câmara dos Deputados discutem a tramitação de uma lei que, se aprovada, deve causar impacto em milhares de escolas brasileiras. Também busca identificar como os jornais questionam os argumentos dos Projetos de Lei sobre a suposta existência de doutrinação política-ideológica nas escolas brasileiras. Além disso, busca identificar se há posicionamento político dos jornais nas reportagens, elencando quem são as fontes que ganham espaço para construir a narrativa e os argumentos utilizados para defender seus posicionamentos.

Para fazer a análise da cobertura noticiosa dos portais da Folha, Estadão e O Globo foram coletadas todas as reportagens dos jornais no período entre 2014 a 2019. As datas de coleta das reportagens estão baseadas no início da tramitação do PL 7180/2014 até dezembro de 2019. O projeto de escola “sem doutrinação e sexualização precoce” (TSE, 2018) esteve entre as bandeiras de Jair Bolsonaro na

⁴ Além de fornecer os dados a nível federal, o IBGE disponibiliza os números de docentes por Estado. Quando somados os números de professores lotados no Ensino Médio nos 26 estados e Distrito Federal, o registro é de 515.667. No entanto, para justificar a diferença nos números, o IBGE aponta que os dados não representam a soma dos números divulgados por Estado porque os docentes são contados apenas uma vez, independente se atuam em mais de uma localização ou dependência administrativa, dando aula em mais de uma cidade. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Data de acesso: 13/07/2020.

campanha à presidência em 2018. Como o presidente é apoiador do Escola sem Partido, a promessa era que o Projeto de Lei ganhasse espaço nas discussões da Câmara dos Deputados no segundo semestre de 2019. O avanço da pauta não aconteceu, já que a prioridade do governo foi a Reforma da Previdência e a agenda econômica.

Esta dissertação está dividida em 3 capítulos. No capítulo 1, será apresentado o cenário no qual a tramitação do PL Escola sem Partido se apresenta. Neste momento, é tratado do Movimento Escola sem Partido e sua defesa de que a escola enfrenta um quadro de doutrinação política-ideológica. Para o Escola sem Partido, muitas escolas brasileiras não cumprem o papel de produção e difusão do conhecimento de maneira neutra. "Vítimas do assédio de grupos e correntes políticas e ideológicas com pretensões claramente hegemônicas, essas escolas se transformaram em meras caixas de ressonância das doutrinas e das agendas desses grupos e dessas correntes", (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019). Diante deste posicionamento, o capítulo apresenta o movimento e o Anteprojeto de Lei que resultou em apresentações de Projeto de Lei do Escola sem Partido na Câmara.

Além disso, são apresentados todos os Projetos de Lei que tramitam em conjunto na Câmara dos Deputados sobre o assunto. 22 PLs são debatidos ao longo de cinco anos, com textos e propostas de aprovação semelhantes. Do total, oito PLs apresentam oposição ao PL Escola sem Partido e também são detalhados ao longo do capítulo. Por fim, são apresentados estudos e argumentos contrários ao movimento Escola sem Partido, trazendo um contraponto às discussões e acusações de "doutrinação" nas escolas brasileiras, (CALDAS, 2018; DIAS, 2018; ROSENO, 2017; PINHEIRO, 2017; KATZ, 2017; e outros).

No capítulo 2, tratamos das definições do conceito de enquadramento noticioso. As contribuições que os estudos sobre enquadramento trouxeram para a pesquisa em Comunicação também são abordadas neste momento (ENTMAN, 1993; MENDONÇA, SIMÕES, 2012; PORTO, 2002; MAIA, 2009; SCHEUFELE, (1999); IYENGAR (1990); e outros), com o intuito de apresentar as diferentes operacionalizações do conceito e abordagens metodológicas.

O capítulo 3 trata da metodologia e análise das reportagens selecionadas pela autora. Utilizamos a metodologia do enquadramento noticioso (SEMETKO e VALKENBURG, 2000) e a análise de conteúdo (NEUENDORF, 2002). 238 reportagens foram analisadas, além de 799 argumentos. Destacamos, junto com os

demais dados percebidos na análise, os argumentos das fontes que compõem as reportagens dos jornais. Também neste capítulo está disposta os resultados da nossa análise.

Nossas considerações indicam que cobertura noticiosa do PL Escola sem Partido possui um enquadramento Conflito como predominante, ressaltando as discordâncias existentes entre os atores sociais que envolvem a questão. Em mais de 90% das reportagens, também foi identificamos o enquadramento episódico, reforçando a falta de contexto na cobertura. As fontes mais utilizadas pelos jornais foram deputados(as) federais, seguidos de professores do ensino superior. Os deputados que mais aparecem pertencem ao partido DEM, mesmo não sendo os que mais assinam autoria dos PLs em discussão.

1. MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

“Há alguns meses, em uma turma do oitavo ano, o professor de história Ricardo caminhava por entre as carteiras para checar que tipo de soluções os alunos estavam propondo para o país. Era essa a atividade do dia em uma das escolas privadas em que trabalha. Ele perguntou a uma adolescente qual era sua sugestão. “Matar todos os comunistas”, ela teria respondido. “Perguntei o que são comunistas, mas ela não sabia, eram os pais que falavam isso. Tinha certeza que, se questionasse algo, seria demitido no dia seguinte. Então não falei nada.”⁵

Para responder à pergunta a que se propõe essa pesquisa, é preciso também compreender o que é e o que diz o movimento Escola sem Partido. Em seu site oficial⁶, o Escola sem Partido se coloca como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019). O texto, publicado em “Quem Somos” do site oficial, diz que os membros da comunidade escolar não podem aceitar o que chamam de “doutrinação” nas escolas. O movimento alega que os professores utilizam o pretexto de transmitir uma visão crítica da realidade aos estudantes e, a partir disso, “um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019).

Mais adiante, o movimento se apresenta como “uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária” (Ibidem). E, diante disso, aponta ter tentado combater essa possível “doutrinação” no ensino, mas ter esbarrado na dificuldade de provar fatos, além da recusa de educadores e empresários de admitir a existência do problema. Dessa forma, o movimento alega ter tido “a idéia de divulgar testemunhos de alunos,

⁵ Trecho da reportagem “Mesmo sem lei, Escola sem Partido se espalha pelo país e já afeta rotina nas salas de aula”, publicada na Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/mesmo-sem-lei-escola-sem-partido-se-espalha-pelo-pais-e-ja-afeta-rotina-nas-salas-de-aula.shtml>. Data de acesso: 25/05/2020.

⁶ Disponível em: www.escolasempartido.org

vítimas desses falsos educadores. Abrir as cortinas e deixar a luz do sol entrar" (Ibidem) e publicar em seu site e redes sociais os possíveis depoimentos e denúncias de "doutrinação" ideológica no ensino brasileiro.

Quando trata dos objetivos que o movimento defende, é dito que "o conhecimento é vulnerável à contaminação ideológica e que o ideal da perfeita neutralidade e objetividade é inatingível" (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019), mas que acreditam que esse ideal deve ser perseguido, sendo um dever ético e profissional do educador se esforçar para atingi-lo. O movimento coloca como objetivo, então, promover a "descontaminação e desmonopolização" política e ideológica das escolas, promover respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes, o direito dos pais de promover educação moral que desejam para os filhos, apoiar estudantes e pais que desejam combater a "doutrinação", oferecer à comunidade escolar análises críticas de materiais didáticos e, promover divulgação de códigos de ética e materiais relacionados ao tema.

1.1 FLAGRANDO O "DOUSTRINADOR"

Uma das frentes assumidas pelo Escola sem Partido, foi se posicionar como um canal para envio e divulgação de denúncias. Em sua plataforma online, o movimento divulga diversos casos nos quais afirma haver doutrinação, em espaços como "Depoimentos", "Doutrina da Doutrinação", "Doutrina pelo mundo" e outros.

Em "Depoimentos", o espaço é destinado para relatos de estudantes que "tiveram ou ainda têm de aturar a militância político-partidária ou ideológica de seus professores" (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019). Quando fala em "doutrina da doutrinação", o movimento afirma que "por trás da ação aparentemente espontânea dos 'despertadores de consciência crítica', existe uma bem elaborada e difundida doutrina da doutrinação" (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019). Quando cita "doutrinação pelo mundo", o movimento afirma que o ato de "doutrinar" pode ser encontrado em outros países e cita casos na Venezuela, Portugal, Cuba, França, Estados Unidos e outros.

Em outro espaço, intitulado "Flagrando o Doutrinador", o movimento apresenta "alguns procedimentos utilizados por esses mestres da militância" (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019), se referindo ao que chama de estratégias da "doutrinação ideológica" e afirmando que os estudantes estão sendo vítimas dela quando o professor estiver com atitudes específicas apontadas no texto:

Você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor:

- se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional;
- adota ou indica livros, publicações e autores identificados com determinada corrente ideológica;
- impõe a leitura de textos que mostram apenas um dos lados de questões controvertidas;
- exhibe aos alunos obras de arte de conteúdo político-ideológico, submetendo-as à discussão em sala de aula, sem fornecer os instrumentos necessários à descompactação da mensagem veiculada e sem dar tempo aos alunos para refletir sobre o seu conteúdo;
- ridiculariza gratuitamente ou desqualifica crenças religiosas ou convicções políticas;
- ridiculariza, desqualifica ou difama personalidades históricas, políticas ou religiosas;
- pressiona os alunos a expressar determinados pontos de vista em seus trabalhos;
- alicia alunos para participar de manifestações, atos públicos, passeatas, etc.;
- permite que a convicção política ou religiosa dos alunos interfira positiva ou negativamente em suas notas;
- encaminha o debate de qualquer assunto controvertido para conclusões que necessariamente favoreçam os pontos de vista de determinada corrente de pensamento;
- não só não esconde, como divulga e faz propaganda de suas preferências e antipatias políticas e ideológicas;
- omite ou minimiza fatos desabonadores à corrente político-ideológica de sua preferência;
- transmite aos alunos a impressão de que o mundo da política se divide entre os “do bem” e os “do mal”;
- não admite a mera possibilidade de que o “outro lado” possa ter alguma razão;
- promove uma atmosfera de intimidação em sala de aula, não permitindo, ou desencorajando a manifestação de pontos de vista discordantes dos seus;
- não impede que tal atmosfera seja criada pela ação de outros alunos;
- utiliza-se da função para propagar ideias e juízos de valor incompatíveis com os sentimentos morais e religiosos dos alunos, constrangendo-os por não partilharem das mesmas ideias e juízos. (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019).

O Escola sem Partido se disponibiliza para o recebimento e divulgação de denúncias contra os professores. Além disso, dá dicas de planejamento⁷ e disponibiliza espaço próprio para isso (Figura 2), solicitando informações como nome (com a indicação de que não será divulgado), e-mail, título da denúncia, envio de links com vídeos ou anexo de fotos. O movimento encoraja os estudantes a anotarem

⁷ Disponível em: <http://escolasempartido.org/planeje-sua-denuncia>. “Planeje sua denúncia”. Data de acesso: 10/07/2019.

episódios, conteúdo das aulas e falas dos educadores que venham a representar a “doutrinação” em sala de aula. O Escola sem Partido considera que as denúncias sejam para bem comum. “Façam isso pelo bem dos estudantes que estão passando ou ainda vão passar pelo que vocês já passaram. É um serviço de utilidade pública” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019).

FIGURA 2 – ENVIO DE DENÚNCIAS NO SITE DO ESCOLA SEM PARTIDO

Fonte: Escola sem Partido (2019)

1.2 ANTEPROJETO DE LEI

Miguel Nagib, fundador do Escola sem Partido, iniciou o movimento em 2004. Além da formação em Direito e de trabalhar como advogado, Nagib foi assessor no Supremo Tribunal Federal (1994 - 2002). Ele atua como procurador do Estado de São Paulo em Brasília desde 1985 e é apresentado como especialista do Instituto Millenium (CALDAS, 2018). Em entrevista ao jornal El País Brasil⁸, o advogado relata ter sido motivado por uma situação na escola da filha. Na ocasião, o professor de

⁸ Reportagem: “O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html. Data de acesso: 11/07/2020.

História havia feito a comparação entre Che Guevara e São Francisco de Assis. De acordo com Nagib, o professor comparava dois líderes (político e religioso, respectivamente) que haviam aberto mão de tudo o que tinham em prol de uma ideologia.

Nagib apontou ser mais um caso de "doutrinação" em que a filha vinha relatando e, mais tarde, criou o movimento. Entre as ações que o Escola sem Partido desenvolveu, está a criação de um anteprojeto de lei que quer "acabar com a doutrinação nas escolas". Nagib diz que não se trata de censura aos professores.

Não é cerceamento à liberdade de expressão porque o professor não tem direito à liberdade de expressão na sala de aula", diz ele. "Se o professor tivesse, ele sequer seria obrigado a apresentar o conteúdo. A prova que ele não tem liberdade de expressão é que ele tem uma grade curricular obrigatória por lei. Liberdade de expressão é a que a gente exerce no Facebook. Ele não pode agir em sala de aula como ele age no Facebook", afirma. "A segunda prova disso é a seguinte: ele pode [na sala de aula] impor aos seus alunos seus pontos de vista. Se exerce a liberdade de expressão em locais onde as pessoas não são obrigadas a escutar o outro. Na TV se pode mudar de canal. De um pregador na praça, se pode desviar. Mas o aluno está ali na condição de audiência cativa.⁸

O Anteprojeto de Lei do Escola sem Partido prevê a afixação do cartaz "Deveres do professor" nas escolas de todo o país. O cartaz (Figura 3) expõe normas a serem seguidas pelos educadores. Dentre elas, destaca que o professor "não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias" (PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO, 2019), indo ao encontro do que diz o fundador do movimento em suas entrevistas.

O anteprojeto serviu como base para a apresentação de Projetos de Lei em Assembleias Legislativas, Câmara dos Deputados, Senado e Câmaras de Vereadores em todo o país. Esta pesquisa se propõe a analisar a cobertura noticiosa do contexto da tramitação dos Projetos de Lei na Câmara dos Deputados.

FIGURA 3 – CARTAZ DEVERES DO PROFESSOR



Fonte: Programa Escola sem Partido (2019)

1.3 ESCOLA SEM PARTIDO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Projeto de Lei mais antigo, relacionado ao tema, foi apresentado na Câmara dos Deputados em fevereiro de 2014. Com autoria de Erivelton Santana (PSC/BA), o projeto inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/1996)⁹, “o

⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Data de acesso: 08/07/2020.

respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa" (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2014). Na prática, o Projeto de Lei 7180/2014¹⁰ também prevê a impedição da "transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas" (BRASIL, 2014).

No final de 2018, o PL 7180/2014 contava com dez Projetos de Lei apensados, que indicam a tramitação em conjunto entre propostas semelhantes a projetos mais antigos já em tramitação¹¹. De maneira cronológica, vamos abordar do que se tratam esses Projetos, afim de apresentar um panorama do que tramita na Câmara dos Deputados.

O PL 7181/2014¹² foi apresentado também por Erivelton Santana (PSC/BA), ainda em 2014. Por meio do PL, fica decretada a "fixação de parâmetros curriculares nacionais em lei com vigência decenal" (BRASIL, 2014). O texto, que segue a mesma linha do PL 7180/2014 quando trata do ensino que respeita convicções de alunos e responsáveis sobre determinados temas, justifica sua decisão ao dizer que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) não têm caráter obrigatório, mas são tratados como referências em orientações para as escolas. Dessa forma, o Projeto determina o cumprimento dos PCNs e aponta duas razões para isso:

Além de dispor sobre as disciplinas obrigatórias, os parâmetros entrelaçam essas disciplinas com os temas transversais – sexualidade, droga, saúde, meio ambiente, ética, etc., que devem ser incorporados às salas de aula integrados àquelas disciplinas. Por essa razão específica, introduzimos um parágrafo de orientação no art. 1º do Projeto de Lei. Outro ponto a ser analisado é que os PCN's pretendem reforçar a importância do papel do professor, o trabalho coletivo e a construção de um novo fazer pedagógico. Por isso, impõe-se um olhar cuidadoso do Congresso Nacional sobre as orientações deles emanadas (BRASIL, 2014).

¹⁰ Ficha de tramitação disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Data de acesso: 08/07/2020.

¹¹ A Câmara dos Deputados apresenta uma definição de "Apensação" disponível em: <https://bit.ly/2tq6GNb>. Como a presente pesquisa fala da tramitação específica nesse espaço legislativo, esta será a definição de base para a utilização do termo.

¹² Ficha de tramitação disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606723>. Data acesso: 08/07/2020.

Em 23 de março de 2015, o parlamentar Izalci Ferreira (PSDB/DF) apresenta o PL 867/2015¹³, que cita pela primeira vez o termo "Escola sem Partido" na tramitação de um Projeto de Lei. Como ementa, o PL inclui o Programa Escola sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional. Em seu texto, o PL deixa explícito que estão vedadas "a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes" (BRASIL, 2015).

Em seu Artigo 4º, o PL estabelece regras a serem seguidas pelos professores em sala de aula. O texto muda poucos termos dos utilizados em "Deveres do Professor", pelo Escola sem Partido, mas apresenta a mesma ideia e conjunto de obrigações direcionadas aos educadores. O Projeto de Lei estabelece, inclusive, a fixação de um cartaz "Deveres do Professor" nas salas de aulas – na educação infantil, o cartaz deve ser fixado na sala dos professores. O cartaz deve ter o conteúdo e dimensões citadas em lei, respeitando o tamanho de, no mínimo, "70 centímetros de altura por 50 centímetros de largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas" (Ibidem).

Em julho do mesmo ano, o PL 1859/2015¹⁴ foi proposto por 15 parlamentares - assinado por Izalci Ferreira e outros deputados pertencentes, em sua maioria, aos partidos PSDB e PRB. A proposta seria acrescentar um parágrafo único à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a saber "a educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo 'gênero' ou 'orientação sexual'" (BRASIL, 2015). Em sua justificativa, o PL cita Marx, Engels, Horkeimer, a Escola de Frankfurt e outros autores para dar base à ideia de uma tentativa de destruição da família.

¹³ Ficha de tramitação disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Data de acesso: 08/07/2020.

¹⁴ Ficha de tramitação disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1302894>. Data de acesso: 08/07/2020.

Em 2016, foram apresentados dois Projetos de Lei sobre o tema. O primeiro deles é o PL 5487/2016¹⁵ - apensado ao PL 1859/2015 - pelo Professor Victório Galli (PSC/MT). O PL institui a proibição do Ministério da Educação e Cultura (MEC) de distribuir e orientar livros com temas sobre orientação de "diversidade sexual" para crianças e adolescentes. Em sua justificativa, o PL aponta a aprovação da Lei que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) em que foram "rejeitadas todas as citações relativas a ideologia de gênero, orientação sexual e seus derivados, sendo, por este motivo, recusada sua incorporação na educação nacional" (BRASIL, 2016) em seu projeto final.

O segundo PL apresentado é o 6005/2016¹⁶, de Jean Wyllys (PSOL/RJ). Apensado ao 867/2015, o Projeto institui o programa "Escola Livre" em todo território nacional. De acordo com o texto, são vedadas práticas de censura ideológica, filosófica, artística, religiosa, política e/ou cultural. O PL institui que sejam mantidos nas escolas - em alfabeto ordinário e Braille - cartazes com o seguinte conteúdo:

A DOCENTES E ESTUDANTES

I – é assegurada a livre manifestação do pensamento, conforme previsto na Constituição Federal;

II – é assegurado o direito à liberdade de manifestação e de expressão intelectual e a liberdade para aprender, ensinar, pesquisar, ler, publicar e divulgar a cultura, o conhecimento, o pensamento, as artes e o saber, sem qualquer tipo de censura ou repressão;

III – é assegurado o direito de tratar, em sala de aula e fora dela, de questões políticas, socioculturais e econômicas, com liberdade e pluralidade de opiniões e pensamentos.

NA ESCOLA

I – não há lugar para o preconceito e a estigmatização das pessoas pela cor da pele, origem ou condição social, deficiência, nacionalidade, orientação sexual, identidade e/ou expressão de gênero ou qualquer outro pretexto discriminatório.

II – deve-se educar contra todas as formas de discriminação, exclusão social e violência física e simbólica, promovendo-se o respeito pela diferença e a celebração da diversidade e da pluralidade democrática (BRASIL, 2016).

O PL se coloca, em sua justificativa, como uma resposta "à pretensão autoritária de censurar, calar, perseguir e criminalizar a liberdade de expressão e pensamento nas escolas brasileiras" (BRASIL, 2016), demonstrando contrariedade aos Projetos

¹⁵ Ficha de tramitação disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2087086>. Data de acesso: 08/07/2020.

¹⁶ Ficha de tramitação disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2094685>. Data de acesso: 08/07/2020.

de Lei apresentados anteriormente a ele, fazendo uma alusão contrária ao Escola sem Partido quando diz que "uma escola para a democracia é uma escola com muitos partidos (...)" (Ibidem). Mais adiante, as manifestações contrárias aos PL que fazem referência ao Escola sem Partido serão retomadas.

O PL 8933/2017¹⁷ foi apresentado pelo parlamentar Pastor Eurico (PHS/PE), em outubro de 2017, e prevê alteração na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional. O PL determina a necessidade de autorização de pais e responsáveis legais para que o aluno tenha acesso a disciplinas sobre educação sexual. Em sua justificativa, o Projeto de Lei defende o que chama de "valores cristãos", entendendo "cabem à própria família decidir quando e como iniciar a criança em temas relacionados à sexualidade, uma vez que são os valores familiares que irão guiar o caminhar do infante na seara íntima e sexual por toda a sua vida adulta" (BRASIL, 2017).

Em 2018, quatro Projetos de Lei foram propostos sobre a temática. O PL 9957/2018¹⁸ foi apresentado em abril, por Jhonatan de Jesus (PRB/RR). O Projeto acrescenta um artigo à Lei de Diretrizes e Base para a Educação Nacional, com o intuito de coibir a "doutrinação" na escola. Apesar de não citar o movimento Escola sem Partido, o PL se baseia no texto do cartaz "Deveres do Professor" e estabelece regras de atuação para os educadores. Como parágrafo único, ao término do artigo proposto, o PL prevê punições aos professores que ferirem as regras estabelecidas. "Os Sistemas de Ensino devem incluir dispositivos que prevejam sanções e ou penalidades previstas em códigos de ética funcional ou similares que possam garantir a efetividade desta norma" (BRASIL, 2018).

Em julho, o PL 10577/2018¹⁹ foi apresentado por Cabo Daciolo (PATRI/RJ) e apensado ao PL 1859/2015. O Projeto de Lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação com o intuito de "proibir a disseminação da ideologia de gênero nas escolas" (BRASIL, 2018). A justificativa do Projeto de Lei inicia com um texto bíblico e diz que a "ideologia de gênero" é um artifício para "perverter" a família natural.

¹⁷ Ficha de tramitação disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2158370>. Data de acesso: 08/07/2020.

¹⁸ Ficha de tramitação disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2170886>. Data de acesso: 08/07/2020.

¹⁹ Ficha de tramitação disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2181575>. Data de acesso: 08/07/2020.

É fato sobejamente conhecido, mediante dados científicos comprovados e espiritual, que a suposta orientação sexual é comportamento adquirido por falta de referencial paterno ou materno ou mesmo pela influência do meio, bem como resultado de atitudes adultas de pedófilos que tentam perverter crianças indefesas. Assim que é nosso dever preservar a família natural e não permitir nenhuma brecha legal para que a malfadada ideologia de gênero prospere em nosso país (BRASIL, 2018).

O deputado Delegado Waldir (PSL/GO) apresentou, em agosto de 2018, o PL 10659/2018²⁰. O Projeto também altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e proíbe a "doutrinação" política, moral, religiosa ou "ideologia de gênero" nas escolas. Em seu texto de justificação, é citada a tramitação do Plano Nacional de Educação, em 2014. Na ocasião, de acordo com o PL, foi considerada que a "ideologia de gênero" destruiria um modelo tradicional de família em que se baseia a sociedade brasileira. Por considerar que o Projeto de "institucionalização" da "ideologia de gênero" está em andamento, o PL se apresenta como um impedimento da "interferência do Estado na questão. A neutralidade é ainda mais necessária na idade escolar, durante a qual as crianças são entregues a escolas públicas ou particulares, cujo conteúdo didático é determinado pela lei" (BRASIL, 2018).

O último Projeto de Lei que tramita em conjunto com os demais apresentados é o PL 10997/2018²¹. Apresentado por Dagoberto Nogueira (PDT/MS), o PL institui a Política Nacional de Liberdade para Aprender e Ensinar. De acordo com o texto, garante-se a livre manifestação de pensamento e opiniões no processo pedagógico de ensino-aprendizagem. Além disso, proíbe cerceamento de opiniões por meio de violência e ameaça; proíbe pressão ou coação quanto à liberdade de ensinar, pesquisar, aprender, divulgar arte, pensamento e saber. O PL proíbe, ainda, que se grave vídeos ou áudios em salas de aula sem o consentimento da pessoa que está sendo filmada/gravada, além de estabelecer o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

Como justificativa para aprovação, o PL aponta que a educação não pode ser compreendida apenas como aprendizado de técnicas e formação para trabalho, mas uma formação mais ampla visando o exercício da cidadania.

²⁰ Ficha de tramitação disponível:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2182388>. Data de acesso: 08/07/2020.

²¹ Ficha de tramitação disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2186762>. Data de acesso: 08/07/2020.

Nenhum professor, aluno ou profissional de educação deve se sentir perseguido ou impedido de manifestar seu pensamento. Tampouco os integrantes da comunidade escolar podem se sentir acuados ou submetidos a intimidação sob qualquer forma. Apenas com liberdade e diversidade o processo de ensino-aprendizagem pode ocorrer de modo rico e relevante. Nossas crianças e jovens não podem ter seu acesso às informações e ao conhecimento limitados. O preço que pagaríamos por uma postura obtusa nos custaria o futuro. Ideias devem ser combatidas com outras e melhores ideias, não por meio de coação ou censura. Sociedades democráticas são indissociáveis da diversidade e da liberdade de pensamento. Nossas crianças e jovens, com um clique ou toque na tela de um celular, podem acessar informações do mundo inteiro. Se há um lugar em que a exposição a ideias diferentes e novas pode ocorrer em um ambiente seguro e saudável, esse lugar é a escola. Não podemos permitir que o espaço privilegiado para o crescimento intelectual de nossas crianças e jovens se feche à diversidade e ao debate (BRASIL, 2018).

Em 2019, 11 projetos novos Projetos de Lei foram apresentados. O primeiro deles trata-se do PL 258/2019²² que surge como uma reapresentação do PL 7180/2014, já considerando emendas ao texto original – “projeto esse nominado na Comissão Especial como ‘Escola sem Partido’” (BRASIL, 2019). Apresentado pelo deputado Pastor Eurico (PATRI/PE), o texto determina o direito dos estudantes de aprender sem ideologia político-partidária, respeitando os valores familiares dos alunos e não tratar de questões de “ideologia” de gênero. O PL considera o que chama de “equilíbrio que deve ser buscado entre a liberdade de ensinar e a liberdade de aprender, no âmbito da educação básica, em todos os estabelecimentos de ensino público e privados do País” (Ibidem).

O PL também determina que sejam afixados em salas de aula, salas de professores e locais de acesso de ambos, um cartaz com regras que os professores devem seguir no exercício profissional – considerando que o material tenha um tamanho no padrão A4 e fonte compatível com essa dimensão. O texto do cartaz é o mesmo proposto pelo anteprojeto de lei do movimento Escola sem Partido.

A deputada federal Bia Kicis (PSL/DF), junto com outros 21 parlamentares²³, assina a autoria do PL 246/2019²⁴. O PL institui o “Programa Escola sem Partido”,

²² Ficha de tramitação disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190772>. Data de acesso: 08/07/2020.

²³ Na Tabela 1, página 14, é possível verificar nome e partido de todos os autores dos Projetos de Lei. Como são muitos autores para listar no texto, as informações foram compiladas na tabela.

²⁴ Ficha de tramitação disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>. Data de acesso: 08/07/2020.

determinando a afixação do cartaz "Deveres do Professor", assim como os PLs já citados. Em sua defesa, o texto declara que

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas, bem como para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral - especialmente moral sexual - incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis (BRASIL, 2019).

Diante disso, o PL é posto como uma medida para prevenir "prática de doutrinação" nas escolas. O texto destaca que, frente a um quadro de "doutrinação" política e ideológica em sala de aula, "não há dúvida de que os estudantes que se encontram em tal situação estão sendo manipulados e explorados politicamente (...)" (Ibidem), ferindo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O PL apresenta, no entanto, que está assegurado aos estudantes o direito de filmar e gravar as aulas. O texto pontua que esta medida se dá para permitir que sejam gravados os conteúdos ministrados para obter uma melhor absorção do que é tratado em sala de aula, mas também para possibilitar que os pais dos estudantes possam ter acesso do que é chamado de "processo pedagógico", afim de fazer avaliações da qualidade do conteúdo discutido na escola. O texto do Projeto de Lei cita, também, os grêmios estudantis – aqui vedados de promover atividades político-partidárias -, sanções administrativas para as escolas que retirarem os cartazes "Deveres do Professor", assim como canais de comunicação do governo para receber "reclamações relacionadas ao descumprimento desta Lei, assegurado anonimato" (Ibidem).

Os outros dois Projetos de Lei apresentam argumentos contrários aos PLs já citados. O PL 375/2019²⁵ foi apresentado por Alexandre Padilha (PT/SP), no início de fevereiro, e altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O PL estabelece o que chama de "Projeto de Lei Escola Livre", destacando o papel da liberdade de opinião e pensamento nas escolas. Na prática, são alterados artigos da Lei de Diretrizes da Educação com base na justificção de que, entre outros argumentos,

²⁵ Ficha de tramitação disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191016>. Data de acesso: 08/07/2020

tem se tornado frequente no Brasil ataques contra a liberdade no ato de ensinar mediante perseguições, violências, constrangimentos e exposição pública de professores a pretexto de uma 'limpeza ideológica' para atender aos fins políticos de grupos de poder autoritários, a exemplo de outras trágicas experiências como o fascismo e o nazismo, incompatíveis, por evidente, com a democracia (BRASIL, 2019).

Com cinco autoras, todas do PSOL, o PL 502/2019²⁶ institui o programa "Escola Sem Mordação". Entre muitos pontos, o programa determina a livre manifestação de pensamento, pluralismo de ideias na escola, o respeito à liberdade religiosa e laicidade do ensino, além da educação ser contra preconceito de qualquer origem, violência ou discriminação. Como justificativa, as autoras declararam que o texto se trata de uma reapresentação do PL 6005/2016. O Projeto de Lei em questão, já citado aqui neste texto, foi apresentado pelo então deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ). No final de janeiro de 2019, Jean Wyllys anunciou a renúncia do seu 3º mandato como deputado estadual pelo Rio de Janeiro²⁷. O parlamentar não chegou a assumir e declarou que, em caráter irretratável, não iniciaria a atividade parlamentar.

Diante deste cenário, o PL 502/2019 é apresentado como uma homenagem a Jean Wyllys e seu texto muda de "Escola Livre" para "Escola sem Mordação". O projeto é posto como uma proposta para

garantir a mais absoluta liberdade de expressão e pensamento no âmbito da educação, o pluralismo de ideias, o debate sem mordanças, a escuta respeitosa da opinião do outro, o respeito e a celebração da diversidade como valor democrático e a autonomia pedagógica das escolas, que devem formar cidadãos e cidadãs informados, críticos e com capacidade para pensar por si mesmos e conceber suas próprias opiniões e visões de mundo (BRASIL, 2019).

O PL 2692/2019²⁸ foi proposto por Otoni de Paula (PSC/RJ) em maio de 2019. O PL propõe a garantia aos estudantes de filmar e gravar áudio das aulas. Também determina que os professores não sejam remunerados por isso e "nem consistirá

²⁶ Ficha de tramitação disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2191271>. Data de acesso: 08/07/2020.

²⁷ Texto de renúncia e oficialização da Câmara dos Deputados disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD0020190129000050000.PDF#page=>. Data de acesso: 08/07/2020.

²⁸ Ficha de tramitação disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2200555>. Data de acesso: 08/07/2020.

ofensa aos direitos autorais" (BRASIL, 2019). Em sua justificação, o PL diz estar fundamentado na obra "Ensino religioso: o que nossos filhos têm a ver com isso"²⁹.

O PL 3674/2019³⁰ foi proposto por Helio Lopes (PSL/RJ), em junho de 2019. O PL determina a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para "vedar apologias e ideologias dentro dos órgãos públicos e estabelecimentos de ensino" (BRASIL, 2019). O Projeto defende que existem manifestações em defesa de regimes como o nazismo e comunismo em escolas e faculdades brasileiras. Por considerar que são manifestações não permitidas em uma democracia, o PL institui que sejam assegurados ambientes livres de apologias e ideologias de regimes autoritários. Apesar de não explicitar quais, determina que sejam aplicadas punições "para os diretores, funcionários da instituição e tampouco para os alunos envolvidos em tais excessos" (Ibidem), sendo estes excessos as manifestações por meio de bandeiras e pichações em escolas e universidades.

Ainda em junho de 2019, os deputados federais Fernanda Melchionna (PSOL/RS), David Miranda (PSOL/RJ) e Sâmia Bomfim (PSOL/SP) apresentaram o PL 3741/2019. O Projeto cria o Programa Escola sem Discriminação, voltado para a formação de professores, diretores e gestores das Secretarias de Estados para o combate da violência contra pessoas LGBTI+. Os autores justificam que o PL se trata de uma resposta "aos avanços do conservadorismo do governo Bolsonaro que se esforça em retirar da pauta da opinião pública a proteção a LGBTs no ambiente escolar (...)" (BRASIL, 2019). O Projeto pontua que é uma obrigação do Congresso Nacional tornar obrigatório o combate à violência, visto que o próprio Governo Federal promoveu uma negligência histórica com a causa nas últimas décadas.

A deputada federal Natália Bonavides (PT/RN) é autora do PL 1189/2019³¹. O Projeto institui o programa "Educação Democrática" que determina, por exemplo, que todas as modalidades de ensino sejam guiadas por 17 princípios. Entre eles estão a

²⁹ A obra, de Antonio Carlos Junior, foi publicada em janeiro de 2019 pela Editora Betel. Na descrição da editora, trata-se de um livro que vai responder questões como a obrigação ou não das crianças ouvirem sobre doutrina religiosa ou valor moral na escola. Disponível em: <https://www.editorabetel.com.br/autores/ensino-religioso-3874>. Data de acesso: 08/07/2020.

³⁰ Ficha de tramitação disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2208921>. Data de acesso: 08/07/2020.

³¹ Ficha de tramitação disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193294>. Data de acesso: 08/07/2020.

erradicação do analfabetismo, liberdade de consciência e de crença, valorização dos profissionais da educação, pluralismo político e laicidade do Estado. O PL também garante que a gravação de aulas e atividades pedagógicas devem ser condicionadas à autorização prévia dos profissionais da educação. A gestão das escolas deve ser exercida por profissionais do magistério, mediante eleições e fica proibida a "transferência ou o compartilhamento da gestão das unidades escolares públicas de educação básica para as Forças Armadas, Polícias Federais, Polícias Civis, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares e Guardas Municipais" (BRASIL, 2019).

Em setembro de 2019, dois Projetos de Lei foram propostos na Câmara dos Deputados. O primeiro deles é de autoria de Denis Bezerra (PSB/CE). O PL 4961/2019³² determina a criação de normas de valorização da diversidade cultural, social e de gênero na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Prevê a implementação de "mecanismos internos de conscientização, combate e punição às formas de discriminação e opressão por raça, cor, idade, orientação sexual, identidade de gênero, religião e outras de qualquer natureza" (BRASIL, 2019). Em sua justificação, o PL apresenta um histórico do que considera ser "violência por razões de ódio nas escolas brasileiras" (Ibidem) para contextualizar um cenário em que o monitoramento e punição de ações de violência sejam necessários.

O outro PL também apresenta um contraponto à ideia inicial do Projeto de Lei Escola sem Partido. Proposto por Ignor Kannário (DEM/BA), o PL 5039/2019³³ dispõe da liberdade na atividade docente, proibindo filmagens e gravações das aulas sem autorização dos professores. O autor justifica a proposta do Projeto ressaltando que professores são alvos de ataques em redes sociais e "são vítimas de orientações para a realização de filmagens das suas aulas, como forma de intimidação durante a realização de atividades pedagógicas" (BRASIL, 2019). O Projeto também cita a Lei de Direitos Autorais, Lei n. 9610/1998³⁴, para defender que professores têm seus direitos autorais e morais violados com divulgação de gravações sem consentimento.

³² Ficha de tramitação disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2219655>. Data de acesso: 08/07/2020.

³³ Ficha de tramitação disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2220059>. Data de acesso: 08/07/2020.

³⁴ Lei de Direitos Autorais disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Data de acesso: 08/07/2020.

Por fim, o PL 5854/2019 foi proposto em novembro de 2019 pelo deputado Helio Lopes (PSL-RJ). O Projeto proíbe a participação de estudantes, menos de 16 anos, em manifestações, protestos e reuniões públicas no horário de aula. O texto prevê que a participação dos estudantes é permitida em organizações de contraturnos apenas se houver autorização prévia e escrita dos pais. A justificação do PL destaca que direito de reunião é assegurado pela Constituição Federal, assim como a liberdade de manifestação e reunião estão garantidas. No entanto, pontua que os pais devem se responsabilizar pela segurança dos estudantes e que estes não devem ficar desassistidos. Do mesmo modo, o PL diz ser irresponsabilidade dos professores aderirem a manifestações e reuniões no horário de aula, considerando que, "tal conduta configura descumprimento ao contrato de trabalho pactuado com as instituições de ensino, sendo legítimo por parte dessas os devidos descontos salariais e demais punições cabíveis previstas na legislação trabalhista aplicável" (BRASIL, 2019).

Os Projetos de Lei que apresentam argumentos contrários à maioria dos PLs que tramitam em conjunto na Câmara dos Deputados – sendo, portanto, o contraponto do PL Escola sem Partido - serão retomados adiante. As discussões de movimentos sociais, autores e órgãos públicos que questionam o PL Escola sem Partido serão apresentadas a seguir.

1.4 CONTRAPONTO À IDEIA DE DOUTRINAÇÃO

Para ter um parâmetro mais geral das discussões que envolvem o Projeto de Lei Escola sem Partido é necessário considerar os PLs que se colocam de maneira contrária e os atores que apresentam um contraponto para a possível doutrinação que o movimento Escola sem Partido afirma existir nas escolas. O Projeto de Lei 6005/2016, por exemplo, expõe abertamente sua intenção enquanto oposição na Câmara dos Deputados. Além de pontuar o que considera essencial para a escola em um regime democrático, afirma nascer “como resposta à pretensão autoritária de censurar, calar, perseguir e criminalizar a liberdade de expressão e pensamento nas escolas brasileiras” (BRASIL, 2016), fazendo referência à tramitação do PL Escola sem Partido.

Desta maneira, a presente pesquisa vai discutir de que forma esse contraponto se dá na Câmara dos Deputados e os argumentos utilizados por instituições e

literatura que possuem uma visão distinta da realidade nas instituições de ensino no país. Como já mencionado, 22 Projetos de Lei tramitam em conjunto na Câmara. No entanto, 8 destes projetos não estão de acordo com a ideia central da tramitação, ou seja, apresentam uma visão diferente e implementam ações distintas dos demais projetos. Além disso, os autores destes projetos também não pertencem aos partidos políticos em que a maioria dos demais se encontram. A Tabela 1 mostra um quadro geral de quais partidos políticos pertencem os autores dos 22 Projetos de Lei apresentados na Câmara até outubro de 2019.

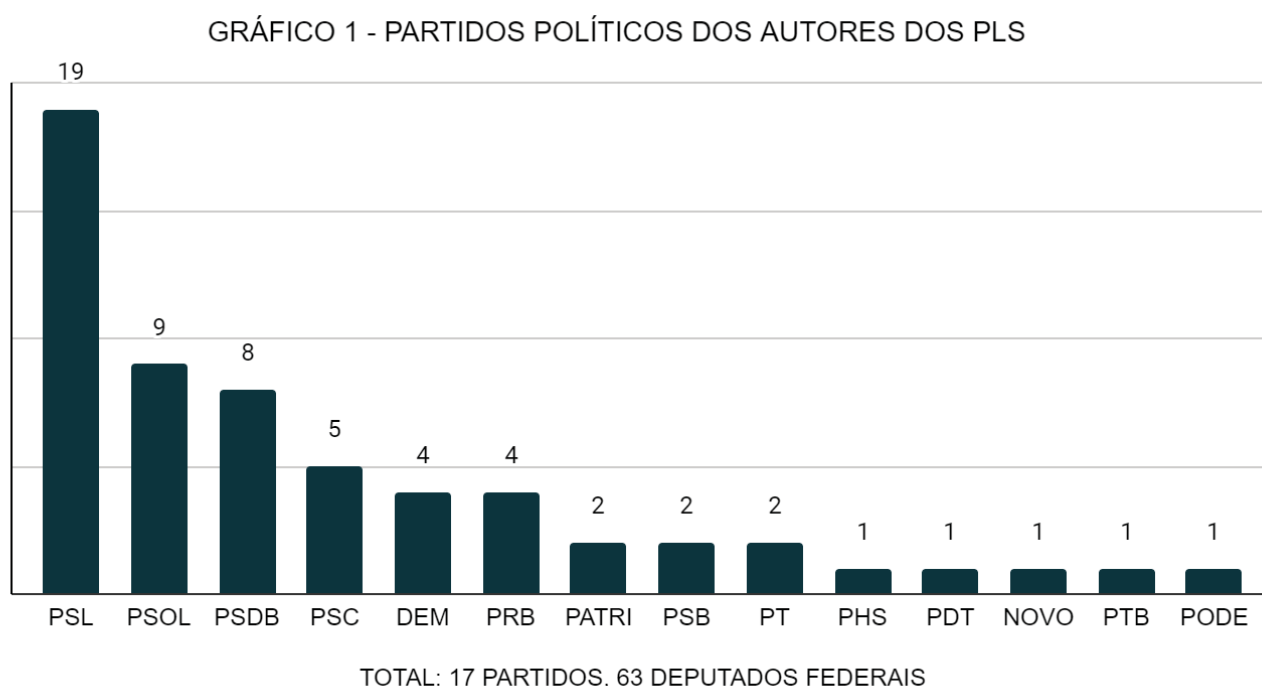
TABELA 1 – DEPUTADOS(AS) AUTORES(AS) DOS PLS ESCOLA SEM PARTIDO

PL	AUTORES	PARTIDOS
7180/2014	Erivelton Santana	PSC-BA
7181/2014	Erivelton Santana	PSC-BA
867/2015	Izalci Ferreira	PSDB-DF
1859/2015	Alan Rick	PRB-AC
	Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB-SP
	Antonio Imbassahy	PSDB-BA
	Bonifácio de Andrada	PSDB-MG
	Celso Russomanno	PRB-SP
	Eduardo Cury	PSDB-SP
	Eros Biondini	PTB-MG
	Evandro Gussi	PV-SP
	Givaldo Carimbão	PROS-AL
	Izalci Ferreira	PSDB-DF
	João Campos	PSDB-GO
	Leonardo Picciani	PMDB-RJ
	Luiz Carlos Hauly	PSDB-PR
	Rosângela Gomes	PRB-RJ
	Stefano Aguiar	PSB-MG
5487/2016	Professor Victório Galli	PSC-MT
6005/2016	Jean Wyllys	PSOL-RJ
8933/2017	Pastor Eurico	PHS-PE
9957/2018	Jhonatan de Jesus	PRB-RR
10577/2018	Cabo Daciolo	PATRI-RJ
10659/2018	Delegado Waldir	PSL-GO
10997/2018	Dagoberto Nogueira	PDT-MS
258/2019	Pastor Eurico	PATRI-PE
2692/2019	Otoni de Paulo	PSC-RJ
375/2019	Alexandre Padilha	PT-SP
1189/2019	Natália Bonavides	PT-RN

3674/2019	Helio Lopes	PSL-RJ
246/2019	Bia Kicis	PSL-DF
	Chris Tonietto	PSL-RJ
	Carla Zambelli	PSL-SP
	Caroline de Toni	PSL-SC
	João Carlos Gurgel	PSL-RJ
	Carlos Jordy	PSL-RJ
	Aline Sleutjes	PSL-PR
	Luiz Philipe de Orleans e Bragança	PSL-SP
	Léo Motta	PSL-MG
	Alê Silva	PSL-MG
	Coronel Armando	PSL-SC
	Alexis Fonteyne	NOVO-SP
	Kim Kataguirí	DEM-SP
	Paulo Eduardo Martins	PSC-PR
	Sóstenes Cavalcante	DEM-RJ
	Filipe Barros	PSL-PR
	Julian Lemos	PSL-PB
	Alan Rick	DEM-AC
	Pr. Marco Feliciano	PODE-SP
	Enéias Reis	PSL-MG
	Joice Hasselmann	PSL-SP
	Nelson Barbudo	PSL-MT
502/2019	Talíria Petrone	PSOL-RJ
	Luiza Erundina	PSOL-SP
	Fernanda Melchionna	PSOL-RS
	Sâmia Bomfim	PSOL-SP
	Áurea Carolina	PSOL-MG
3741/2019	David Miranda	PSOL-RJ
	Fernanda Melchionna	PSOL-RS
	Sâmia Bomfim	PSOL-SP
5039/2019	Igor Kannário	DEM/BA
4961/2019	Deniz Bezerra	PSB-CE
5854/2019	Helio Lopes	PSL-RJ

Fonte: a autora (2019)

No total, 63 parlamentares assinam as autorias dos Projetos de Lei. O Partido Social Liberal (PSL) possui 19 destes deputados, seguido do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com 8. No Gráfico 1 é possível verificar o número de autores dos projetos e os partidos políticos em que eram filiados no momento da proposição do Projeto de Lei. Os principais autores dos PLs que se colocam como contraponto ao PL Escola sem Partido na Câmara pertencem ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos trabalhadores (PT).



Fonte: a autora (2020)

Os Projetos 6005/2016, 10997/2018, 375/2019, 502/2019, 1189/2019, 4961/2019, 5039/2019 e 3741/2019 têm em comum o que chamam de liberdade no processo de ensino-aprendizagem. Argumentam que a troca de conhecimento amplo e diverso em sala de aula contribui significativamente para a construção da pessoa humana exercer sua cidadania. Diante dessa realidade, a formação na escola não pode ser restrita ao ensino técnico voltado para o exercício do trabalho. Os projetos defendem também que a ideia de doutrinação ideológica nas escolas tem provocado atos de violência contra docentes. “Infelizmente, tem se tornado frequente no Brasil ataques contra a liberdade no ato de ensinar mediante perseguições, violências, constrangimentos e exposição pública de professores (...)” (BRASIL, 2019), como

argumenta a justificação do PL 375/2019, que considera ser o PL Escola sem Partido voltado para fins políticos e autoritários.

Quando o assunto é envolvimento do PL com fins políticos, o próprio movimento Escola sem Partido recebe críticas neste sentido. O estudo de rede de comunicação do Escola sem Partido no Facebook (SANTOS; ARAÚJO, 2018) possibilitou observar que há posicionamento político no movimento, mesmo que o Escola sem Partido afirme se tratar de “uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019). Santos e Araújo (2018) identificam que, ao propagar a existência de doutrinação ideológica-partidária dos setores de esquerda nas escolas, há reforço de grupos de direita de que existe ameaça à liberdade de expressão e política no Brasil.

O mapeamento da rede apontou que o EsP está associado a uma ideologia política de grupos de direita, atuando a favor da formação de blocos políticos discursivos conservadores na sociedade civil, contribuindo com a polarização política, fortalecendo a estratégia de comunicação de grupos que procuram deslegitimar propostas de setores progressistas e da esquerda brasileira em geral (SANTOS; ARAÚJO, 2018, p.24).

Caldas (2018) desenvolveu um estudo em que mostra narrativas do movimento Escola sem Partido e trajetórias de docentes. O autor discute o avanço do que chama de "antimovimento" dentro de um contexto de crise política no Brasil. Dentre os pontos abordados por ele, estão as redes sociais, institucionais e parlamentares que envolvem o Escola sem Partido. Como o Escola sem Partido se declara isento de ligações políticas, ideológicas e partidárias, Caldas busca referências para compreender o que o movimento chama de neutralidade política e ideológica.

Para o autor, que olha para o conceito de campo social de Pierre Bordieu – campo científico e campo político - (CALDAS, 2018), a ideia de neutralidade, isenção, desinteresse ideológico e político faz parte do ideal conservador a qual o movimento está relacionado.

(...) é importante destacar também que essa percepção de "neutralidade" e "objetividade" está intimamente relacionada à cultura política conservadora compartilhada pelos membros e defensores do ESP, que acreditam que exista uma verdade absoluta que não deve ser questionada e nem criticada, apenas estudada e compreendida tal como ela é. (...) podemos interpretar a posição de "neutralidade" do ESP e a busca pela "objetividade", como uma tentativa de dissociar-se de algo que, para nós, é indissociável: colocar-se fora dos espaços de conflito, de poder e de dominação, ou seja, colocar-se em um patamar superior, como se estivesse acima das tensões sociais, não tomando partido nem para um lado e nem para o outro, julgando e impondo

medidas de maneira "objetiva", a serviço da "pura" racionalidade, cumprindo um papel de justiça "cega" (CALDAS, 2018, p. 82-83).

A partir disso, o autor apresenta uma teia de relações que vai além da neutralidade que o movimento alega ter. O estudo aponta que “existe uma intensa conexão política e partidária e todo um grupo de pessoas que organizam-se em torno de valores e ideais comum, ligado à cultura política conservadora e ao pensamento neoliberal”, (idem). São mapeadas relações de pessoas que fazem parte do Escola sem Partido como membros ativos no movimento e colaboradores que criam redes de sociabilidade.

Dias (2018) entende que não existem dúvidas de que o movimento Escola sem Partido possui um cunho ideológico e que, afinal, não existe demérito nisso. A questão está, justamente, em não assumir essa condição. Quando os que defendem o movimento se intitulam como apartidários e neutros, "esses mesmos indivíduos revogam para si uma conduta, mais ou menos inconsciente, que se qualifica como superior e, portanto, não agonística" (DIAS, 2018, p. 69). Para o autor, quando se olha o movimento por uma perspectiva do conservadorismo político, não se pode confundir essa perspectiva política "com a mentalidade não democrática daqueles que defendem um projeto que menciona neutralidade política e pretende censurar o direito de se expressar de um cidadão" (DIAS, 2018, p. 70).

Educadores e pesquisadores da área de educação reagem às acusações de doutrinação do Escola sem Partido e demonstram estar em acordo com o que o autor chamou de mentalidade não democrática. Ramos (2017) faz uma análise de um processo que considera ser de criminalização do trabalho pedagógico feito pelo Escola sem Partido. A autora defende um caráter antidemocrático do movimento, no qual a proposta seria promover uma "escola partida" (RAMOS, 2017). Ou seja, gerar uma separação entre educação e política, revelando uma visão conservadora. Para a autora, se o conhecimento não é, em si mesmo, político, as relações e produção da educação são. "Justamente por isto, sua distribuição tem sido tanto desigual quanto controlada. E é este controle que pretende o Escola sem Partido. Daí seu caráter antidemocrático e autoritário" (RAMOS, 2017, p. 82).

Dentro desse contexto, a troca democrática em que a escola está envolvida acolhe a ação do educador, mas também a participação ativa dos estudantes. Quando se afirma que algo não pode ser dito em sala de aula - por um grupo que se julga

neutro determinar que outro não o é -, se aposta em uma recepção passiva dos estudantes, desconsiderando sua total capacidade de questionamento e visão crítica.

Apostar numa lógica de transmissão cultural linear e instrumental, como preconiza o Escola sem Partido, é apostar num modelo de ensino que toma estudantes como incapazes de participar de seu processo de educação e da sociedade mais ampla, por conta da sua condição de aprendiz. De acordo com essa lógica, a participação fica postergada para o futuro. Duas questões, aqui, merecem destaque: primeiro, que a condição de aprendiz não é característica de um grupo etário, mas se refere a nossa condição humana – somos seres permanentemente em aprendizagem; segundo, que a lógica do preparo, como é assentida, sustenta uma ideia de linearidade em relação à participação – primeiro sendo necessário se preparar para participar de assuntos públicos, alienados deles próprios, para só então, mais tarde, participar desses assuntos dos quais se foi privado. (...) A escola tem um papel fundamental na acolhida da participação de estudantes e professores. Precisamos, mais do que nunca, de uma escola que esteja aberta à vida e a tudo que nela está implicado – a diversidade, a diferença e o conflito que promova o diálogo advindo desse encontro (MATTOS et al. 2017, p. 82).

Em 2018, aproximadamente 60 entidades lançaram um manual, intitulado “Manual de defesa contra a censura nas escolas”³⁵, com apoio do Ministério Público Federal³⁶, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão³⁷ e Fundação Malala³⁸. No material, fazem a defesa do que consideram agressões à liberdade de ensino e pluralismo de concepções pedagógicas. A proposta do manual tem duas dimensões, divididas entre compreender estratégias às agressões e valorizar o debate público diante de um conflito social.

Como princípios e objetivos, o manual apresenta estar pautado no pleno desenvolvimento das pessoas para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, valorização dos profissionais da educação, pluralismo pedagógico e liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar. O documento considera que esses conflitos envolvendo os professores se alimenta de desinformação e preconceitos. E, então, pontua que a democracia garante o direito à educação da população. “A democracia e, como consequência, a gestão democrática da educação têm como finalidade, como ‘chão’, a garantia dos direitos humanos, em especial, do direito humano à educação de qualidade para toda a população” (MANUAL DE DEFESA, 2018, p.4).

³⁵ Disponível em: <http://www.manualdedefesadasescolas.org/manualdedefesa.pdf>. Data de acesso: 08/07/2020.

³⁶ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/>. Data de acesso: 11/07/2020.

³⁷ Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/>. Data de acesso: 11/07/2020.

³⁸ Disponível em: <https://www.malala.org/>. Data de acesso: 11/07/2020.

Além das discussões que permeiam os textos sobre a liberdade de ensino, questões jurídicas e a mobilização da comunidade escolar para buscar apoio, o manual divulga uma lista de instituições e canais de atendimento aos educadores que se sentem ameaçados. São listados nomes, endereços físicos e eletrônicos, sites e telefones de sindicatos de educadores em todo o país.

De maneira geral, o movimento Escola sem Partido e os Projetos de Lei que buscam regulamentá-lo foram mal recebidos pela categoria dos professores. Como o movimento acusa os docentes de doutrinação, partindo do pressuposto de que se utilizam da sala de aula para propagar suas crenças e ideologias, se estabelece um clima de constante desconfiança. E, a partir disso, o olhar em sala de aula sai do conhecimento trocado por professores e estudantes e se volta, então, para buscar indícios de que o educador quer forçar o seu ponto de vista.

As discussões não se limitam à relação entre professores e alunos. O movimento também estimula que pais, mães e comunidade escolar pensem sobre a escola ser ou não um lugar seguro para aprender. Quando pesquisadores da educação se dedicam a analisar o contexto em que está o Escola sem Partido e os Projetos de Lei, as conclusões permeiam o que Frigotto (2017) argumenta como não somente liquidar a função docente, mas estimular denúncias. Para o autor, a função docente não se reduz a ensinar apostilas e manuais, mas confrontar visões de mundo, métodos pedagógicos e pontuar concepções científicas. Além disso, também considera a contribuição ativa para o desenvolvimento de sujeitos com capacidade de ler a realidade em que estão inseridos de maneira crítica. Ao final disso, quando o movimento busca desestabilizar essa função, ele procura também promover outra realidade, onde “a pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores” (FRIGOTTO, 2017, p. 31).

2 CONCEITO DE ENQUADRAMENTO

“Rafael evita fazer piadas ou contar histórias
que possam ser gravadas pelos alunos.
Quando apontam câmeras para ele, o professor para,
sorri e diz que tem vergonha de aparecer.
As crianças não têm má intenção, ele pondera.
Elas acham graça do causo contado,
mas seus pais podem ver aquilo como manipulação.
"Mas às vezes sinto que a gente está nos anos 1970,
que tem espião para denunciar o professor pro DOI-CODI."³⁹

Diferentes autores apontam uma pluralidade de visões e definições do que é entendido como enquadramento. Para compreendermos as diferentes perspectivas, vamos apresentar a forma como a literatura define os *frames* a partir de um breve resgate desses conceitos e das áreas de atuação onde foram pensados.

O conceito de enquadramento foi proposto inicialmente nos estudos psiquiátricos de Gregory Bateson, na década de 1950 (RIZZOTTO, FERRACIOLI, ANTONELI, 2017). Após isso, Erving Goffman foi considerado pioneiro na utilização do conceito de enquadramento de maneira sistemática, em 1974 (HANGAI, 2012). O sociólogo direcionou suas reflexões para a análise de interações sociais, nas quais são consideradas as experiências individuais e o quadro (*frame*) dentro das estruturas interpessoais no cotidiano das pessoas. Nessa perspectiva, o *frame* é visto como uma estrutura cognitiva, em que significados possam ser atribuídos a acontecimentos físicos e abstratos que cercam o indivíduo (p. 2, 2012).

Porto (2004) interpreta que, na perspectiva de Goffman, a tendência é que a percepção dos eventos e situações em que estamos inseridos esteja ligada aos enquadramentos. Já para Pozobon e Schaefer (2009), a contribuição de Goffman está justamente no entendimento de que os quadros colaborem para que os atores sociais criem maneiras de compreensão do mundo.

Para Goffman, portanto, os enquadramentos influenciam a organização da realidade, permitindo aos indivíduos “localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências

³⁹ Trecho da reportagem “Mesmo sem lei, Escola sem Partido se espalha pelo país e já afeta rotina nas salas de aula”, publicada na Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/mesmo-sem-lei-escola-sem-partido-se-espalha-pelo-pais-e-ja-afeta-rotina-nas-salas-de-aula.shtml>. Data de acesso: 25/05/2020.

concretas" (Goffman, 1974, p. 21). Desse modo, os enquadramentos possibilitam que os atores sociais interajam e criem formas organizadas de entendimento do mundo, ordenando aquilo que percebem e tornando cognoscível uma grande variedade de situações com as quais se deparam (POZOBON; SCHAEFER, 2009, p.159).

Mais tarde, Gaye Tuchman olha para o enquadramento na perspectiva da área da comunicação, considerando o processo de construção da notícia a partir da prática e rotina jornalística. Fontes (2018) entende que a pesquisa da socióloga está inserida em um contexto que enxerga o jornalismo como uma prática que, a partir de recortes do mundo social, constrói a realidade. Após os primeiros passos na comunicação, as pesquisas empíricas envolvendo o enquadramento da mídia ganharam peso (POZOBON e SCHAEFER, 2014, p. 159). O pesquisador Todd Gitlin se debruça em uma definição mais específica de enquadramento e define que se tratam de

Princípios de seleção, ênfase e apresentação compostos de pequenas teorias tácitas sobre o que existe, o que acontece e o que é importante. [...] [Enquadramentos midiáticos são] padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os detentores de símbolos organizam de forma rotineira o discurso, seja verbal ou visual (GITLIN, 1980, p. 6-7, apud LEAL, 2007, p. 4).

Dessa forma, a contribuição de Gitlin apoiou o desenvolvimento de pesquisas na área de enquadramento e que, por serem entendidos como seleção, ênfase e exclusão que organizam os discursos, os *frames* "acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos", (PORTO, 2004, p.80). Na prática jornalística, os quadros permitem que os profissionais "processem uma grande quantidade de dados rotineiramente, reconhecendo as informações de modo rápido, alocando-as em categorias cognitivas e empacotando-as para transmiti-las eficientemente às suas audiências" (POZOBON e SCHAEFER, 2014, p. 159-160).

No fim da década de 1980, Gamson e Modigliani (1989) introduziram na discussão a ideia de "pacotes interpretativos" para compreender os enquadramentos na relação entre mídia e opinião pública (ARAÚJO, 2017). O argumento é que o discurso, dentro da cultura política, se modifica com o tempo e expõe interpretações e significados que estão em uma "disputa simbólica sobre qual interpretação irá prevalecer" (PORTO, 2004, p. 81).

Maia (2009) entende que os autores veem o enquadramento como uma ideia central organizadora que dá sentido e conexão entre uma série de eventos. Esse

cenário implica em uma variedade de posições, onde há possibilidade de controvérsia. As autoras brasileiras Vimieiro e Dantas (2009) associam a noção de "pacote interpretativo" de Gamson e Modigliani (1989) aos elementos que compõem os enquadramentos, propostos por Matthes e Kohring (2008). Os pesquisadores entendem enquadramento como um padrão em um texto com diversos elementos, sendo eles os dispositivos dos quadros previamente definidos.

Estes elementos devem ser vistos de forma isolada, por meio de uma análise de conteúdo, e depois deve-se fazer uma análise dos agrupamentos e revelar o enquadramento final. "[...] assumimos que algumas dessas variáveis diferentes agrupam-se sistematicamente de uma maneira específica, formando assim um certo padrão que pode ser identificado em vários textos em uma amostra. Esses padrões nós chamamos de *frames*" (MATTHES e KOHRING, 2008, p.263). Além de verem similaridade nos elementos, Vimieiro e Dantas (2009) consideram que os autores conseguiram indicar a forma como são encontrados os enquadramentos, sendo "através de algoritmos de agrupamento" (2009, p. 10).

Robert Entman (1993) considerou que o conceito de enquadramento se encontrava disperso até então, sendo necessária uma revisão mais sistemática de sua utilização. A partir daí, traz uma definição muito utilizada nos estudos de enquadramento no Brasil. Para Entman,

Enquadramento envolve essencialmente *seleção e saliência*. Enquadrar é *selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento* para o item descrito (ENTMAN, 1993, p.52. Itálicos no original).

O pesquisador entende por saliência um fragmento de informação mais significativo, noticiável e memorável para a audiência. Quando em contato com uma informação em ênfase, o público tem maior probabilidade de perceber esse conteúdo, dar significado e guardá-lo na memória de forma sobressaltada ao restante do texto. "Textos podem fazer pedaços de informação mais salientes por colocação e repetição, ou por associação a uma cultura familiar de símbolos" (ENTMAN, 1993, p. 53). O autor compreende que, mesmo se a informação não estiver em uma posição de destaque do texto, ela pode ser eficiente a partir do momento que está presente no sistema de crenças do receptor.

Para exemplificar sua perspectiva, Entman (1993) relembra uma experiência no estudo de Kahneman e Tversky (1983) que, ao analisarem problemas com situações arriscadas, entendem que estas são caracterizadas por seus possíveis resultados e as responsabilidades dos desfechos dessas situações. No entanto, a mesma opção de resultados para o problema pode ser descrita e enquadrada de maneiras diferentes para o leitor. Kahneman e Tversky (1983) exemplificam com dois problemas e possíveis soluções.

No problema 1, 152 entrevistados tiveram que imaginar a seguinte questão: os Estados Unidos (EUA) estavam se preparando para combater uma doença asiática incomum que deve matar 600 pessoas. Isto posto, dois programas foram propostos para combater a doença, levando em consideração que as perspectivas científicas de consequências eram exatas: Programa A: se adotado, 200 pessoas serão salvas. Programa B: existe a probabilidade de $\frac{1}{3}$ de 600 se salvar e $\frac{2}{3}$ não. Quando perguntado qual dos dois programas preferiam, 72% dos entrevistados optou pelo A e 28% pelo B. No caso do problema 1, os autores destacam que a sua formulação adota, de forma implícita, o ponto de partida em que 600 pessoas podem morrer.

Como esperado em programas que dão a perspectiva de ganhos, ou seja, vidas salvas (KAGNEMAN e TVERSKY, 1983, p.343), os entrevistados se mostram contrários às chances de correr risco. Neste caso, a maioria prefere salvar 200 pessoas do que apostar no programa que oferece a probabilidade de salvar $\frac{1}{3}$ das 600 vidas.

Para o problema 2, 155 participantes do experimento tiveram que considerar a mesma questão do surto da doença, mas com uma descrição diferente do que é oferecido pelos programas de combate: Programa C: se adotado, 400 pessoas morrem. Programa D: existe a probabilidade de que $\frac{1}{3}$ não morra e que $\frac{2}{3}$ das pessoas morram. Neste caso, 22% dos entrevistados optaram pelo programa C e 78% pelo D.

O ponto destacado pelos autores é que é fácil verificar que as opções dos programas não mudam de um problema para outro. O que muda é a forma como as alternativas são apresentadas, considerando ou não as perdas das vidas. Para Entman (1993) este experimento demonstra que os enquadramentos chamam a atenção para aspectos específicos da realidade, selecionando e direcionando o público. "A maioria dos frames é definida pelo que eles omitem e incluem, e as omissões de definições de problemas potenciais, explicações, avaliações e

recomendações podem ser críticas como as inclusões na orientação do público" (ENTMAN, 1993, p.54).

Esquemas existentes no sistema de crenças do receptor podem contribuir para que essas informações sejam guardadas por ele, mesmo que uma ideia enfatizada dentro de um texto possa parecer de difícil percepção do receptor. Entman (1993) também argumenta que o enquadramento possui influência em como as pessoas se recordam das notícias, isto é, como entenderam as situações em razão de um processo de valorização de opções de divulgação. Entretanto, o autor destaca que o enquadramento possui um efeito comum em uma larga faixa de receptores, mas não em sua totalidade. Ele defende que o efeito do enquadramento não é universal.

Olhando para enquadramentos em notícias da política, Entman destaca que os quadros têm implicações importantes para a comunicação política. Os quadros podem chamar atenção para aspectos e obscurecer outros, contribuindo para que o público possa ter reações distintas diante de elementos da realidade. "Enquadrar a essa luz desempenha um papel importante no exercício do poder político, e o enquadramento em um texto noticioso é realmente a marca do poder - registra a identidade de atores ou interesses que competiam para dominar o texto", (ENTMAN, 1993, p.55).

Além de se preocupar em trazer um conceito sistemático para os estudos de enquadramento, Entman (1993) discute certa inconsistência nas definições que dificultam o estabelecimento de um paradigma. D'Angelo (2002) avalia que Entman (1993) apresentou uma contribuição útil ao considerar que os frames possuem diferentes locais no processo de comunicação, sendo eles o comunicador, o texto, o receptor e a cultura. No entanto, D'Angelo (2002) considera a existência de uma falha na metateoria de Entman (1993), justamente por entender que a pesquisa de enquadramento de notícias não se dá na existência de um único paradigma, mas sim dentro de um programa de pesquisa, que considera três paradigmas distintos.

O primeiro deles é o paradigma cognitivo, que olha da perspectiva em que os indivíduos fazem negociações quando em contato entre o frame e conhecimento prévio de cada um. Para D'Angelo (2002) os cognitivistas se interessam em saber "como o encontro de um indivíduo com um quadro de notícias se torna uma interpretação que é armazenada na memória e ativada em encontros futuros com quadros semelhantes" (D'ANGELO, 2002, p. 878).

O autor também considera o paradigma crítico dentro do programa de pesquisa. Nessa perspectiva, o argumento é que as organizações noticiosas selecionam e

omitem informações na construção dos quadros. Autores desse paradigma afirmam que "os quadros são resultado de rotina de coleta de notícias pelas quais os jornalistas transmitem informações sobre problemas e eventos da perspectiva dos valores mantidos pelas elites políticas e econômicas" (D'ANGELO, 2002, p.876).

O autor percebe, por fim, o paradigma construcionista como a abordagem que vê os jornalistas como processadores de informação que criam pacotes interpretativos das notícias (como na pesquisa já apontada de Gamson e Modigliani, 1989). Estudiosos críticos consideram a seleção de fontes das reportagens como um processo de hegemonia da mídia.

D'Angelo (2002) defende que as pesquisas em enquadramento são desenvolvidas pelos objetivos: a) identificar unidades temáticas de *frames*; b) investigar condições que produzem os enquadramentos; c) examinar como enquadramentos noticiosos interagem com o conhecimento já existentes dos indivíduos, trabalhando nas lembranças, interpretações, avaliações e tomadas de decisões; d) examinar a maneira como os frames moldam a opinião pública e os debates sobre questões políticas.

Diante de uma diversidade de concepções teóricas sobre enquadramento, tornando difícil identificar consistência na operacionalização do conceito (RIZOTTO, ANTONELLI, FERRACIOLI, 2016), Scheufele (1999) apresenta uma proposta de classificação "para agrupar e delimitar de forma mais consistente essa teia de pesquisas" (2016, p.88). Ao entender que os enquadramentos devem ser considerados como esquemas para compreender e apresentar as notícias, Scheufele (1999) aponta que dois conceitos podem ser especificados: quadros de mídia e quadros individuais (1999, p. 106).

Quadros de mídias são compreendidos como ideia central organizadora que dá sentido aos acontecimentos (GAMSOM, MODIGLIANI, 1989). Scheufele (1999) resgata definição de diferentes autores (Tuchman, 1978; Gitlin, 1980; Gamson e Modigliani, 1989, Entman, 1993) que compreendem o enquadramento da notícia como organizadora de uma realidade percebida, em que fatores ganham relevância no texto noticioso. Já os quadros individuais são compreendidos como ideias armazenadas pelos indivíduos, guiando seu processamento das informações (1999, p. 107).

O autor também classifica os estudos de enquadramento como aqueles que examinam quadros como variáveis independentes e dependentes. Variáveis independentes (SCHEUFELE, 1999, p. 107) estão interessadas nos efeitos do

enquadramento. "No caso da mídia, os resultados dos enquadramentos estão ligados diretamente à percepção dos receptores e, no caso da audiência, a pesquisa investiga se o enquadramento individual dos assuntos influencia a avaliação de atores políticos" (POZOBON, 2014, p.164). As variáveis dependentes olham para o papel de diferentes fatores que influenciam criação ou modificação dos frames (Scheufele, 1999, p. 107).

No nível midiático, o enquadramento de um assunto pelos jornalistas pode ser influenciado por variáveis socioestruturais ou organizacionais e por variáveis individuais ou ideológicas. Em nível da audiência, o enquadramento como uma variável dependente está relacionado a como os receptores são influenciados pela mensagem transmitida pela mídia, ou seja, o enquadramento é examinado como resultado direto do modo como a mídia enquadra determinado assunto. (POZOBON, 2014, p.164).

Vimieiro e Dantas (2009) entendem que, de forma geral, as pesquisas que abordam a temática do enquadramento na comunicação utilizam duas abordagens: enquadramentos da mídia e enquadramentos da audiência. "Essas duas correntes maiores se subdividem, de forma que nem todos que estudam os enquadres da mídia o fazem do mesmo modo e nem todos os trabalhos que abordam os enquadramentos da audiência dizem da mesma coisa" (2009, p. 2). No entanto, a classificação desses estudos também foi adaptada por outros autores (POZOBON E SCHEUFER, 2014, p. 163). Um exemplo é o pesquisador Mauro Porto (2004), que distingue os enquadramentos entre noticiosos e interpretativos.

Por enquadramentos noticiosos o autor entende que se tratam de padrões de seleção, ênfase e apresentação utilizados pelos jornalistas para organizar o relato das notícias. Dessa forma, enquadramento noticioso é o que os jornalistas chamam de ângulo da notícia, "o ponto de vista adotado pelo texto noticioso que destaca certos elementos de uma realidade em detrimento de outros" (PORTO, 2004, p.91).

Além disso, o autor pontua que existem enquadramentos distintos dentro dessa categoria principal. Por exemplo, existe o que chama de enquadramento de interesse humano (que tem a cobertura voltada para os indivíduos que envolvem a narrativa jornalística), o enquadramento episódico (focado em cobertura de eventos), além do enquadramento corrida de cavalos (que identifica a corrida nas disputas eleitorais e seus desdobramentos). Em enquadramentos noticiosos, o autor entende que se tratam de escolhas feitas pelos jornalistas, "escolhas estas que têm como consequência a ênfase seletiva em determinados aspectos de uma realidade percebida", (PORTO, 2004, p.92).

Diferente disso, os enquadramentos interpretativos se dão em nível mais específico e com uma certa independência da relação com os jornalistas envolvidos. "Enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades recomendações de tratamento, etc." (Ibidem).

Para Porto (2004) mesmo que os jornalistas também construam seus enquadramentos interpretativos na produção das notícias - tendendo a apresentar esses enquadramentos em colunas ou matérias analíticas -, nessa categoria são atores sociais e políticos que promovem as interpretações. "Trata-se aqui de interpretações oriundas de um contexto mais amplo que podem ser incorporadas ou não pela mídia", (Ibidem). A diferença principal entre esses dois tipos de enquadramento está na fonte. "Em geral, os enquadramentos noticiosos são criados por jornalistas e os interpretativos são elaborados por atores políticos e sociais" (PORTO, 2004, p.92).

2.1 OPERACIONALIZAÇÕES DO CONCEITO

Diferentes autores apontam a dificuldade existente na definição do conceito e operacionalização do enquadramento, assim como as definições divergentes na literatura (POZOBON e SCHAEFER, 2014; MENDONÇA e SIMÕES, 2012; PORTO, 2004; DE VREESE, 2005; BORAH, 2011; RIZZOTO, ANTONELLI, FERRACIOLI, 2016; RIZZOTO, PRUDENCIO e SAMPAIO, 2017). Olhando para diferentes maneiras de operacionalizar o conceito de enquadramento, os autores brasileiros Mendonça e Simões (2012) estabelecem uma categorização que se concentra em modelos de *frames*.

1) Análise da situação interativa: a primeira categoria em que Mendonça e Simões (2012) se debruçam deriva do conceito de enquadramento "para a microanálise de interações sociais" (MENDONÇA e SIMÕES, 2012). Para os autores, os estudos de Goffman (1974) se encaixam nessa categoria, já que o pesquisador pensa em "como situações interacionais distintas moldam as relações ali estabelecidas" (MENDONÇA, SIMÕES, 2012, p. 191). Os enquadramentos nessa perspectiva são vistos como molduras que permitem identificar o envolvimento dos

atores envolvidos, além do fato de que “revelam valores e traços que constituem o contexto social mais amplo da sociedade” (MENDONÇA e SIMÕES, 2012, p.193).

2) Análise de conteúdo discursivo: Nesta vertente, a noção de enquadramento está relacionada com o operador para as pesquisas que realizam análise de conteúdo. "A ideia é analisar enunciados e discursos de natureza variada, captando o modo como a realidade é enquadrada por eles" (Ibidem). Aqui existe um esforço na compreensão da maneira como os discursos enquadram o mundo a partir de visões específicas. Essa perspectiva, de acordo com os autores, é a mais utilizada em estudos da área de jornalismo, em comunicação política.

Entman (1993) é visto como um marco para os autores, já que entende que os enquadramentos compreendem interlocutores, textos e a cultura – estando o poder de enquadrar na relação entre essas instâncias. "Visto que os frames podem definir problemas, diagnosticar causas, fazer julgamento morais e sugerir soluções, fica evidente sua dimensão política" (MENDONÇA e SIMÕES, 2012, p. 193).

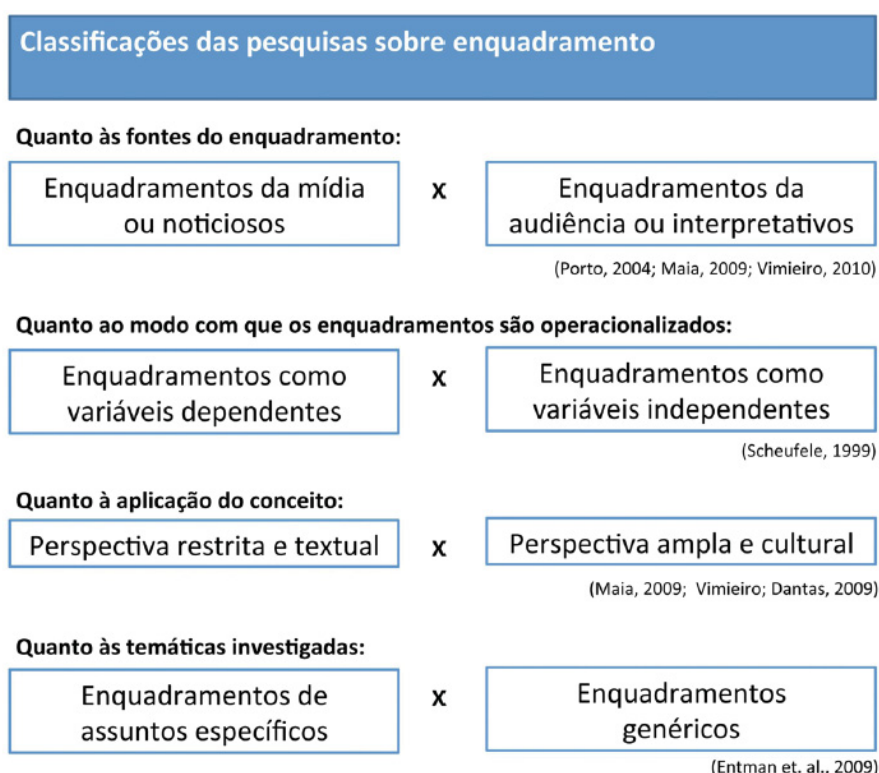
As pesquisas de autores como Gitlin, em 1980, e Alessandra Aldé, em 2004, também são vistas como parte da análise de conteúdo discursivo. Desta forma, "o foco dessa vertente de análise de enquadramento volta-se, pois, para a percepção do modo como discursos enquadram o mundo, tornando acessíveis perspectivas específicas de interpretação da realidade" (Ibidem).

3) Análise de efeito estratégico: Nesta última categoria, os frames não são vistos como molduras de sentido, mas como “estratégias de construção de proferimentos para gerar determinados efeitos.” (MENDONÇA e SIMÕES, 2014, p.194). O foco aqui está nos efeitos dos enquadramentos (chamados de *framing effects*). Além disso, as investigações empíricas se dão "no campo da psicologia cognitiva acerca do modo como a organização de enunciados influencia a opinião de seus receptores" (ibidem).

No campo da comunicação política, essa operacionalização está ligada aos estudos de *agenda setting* e *priming* – Borah (2011), no entanto, questiona a associação das discussões, já que considera que agenda-setting trata da frequência com que um problema é discutido na mídia, não o que questão tratada. Nesses estudos, os enquadramentos são pensados como instrumentos na influência da opinião pública, em “como a comunicação pode ser enviesada de modo a influenciar as pessoas ou que tipos de constrangimentos podem limitar esses efeitos diretos. Frames são, aqui, um viés construído pelo enunciador” (MENDONÇA e SIMÕES, 2014, p. 194).

Ao fazer um resgate das pesquisas sobre enquadramento, Pozobon e Schaefer (2014) identificam que a confusão teórica existente no campo se dá também pela falta de sistematização das pesquisas. Os autores entendem que existem diferentes classificações nas pesquisas, mas que é importante delimitar a perspectiva pela qual o conceito é utilizado. Com o intuito de contribuir para que os estudos tenham seus aportes teóricos, operacionais e metodológicos mais sistemáticos e menos subjetivos, apresentam um diagrama com as principais classificações sobre os caminhos já percorridos neste campo. Veja na Figura 4:

FIGURA 4 - CLASSIFICAÇÕES DAS PESQUISAS SOBRE ENQUADRAMENTO



Fonte: Pozobon e Schaefer (2014)

Os autores compreendem que esta é uma forma de delimitar a maneira como se volta para conceito teórico e metodológico, evitando um indeterminismo que pode gerar confronto com outros estudos. Portanto, consideram necessário que as escolhas dos pesquisadores sejam evidentes nas pesquisas, visto que, após definirem o conceito adotado, “pode-se determinar com mais segurança parâmetros metodológicos para o desenvolvimento dos estudos” (POZOBON e SCHEFER, 2014, p. 166).

O conceito que nós utilizamos como definição de enquadramento é cunhado por Entman (1993) que, como já detalhado, considera o *frame* como seleção e saliência de aspectos da realidade retratados nos textos noticiosos. As metodologias possíveis na *frames analysis* serão tratadas no tópico seguinte e, então, descrita qual será a adotada para atingir os objetivos que esta pesquisa se propõe.

2.2 ABORDAGEM METODOLÓGICAS NOS ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO

De Vreese (2005) defende a existência de um processo dinâmico que envolve construção e definição dos quadros, componentes estes que integram o que chama de processo de enquadramento. Neste processo, são considerados diferentes momentos, compostos por construção dos quadros, definição de enquadramentos e consequências do enquadramento em nível individual e social (DE VREESE, 2005, p.52). Na construção de quadros, são considerados os fatores internos que compõem o trabalho do jornalista e as estruturas organizacionais onde estão inseridos; também consideram a interação entre jornalistas, elites e movimentos sociais⁴⁰. Em definição dos quadros, De Vreese (2005) se refere à interação entre frames e as predisposições dos indivíduos. Destaca que as consequências dos enquadramentos podem ser percebidas em níveis individual (percepção do problema com base na exposição ao enquadramento) e social (tomada de decisão e ações coletivas).

Ao perceber uma inconsistência significativa na aplicação do conceito de enquadramento e com intuito de sintetizar diferentes tipos de enquadramentos já sugeridos na literatura (DE VREESE, 2005), o autor utiliza uma distinção mais geral nas pesquisas de enquadramento, definindo como estudos de enquadramentos genéricos (*generic frames*) e enquadramentos específicos (*issue-specific frames*). Em enquadramentos genéricos, o autor entende quadros que abrangem a relação de diferentes tópicos, que superam o tempo e se colocam em diferentes contextos culturais (DE VREESE, 2005, p.54).

Os quadros genéricos oferecem "menos possibilidade de examinar o enquadramento de um evento em detalhes, mas permitem comparações entre

⁴⁰ Exemplifica com os estudos de GANS, 1979; TUCHMAN, 1978; COOPER, 2002 e SNOW e BENFORD, 1992.

quadros, tópicos e, potencialmente, práticas de enquadramento em diferentes países" (DE VREESE, PETER, SEMETKO, 2001, p.109). Exemplos de pesquisas de enquadramento genérico são de Iyengar (1991) que analisa questões políticas e percepção da pobreza nos EUA (1990); Neuman et al (1992) e Semetko e Valkenburg (2000) que propõem quadros de notícias de conflito, interesse humano, responsabilidade, moralidade e consequências econômicas - como as contribuições desses autores serão utilizadas dentro da metodologia desta pesquisa, serão mais detalhadas a seguir⁴¹.

Já os estudos de enquadramentos específicos permitem um nível de especificidades e detalhes mais aprofundados. O autor aponta que enquadramentos específicos são difíceis de generalizar (DE VREESE, 2005), comparar ou utilizar como evidência empírica na construção teórica do enquadramento. São quadros que podem "capturar aspectos específicos de seleção, organização e elaboração que estão presentes na cobertura de notícias e se referem especificamente a um problema bem definido" (DE VREESE, PETER, SEMETKO, 2001, p.108).

Nesta abordagem, por exemplo, estão os estudos de Entman (1993) em que quadros podem – mesmo que de maneira não intencional dos profissionais da comunicação - definir problemas, determinando o que um agente causal está fazendo; diagnosticar causas, identificando quais forças estão criando os problemas sugeridos pelos quadros. Também podem fazer julgamentos morais, indicando os agentes responsáveis pela causa do problema e seus efeitos; e sugerir remédios e soluções para tratar dos problemas identificados.

Dentro dessas quatro características em um enquadramento, no entanto, um texto pode conter mais do que um quadro, assim como outras podem não conter quadro nenhum. "Enquadramentos nas quatro colocações incluem funções similares: seleção e destaque, e o uso de elementos destacados para construir argumentos sobre problemas e suas causas, avaliações e/ou soluções" (ENTMAN, 1993, p.53).

Como exemplos de pesquisas que consideram as categorias do autor na análise de enquadramento, estão a dos pesquisadores Rizzotto, Prudencio e Sampaio (2017) – que aplicam as categorias dentro da análise multimodal da cobertura midiática do

⁴¹ Pesquisas como de Ferracioli (2017) e Casagrande (2017) utilizam esta abordagem; Fontes (2018) aplica enquadramentos genéricos e específicos na análise da cobertura jornalística sobre o *crack* em São Paulo.

impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016 -, e a de Vimieiro e Dantas (2009), que propõem elementos de enquadramento como referência de análise em pesquisas de enquadramentos midiáticos.

2.2.1 Enquadramentos genéricos

Como mencionado, nos estudos de enquadramentos genéricos (*generic frames*), Iyengar (1991) analisa os efeitos de enquadramentos das notícias de televisão sobre questões políticas e propõe dois *frames* diferentes: Episódicos e Temáticos. Neste estudo, Iyengar avalia que o enquadramento das notícias da televisão molda a maneira como os espectadores compreendem a questão tratada.

Um exemplo disso é a forma como o público atribui responsabilidade para a questão da pobreza nos Estados Unidos (IYENGAR, 1990). O estudo identifica que a responsabilidade atribuída nesse contexto se baseia na maneira como as notícias de televisão e perguntas de pesquisa enquadram o assunto. Para o autor, apesar de pouco desenvolvimento na teoria que considera os efeitos de enquadramento, é provável que os efeitos acontecem devido aos quadros que direcionam a atenção do público para pontos específicos do que está sendo tratado. Em casos de julgamento social, o autor aponta que as questões que são consideradas ou ignoradas dependem da facilidade com que elas vêm à memória das pessoas (IYENGAR, 1990).

Em sua distinção de enquadramento, o quadro temático considera que as notícias são baseadas em tendências gerais, em histórias tratadas de maneira ampla, de forma abstrata e impessoal. Já nos quadros episódicos, a cobertura apresenta uma abordagem do fato em si, tratando de experiências pessoais dentro de um recorte particular do indivíduo ou família que vive a realidade apresentada. “A diferença essencial entre o enquadramento episódico e temático é que o enquadramento episódico retrata acontecimentos concretos, enquanto o enquadramento temático apresenta evidências coletivas ou gerais” (IYENGAR, 1991, p.14).

O autor identificou que as crenças sobre o que ou quem é responsável pela pobreza nos EUA varia de forma considerável dependendo da forma como tema é enquadrado. O quadro temático está associado a atribuição de uma responsabilidade social, enquanto que o episódico atribui um sentido mais evidente de responsabilidade individual. Para o autor, existem consequências relevantes na crença dos indivíduos,

de modo que o "enquadramento das questões políticas é uma forma poderosa de controle social" (1990, p.36).

Semetko e Valkenburg (2000) contribuíram com a definição de cinco enquadramentos predefinidos, analisando o conteúdo noticioso a partir de uma abordagem dedutiva (POZOBON e SCHAEFER, 2014; RIZZOTTO, ANTONELLI, FERRACIOLI, 2016; RIZZOTTO, FERRACIOLI, 2018). Para os autores, existem duas abordagens possíveis na pesquisa que analisa os enquadramentos nas notícias: indutiva e dedutiva (SEMETKO e VALKENBURG, 2000, p.94). A abordagem indutiva analisa a notícia de uma perspectiva aberta na tentativa de revelar a matriz de possíveis enquadramentos no texto. "Essa abordagem pode detectar as muitas maneiras possíveis em que um problema pode ser enquadrado" (Ibidem), embora pontuam que é de difícil replicabilidade.

Por outro lado, a abordagem dedutiva compreende uma predefinição de quadros para verificar até que ponto esses frames estão presentes nas notícias. É uma abordagem mais fácil de ser replicada, em que a vantagem está na identificação de diferentes enquadramentos entre meios de comunicação e estilos do conteúdo presente na mídia - os autores dão exemplo de comparação entre conteúdos de jornais e tabloides. Para tanto, é preciso ter uma definição prévia dos *frames* que possivelmente estarão nas notícias analisadas, pois "os quadros que não são definidos a priori podem ser ignorados" (SEMETKO e VALKENBURG, 2000, p.2).

Dentro dos estudos de enquadramento genéricos, Semetko e Valkenburg (2000) fazem uma extensão da pesquisa de Neuman et al (1992) e propõem a investigação de cinco enquadramentos presentes nas notícias. Os frames interesse humano, conflito, consequências econômicas, responsabilidade e moralidade podem ser identificados nos textos a partir de perguntas com respostas 'sim' ou 'não', buscando identificar qual o enquadramento preponderante nas notícias analisadas.

Por enquadramento de Conflito (*conflict frame*), os autores entendem que a disputa entre grupos, indivíduos ou instituições estão presentes no texto como uma forma de captar o interesse do público. De outro modo, o enquadramento de Interesse Humano (*human interest frame*) busca identificar o aspecto emocional na construção da reportagem. É o quadro que possui um rosto humano na apresentação da questão ou problema tratado pela notícia.

No enquadramento de Consequências Econômicas (*economic consequences frame*) a ênfase está no aspecto econômico em que o problema é tratado. Deste

modo, o quadro revela um evento ou problema que trará consequências econômicas para um grupo, instituição ou região do país. Em enquadramento de Moralidade (*morality frame*) as prescrições morais e religiosas são destacadas na cobertura de um evento, questão ou problema. Semetko e Valkenburg (2000) afirmam que, com a noção de objetividade presente no jornalismo, os frames de moralidade estão presentes de forma indireta na reportagem, podendo ser identificados nas falas dos entrevistados ou citações no texto. Por fim, o Enquadramento de Responsabilidade (*responsability frame*) atribui a responsabilidade de um problema ou questão à uma instância governamental. Isso significa que a questão tratada na reportagem olha para uma possível causa ou solução vinda do governo, grupo ou indivíduo.

Para identificar estes enquadramentos, os autores propõem 20 perguntas que buscam perceber os quadros preponderantes na cobertura televisiva e impressa na mídia holandesa, que tratava das reuniões "*Eurotop*" em 1997 (SEMETKO e VALKENBURG, p. 94, 2000). Como nós acolhemos estas questões para identificar os frames presentes na cobertura jornalística do contexto de tramitação do Projeto de Lei Escola sem Partido, indicamos no Capítulo metodológico e de análise desta pesquisa - bem como no livro de códigos, no Apêndice 1 -, quais são as perguntas direcionadas a cada um dos frames propostos por Semetko e Valkenburg (2000), já no modelo adaptado por Fontes (2018).

Matthes e Kohring (2008) apontam existir cinco abordagens metodológicas, não excludentes, nas pesquisas de enquadramento. A primeira é a abordagem hermenêutica, em que pesquisadores identificam enquadramentos a partir de uma explicação interpretativa. Nesse aspecto, os enquadramentos identificados estão ligados a elementos culturais amplos, mas são baseados em pequenas amostras descritas em profundidade. Os autores criticam a confiabilidade dessas pesquisas que, embora contribuam para o acúmulo do conhecimento no campo, não apresentam um percurso metodológico explícito. Desta forma, os pesquisadores correm o risco de identificarem frames que já estavam procurando, mesmo que de maneira inconsciente.

A abordagem linguística se dá em estudos em que os enquadramentos são identificados por seleção, posicionamento e estrutura textual. O que difere essa da abordagem hermenêutica é que os elementos linguísticos são claramente determinados na construção do frame. Os autores percebem que a limitação da abordagem está na dificuldade de análises com amostras de textos grandes, visto que

se trata de um método complexo de ser aplicado (MATTHES e KOHRING, 2008, p. 260).

Por abordagem holística manual, os autores entendem dois momentos: o primeiro trata de análise qualitativa de alguns textos noticiosos do corpus da pesquisa e, após serem codificados, geram variáveis a serem aplicados no restante dos textos da pesquisa. Assim como na abordagem hermenêutica, Matthes e Kohring (2008) defendem a necessidade de transparência na extração dos enquadramentos dos textos para garantir a confiabilidade na pesquisa. Sem deixar evidente os critérios utilizados para identificar os quadros, a codificação pode cair no que chamam de "caixa preta metodológica" (2008, p. 260). Além disso, atentam para a dificuldade de identificar novos enquadramentos a partir do momento que os iniciais já foram encontrados, pois "quando os quadros são definidos e os esquemas de codificação são desenvolvidos, pode ser difícil observar o surgimento de novos frames" (2008, p.261).

A abordagem assistida por computador faz o mapeamento de enquadramento a partir do olhar computadorizado para palavras específicas no texto analisado. É descrita pelos autores como uma abordagem objetiva na identificação dos frames, visto que não há interferência do codificador na extração dos quadros. No entanto, a limitação da abordagem se dá justamente na redução dos enquadramentos a um agrupamento de palavras. Neste aspecto, não há falta de confiabilidade no mapeamento dos frames, mas falta de validade em um grupo de palavras.

Embora existam programas que busquem identificar o significado das sentenças encontradas pelo computador, não são capazes de analisar os contextos em que os termos estão, sendo assim "a principal desvantagem é que o computador é simplesmente incapaz de entender a linguagem humana em toda a sua riqueza, complexidade e sutileza, como pode um codificador humano (SIMON, 2001, p.87, apud MATTHES e KOHRING, 2008, p. 262).

Por fim, a abordagem dedutiva se baseia em quadros predefinidos como na pesquisa já citada de Semetko e Valkenburg (2000). Os enquadramentos, nessa abordagem, já estão determinados na literatura e são codificados na análise de conteúdo amplamente encontrada nas pesquisas em comunicação. A limitação vista nesta abordagem é que ela exige uma definição dos quadros que serão encontrados nos textos noticiosos. A partir disso, corre-se o risco de perder quadros importantes na análise do corpus da pesquisa. A partir das limitações que os autores veem nas

abordagens, propõem um método baseado na análise de grupos (clusters) - entendendo que os elementos dos enquadramentos podem ser analisados separados e depois revelam o frame final (ver KOHRING E MATTHES, 2002).

De modo geral, os autores deixam explícita a necessidade de clareza na descrição dos caminhos metodológicos adotados, buscando aumentar a confiabilidade dos resultados identificados por meio das análises de enquadramento, entendendo que “diversos métodos vêm sendo utilizados para a análise dos frames que recaem em erros que podem minar a confiabilidade e a validade das pesquisas” (VIMIEIRO, 2010, p.76).

Esta pesquisa utiliza os enquadramentos genéricos, nas perspectivas de Semetko e Valkenburg (2000) para identificar a maneira como os jornais Folha de São Paulo, Estadão e O Globo fazem a cobertura do contexto de tramitação do PL Escola sem Partido. Além disso, também busca identificar a classificação de enquadramentos temáticos e episódicos de Iyengar (1991) para atingir o objetivo específico de verificar se os jornais contextualizam a tramitação em uma discussão mais ampla, envolvendo a premissa do movimento Escola sem Partido de doutrinação nas escolas. O percurso metodológico adotado está descrito no Capítulo 3 - Metodologia e Análise da pesquisa.

A pesquisa compreende que o estudo de enquadramento oferece embasamento teórico e ferramentas metodológicas interessantes para a análise do jornalismo político. No contexto da análise que a dissertação se propõe, o enquadramento noticioso permite visualizar pontos de destaque na cobertura, indicando que a tramitação do PL Escola sem Partido seja vista por meio de recortes feitos pelos jornais. Além disso, aliada à análise das fontes utilizadas nas reportagens, a identificação do enquadramento permite que o leitor perceba a maneira como os jornais conduzem a discussão que acompanha cinco anos de tramitação do PL na Câmara dos Deputados. A metodologia do enquadramento possibilita que a pesquisa indique, por exemplo, que a discussão do PL se dá, principalmente, no campo do conflito de ideias, interesses e posicionamentos.

3 METODOLOGIA E ANÁLISE DA PESQUISA

"A gente criou uma paranoia tão grande, uma autocensura, que qualquer coisa pode ser motivo para ser ridicularizado ou perder o emprego. Não trabalhamos por hobby, precisamos levar comida para casa..."⁴²

Nossa pesquisa pretende analisar todas as reportagens dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo (Estadão) e O Globo sobre a tramitação do Projeto de Lei Escola sem Partido na Câmara dos Deputados. Como descrito no Capítulo 1, o primeiro Projeto de Lei (PL) apresentado na Câmara é de fevereiro de 2014. O último PL que tivemos é de setembro de 2019. Essa pesquisa abrange, então, todo o período de tramitação do PL na Câmara, incluindo o segundo semestre de 2019 por considerar que a tramitação pode apresentar avanço na Câmara.

Todas as reportagens presentes no corpus foram coletadas de forma manual, identificadas a partir da área de busca específica de cada portal de notícias, sendo eles o www.folha.uol.com.br; www.estadao.com.br; e www.oglobo.globo.com. O termo de busca foi "Escola sem Partido", no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2019.

As reportagens dos jornais Folha de S. Paulo e Estadão foram extraídas das editorias de política e educação, justamente por serem os espaços que os jornais destinaram para publicar os materiais dessa temática. Somente o jornal O Globo não segue um padrão equivalente dessas editorias, publicando as reportagens em editorias como "sociedade", "Brasil" e outras.

Apesar do termo "Escola sem Partido" mostrar resultados mais amplos, ele foi considerado o mais assertivo para identificar os materiais que tratavam do assunto. Isso porque os portais, muitas vezes, identificam a tramitação do PL dentro de um contexto e nem sempre utilizam termos como "Projeto de Lei Escola sem Partido", por exemplo. Desta forma, a busca permitiu identificar as reportagens que tratam sobre o movimento Escola sem Partido e, a partir disso, noticiam o PL e tramitação.

⁴² Trecho da reportagem "Mesmo sem lei, Escola sem Partido se espalha pelo país e já afeta rotina nas salas de aula", publicada na Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/mesmo-sem-lei-escola-sem-partido-se-espalha-pelo-pais-e-ja-afeta-rotina-nas-salas-de-aula.shtml>. Data de acesso: 25/05/2020.

Desconsiderando reportagens que não mencionam o PL ou conteúdo opinativos, o total é de 238 reportagens compondo o corpus final.

3.1 LIVRO DE CÓDIGOS DA PESQUISA

Após a coleta das reportagens, o corpus final da dissertação será analisado em dois momentos distintos. O primeiro deles se baseia na análise de enquadramento proposta pelos autores Semetko e Valkenburg (2000). A partir de Neuman et. al (1992), os autores propõem uma extensão dos estudos para identificar a ocorrência de *frames*. Eles apresentam uma análise de enquadramento genérico em uma análise dedutiva, com um questionário baseado em respostas Sim ou Não para a identificação de 5 frames: conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade.

No quadro de **Conflito**, Semetko e Valkenburg (2000) destacam a ênfase do conflito entre indivíduos, instituições ou grupos como uma maneira de chamar a atenção do público. Conflito indica uma disputa entre grupos presentes no enquadramento principal. Para ilustrar a definição deste enquadramento, os autores exemplificam a abordagem com pesquisas que observam que "a discussão nas notícias entre elites políticas frequentemente reduz o debate político substantivo complexo a um conflito excessivamente simplista" (SEMETKO e VALKENBURG, 2000, p.95). Na nossa pesquisa, é possível observar o *frame* Conflito em reportagens que destacam o embate entre os atores sociais que envolvem o contexto da tramitação do PL Escola sem Partido. Ou seja, em matérias que tratam as discordâncias entre professores, membros do movimento Escola se Partido, autoridades políticas, estudantes, comunidade escolar e outros como uma questão central a ser noticiada sobre a temática.

Em **Interesse Humano**, os autores definem que o enquadramento traz a presença de um ângulo emocional para tratar do problema, questão ou apresentar o evento que está sendo discutido. Nesse quadro é apresentado um rosto humano na reportagem. Semetko e Valkenburg (2000) percebem uma relação entre a construção das notícias e o seu mercado competitivo, levando jornalistas e editores a produzir um conteúdo que busca o interesse da audiência. Então os autores propõem um quadro que "se refere a um esforço para personalizar as notícias, dramatizar ou 'emocionar', a fim de capturar e reter o interesse do público" (SEMETKO e VALKENBURG, 2000,

p.96). Como é possível observar em nossa análise, o frame Interesse Humano aparece em reportagens que contam histórias de personagens ilustrativos de problemas vividos nas escolas, como estudantes que denunciam sofrer violência pela sua orientação sexual ou identidade de gênero. Os jornais se aprofundam em uma face mais pessoal e humanizada, contando detalhes da vida destes personagens.

No *frame* **Consequências Econômicas**, que vamos chamar de Econômico, Semetko e Valkenburg (2000) indicam que se trata de um enquadramento que aborda as questões econômicas para um grupo, indivíduo, instituição e demais atores envolvidos no evento ou problema. Nesta análise ele aparece em reportagens que tratam sobre ganhos ou perdas, impactos e mudanças a partir do ponto de vista financeiro.

Em **Moralidade**, a questão retratada na reportagem é vista pela ótica de prescrições morais e religiosas. Os autores explicam que, devido à norma de objetividade no jornalismo, é comum as referências a quadros morais aparecerem de forma indireta, fazendo com que outras pessoas iniciem as discussões por meio de citações ou inferência. "Um jornal poderia, por exemplo, usar as opiniões de um grupo de interesse para levantar questões sobre doenças sexualmente transmissíveis. Tal história pode conter mensagens morais ou oferecer prescrições sociais específicas sobre como se comportar" (SEMETKO e VALKENBURG, 2000, p.96). Nas reportagens analisadas nesta pesquisa, é possível identificar que o frame moralidade aparece nos materiais que, mais frequentemente, fazem referências a princípios religiosos e normas de comportamento social baseadas no cristianismo.

Por fim, o quadro de **Responsabilidade** é atribuído à responsabilização do governo, grupo ou indivíduo envolvido na questão ou problema retratado. Um exemplo para a definição deste frame é visto na pesquisa de Iyengar (1991). O autor percebeu que as notícias de televisão sobre pobreza nos EUA encorajam as pessoas a explicar a questão em um nível individual, mesmo se tratando de um problema social. Por exemplo, quem é visto como o responsável pela pobreza é o indivíduo, e não o governo ou sistema que contribuem com a sustentação da desigualdade social no país.

Para tornar transparente as questões analisadas na pesquisa, construímos um livro de códigos indicando os pontos a serem identificados nas reportagens – disponível no Apêndice 1. Ferracioli (2017) e Fontes (2018) fizeram adaptações às questões estabelecidas por Semetko e Valkenburg (2000); o modelo acolhido por

essa pesquisa segue o que é proposto por Fontes (2018), com pequenas alterações adaptadas para a nossa pesquisa, “visando tornar a codificação mais clara e confiável” (p.61). As questões a serem respondidas para a identificação dos *frames* estão indicadas abaixo:

QUADRO 1: PERGUNTAS PARA CADA FRAME

FRAME	PERGUNTAS
(1) Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> - A matéria sugere que algum nível do governo é responsável pelo problema? - Sugere soluções para o problema? - Sugere que o problema requer ação urgente/imediata?
(2) Interesse Humano	<ul style="list-style-type: none"> - A matéria traz um exemplo humano ou uma face humana para o problema? - O texto gera sentimentos no leitor? - Entra na vida privada ou pessoal dos atores?
(3) Conflito	<ul style="list-style-type: none"> - A matéria reflete desacordo entre partes/indivíduos/grupos/países? - Um grupo/indivíduo/parte/país censura/desaprova/questiona o outro? - Se refere a ganhadores ou perdedores?
(4) Moralidade	<ul style="list-style-type: none"> - A matéria contém mensagem moral? - Faz referência a Deus, religiões ou princípios religiosos? - Oferece instruções sociais sobre comportamento?

(5) Econômico	<ul style="list-style-type: none"> - A matéria menciona perdas ou ganhos financeiros agora ou no futuro? - Menciona custos envolvidos? - Faz referência a consequências econômicas em fazer ou não determinada ação?
----------------------	---

Fonte: Fontes (2018, p.62)

Ainda neste primeiro momento, pretende-se identificar se as reportagens tratam de enquadramentos episódicos ou temáticos, propostos por Iyengar (1990). Para o autor, os enquadramentos temáticos apresentam evidências coletivas ou gerais, diferente do episódico, já que este retrata questões concretas (IYENGAR, 1990). Identificar a presença desses enquadramentos, nos ajuda a alcançar um dos objetivos propostos pela pesquisa, que é o de identificar se os jornais se preocupam em apontar o contexto em que o PL tramita. Do contrário, os jornais podem estar apenas fazendo relatos das etapas da tramitação na Câmara dos Deputados. Para identificar qual o enquadramento preponderante na reportagem, serão utilizadas as perguntas indicadas abaixo.

QUADRO 2 – ENQUADRAMENTOS EPISÓDICOS OU TEMÁTICOS

EPISÓDICO	TEMÁTICO
A reportagem trata do tema como um episódio isolado, sem contextualização?	A reportagem mostra uma abrangência para além do fato narrado, indicando um contexto ao que é noticiado?
(1) sim (0) não	(1) sim (0) não

Fonte: a autora (2020)

O segundo momento da análise compreende verificar quem diz e o que diz nos argumentos presentes nas reportagens. Ou seja, identificar quem são as fontes utilizadas na narrativa jornalística e quais os argumentos apresentados pelo entrevistado. Para isso, será feita uma Análise de Conteúdo (NEUENDORF, 2002)

nos textos específicos das fontes. Isso significa que apenas os textos indicados por aspas (“) - ou outros recursos gráficos específicos dos jornais como nO Globo, por exemplo, que utiliza travessões (-) - serão analisados. Veja um exemplo:

FIGURA 5: EXEMPLO DE FONTE DE INFORMAÇÃO DO GLOBO

The image shows a screenshot of a news article from O Globo. The header includes the O Globo logo and the word 'SOCIEDADE'. Below the header, the word 'Educação' is displayed. The main title of the article is 'Professores dizem sofrer censura de pais e alunos nas salas de aula'. Below the title, there is a subtitle: 'Profissionais de educação são acusados de promover doutrinação ideológica'. The author's name, 'Paula Ferreira e Renato Grandelle', and the date, '01/06/2017 - 04:30 / Atualizado em 01/06/2017 - 16:47', are listed. The main body of the article contains a quote from a source, which is highlighted with red underlines: '— A escola está com menos liberdade de atuação. Até dois anos atrás, podíamos fazer uma videoconferência sobre qualquer tema que estivesse acontecendo no mundo. Hoje, temos que mostrar à direção, submeter à aprovação dos pais, analisar com que série vamos trabalhar — revela. — As famílias tinham mais confiança em nós. O medo da esquerda está fazendo os pais conservadores buscarem colégios tradicionais.'

Fonte: O Globo (2017).⁴³

As falas dos entrevistados serão retiradas da reportagem e analisadas a partir do seu texto em si, buscando identificar o que dizem as fontes escolhidas pelos jornalistas/redações para falar sobre a tramitação ou contexto da tramitação. A pesquisa pretende apontar, então, quem são os personagens/especialistas/instituições/parlamentares escolhidos.

Para indicar de forma mais objetiva quem são essas fontes, elaboramos as questões a serem respondidas com “sim ou não” e indicamos espaços específicos para o registro dos nomes das fontes.

⁴³ Professores dizem sofrer censura de pais e alunos nas salas de aulas. Junho/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/professores-dizem-sofrer-censura-de-pais-alunos-nas-salas-de-aula-21420798>. Data de acesso: 10/08/2019. (Grifo nosso)

QUADRO 3: FONTES DAS REPORTAGENS

PERGUNTAS

O(a) entrevistado(a) é professor(a)?	(1) sim (0) não
--------------------------------------	--------------------

Nome do(a) professor(a):

O(a) entrevistado(a) é de alguma entidade de classe? (Organização de professores, sindicatos, instituições representativas da educação)	(1) sim (0) não
---	--------------------

Nome da entidade:

O(a) entrevistado(a) é de alguma organização governamental? (Ministério Público, Supremo Tribunal Federal e outros)	(1) sim (0) não
---	--------------------

Nome da organização:

O(a) entrevistado(a) exerce cargo público? (Deputados federais, senadores, presidentes, governadores e outros)	(1) sim (0) não
--	--------------------

Nome do cargo:

Nome do parlamentar:

Partido político:

O(a) entrevistado(a) cita algum partido político em sua argumentação?	(1) sim (0) não
---	--------------------

Qual:

Qual o principal argumento da fonte?

Para responder ao último tópico, principal argumento da fonte, foram definidas 13 categorias (Tabela 2) que representam as falas dos entrevistados. Como determina Neuendorf (2002), cada unidade codificada foi considerada em apenas uma categoria. Para Carlomagno e Rocha (2016), existem regras fundamentais que constituem a criação delas em Análise de Conteúdo, apropriadas para cada pesquisa:

1) o critério de inclusão e exclusão exige a existência de regras formais, objetivas, claras e escritas para a inclusão de um conteúdo dentro da categoria. Um exemplo dessa formalização é o livro de códigos;

2) as categorias precisam ser excludentes considerando que o conteúdo não pode ser classificado em duas categorias distintas. Em casos de dúvida na classificação do conteúdo, as categorias devem ser revistas já que a inclusão e exclusão de cada unidade deve ser clara;

3) as categorias precisam ser homogêneas, estritas. Isso significa que não podem ser amplas demais para abarcar diferentes tipos de conteúdo;

4) a categoria denominada "outro" é comum em AC, justamente por existir conteúdos que não se encaixam nas categorias existentes. No entanto, ela é destinada apenas aos conteúdos que estão "sobrando".

Considerando estas regras, foram criadas as categorias para a nossa pesquisa:

TABELA 2 – CATEGORIAS DE ANÁLISE

Categorias
C1. Moralidade
C2. Crítica aos poderes
C3. Projeto de lei
C4. Liberdade de ensino
C5. Doutrinação no ensino/escola
C6. Governo Bolsonaro
C7. Violência nas escolas
C8. Educação brasileira e sociedade
C9. Professores
C10. Constitucionalidade/Inconstitucionalidade
C11. Pauta legislativa
C12. Movimento Escola sem Partido

C13. Outros

Fonte: a autora (2020)

A seguir, quando mostramos a maneira como as reportagens estão sendo analisadas, é possível verificar como as categorias serão aplicadas no corpus completo. Assim como nos demais passos da análise, as regras para o preenchimento das categorias podem ser vistas no Livros de Códigos - Apêndice 1.

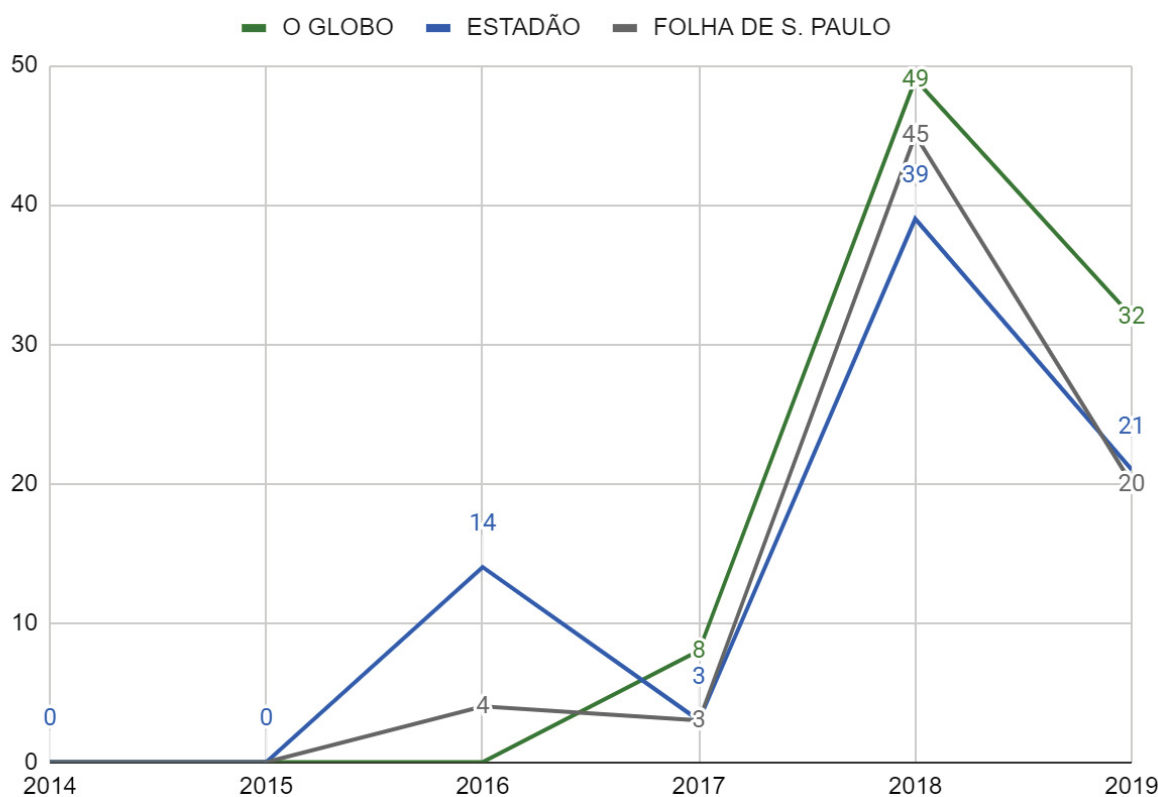
3.2 ANÁLISE

A pesquisa empírica desta dissertação foi realizada com 238 reportagens, sendo 89 delas publicadas no jornal O Globo, 77 no Estado de São Paulo (Estado) e 72 na Folha de São Paulo. As reportagens foram coletadas de forma manual, com o auxílio da ferramenta de busca de ambos os jornais. Para realizar a coleta foi utilizado o termo "Escola sem Partido" para identificar os materiais que tratavam da temática e, mais tarde, consideradas apenas as reportagens que tratam do contexto de tramitação do Projeto de Lei Escola sem Partido.

Os textos de opinião foram descartados, assim como aqueles que não mencionam os projetos que estão em tramitação na Câmara dos Deputados. No primeiro momento, 730 materiais foram coletados, mas a maioria foi descartada por não atender às especificidades da pesquisa. Para chegar ao corpus final, então, foi necessário aplicar mais um filtro nas reportagens para se adequar ao contexto de tramitação do Projeto de Lei Escola sem Partido. Isso significa que as reportagens que compõem o corpus definidos não precisam apenas citar o termo "Escola sem Partido", mas mencionar o projeto de lei em algum momento. Como os jornalistas não escrevem, necessariamente, o termo "Projeto de Lei Escola sem Partido", não foi possível pular a fase inicial nos portais com a busca por "Escola sem Partido". A identificação de menção ao projeto teve de ser feita de forma manual.

A coleta considerou as reportagens de 2014 a 2019, já que implica no período de tramitação do PL na Câmara até a realização desta pesquisa. O gráfico 2 mostra quantas reportagens foram publicadas no decorrer destes anos.

GRÁFICO 2 - PUBLICAÇÕES NO PERÍODO DE TRAMITAÇÃO DO PL



Fonte: a autora (2020)

3.2.1 Enquadramentos genéricos predominantes - O Globo

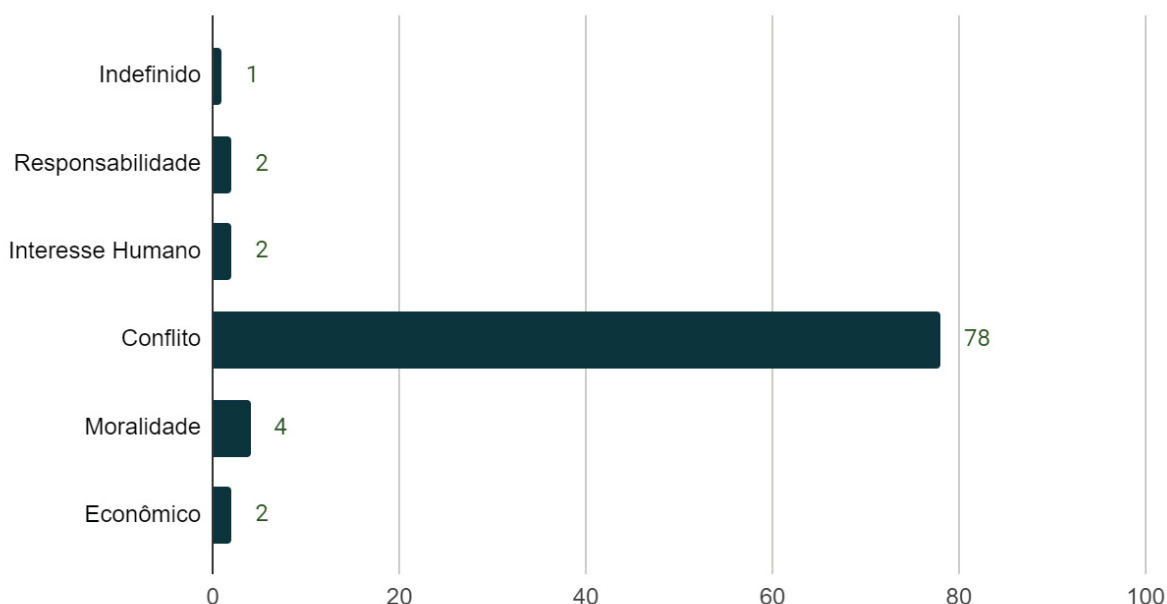
Abriremos as discussões de análises apresentando as reportagens publicadas no O Globo. A primeira matéria publicada pelo jornal foi em maio de 2017, momento em que o jornal discute a violência relacionada à identidade de gênero e orientação sexual que contribui para a evasão escolar. Em determinado momento, a reportagem menciona que o projeto de Lei Escola sem Partido tramita no Congresso Nacional e que o mesmo "prevê que o Estado não tome parte em discussões sobre gênero e orientação sexual. O projeto sugere ainda a proibição da aplicação de ideologia de gênero na educação"⁴⁴. As buscas na plataforma do portal noticioso permitiram

⁴⁴ Reportagem: Violência relacionada a identidade de gênero e orientação sexual faz alunos abandonarem escola. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/violencia-relacionada-identidade-de-genero-orientacao-sexual-faz-alunos-abandonarem-escola-21415872>. Data de acesso: 11/07/2020

identificar essa como sendo a primeira reportagem que menciona o PL, 3 anos após o início de sua tramitação na Câmara dos Deputados - datada de fevereiro de 2014.

O primeiro momento da nossa análise acolhe as discussões feitas por Semetko e Valkenburg (2000) que propõem a presença de cinco enquadramentos: responsabilidade (1), interesse humano (2), conflito (3), econômico (4) e moralidade (5). A identificação dos frames se dá por meio de perguntas com respostas “sim ou não”, buscando quadros predefinidos no conteúdo noticioso. Aquelas em que nenhum enquadramento estabelecido pelas autoras foi identificado, a pesquisa considera como indefinido (0). A partir disso, foi possível obter os seguintes resultados (Gráfico 3):

GRÁFICO 3 - ENQUADRAMENTO GENÉRICO - O GLOBO



Fonte: a autora (2020)

Pelo gráfico 3, é possível identificar que o enquadramento Conflito (3) é o mais presente na cobertura do O Globo, sendo destacado em 78 das 89 reportagens analisadas. Depois dele, o frame Moralidade (4) contabiliza 4 matérias e os demais têm 2 reportagens cada. Apesar do frame Conflito (3) ser o mais expressivo em 87,6% das reportagens, não significa que outros quadros não estejam presentes neste montante, mas sim que se trata do enquadramento com maior relevância nos materiais analisados.

No enquadramento Conflito, fica evidente que o jornal aborda a questão da perspectiva da discordância entre diferentes grupos de interesse que envolvem o

contexto da tramitação do Projeto de Lei. Em “Professores dizem sofrer censura de pais e alunos nas salas de aula”⁴⁵, é apresentado o dia a dia percebido por professores que se sentem inseguros com um clima de vigilância na escola. Uma das entrevistadas, que não quis ser identificada na reportagem, diz haver desconfiança dos pais com os professores e que as famílias acabam procurando escolas tradicionais por sentir medo de que seus filhos tenham acesso ao ensino influenciado pela “esquerda”. Na mesma reportagem, o vereador Carlos Jordy (PSC-RJ), diz que professores se utilizam do que chama de “escudo da liberdade de expressão” para violar princípios constitucionais.

Outra matéria em que a categoria Conflito se destaca no enquadramento adotado pela reportagem foi publicada em agosto de 2017⁴⁶. O material relembra do caso de violência contra a professora Marcia Friggi, agredida por um estudante em uma escola estadual, em Santa Catarina. O caso teve repercussão nacional após a educadora ter feito uma publicação em seu perfil pessoal no Facebook⁴⁷. O foco da reportagem está, no entanto, na declaração do deputado federal João Rodrigues (PSD-SC) ao dizer que a professora “despertou revolta” do aluno que agrediu a professora. Um trecho da reportagem diz que o parlamentar julgou a agressão como imperdoável, “ainda assim, relacionou a agressão do adolescente de 15 anos ao projeto da Escola Sem Partido. Rodrigues é um dos defensores do projeto que promete acabar com a alegada doutrinação ideológica nas salas de aula” (O GLOBO, 2017). Em seguida, a reportagem detalha o momento da fala do deputado, na tribuna da Câmara, em que associa a professora a uma “ratazana” (Figura 6). A reportagem termina com o posicionamento do deputado federal Leonardo Brito (PT-AC) que critica a responsabilização da professora pela violência sofrida, dizendo que nenhum professor brasileiro merece ser agredido pelos estudantes.

⁴⁵ Reportagem: Professores dizem sofrer censura de pais e alunos nas salas de aula. O Globo, 01/06/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/professores-dizemsofrer-censura-de-pais-alunos-nas-salas-de-aula-21420798>. Data de acesso: 08/07/2020.

⁴⁶ Reportagem: Deputado diz que professora agredida 'despertou revolta' de aluno por doutrinação ideológica. O Globo, 24/08/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/deputado-dizque-professora-agredida-despertou-revolta-de-aluno-por-doutracao-ideologica-21741704>. Data de acesso: 08/07/2020.

⁴⁷ O texto original, publicado pela professora, não pode mais ser localizado em sua rede social. No entanto, existem registros da divulgação feita por ela. O portal O Globo, inclusive, publicou sobre o caso. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/professora-denuncia-aluno-de-15-anos-por-agressao-em-escola-de-sc-sociedade-nos-desamparou.ghtml>. Data de acesso: 08/07/2020.

FIGURA 6 – REPORTAGEM O GLOBO (24/08/2017)

 **O GLOBO** SOCIEDADE

Deputado diz que professora agredida 'despertou revolta' de aluno por doutrinação ideológica

Líder do PSD lamentou agressão, mas relacionou caso a 'Escola Sem Partido'

O Globo

24/08/2017 - 10:15 / Atualizado em 24/08/2017 - 11:23

"Não quero que meu filho tenha a lavagem cerebral de uma ratazana o que venha a dizer a ele o que deve pensar da política brasileira ou de seus líderes (...) Quero lamentar o ato da agressão, mas dizer a esta educadora: 'Mude a sua concepção e respeite os pais dos seus alunos. A senhora tem a obrigação de ensinar em sala de aula, aquilo que é a sua missão e aquilo é sua obrigação'", reforçou o parlamentar.

Fonte: O Globo (2017)

A primeira reportagem em que o jornal se propõe a falar especificamente do que se trata do PL, evidenciando o desacordo que há no contexto de sua tramitação, é de julho de 2018. Antes de explicar o que projeto 7180/2014 propõe, a matéria pontua que seu texto estava sendo debatido em uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados. O jornal destaca, no entanto, que "após muita discussão, a votação foi adiada, ainda sem previsão de quando será retomada" (O GLOBO, 2018). Apesar de não nomear os envolvidos na discussão sobre o PL, fica evidente que o embate na Comissão Especial é o motivo pelo qual a votação não teria previsão de acontecer naquele contexto. A reportagem explica que, passando pela Comissão Especial da Câmara, o PL não passaria pelo plenário da Casa, mas seguiria para a aprovação no Senado. Portanto, "a estratégia da oposição é tentar levar a discussão para o plenário" (Ibidem).

Em 2019, o enquadramento de Conflito se manteve preponderante entre as reportagens do Globo. Das 32 matérias publicadas, 28 relatam um cenário de discordância e discussão entre os atores envolvidos no contexto da tramitação. Um exemplo disso pode ser observado na reportagem "Após anunciar fim, Escola Sem

Partido recebe doação, e projetos de lei avançam”⁴⁸. O texto diz que a maioria dos Projetos de Lei que tramitam pelo país, inclusive no Congresso, tem a mesma proposta, pautada na ideia de proibir “discussões como transexualidade, homofobia e violência contra a mulher” (O GLOBO, 2019). Na mesma matéria, o jornal publica fala de uma pesquisadora que trata do Escola sem Partido⁴⁹ e relata a existência de tramitação agressiva do PL e de resistência dos educadores (Figura 7).

FIGURA 7 - REPORTAGEM O GLOBO (08/11/2019)

The image is a screenshot of a news article from O Globo. At the top, there is a blue header with the O Globo logo and the word 'SOCIEDADE'. Below this, the word 'Educação' is written in a smaller font. The main title of the article is 'Após anunciar fim, Escola Sem Partido recebe doação, e projetos de lei avançam'. Below the title, there is a sub-headline: 'Miguel Nagib, que paralisaria as atividades em agosto, afirma que recebeu suporte financeiro, mas omite quem foi o investidor'. Below this, the date and time are given: '08/11/2019 - 03:30 / Atualizado em 08/11/2019 - 16:00'. The main body of the article starts with a paragraph: 'A ideia ganhou força nos últimos três anos. Em 2016, a pesquisadora Fernanda Moura, que faz parte da Frente Nacional Escola Sem Mordaza, identificou, para sua dissertação, apenas 60 propostas de lei do ESP. Na conta, também estão projetos que apenas tentam barrar a discussão sobre gênero — um dos artigos do Escola Sem Partido. Atualmente, essa soma chega a 250 PLs.' This is followed by a bullet point: '— Nas capitais, a tramitação vai mais devagar por conta da resistência dos professores. Em Belo Horizonte também teve mobilização, mas conseguiram aprovar em uma sessão de portas fechadas e agressiva — afirma Moura.'

Fonte: O Globo (2019)

⁴⁸ Reportagem: Após anunciar fim, Escola Sem Partido recebe doação, e projetos de lei avançam. O Globo, 08/11/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/apos-anunciar-fim-escola-sem-partido-recebe-doacao-projetos-de-lei-avancam-24038212>. Data de acesso: 04/04/2020.

⁴⁹ Em 2016, a pesquisadora Fernanda Pereira de Moura defendeu sua dissertação em que discute relações entre Estado, Educação e Religião no ensino de História. O Movimento Escola sem Partido, assim como os Projetos de Lei, são relacionados a mecanismos de contenção e imposição. Estudo disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174584/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Fernanda%20Pereira%20de%20Moura.pdf>. Data de acesso: 04/04/2020.

O enquadramento de Moralidade (4) apareceu em quatro reportagens. Um exemplo de abordagem a partir dessa perspectiva está na matéria em que o jornal relata as propostas de governo da bancada evangélica para a gestão de Jair Bolsonaro na presidência da República (PSL)⁵⁰. Dentre as pautas dos parlamentares que compõem a corrente religiosa na Câmara dos Deputados, o Escola sem Partido é o único Projeto previsto. O texto aponta se tratar de uma forma de combater o uso de escolas e universidades como instrumentos de doutrinação (Figura 8).

FIGURA 8 - REPORTAGEM O GLOBO (24/10/2018)



Bancada evangélica divulga 'plano de governo' entregue a Bolsonaro

Deputados defendem terceirização, redução de ministérios e 'modernização' previdenciária e tributária

24/10/2018 - 17:59 / Atualizado em 24/10/2018 - 19:18

Entre as pautas tradicionais da bancada, a defesa da Escola Sem Partido é a única que consta no documento. O texto diz que “a tragédia que se instituiu no Brasil nas últimas décadas teve como uma das causas o desprezo pelo esforço, pelo estudo, pelo mérito conquistado ao longo do tempo, em benefício do caminho mais curto da demagogia, do uso político-partidário das escolas e universidades públicas, que se tornaram instrumentos ideológicos que preparam os jovens para a Revolução Comunista, para a ditadura totalitária, a exemplo da União Soviética e demais regimes sanguinários”.

Fonte: O Globo (2018)

⁵⁰ Reportagem: Bancada evangélica divulga 'plano de governo' entregue a Bolsonaro. O Globo, 24/10/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bancada-evangelica-divulga-plano-de-governoentregue-bolsonaro-23182193>. Data de acesso: 18/09/2019.

Os *frames* Responsabilidade (1), Interesse Humano (2) e Econômico (5) foram identificados em apenas duas reportagens, cada um, não chegando a 7% das matérias publicadas pelo jornal. O enquadramento de Interesse Humano (2) foi identificado na primeira matéria que O Globo mencionou o projeto Escola sem Partido, em maio de 2017. A reportagem apresenta diferentes personagens que sofreram violência relacionada à identidade de gênero e orientação sexual quando ainda eram estudantes. Ao discutir o preconceito sofrido por eles, detalha momentos vividos nas escolas que exemplificam o dia a dia de violência presente nestes espaços. A reportagem também se concentra na discussão do tema de identidade de gênero que voltaria a ser debatido na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e nas discussões parlamentares sobre o assunto. Na Figura 9, um exemplo da forma como o jornal entra na vida dos personagens da matéria e apresenta um aspecto humanizado para a violência.

FIGURA 9 – REPORTAGEM O GLOBO 31/05/2017



The image is a screenshot of a news article from O Globo. The header is a dark blue bar with the O Globo logo and the word 'SOCIEDADE' in white. Below the header, the word 'Educação' is written in a smaller font. The main title of the article is 'Violência relacionada a identidade de gênero e orientação sexual faz alunos abandonarem escola' in a large, bold, black font. Below the title, there is a sub-headline: 'Estudantes são alvo de preconceito de colegas e professores; Temática deve voltar para Base Curricular'. The authors are listed as 'Paula Ferreira e Renato Grandelle'. Below the authors, the date and time are given: '31/05/2017 - 04:30 / Atualizado em 31/05/2017 - 11:16'. The main body of the article begins with a paragraph starting with 'RIO- Quando tinha 9 anos, Junior Philip só andava com meninas na escola. Um colega o perseguia, dizendo que ele deveria ter "postura de homem" e, um dia, o empurrou contra a quina da mesa da professora. Junior, inconsciente, precisou ser levado às pressas para o pronto-socorro. Até hoje, tem uma cicatriz. No fim do ensino fundamental, ele se mudou para uma cidade no interior do Espírito Santo, continuou sendo alvo de bullying, e voltou para o Rio depois de meses. Aqui, para que ninguém o ofendesse por ser homossexual, chegou a namorar uma menina, mas o relacionamento durou pouco. O preconceito contra alunos LGBT é comum nas instituições de ensino, por vezes praticado até com a convivência do corpo docente.'

Fonte: O Globo (2017)

O frame de Responsabilidade (1) foi identificado na reportagem que trata de uma pesquisa da Fundação Abrinq. O material identificou que um terço dos projetos de lei, com foco na infância e adolescência, gera retrocesso com relação aos direitos já adquiridos pelo segmento. A proposta do PL Escola sem Partido é considerada um dos atrasos dentro deste contexto, “que pretende evitar que as aulas debatam temas relacionados à ‘educação moral, sexual e religiosa’”⁵¹. Já o enquadramento Econômico (5) pode ser visto na reportagem em que o jornal trata da possibilidade de crescimento da economia brasileira, em 2019⁵². A matéria associa essa possibilidade à dependência de negociações políticas para viabilizar o cenário positivo. Ao tratar sobre o desenvolvimento econômico do país, a reportagem cita a articulação de Bolsonaro no Congresso Nacional para a aprovação de reformas, como a Reforma da Previdência. Neste contexto, o projeto Escola sem Partido é citado na pauta de costumes e tido como um PL difícil de ser aprovado.

Por fim, o frame Indefinido (0) representa a publicação que não respondeu nenhuma das perguntas para identificação dos quadros com uma afirmativa. Ou seja, obteve resposta “Não” em todas as 15 perguntas do questionário. Na reportagem “De gravação de aulas a canal de denúncia anônima, confira cinco pontos da nova versão do projeto Escola sem Partido”⁵³, o jornal mostra a proposta de um novo PL, feita pela deputada federal do PSL, Bia Kicis⁵⁴, do Distrito Federal. O Projeto foi apresentado no início dos trabalhos legislativos de 2019 e, se comparado aos anteriores, “a proposta torna mais rígido o controle do professor em sala de aula” (MARIZ e FERREIRA, 2019) prevendo punição por improbidade administrativa para aqueles que descumprirem os termos da lei. A reportagem não traz análise de entrevistados e nem apresenta contrapontos.

⁵¹ Reportagem: Um terço dos projetos de lei para infância e adolescência gera retrocesso, diz estudo. O Globo, 20/03/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/um-terco-dos-projetos-de-lei-para-infancia-adolescencia-gera-retrocesso-diz-estudo-22505344>. Data de acesso: 08/07/2020.

⁵² Reportagem: Crescimento da economia em 2019 dependerá das negociações políticas. O Globo, 01/01/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/crescimento-da-economia-em-2019-dependera-das-negociacoes-politicas-23338118>. Data de acesso: 08/07/2020.

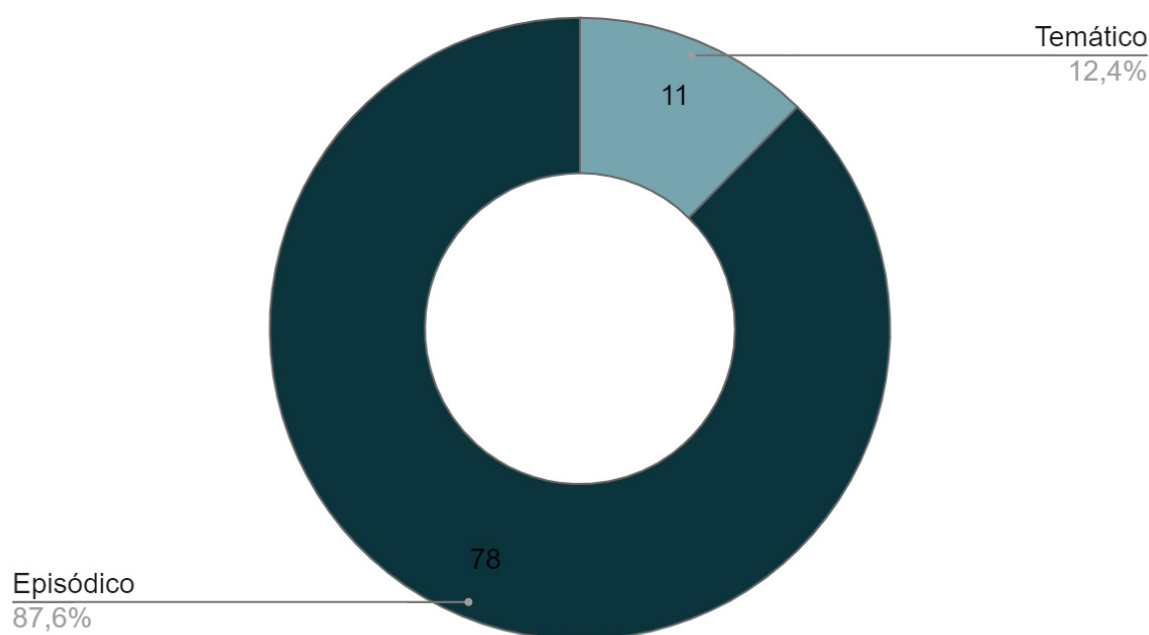
⁵³ Reportagem: De gravação de aulas a canal de denúncia anônima, confira cinco pontos da nova versão do projeto Escola sem Partido. O Globo, 06/02/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/de-gravacao-de-aulas-canal-de-denuncia-anonima-confira-cinco-pontos-da-nova-versao-do-projeto-escola-sem-partido-23432926>. Data de acesso: 05/04/2020.

⁵⁴ Projeto de Lei 246/2019, de 04 de fevereiro de 2019. Autores: Bia Kicis, Chris Tonietto, Carla Zambelli e outros. Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 04/02/2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL+246/2019. Data de acesso: 08/07/2020.

3.2.2 Enquadramento Temáticos x Episódicos - O Globo

A análise dos textos jornalísticos na perspectiva de Iyengar (1991), que faz a divisão entre temáticos e episódicos, mostra que a maior parte deles é discutida no âmbito do fato narrado em si, sem contextualizações. O Gráfico 4 indica que 87,6% dos textos traz uma abordagem episódica e não considera o contexto da tramitação do Projeto de Lei.

GRÁFICO 4 - Enquadramentos EPISÓDICOS x TEMÁTICOS - O GLOBO



Fonte: a autora (2020)

A reportagem "Entenda o que prevê o projeto de lei Escola sem Partido", de julho de 2018⁵⁵ apresenta uma perspectiva um pouco mais ampla sobre a tramitação do PL. O texto inicia pontuando em que momento a tramitação está e faz um breve resgate do que se trata a proposta (Figura 10). Mesmo tratando do PL de maneira mais contextualizada - não apenas falando sobre o processo de tramitação na Câmara em si -, a matéria não consegue se aprofundar no que prevê o projeto. No trecho destacado na imagem, o texto mostra apenas o primeiro PL que iniciou a tramitação na Câmara dos Deputados. Na data em que a matéria foi divulgada (12/07/2018), oito

⁵⁵ Reportagem: Entenda o que prevê o projeto de lei Escola sem Partido. O Globo, 12/07/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/entenda-que-preve-projeto-de-leiescola-sem-partido-22878736>. Data de acesso: 08/07/2020.

projetos tramitavam em conjunto na Câmara, sendo um deles uma proposta distinta do que prevê o PL 7180/2014⁵⁶.

Outro ponto é que a matéria não possui nenhuma entrevista. A reportagem se propõe a explicar ao leitor do que se trata o projeto, mas não introduz os atores sociais envolvidos na discussão e, por tanto, não viabiliza que sejam expostos os diferentes pontos de vista que compõem a tramitação. Apesar destes pontos, se encaixa na divisão temática por não apenas citar a existência do PL como um fato isolado, sem qualquer tipo de explicação sobre sua proposta para a educação.

FIGURA 10 – REPORTAGEM O GLOBO (12/07/2018)



The image is a screenshot of a news article from O Globo. At the top, there is a blue header with the O Globo logo and the word 'SOCIEDADE'. Below this, the word 'Educação' is written in a smaller font. The main title of the article is 'Entenda o que prevê o projeto de lei Escola Sem Partido' in a large, bold, black font. Below the title, there is a sub-headline: 'Uma comissão de 24 deputados irá votar o texto na Câmara'. The article is dated '12/07/2018 - 11:26 / Atualizado em 12/07/2018 - 14:02'. The main body of the article starts with the text: 'Entenda, abaixo, o que está em jogo com a possível aprovação desse projeto:'. This is followed by a section header 'O QUE É O PROJETO' in bold. The text then describes the project as 'O projeto de lei conhecido como "Escola Sem Partido" (PL 7180/14) propõe acrescentar tópicos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, e dispor sobre a conduta dos professores dentro de sala de aula.' At the bottom of the article, it says 'Fonte: O Globo (2018)'.

Entenda, abaixo, o que está em jogo com a possível aprovação desse projeto:

O QUE É O PROJETO

O projeto de lei conhecido como "Escola Sem Partido" (PL 7180/14) propõe acrescentar tópicos à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, e dispor sobre a conduta dos professores dentro de sala de aula.

Fonte: O Globo (2018)

Da mesma forma, em "Entenda o movimento 'Escola sem Partido'"⁵⁷, existe a preocupação em apresentar o Projeto de Lei em um contexto social e a partir dos

⁵⁶ Trata-se do PL 6005/2016, proposto por Jean Wyllys (PSOL-RJ), que institui o programa "Escola Livre" em todo o território nacional.

⁵⁷ Reportagem: Entenda o movimento 'Escola sem partido'. O Globo, 27/10/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/entenda-movimento-escola-sem-partido-22001170>. Data de acesso: 29/04/2020.

interesses do movimento que iniciou os questionamentos do que é trabalhado nas escolas. A reportagem conta a história do movimento, fala sobre seu idealizador (Miguel Nagib) e explica se tratar de uma ação inspirada em um movimento norte-americano, o *No Indoctrination*. A reportagem também situa o leitor que o PL que tramita na Câmara dos Deputados, Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e, naquele período, no Senado, se baseia em um modelo criado pelo movimento. Na Figura 11, é possível ver o trecho em que o jornal fala sobre o PL após situar o leitor sobre seu movimento originário.

FIGURA 11 – REPORTAGEM O GLOBO (27/10/2017)



The image is a screenshot of a news article from O Globo. The header shows the O Globo logo and the word 'SOCIEDADE'. Below the header, the word 'Educação' is written. The main title of the article is 'Entenda o movimento 'Escola sem partido''. Below the title, there is a sub-header: 'Criado em 2004, grupo propõe a criação de leis para combater a 'contaminação político-ideológica das escolas brasileiras''. Below this, the date and time are given: '27/10/2017 - 18:54 / Atualizado em 27/10/2017 - 19:04'. The main body of the article starts with the section 'PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO'. The text describes the 'Escola sem partido' movement, its history, and the legislative process of the 'Escola sem Partido' bill in Brazil.

PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO

O “Escola sem partido” passou anos à sombra do debate educacional no país, mas nos últimos anos conquistou papel de destaque por criar um modelo de legislação que institui regras para defender sua posição. Existem projetos em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado, apresentados por Erivelton Santana (PEN-BA) e Magno Malta (PR-ES), respectivamente.

Segundo o site do movimento, o projeto também tramita nas Assembleias Legislativas dos estados do Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo, Espírito Santo, Ceará, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. No ano passado, os deputados de Alagoas derrubaram veto do governador e promulgaram a legislação, mas ela foi suspensa em março deste ano por liminar concedida pelo ministro Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal.

Fonte: O Globo (2017)

Por outro lado, e de maneira muito mais recorrente, o jornal O Globo fala sobre o Projeto de Lei Escola sem Partido a partir de um acontecimento pontual. Em 78 reportagens, não foi possível identificar um contexto ao tratar de assuntos relacionados à tramitação ou discussões envolvendo o PL. É recorrente observar que,

quando trata de questões específicas dos trâmites na Câmara, o jornal não fala de origens e motivações para a existência daquele processo.

Um exemplo disso pode ser visto em reportagens em que o jornal relata o andamento da Comissão Especial - criada para tratar sobre o PL. As reportagens mostram as discussões, discordâncias e suspensões de votação, mas não apresenta um contexto mais amplo do porquê os integrantes da Comissão têm posições tão distintas. De maneira geral, o fato é narrado em si e o leitor que não conhece a história da tramitação fica sem compreender muita coisa (Figura 12).

FIGURA 12 - JORNAL RELATA CONFLITOS NA COMISSÃO DO ESP – O GLOBO



The image shows a screenshot of the O Globo website's 'Sociedade' section, specifically under the 'Educação' (Education) category. It displays three news headlines related to the 'Escola sem Partido' (School without Party) bill's committee. The first headline, dated 31/10/2018, reports that the vote on the project was postponed to the following week due to opposing and favorable manifestants. The second headline, dated 13/11/2018, reports that the session was suspended after a heated exchange between committee members. The third headline, dated 04/12/2018, reports that the committee session was adjourned after the opposition complained about the conduct of the work and the president's request for colleagues to leave the table.

≡ O GLOBO SOCIEDADE

Educação

Votação do projeto Escola Sem Partido é adiada para próxima semana

Manifestantes favoráveis e contrários impediram início da discussão
31/10/2018 - 15:34 / Atualizado em 31/10/2018 - 19:11

Após bate-boca sobre 'Escola sem Partido', sessão é suspensa em comissão da Câmara

Parecer do relator, deputado Flavinho (PSC-SP), acabou nem sendo lido
13/11/2018 - 15:09 / Atualizado em 13/11/2018 - 20:00

Comissão da 'Escola sem Partido' tem mais uma sessão acirrada

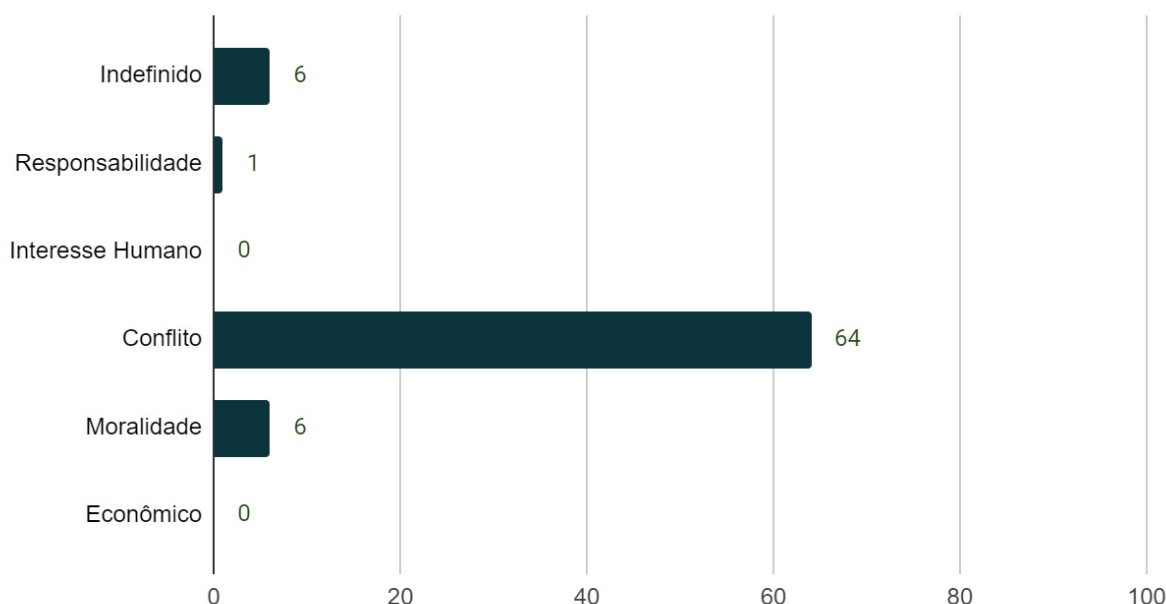
Oposição reclama da condução dos trabalhos. O presidente da comissão chegou a pedir que a segurança retirasse os colegas da mesa
04/12/2018 - 18:34

Diversas reportagens abordam as discussões na Comissão Especial do Escola sem Partido, mas não contextualizam o motivo da discordância entre os atores envolvidos. Fonte: O Globo (2020).

3.2.3 Enquadramento Genérico Predominante - Estadão

O jornal O Estado de São Paulo, também conhecido como Estadão, publicou 77 reportagens que tratam sobre o contexto do Projeto de Lei Escola sem Partido. A primeira reportagem do Estadão é 2016, publicada dois anos após o início da tramitação do PL na Câmara dos Deputados. Ao analisarmos o enquadramento noticioso do jornal, a partir de frames genéricos (SEMETKO e VALKENBURG, 2000), é possível perceber a predominância de reportagens que tratam do tema a partir da perspectiva do Conflito. O Gráfico 5 indica quais são os enquadramentos predominantes das reportagens.

GRÁFICO 5 - ENQUADRAMENTO GENÉRICO - ESTADÃO



Fonte: a autora (2020)

Como é possível visualizar, pouco mais de 83% das reportagens tiveram predominância do enquadramento Conflito (3), significando que responderam ao menos com um Sim (1) as perguntas propostas pelos autores Semetko e Valkenburg (2000). Em junho de 2016, o Estadão publicou uma reportagem⁵⁸ relatando as

⁵⁸ Reportagem: Movimento de pais quer barrar Base Nacional Curricular. Estadão, 04/06/2016. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,movimento-quer-barrar-base-nacional-curricular,10000055182>. Data de acesso: 06/04/2020.

discordâncias envolvendo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na ocasião, um movimento de pais se posicionou contrário ao conteúdo do documento, alegando que o material apresenta uma afronta às famílias por distorcer valores sociais. O movimento estava fazendo referência ao que chamam de "viés marxista", alegando que a BNCC "só fala em luta de classes" e, portanto, desrespeita o ensino religioso nas escolas (FIGURA 13). Por outro lado, a reportagem aponta que a base foi desenhada por especialistas de 35 universidades e contou com colaboração de revisores técnicos. Ainda de acordo com o texto, houve consulta pública para que a sociedade fizesse considerações sobre o documento e mais de 12 milhões de contribuições foram recebidas.

FIGURA 13 – REPORTAGEM ESTADÃO (04/06/2016)

Movimento de pais quer barrar Base Nacional Curricular

De inspiração religiosa, ação de grupo é criticada por especialistas; Nalini nega apoio e PSDB diz desconhecer projeto de deputado
04 de junho de 2016 | 03h00

SÃO PAULO - Um movimento de pais, ligados ao catolicismo, estão buscando apoio para tentar frear a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por considerarem que o documento é estruturado no "viés ideológico da esquerda brasileira", o grupo defende que a base seja submetida à aprovação do Congresso Nacional. A proposta de intervenção é criticada por especialistas.

Nesta sexta-feira, 3, o Movimento Unidos pela Educação (Mupe), criado neste ano por um grupo de pais que têm filhos em escolas confessionais, fez um seminário para discutir "educação, família e a base". O movimento busca apoio e visibilidade para mudar o documento, que considera ter "estrutura marxistas" e desrespeitar o ensino religioso.

Fonte: O Estado de S. Paulo (2016)

Em 2017, o Estadão fez a publicação de três reportagens envolvendo a temática. Uma delas, intitulada "Relatores da ONU classificam 'Escola sem Partido' como 'censura'"⁵⁹, retrata o desacordo que relatores da Organização das Nações Unidas (ONU) têm com o PL Escola sem Partido. Em documento enviado ao governo

⁵⁹ Reportagem: Relatores da ONU classificam 'Escola sem Partido' como 'censura'. Estadão. 13/04/2017. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,relatores-da-onu-denunciam-escola-sem-partido-e-classificam-projeto-de-censura,70001737530>. Data de acesso: 08/07/2020.

brasileiro, os peritos da ONU denunciam ações legislativas no Brasil e consideram as leis, se aprovadas, como violações da autonomia escolar, descrita pelo jornal como "censura". O Estadão também detalha reações à carta enviada ao governo de Michel Temer, como a visão do idealizador do movimento Escola sem Partido e entidades que se opõem à tramitação e aprovação do PL na Câmara. Na Figura 14, é possível ver alguns trechos da reportagem⁶⁰, mostrando o conflito de ideias nas análises feitas por atores envolvidos com o processo.

FIGURA 14 – REPORTAGEM ESTADÃO (13/04/2017)



≡ **ESTADÃO** **.Edu** 🔍

Relatores da ONU classificam 'Escola sem Partido' como 'censura'

Em protesto enviado ao governo, peritos das Nações Unidas alertam para as violações que os projetos podem representar e os impactos negativos na educação; coordenador do movimento diz que críticas são 'absurdas'

13 de abril de 2017 | 11h59

O documento ressalta que, sem definição, a lei permite que “virtualmente qualquer prática pode ser condenada” e pode “prevenir o desenvolvimento de um pensamento crítico entre estudantes e a habilidade de refletir, concordar ou discordar com o que é exposto em aulas”.

Procurado pelo **Estado**, o coordenador do movimento Escola sem Partido, o procurador Miguel Nagib diz que as críticas são “absurdas”. “Convidamos a ONU para expor seus pontos de vista na comissão especial do Escola sem Partido, mas não foram e não mandaram ninguém no lugar. E agora, aparecem esses relatores, que dão opiniões absolutamente desinformadas sobre o projeto?”, disse.

Reações. A carta da ONU ao governo foi comemorada por entidades que faziam oposição aos projetos de lei. “O Escola Sem Partido, ao limitar a liberdade de cátedra e ao tentar submeter a educação escolar à moral dos pais, ofende o princípio da liberdade de expressão, alimenta preconceitos e torna as aulas medíocres, pois os professores não se sentem tranquilos para ensinar sob verdadeiros tribunais pedagógicos”, disse Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Fonte: O Estado de S. Paulo (2017)

No ano seguinte, em 2018, a cobertura do Estadão foi mais intensa sobre o PL. Assim como os demais jornais analisados nesta pesquisa, a discussão ganhou mais

⁶⁰ Assim como nas demais figuras apresentadas nesta análise, a imagem representa um recorte da reportagem para melhor visualização do que está sendo discutido no texto. Todos os links das reportagens mencionadas estão disponíveis para conferência do material completo, sejam em notas de rodapé ou nas referências bibliográficas.

espaço nas publicações dos portais de notícia. De 39 matérias publicadas, identificamos apenas seis delas que não se enquadram em Conflito como o frame preponderante. Na reportagem "Universidades vivem clima de denunciismo e temem repressão em sala de aula"⁶¹, o jornal relata que pesquisadores de instituições de ensino superior mostram explícita contrariedade ao PL, assim como aqueles que relatam ofensas e ameaças de agressões vindas de estudantes com opiniões contrárias aos dos professores. A reportagem também expõe visões conflitantes entre entrevistados que apoiam e que criticam o Projeto de Lei. Ao falar sobre a autonomia das universidades, um dos acadêmicos entrevistados lembra que a liberdade dos professores também foi ferida durante a ditadura militar no Brasil, mas não apenas nestes momentos (Figura 15):

FIGURA 15 – REPORTAGEM ESTADÃO (12/11/2018)



The image is a screenshot of a news article from the website 'ESTADÃO'. The page has a blue header with the 'ESTADÃO' logo on the left, the word 'Política' in the center, and a search icon on the right. The main headline is 'Universidades vivem clima de denunciismo e temem repressão em sala de aula'. Below the headline is a sub-headline: 'Polarização política e Escola Sem Partido levam medo às salas de aula, provocam ameaças a docentes e a alunos e dividem mundo acadêmico'. The date and time '12 de novembro de 2018 | 05h00' are displayed. The article text begins with 'Interferências autorizadas por juízes em universidades na semana anterior à do segundo turno das eleições tornaram maior a tensão. Trata-se do reflexo a um dos momentos políticos mais polarizados da história do País. Outro motivo de apreensão para docentes e estudantes é a iminência da aprovação do projeto conhecido como Escola sem Partido, defendido pelo presidente eleito.' It then includes a quote from Floriano de Azevedo Marques Neto, director of the Faculty of Law at the University of São Paulo: 'A afronta à autonomia universitária e à liberdade de cátedra não acontece só pela intervenção do Estado ou poder político, como na ditadura militar', diz o diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Floriano de Azevedo Marques Neto. 'Isso pode acontecer por meio de grupos que queiram impedir aulas, por exemplo, seja de direita ou esquerda'.

Fonte: O Estado de S. Paulo (2018)

⁶¹ Reportagem: Universidades vivem clima de denunciismo e temem repressão em sala de aula. Estadão, 12/11/2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,universidades-vivem-clima-de-denunciismo-e-temem-repressao-em-sala-de-aula,70002603918>. Data de acesso: 06/04/2020.

A última reportagem do Estadão coletada para compor o corpus foi publicada no dia 18 de dezembro de 2019⁶². Na matéria, o jornal relata que o presidente Jair Bolsonaro afirmou que o Escola sem Partido já estaria em vigor, mesmo sem uma lei específica aprovada no Congresso. O Estadão destaca, também, uma crítica de Bolsonaro ao patrono da educação brasileira⁶³, Paulo Freire (Figura 16). Bolsonaro também criticou a prova do Enem de 2018, afirmando haver "doutrinação" no conteúdo do exame.

FIGURA 16 – REPORTAGEM ESTADÃO (18/12/2018)

Bolsonaro volta a dizer que considera excelente o trabalho de Weintraub

Presidente afirmou ainda que o Escola Sem Partido já está em vigor, mesmo sem lei, e voltou a criticar Paulo Freire

18 de dezembro de 2019 | 10h14

O presidente disse que o projeto **Escola Sem Partido** já está em operação, mesmo sem uma lei específica.

"Já tem impresso nos cadernos o que o aluno tem direito. (Se) O professor quer falar que o PT é legal, o aluno pode falar o contrário sem ser perseguido", disse.

Questionado por uma apoiadora sobre possível volta de disciplinas de "educação moral e cívica" nas escolas, Bolsonaro respondeu: "Tem coisa que só podemos mudar em 2022".

O presidente emendou novas críticas ao educador **Paulo Freire**.

"Agora, essa filosofia desse tal de Paulo Freire... 16 anos e olha como está a educação no Brasil", afirmou Bolsonaro, que **chamou o educador de "energúmeno" nesta semana**.

O presidente disse ainda que os estudantes têm de aprender "coisas úteis".

"Prova do Enem (*Exame Nacional do Ensino Médio*) deste ano... Lembra ano passado? A linguagem secreta dos gays. Para que isso? Pessoal me chama de homofóbico. O que acrescenta? Doutrinação", disse.

Bolsonaro ainda sinalizou que a prova deveria fazer uma releitura sobre o período da ditadura militar.

"Em vez de falar o que aconteceu de verdade de 64 a 85, publicam mentiras", afirmou o presidente.

Fonte: O Estado de S. Paulo (2019)

⁶² Reportagem: Bolsonaro volta a dizer que considera excelente o trabalho de Weintraub. Estadão. 18/12/2019. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-volta-a-dizer-que-considera-excelente-o-trabalho-de-weintraub,70003129854>. Data de acesso: 06/04/2020.

⁶³ Em Lei sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff, Paulo Freire foi considerado patrono da educação brasileira em 2012. A Lei 12.612 está disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12612.htm Data de acesso: 06/04/2020.

Todas as reportagens do Estadão identificadas com o enquadramento de Moralidade responderam à pergunta "faz referência a Deus, religiões ou princípios religiosos" de maneira afirmativa. Da mesma forma, todas elas fazem referência ao público evangélico, seja por relação com a bancada religiosa da Câmara dos Deputados, autorização de instituição de ensino ligada à igreja Universal ou indicação para cargos no Supremo Tribunal Federal (STF).

A reportagem que apresentamos como exemplo dessa categoria foi publicada em março de 2019⁶⁴ (Figura 17). O material trata da defesa do ensino domiciliar no governo Bolsonaro, estimulado por grupos religiosos mesmo sendo proibido no Brasil, "já que a matrícula na escola é obrigatória por lei para crianças e jovens de 4 a 17 anos" (CAFARDO, 2019). A reportagem revela que a estimativa de entidades ligadas ao ensino domiciliar contabiliza que 7 mil famílias brasileiras adotam a modalidade. Ainda assim, o número é estimado e sabe-se que, por viverem na clandestinidade, não há como saber ao certo quem adota a prática ilegal.

FIGURA 17 – REPORTAGEM ESTADÃO (10/03/2019)



The image is a screenshot of a news article from the website 'ESTADÃO .Edu'. The article title is 'Grupos religiosos estimulam defesa do ensino domiciliar no governo Bolsonaro'. Below the title, there is a sub-headline: 'Ala cristã do Congresso é uma das principais responsáveis por colocar a educação fora do colégio como prioridade do presidente; medida provisória sobre o tema deve ser liberada este mês. Estimativa é de que 7 mil famílias adotem a prática no Brasil'. The date and time are '10 de março de 2019 | 03h00'. The main text begins with 'SÃO PAULO - A religião é o motor do **homeschooling** no Brasil. Apesar das famílias que tiram os filhos da escola e fazem educação domiciliar serem um grupo diverso, que vai do alternativo ao ultraconservador, foram os cristãos que se organizaram e ganharam voz. Boa parte da bancada evangélica e católica no Congresso é a favor da prática. São os mesmos parlamentares que também defendem o projeto **Escola sem Partido**, que combate uma suposta doutrinação de professores. Posicionar-se contra o ensino formal - algo visto por muitos como libertário - se tornou uma pauta da direita. E é uma prioridade de **Jair Bolsonaro** para os primeiros cem dias de governo.'

Fonte: O Estado de S. Paulo (2019)

⁶⁴ Reportagem: Grupos religiosos estimulam defesa do ensino domiciliar no governo Bolsonaro. Estadão, 10/03/2019. Disponível: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral/grupos-religiosos-estimulam-defesa-do-ensino-domiciliar-no-governo-bolsonaro,70002749631>. Data de acesso: 07/04/2020.

A reportagem também relata que o mercado em torno de *homeschooling* está aumentando e que empresas brasileiras especializadas na prática já possuem materiais publicados na internet. O que chama a atenção é o fato de que a modalidade atrai grupos religiosos, considerando que livros e apostilas propostas no ensino possuem conteúdo religiosos. Ainda em 2019, Projetos de Lei que autorizam a educação domiciliar foram desarquivados da Câmara dos Deputados e, em justificativa, o deputado da bancada evangélica, Alan Rick (DEM-AC), disse que "o debate do Escola sem Partido, em que descobrimos muitas situações de doutrinação, coisas absurdas na sala de aula, acabou influenciando muitos parlamentares da bancada cristã a apoiarem o homeschooling" (Ibidem).

A única reportagem que tem o frame de Responsabilidade (1) como preponderante⁶⁵ foi publicada com a mesma temática da exposta no enquadramento de Moralidade (4). Desta vez, o jornal foca nas escolhas de governo feitas por Bolsonaro, dizendo que o presidente escolheu priorizar o ensino em casa, deixando de "trabalhar para 45 milhões" (CAFARDO, 2019). A matéria não possui entrevistados - mesmo afirmando contrariedade de especialistas - e fica por conta do jornal as alegações de que o governo tem preferência pelo tema e que a escolha tem base política (Figura 18).

FIGURA 18 – REPORTAGEM ESTADÃO (12/04/2019)

Ao avançar no ensino domiciliar, Bolsonaro prioriza 7 mil em vez de trabalhar para 45 milhões

A preferência pelo tema, que soa absurda para muitos especialistas diante da quantidade de problemas nas escolas, tem explicação política: o homeschooling se tornou uma pauta da bancada evangélica

12 de abril de 2019 | 03h00

Com 45 milhões de estudantes nas escolas brasileiras, o governo de **Jair Bolsonaro** escolheu priorizar em seus primeiros cem dias o ensino em casa, praticado por cerca de 7 mil famílias. E o projeto de lei deixa claro que, se aprovado, os custos para credenciar os alunos e avaliá-los será do **Ministério da Educação (MEC)**, apesar de ter sido elaborado pela pasta da Mulher, Família e Direitos Humanos.

Fonte: O Estado de S. Paulo (2019)

⁶⁵ Reportagem: Ao avançar no ensino domiciliar, Bolsonaro prioriza 7 mil em vez de trabalhar para 45 milhões. Estadão, 12/04/2019. Disponível: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,ao-avancar-no-ensino-domiciliar-bolsonaro-prioriza-7-mil-em-vez-de-trabalhar-para-45-milhoes,70002788558>. Data de acesso: 07/04/2020.

O jornal também deixa evidente que, ao adotar esse método como uma prioridade a ser discutida no Congresso, o Estado deixa de dar atenção para demandas da escola pública. Assim, "o governo pode estar não só deixando de melhorar a aprendizagem de quem está na escola, como piorando a dos que saíram dela" (Ibidem).

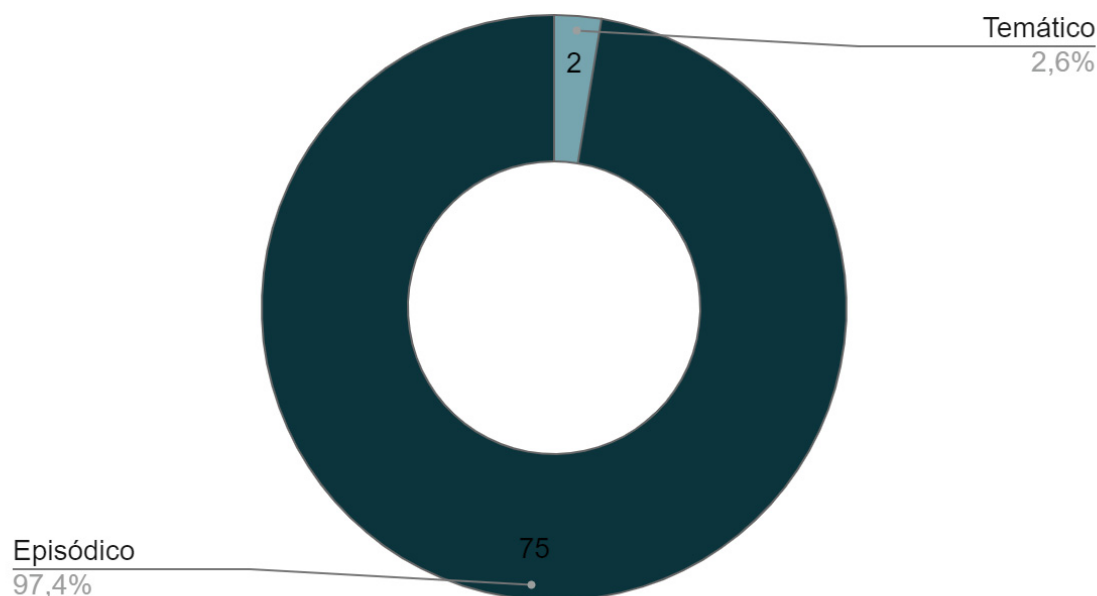
Os enquadramentos de Interesse Humano (2) e Econômico (5) não apareceram em nenhuma das reportagens do Estadão, no entanto, seis matérias foram identificadas como *frame* Indefinido (0). Um exemplo pode ser visto na reportagem "Propostas e planos de governo de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad"⁶⁶. Apesar de deixar evidente que os candidatos se tratavam de "concorrentes no segundo turno", o jornal não deu um tom de confronto entre os presidenciáveis. De maneira equilibrada, apresentou propostas de ambos para diferentes áreas, incluindo a educação. O Projeto de Lei Escola sem Partido aparece como uma das cinco propostas de Jair Bolsonaro. Além do PL, Bolsonaro tinha como pauta a diminuição no percentual de vagas para cotas raciais, ampliação do número de escolas militares, inclusão de disciplinas como "educação moral e cívica" e "organização social e política brasileira", além de educação à distância desde o Ensino Fundamental. Discussões sobre o Escola sem Partido não apareceram entre propostas de Haddad.

3.2.4 Enquadramento Temático x Episódico – Estadão

Assim como no jornal O Globo, a cobertura jornalística do Estadão sobre o PL é, em sua maioria, feita sob o enquadramento episódico. Mais de 97% das reportagens não contextualiza o Projeto de Lei e não dá ao leitor elementos para compreender sua origem, como é possível visualizar no Gráfico 6.

⁶⁶ Reportagem: Propostas e planos de governo de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad. Estadão, 13/10/2018. Disponível: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,compare-propostas-de-bolsonaro-e-haddad-para-os-temas-mais-buscados-no-google,70002545237>. Data de acesso: 07/04/2020.

GRÁFICO 6 - Enquadramentos EPISÓDICOS x TEMÁTICOS - ESTADÃO



Fonte: a autora (2020)

Em "Educadores reagem a 'Escola sem Partido'"⁶⁷, por exemplo, o texto trouxe elementos que ajudam o leitor a ter acesso um maior cenário em que o Projeto de Lei está, apesar de não citar o número de tramitação na Câmara dos Deputados. A matéria está entre as primeiras publicações do jornal e, por isso, consideramos relevante que apresente um contexto mais amplo⁶⁸. Além disso, também deixa explícito que não existe apenas um Projeto, mas que quatro (na ocasião) tramitavam na Câmara. Sob perspectiva do enquadramento genérico de Conflito, mostra visões distintas sobre o PL colabora para que um cenário de críticas seja criado. Na Figura 19, alguns trechos ilustram o conteúdo da matéria.

⁶⁷ Reportagem: Educadores reagem a 'Escola sem Partido'. Estadão, 10/07/2016. Disponível: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,educadores-reagem-a-escola-sem-partido,10000061992>. Data de acesso: 07/04/2020.

⁶⁸ No final do texto, o jornal descreve o trecho de uma entrevista com o professor da USP José Arthur Giannotti. Este conteúdo foi desconsiderado na análise e também não será parte dos argumentos analisados posteriormente. Como critério de escolha do corpus, todas as entrevistas foram retiradas e apenas reportagens foram coletadas. Como a entrevistada foi posta no final do texto, facilmente identificável na análise, somente este trecho foi retirado. A reportagem, em si, foi mantida.

FIGURA 19 – REPORTAGEM ESTADÃO (10/07/2016)

Educadores reagem a ‘Escola sem Partido’

Professores e juristas se unem contra avanço de projetos de lei que visam a tirar dos docentes a liberdade de expressão nas salas de aula

10 de julho de 2016 | 05h00

São quatro projetos do tipo na Câmara dos Deputados e um no Senado, além de propostas em 7 Assembleias Legislativas e 12 Câmaras Municipais. Quase todos os projetos reproduzem o texto do programa Escola sem Partido, idealizado em 2004 pelo advogado Miguel Nagib, procurador paulista.

Nina Beatriz Ranieri, especialista em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo (USP), disse que as propostas desse tipo ferem o artigo 206 da Constituição, que garante a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, além de pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. “A Constituição prevê expressamente o que se convencionou chamar liberdade de cátedra, que significa que, em sala de aula, respeitadas as diretrizes e o currículo, há a liberdade de expressar suas opiniões e ideias. Não tem fundamento proibir. É uma lei fadada ao insucesso”, afirmou.

Idealizador. Miguel Nagib, autor do programa Escola sem Partido, diz que a iniciativa foi uma reação a “práticas ilegais e inconstitucionais” que se disseminaram pelo sistema de ensino. “De um lado, a doutrinação política e ideológica em sala de aula e nos livros didáticos. Do outro lado, a usurpação do direito dos pais sobre a educação religiosa e moral de seus filhos.”

Fonte: O Estado de S. Paulo (2016)

Quando analisamos as reportagens com cobertura da tramitação do PL na Comissão Especial, como feito na análise do jornal O Globo, identificamos que a abordagem não muda muito de um jornal para o outro. Na Figura 20, estão os títulos de reportagens publicadas nos mesmos dias daquelas que mostramos na análise do O Globo⁶⁹. Ambos tratam a questão a partir do problema existente no momento, sem dar ao leitor elementos para compreender porque o projeto é considerado polêmico.

⁶⁹ Figura 12 – Reportagens relatam conflitos na Comissão do ESP - O Globo. Disponível na página 75.

FIGURA 20 – REPORTAGENS RELATAM CONFLITOS NA COMISSÃO DO ESP – ESTADÃO

Oposição obstrui votação do projeto Escola sem Partido e sessão é adiada para a próxima semana

Pauta deve voltar à agenda da Casa na próxima semana; deputados faltaram para reunião não ter quórum

31 de outubro de 2018 | 17h31

Discussão de Escola Sem Partido tem bate-boca entre deputados e manifestantes

Reunião desta terça-feira, 13, durou cerca de duas horas e foi suspensa sem deliberação após o início dos trabalhos no plenário

13 de novembro de 2018 | 11h12

Reunião da comissão do Escola Sem Partido é suspensa após bate-boca

Deputados se reuniram ao redor da mesa do presidente da comissão, Marcos Rogério (DEM-RO), na tentativa de atrasar a votação

04 de dezembro de 2018 | 19h20

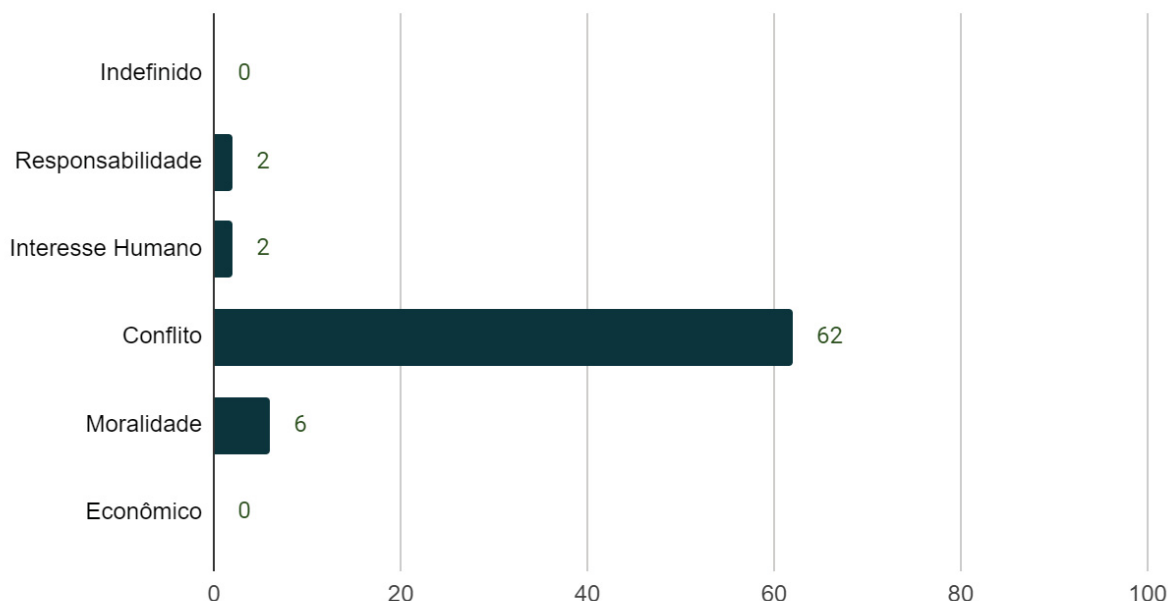
Reportagens relatam a tramitação do PL Escola sem Partido na Comissão Especial. Confusões entre os deputados marca as chamadas da cobertura jornalística. Fonte: O Estado de S. Paulo (2020)

3.2.5 Enquadramento Genérico Predominante - Folha

O jornal Folha de São Paulo também faz parte da análise empírica desta dissertação. 72 reportagens foram analisadas, no período de julho de 2016 a 2019. Como já mencionado, o corpus trata-se de todas as reportagens publicadas no período de tramitação do PL Escola sem Partido. No entanto, a Folha não teve reportagens publicadas, que citavam explicitamente o PL, no início da tramitação na Câmara dos Deputados - 2014 e 2015.

O Gráfico 7 nos mostra que 86,1% das reportagens apresentam o enquadramento de Conflito (3) como preponderante em nossa análise. Da mesma maneira que os demais jornais já discutidos, a Folha faz a cobertura jornalística do Projeto, na maioria das publicações, sob a perspectiva de debates e desacordos envolvendo sua construção e proposição.

GRÁFICO 7 - ENQUADRAMENTO GENÉRICO - FOLHA



Fonte: a autora (2020)

A matéria que inicia a cobertura do jornal⁷⁰ é um exemplo de grupos/instituições que questionam as ações de outros indivíduos na discussão sobre o PL e, portanto, pertencem ao enquadramento de Conflito (3). A matéria mostra o posicionamento da Procuradoria-Geral da República com relação à constitucionalidade do PL⁷¹. De acordo com o material, há o questionamento sobre a tentativa de vigiar professores e não permitir que o conteúdo ministrado em sala de aula questione convicções familiares dos estudantes. Na Figura 21, podemos observar um trecho da reportagem que mostra o desacordo da Procuradoria com a proposta do movimento Escola sem Partido.

⁷⁰ É preciso considerar que todas as reportagens coletadas na Folha de S. Paulo contaram com a efetividade das ferramentas de busca dos portais de notícias. Isso significa que estamos considerando que todas as matérias publicadas pelo jornal foram computadas pelo filtro de pesquisas e coletadas para compor o nosso corpus.

⁷¹ Reportagem: Procuradoria diz que proposta de Escola Sem Partido é inconstitucional. Folha, 22/07/2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/07/1794400-procuradoria-diz-que-proposta-de-escola-sem-partido-e-inconstitucional.shtml>. Data de acesso: 09/04/2020.

FIGURA 21 – REPORTAGEM FOLHA (22/07/2016)

FOLHA DE S. PAULO

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

educação

Procuradoria diz que proposta de Escola Sem Partido é inconstitucional

22/07/2016 @ 17h47

Para a Procuradoria, sob o pretexto de defender princípios como a "neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado", assim como o "pluralismo de ideias no ambiente acadêmico", o Programa Escola sem Partido coloca o professor sob constante vigilância, principalmente para evitar que afronte as convicções morais dos pais.

"O PL subverte a atual ordem constitucional, por inúmeras razões: confunde a educação escolar com aquela que é fornecida pelos pais, e, com isso, os espaços público e privado. Impede o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, nega a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem e contraria o princípio da laicidade do Estado – todos esses direitos previstos na Constituição de 88", disse.

Fonte: Folha (2016)

Em 2017, a Folha manteve a cobertura do PL sob a ótica do conflito e, assim como no ano interior, não deu destaque ao assunto nas editorias de educação e política. Foram três reportagens publicadas em um ano e, ambas, mostram desacordos envolvendo o Projeto. A reportagem "Frota estuda candidatura à Câmara e quer doar marca MBL a Bolsonaro"⁷² menciona o PL rapidamente em um contexto de afetos e desafetos de Alexandre Frota. Neste cenário, o jornal aponta que Bia Kicis – ex-procuradora, eleita deputada federal em 2018 (PRP/DF), e que se encontra entre acordos e desacordos do então ator - "endossou o projeto de lei 'Escola sem Partido', que defende 'neutralidade política e ideológica' na sala de aula e é vista por progressista como ataque de frentes religiosas à liberdade de ensino"⁷². O jornal relembra ao leitor que, em 2016, Frota apresentou a proposta do Escola sem Partido ao ministro da Educação, Mendonça Filho, mas que não teve resultados positivos, além da reunião ter gerado repercussão negativa para o Ministro.

⁷² Reportagem: Frota estuda candidatura à Câmara e quer doar marca MBL a Bolsonaro. Folha, 21/11/2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/11/1936818-frota-estuda-candidatura-a-camara-e-quer-doar-marca-mbl-a-bolsonaro.shtml>. Data de acesso: 08/07/2020.

Em 2018, a Folha intensificou a cobertura sobre o Escola sem Partido, assim como pelo Projeto de Lei que tramita na Câmara dos Deputados e em outros espaços legislativos. O enquadramento de Conflito (3) foi identificado em 39 das 45 reportagens publicadas. Os conflitos narrados pelo jornal envolvem diversas frentes, indo desde a deputados que discutem a tramitação, entidades de educação, governos estaduais, até o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Além disso, a disputa de forças envolvendo a tramitação do PL também passa pelo Poder Judiciário, como é possível observar na reportagem "Bandeira de Bolsonaro, veto a abordagem de gênero sofre derrotas em série na Justiça"⁷³. A matéria retrata brigas judiciais para que diversos projetos, incluindo o que tramita na Câmara, não possam afetar rotinas escolares no país. A Figura 22 mostra o início da matéria que situa o leitor de decisões que questionam a legitimidade do projeto.

FIGURA 22 – REPORTAGEM FOLHA (12/11/2018)



Fonte: Folha de S. Paulo (2018)

⁷³ Reportagem: Bandeira de Bolsonaro, veto a abordagem de gênero sofre derrotas em série na Justiça. Folha, 12/11/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/bandeira-de-bolsonaro-veto-a-abordagem-de-genero-sofre-derrotas-em-serie-na-justica.shtml?origin=folha>. Data de acesso: 10/04/2020.

A expectativa de análise pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mencionada pelo jornal, não foi concretizada em 2018 e 2019. No entanto, decisões provisórias do Supremo questionam a constitucionalidade dos Projetos, apontando que ferem princípios "como o da igualdade entre todas as pessoas e o da liberdade de aprender e ensinar". Em tribunais estaduais, os julgamentos têm fundamentos semelhantes. O jornal divulgou que 20 municípios brasileiros tiveram leis aprovadas nos moldes do Escola sem Partido e que estas legislações foram barradas na Justiça. Entre argumentos contrários aos projetos de lei, está o fato de que municípios não podem legislar sobre diretrizes e bases educacionais, já que a tarefa é de competência da União. A Folha não deixa de mencionar que Bolsonaro teve os pressupostos do PL em tramitação na Câmara como bandeira de campanha eleitoral, mesmo que não tenha nomeado o Escola sem Partido em sua proposta registrada no Tribunal Superior Eleitoral.

No último ano de coleta da nossa análise, a cobertura do jornal registrou 20 reportagens, indicando que o cenário de discussão do PL esteve menos acalorado após o ano eleitoral. Em reportagens coletadas no nosso corpus, fica evidente que a prioridade nas votações da Câmara dos Deputados estava focada na agenda econômica, guiada pela Reforma da Previdência⁷⁴. No segundo semestre do ano, a Folha noticiava que a pauta de costumes perdeu espaço no Congresso e que projetos como o Escola sem Partido estariam adormecidos no primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro (Figura 23).

Dentre diversos motivos para que "um governo acentuadamente conservador não ter conseguido emplacar quase nenhuma de suas pautas na lista de prioridade do Congresso", o jornal apontou a dificuldade de articulação política do Planalto com o Congresso e cúpula do Judiciário. O PL Escola sem Partido é citado entre as brigas políticas e que sofre crítica da comunidade acadêmica. A Folha considerou, entre os projetos da agenda de costume daquele contexto, também a discussão sobre educação domiciliar, endurecimento de regras sobre aborto, legislação específica sobre homofobia e redução da maioria penal.

⁷⁴ Na reportagem "Pauta conservadora em segundo plano deixa inquieta base aliada de Bolsonaro" a Folha trata das prioridades de votação do Congresso. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/pauta-conservadora-em-segundo-plano-deixa-inquieta-base-aliada-de-bolsonaro.shtml>. Data de acesso: 08/07/2020.

FIGURA 23 – REPORTAGEM FOLHA (10/09/2019)

FOLHA DE S.PAULO



Pauta de costumes de Bolsonaro perde espaço e empaca no Congresso

Maia diz que economia será prioridade, e não há prazo para propostas saírem do papel

10.set.2019 às 2h00

BRASÍLIA A expectativa criada após a vitória de [Jair Bolsonaro \(PSL\)](#) de que a chamada "pauta de costumes" chegaria com força no Congresso não se confirmou até agora e não deve sair do papel tão cedo.

A análise dos dez temas que estão no topo da lista de bandeiras ideológicas do presidente da República mostra, inclusive, o contrário: projetos como o da chamada [Escola sem Partido](#) e os que endurecem as proibições ao [aborto](#), que fervilharam na legislatura passada, estão adormecidos nestes oito meses de novo governo federal.

Alguns dos principais projetos da pauta de costumes está na educação. O da [Escola sem Partido dormita na Câmara](#) em uma comissão especial desde que Bolsonaro assumiu. Em 2018, o tema inflamou embates entre direita e esquerda.

Fonte: Folha de S. Paulo (2019)

O enquadramento de Moralidade (4) foi o segundo *frame* que mais apareceu entre as reportagens da Folha. Em seis matérias, a moralidade apareceu como quadro preponderante, indicando materiais em que o jornal menciona a bancada evangélica da Câmara dos Deputados e grupos religiosos que estão envolvidos no contexto de tramitação do PL. Um exemplo evidente desta forma de enquadrar a notícia está na reportagem que informa a articulação da bancada evangélica para eleger o seu presidente⁷⁵, em março de 2019. O jornal aponta que houve aclamação na escolha do deputado Silas Câmara (PRB-AM) em uma reunião-culto, na Câmara. O PL Escola sem Partido é visto como um assunto "sensível" para a bancada religiosa, assim como

⁷⁵ Reportagem: Bancada evangélica aclama novo presidente e renova apoio a Bolsonaro. Folha, 27/03/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bancada-evangelica-aclama-novo-presidente-e-renova-apoio-a-bolsonaro.shtml>. Data de acesso: 10/04/2020.

o Estatuto da Família e Estatuto do Nascituro. Na ocasião, a bancada evangélica reforçou apoio ao Bolsonaro e o presidente Silas reforçou a necessidade de a bancada defender valores cristão (Figura 24).

FIGURA 24 – REPORTAGEM FOLHA (27/03/2019)

FOLHA DE S.PAULO
★ ★ ★

Bancada evangélica aclama novo presidente e renova apoio a Bolsonaro

Silas Câmara (PRB-AM) é escolhido por aclamação em reunião-culto na Câmara

27.mar.2019 às 12h05 Atualizado: 27.mar.2019 às 16h14

APOIO A BOLSONARO

Pastor da Assembleia de Deus, o novo líder do bloco é casado com outra deputada, Antônia Lucia (PSC-AC). Quando ela estreou no Congresso, 12 anos após o marido, não abriu mão do auxílio-moradia, ainda que os dois morassem juntos num apartamento funcional em Brasília.

Silas se comprometeu a lutar para que a bancada volte "à sua origem, que é defender os costumes ligados aos céus, à família". Em seguida, disse que a assessoria do bloco evangélico detectou 1.798 proposições que "afetam diretamente nossa fé".

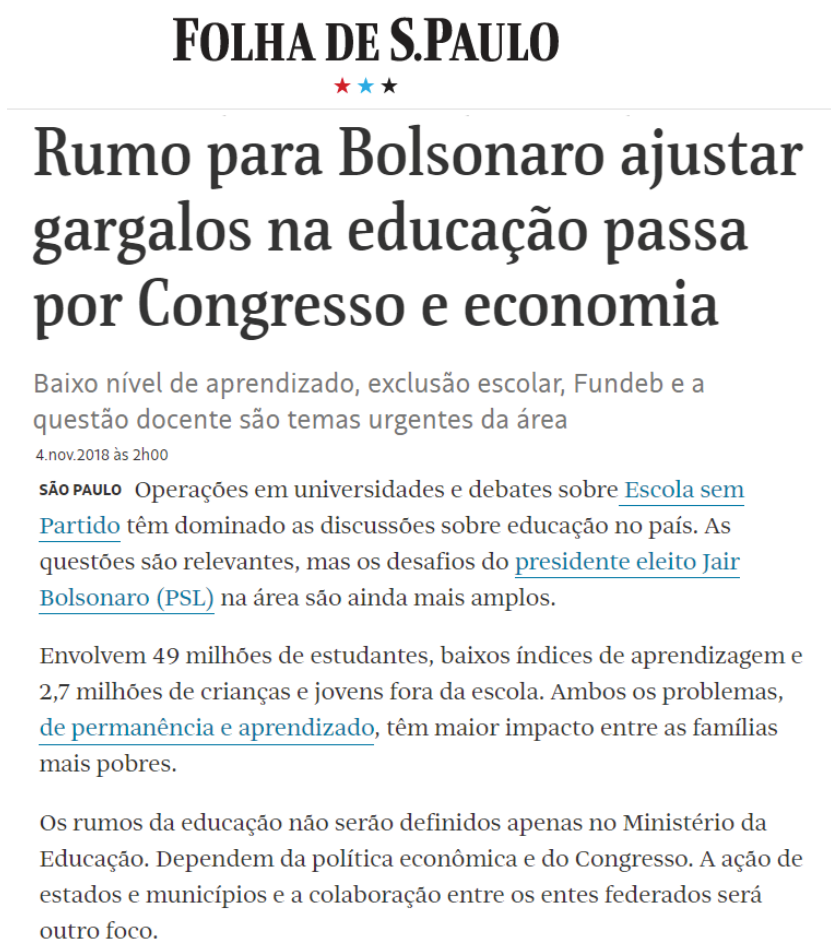
Se os evangélicos não se unirem, disse, projetos como o 122, uma proposta de combate à homofobia, virariam lei. "Todas aquelas batalhas que fez o povo chorar e sangrar."

Fonte: Folha de S. Paulo (2019)

Os enquadramentos de Responsabilidade (1) e Interesse Humano (2) foram identificados em duas reportagens cada um. Se somados, essas reportagens atingem pouco mais de 5% e têm pouca expressão dentro da nossa análise. Para exemplificar o enquadramento de Responsabilidade (1), trataremos da reportagem "Rumo para Bolsonaro ajustar gargalos na educação passa por Congresso e economia". Diferente das outras reportagens analisadas do jornal Folha, essa reportagem teve ao menos uma pergunta respondida com uma afirmação (Sim - 1) no questionário que nos ajuda a identificar o enquadramento dos textos jornalísticos. Para tratar de questões como a exclusão escolar, índice de aprendizagem, docência e outras questões que

envolvem os desafios na educação para o governo Bolsonaro, a matéria teve diversos elementos que consideramos para identificar o enquadramento dos textos. No entanto, o frame de Responsabilidade foi observado como preponderante considerar que a reportagem sugere que algum nível do governo é responsável pelo problema e também por sugerir que o problema necessita de uma ação urgente para ser resolvido.

FIGURA 25 – REPORTAGEM FOLHA (04/11/2018)



Fonte: Folha de S. Paulo (2019)⁷⁶

Na Figura 25, é possível observar que o jornal expõe, no título e na gravata, que existe uma urgência em alguns temas da área da educação e que o governo deverá fazer ajustes que passam pelo Congresso e pelas políticas econômicas chefiadas pelo

⁷⁶ Reportagem: Rumo para Bolsonaro ajustar gargalos na educação passa por Congresso e economia. Folha, 04/11/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/rumo-para-bolsonaro-ajustar-gargalos-na-educacao-passa-por-congresso-e-economia.shtml>. Data de acesso: 02/05/2020.

Ministério da Economia. Quando menciona o PL escola sem Partido, o jornal deixa evidente de que o assunto domina discussões sobre educação no país, junto com operações em universidade, mas que existem desafios mais amplos que o chefe de estado terá de enfrentar. A reportagem apresenta índices interessantes sobre permanência e aprendizado dos estudantes, como o envolvimento educacional com 49 milhões de alunos brasileiros e quase 3 milhões de crianças e jovens fora da escola. De certo modo, a matéria apresenta ao eleitor de quem são as responsabilidades por diferentes etapas da educação, passando pela infantil até chegar nas discussões de cotas para universidade - Bolsonaro já declarou ser contra o sistema de cotas brasileiro.

No fim da reportagem, o jornal explica ao eleitor sobre a divisão dessas responsabilidades. Ao trazer a pergunta "quem é responsável pela educação?", o jornal explica que o ensino da primeira infância (até o ensino fundamental), é de responsabilidade municipal; que o ensino médio fica por conta dos Estados e que o ensino superior é gerido pela União - sendo possível colaboração entre os níveis de governo. O jornal ainda fala sobre as mudanças constitucionais que devem passar pelo Congresso e que o MEC e governo têm maior autonomia quando o assunto é base curricular, formação de docentes e questões orçamentárias.

Quando o enquadramento é de Interesse Humano (2), a reportagem que vamos trazer como exemplo conta um pouco da história de uma deputada federal eleita em 2018, pelo PSOL do Rio de Janeiro⁷⁷. A reportagem descreve Talíria Petrone como "amiga de Marielle" e diz que a parlamentar vai defender a agenda de Marielle Franco, que era vereadora no Rio e foi assassinada em março de 2018. A matéria também conta que as duas mulheres se conheciam há dez anos e que Marielle morava no Complexo da Maré, enquanto que Talíria era professora de história em um cursinho na mesma comunidade. O Projeto Escola sem Partido é relacionado pelo jornal quando o assunto é, de acordo com o jornal, "a obstrução de projetos patrocinados pelo governo do presidente", se tratando de uma prioridade para o PSOL. A deputada Talíria Petrone assina a coautoria do PL 502/2019 e, como consta no Capítulo 1, trata-

⁷⁷ Reportagem: Amiga de Marielle, novata do PSOL defende agenda de vereadora. Folha, 29/01/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/amiga-de-marielle-novata-do-psol-defende-agenda-de-vereadora.shtml>. Data de acesso: 11/04/2020.

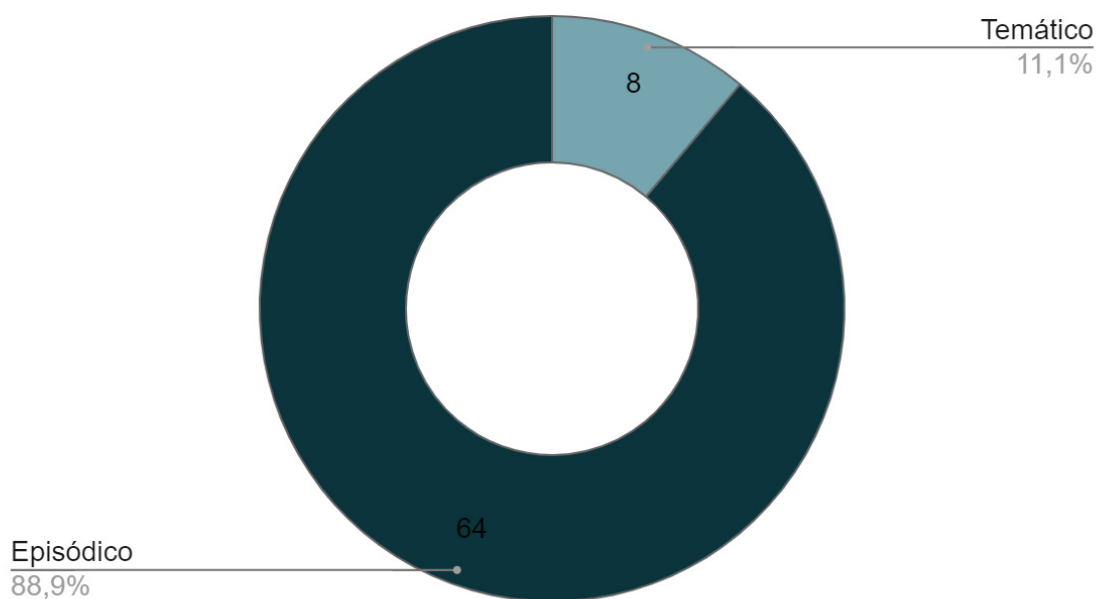
se de uma homenagem e reapresentação do PL 6005/2016, de Jean Wyllys, com a mudança de nome de "Escola Livre" para "Escola sem Mordança".

O enquadramento Econômico (5) não foi identificado como preponderante em nenhuma das 72 reportagens publicadas pela Folha, assim como nenhuma delas foi classificada como enquadramento Indefinido (0).

3.2.6 Enquadramento Temáticos x Episódicos – Folha

O jornal Folha de S. Paulo teve uma cobertura jornalística com reportagens mais episódicas do que temáticas. De acordo com Iyengar (1991), os enquadramentos episódicos apresentam fatos concretos, isolados e os temáticos discutem a questão de forma mais ampla e geral. No Gráfico 8 é possível observar que quase 89% das reportagens foram consideradas episódicas.

GRÁFICO 8 - Enquadramentos EPISÓDICOS x TEMÁTICOS - FOLHA



Fonte: a autora (2020)

Para exemplificar uma das reportagens consideradas temáticas, a matéria "Festas em família? Prepare-se para discutir o Escola sem Partido"⁷⁸ foi publicada em

⁷⁸ Reportagem: Festas em família? Prepare-se para discutir o Escola sem Partido. Folha, 20/12/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/12/festas-em-familia-prepare-se-para-discutir-o-escola-sem-partido.shtml>. Data de acesso: 11/04/2020.

dezembro de 2019. O título da matéria, por si só, já considera que a discussão alcançou espaços privados, como aqueles voltados para reuniões familiares, não sendo um assunto de discussão apenas no âmbito do Congresso ou das escolas. A reportagem explica que o debate que envolve a existência ou não de doutrinação ideológica na educação também foi uma das pautas no período eleitoral e que o tema conta com o apoio de grupos religiosos e conservadores.

Para situar o leitor das discussões, a reportagem apresenta uma série de perguntas envolvendo o assunto, como "A doutrinação política é um problema nas escolas?" e "O que preveem os projetos de lei chamados de Escola sem Partido?". A partir disso, apresenta informações que ajudariam os eleitores a ter bons argumentos em um debate durante as festas de fim de ano. Na Figura 26, um dos trechos da matéria mostra que o jornal responde, inclusive, a questão sobre quem poderia avaliar se um professor está promovendo doutrinação em sala de aula.

O jornal também apresenta ao leitor discussões sobre a importância de abordar questões de gênero nas escolas - um ponto central de proibição nos PLs debatidos na Câmara dos Deputados. Como argumento, o jornal diz que "segundo estudiosos do tema" (FOLHA, 2018) a abordagem contribui para o combate de violência de gênero, machismo, homofobia e gravidez na adolescência. A partir disso, o jornal mostra um gráfico com o índice sobre escolas que não têm projetos que discutam estes assuntos, incluindo diversidade religiosa. Quando o tema é machismo e homofobia, 60% das escolas brasileiras não possuem ações para discutir os temas. Esse número diminui quase pela metade quando o debate é sobre sexualidade e gravidez na adolescência, atingindo 32%. Enquanto isso, 31% das 186 mil escolas brasileiras possuem ensino religioso com presença obrigatória dos estudantes.

FIGURA 26 – REPORTAGEM FOLHA (20/12/2018)

FOLHA DE S.PAULO



Festas em família? Prepare-se para discutir o Escola sem Partido

Movimento contra suposta doutrinação ideológica foi uma das pautas das eleições

20.dez.2018 às 2h00

Quem avaliaria se o professor fez “propaganda ideológica” em sala de aula?

O projeto de lei discutido na Câmara não faz menção a como essa análise seria feita.

Em abril de 2017, o vereador Fernando Holiday (DEM), que é membro do MBL, se propôs a fazer visitas surpresa a escolas.

Após o segundo turno das eleições, a deputada estadual eleita Ana Caroline Campagnolo (PSL-SC) pediu em uma rede social que os alunos denunciassem professores que fizessem “queixas político-partidárias em virtude da vitória” de Jair Bolsonaro (PSL).

A Justiça determinou [a retirada dos posts do ar](#).

Fonte: Folha de S. Paulo (2018)

De outra forma, grande parte das reportagens da Folha não dão ao leitor uma visão mais ampla sobre os acontecimentos que envolvem o PL. Assim como O Globo e o Estadão, a Folha não deu profundidade para coberturas que relatam o trabalho dos deputados na Comissão Especial do Escola sem Partido. Diferente dos outros jornais, a Folha não noticiou todas reuniões adiadas da Comissão, por exemplo. Como já mostramos na análise dos jornais anterior, uma sequência de adiamentos na Comissão devido a discussões e embates entre grupos discordantes da tramitação do PL. Na sequência de publicações dos dias 31 de outubro, 13 de novembro e 04 de dezembro de 2018, a Folha não publicou nenhuma matéria falando sobre o assunto no dia 04 de dezembro. No entanto, nas demais datas (Figura 27), a cobertura do jornal também não apresentou análise mais profunda sobre o que vinha acontecendo na Câmara dos Deputados.

FIGURA 27 – REPORTAGENS RELATAM CONFLITOS NA COMISSÃO DO
ESP - FOLHA

FOLHA DE S.PAULO



Com protesto contra e gritos de 'Bolsonaro', Câmara adia votação do Escola Sem Partido

Presidente da comissão, Marcos Rogério (DEM-RO), pode fazer sessão fechada na próxima semana

31.out.2018 às 16h47

Escola sem Partido é adiado de novo na Câmara após 6 meses de análise e embates

Bate boca entre apoiadores e contrários à medida jogou sessão para semana que vem

13.nov.2018 às 19h13

Reportagens da Folha mostram embates entre membros da Comissão Especial da Câmara e adiamento das sessões devido confusão entre grupos que envolvem a tramitação do PL. Fonte: Folha de S. Paulo (2020)

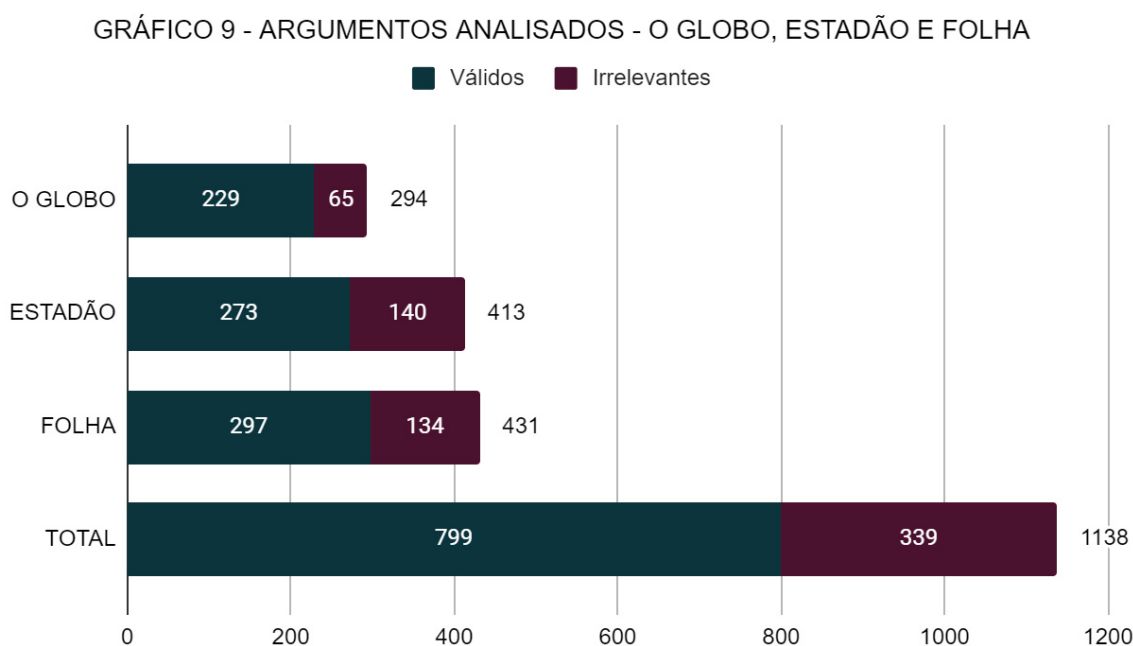
3.2.7 Quem são e o que dizem as fontes - O Globo

O segundo momento de análise que nos propomos a fazer nessa pesquisa diz respeito às fontes utilizadas nas reportagens para compor a narrativa jornalística. Nas 238 reportagens que analisamos, foram identificadas 1138 falas diretas, ou seja, fala integral dita pelo entrevistado e utilizada entre aspas pelo jornal. O Globo, especificamente, utiliza o travessão como um recurso textual para disponibilizar os argumentos das fontes.

Para a análise, as falas das fontes foram extraídas do texto e analisadas de maneira integral, sem o uso do contexto da reportagem para complementar a ideia do

entrevistado. Essa escolha foi feita para analisar o argumento da fonte sem o complemento dos jornais com os verbos dicendis e informações que não estão na fala direta. Além de analisar o conteúdo das falas dos entrevistados pelos jornais, também queremos mostrar quem são os fontes escolhidas para tratar do contexto de tramitação do Projeto de Lei Escola sem Partido. Cada fala foi considerada uma unidade na análise.

No decorrer da Análise de Conteúdo (NEUENDORF, 2002) percebemos que nem todas as fontes tratavam da tramitação do PL ou da discussão que envolve o seu contexto. Por isso, 339 falas foram descartadas do corpus. Outras 30 matérias não tinham qualquer tipo de entrevista e também não contribuíram para o corpus total da análise de argumento das fontes. O Gráfico 9 nos mostra que 799 falas foram analisadas nos três jornais. Também indica a quantidade de argumentos válidos em cada portal de notícias e quantos deles foram considerados irrelevantes para o contexto da pesquisa.



Fonte: a autora (2020)

Por tratar do Projeto de Lei em um contexto político, social, econômico e religioso, o jornal apresentou o tema em meio a diversas discussões, incluindo debates que nossa pesquisa não se propôs a alcançar. Não raro foi perceber que o Projeto de Lei foi citado em reportagens em que o tema era completamente distinto de

sua tramitação, mas que era elencado pelo jornal em algum momento da reportagem. Nestes casos, os argumentos que foram considerados irrelevantes não tinham ligação com a educação, discussão política e até reflexões envolvendo o Escola sem Partido.

Um exemplo pode ser visto na reportagem "Em um dia, MEC nomeia e exonera apoiador do 'Escola sem Partido'"⁷⁹, publicada em julho de 2016, pelo jornal O Estado de São Paulo. A reportagem relata a entrada e saída do pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Adolfo Sachsida, no Ministério da Educação. As duas últimas falas de Sachsida na matéria tratam de temas que não se referem ao contexto do MEC ou do PL Escola sem Partido. Em uma delas, ele discute sobre desenvolvimento e crescimento nacional; na outra, trata sobre o caso em que Jair Bolsonaro afirmou à deputada Maria do Rosário (PT-RS) que não a estupraria por ela não merecer. Sachsida dá sua opinião sobre o acontecido e questiona onde estaria uma possível apologia ao crime de estupro. Como é possível perceber pelo título, a reportagem tratada sobre o Escola sem Partido e teve falas do entrevistado adicionadas no nosso corpus, mas as que discutem outros assuntos foram consideradas irrelevantes para a pesquisa.

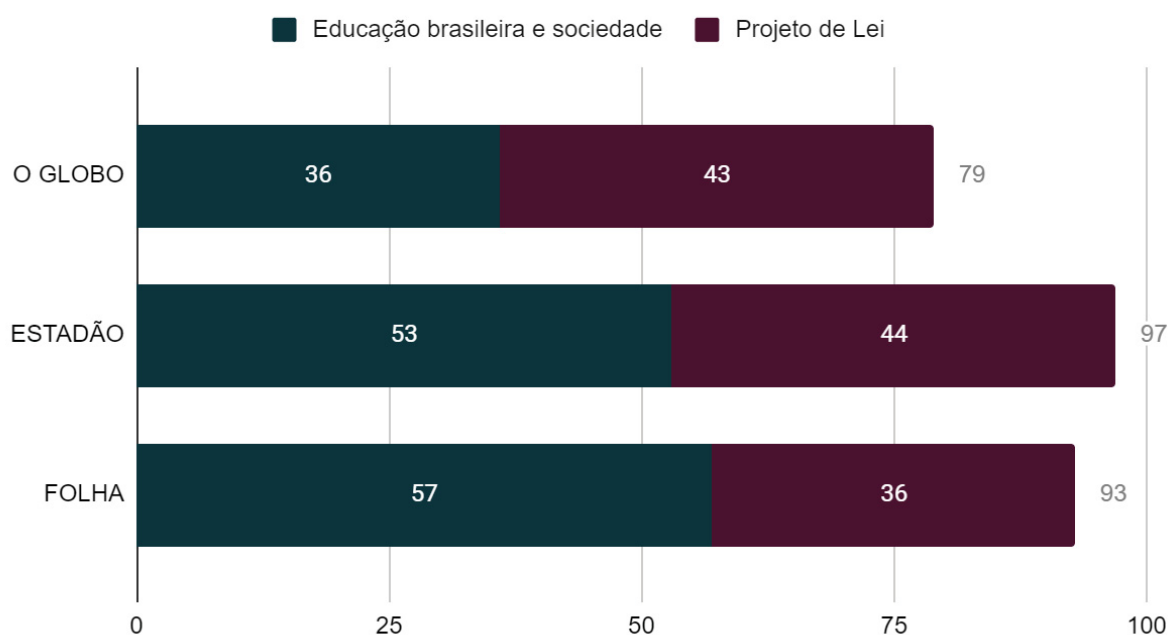
Para mostrar as especificidades da cobertura jornalística de cada um dos jornais analisados, trataremos individualmente sobre o que foi possível identificar nas análises no decorrer deste capítulo. Quando pensamos em dados gerais e comparativos entre as plataformas de notícias, percebemos que as principais fontes dos jornais mudaram pouco entre si e que os argumentos também giraram em torno dos mesmos temas identificados por meio de nossas categorias de análise. Os dois tipos de fontes mais percebidas nos jornais são deputados(as) federais e professores(as).

No livro de códigos (Apêndice 1), é possível identificar os critérios de inclusão para cada fala nas categorias utilizadas. Estas foram definidas a partir dos textos e temáticas levantadas pelos entrevistados. Como será possível ver adiante, os argumentos das fontes foram expressados dentro do contexto de tramitação do PL Escola sem Partido, mostrando opiniões e posicionamentos a partir de discussões distintas relacionadas ao mesmo problema.

⁷⁹ Reportagem: Em um dia, MEC nomeia e exonera apoiador do 'Escola sem Partido'. Estadão, 12/04/2016. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,em-um-dia-mec-nomeia-e-exonera-apoiador-do-escola-sem-partido,10000062382>. Data de acesso: 24/04/2020.

A base dos argumentos mais frequentes também apresentou discussões em torno dos mesmos temas nos três jornais. As categorias 'Educação brasileira e sociedade' e 'Projeto de Lei' foram as que mais apareceram em ambos os jornais, ocupando os dois primeiros lugares nas falas dos entrevistados. Os argumentos sobre Educação brasileira e sociedade foram identificados em mais de 50 falas em cada um dos jornais Estadão e Folha. Já no Globo, a categoria Projeto de Lei foi a mais presente, contabilizando 43 argumentos nas matérias do jornal (Gráfico 10).

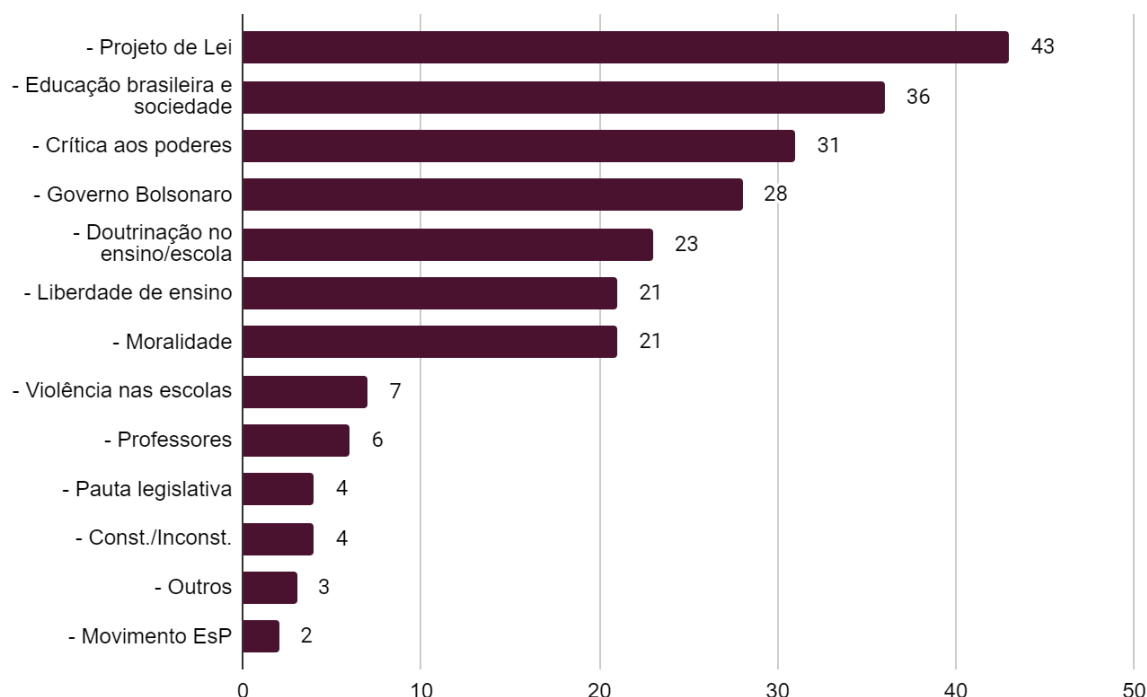
GRÁFICO 10 - DISCUSSÕES MAIS FREQUENTES ENTRE AS FONTES DOS JORNAIS



Fonte: a autora (2020)

Iniciaremos o detalhamento da análise da cobertura dos jornais com o portal O Globo. O jornal do Rio de Janeiro teve 89 reportagens analisadas, sendo extraídos 229 argumentos válidos. No Gráfico 11 estão dispostas quais das 13 categorias de análise obtiveram mais presença dos argumentos.

GRÁFICO 11 - ARGUMENTOS DAS FONTES - O GLOBO

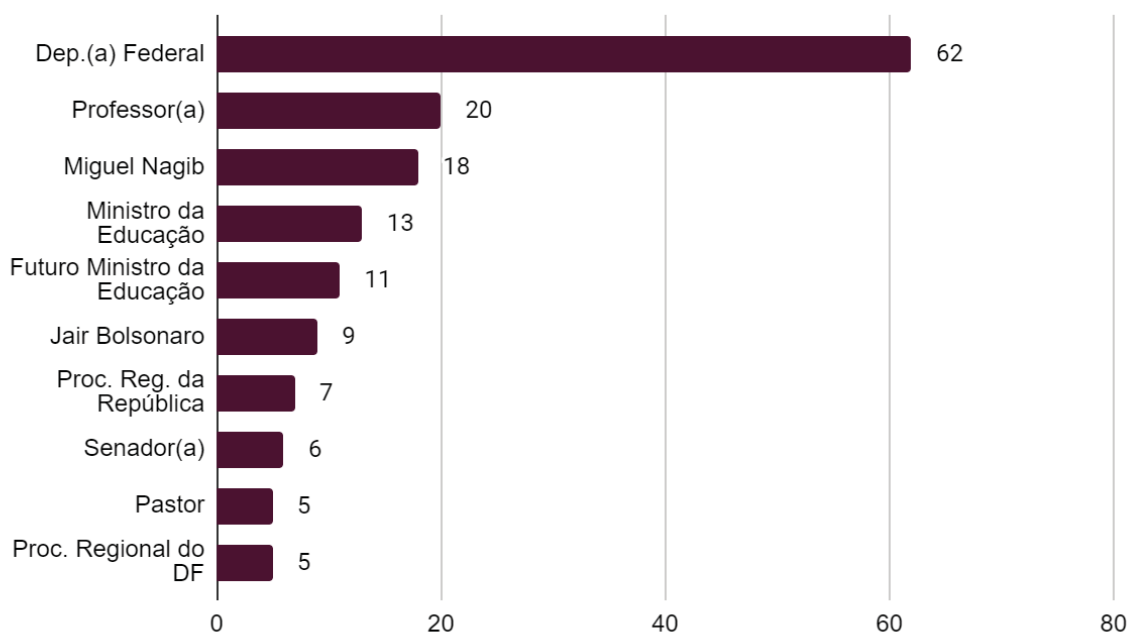


Fonte: a autora (2020)

As discussões que envolvem o Projeto de Lei, educação no país e críticas aos Poderes foram as que tiveram mais destaque no jornal O Globo. Mais de 18% dos argumentos trataram sobre a tramitação do Projeto, fazendo críticas ou defendendo sua construção. 36 falas diretas dos entrevistados discutiram, como veremos no detalhamento no decorrer da análise, a construção e papel da educação no país. E, na sequência, mais 13% considerou importante fazer críticas aos poderes que estão envolvidos no contexto de tramitação do PL Escola sem Partido.

Da mesma forma que alguns temas tiveram mais destaque entre aqueles que foram discutidos pelos entrevistados, o jornal O Globo também deu preferência para ouvir fontes específicas para debater sobre estas questões. No Gráfico 12 é possível constatar que mais de 27% das falas utilizadas no jornal são atribuídas a deputados federais. Já os professores, que são atores diretamente afetados pela tramitação do PL, não chegaram a 10% dos entrevistados pelo portal de notícias.

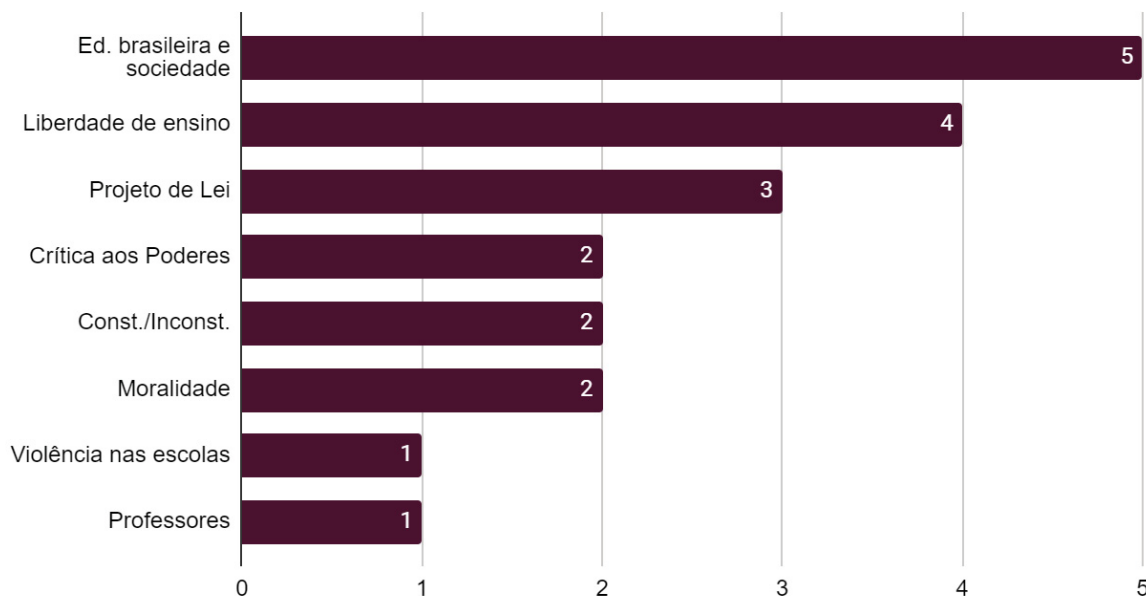
GRÁFICO 12 - ENTREVISTADOS DO JORNAL O GLOBO



Fonte: a autora (2020)

A diferença nas discussões pode ser percebida nas abordagens que as fontes tiveram para tratar do mesmo tema geral, o contexto de tramitação do PL Escola sem Partido. Os professores, que aparecem em segundo lugar entre as fontes mais utilizadas nas matérias, discutem pontos de vistas diferentes do que os deputados federais, por exemplo. O Gráfico 13 indica que 25% dos professores têm seus argumentos baseados na categoria Educação brasileira e sociedade. Não muito distante disso, 20% dos professores falam em Liberdade de ensino para fazer o contraponto ao que propõem os Projetos de Lei.

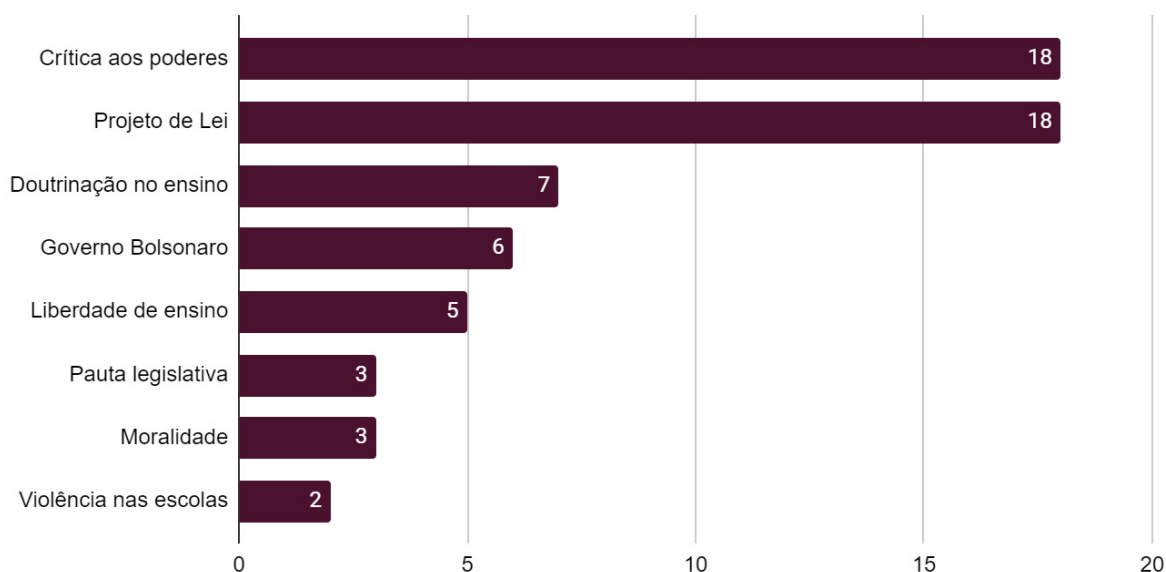
GRÁFICO 13 - O QUE DIZEM OS PROFESSORES - O GLOBO



Fonte: a autora (2020)

No Globo, os deputados federais trazem outras questões para a construção da narrativa jornalística. Não deixam de discutir a liberdade de ensino, por exemplo, mas esta abordagem não se trata do principal discurso apresentado pelos parlamentares. 29% dos deputados fazem críticas aos poderes envolvidos no debate, apontando discordância de da Câmara dos Deputados ou questionando tomadas de decisão no Poder Executivo. Da mesma maneira, também 29% deles discutem a tramitação do Projeto de lei, defendem sua existência ou criticam suas intenções diante do cenário educacional brasileiro.

GRÁFICO 14 - O QUE DIZEM OS(AS) DEPUTADOS(AS) FEDERAIS - O GLOBO



Fonte: a autora (2020)

Além de dar mais espaço para os parlamentares discutirem o PL, o jornal também mostra o posicionamento de alguns partidos específicos. Deputados do Democratas (DEM), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Social Liberal (PSL) e Partido Democrático Trabalhista (PDT) ocupam os primeiros lugares indicado no Tabela 3.

TABELA 3 – PARTIDOS DE DEP. FEDERAIS – O GLOBO

PARTIDOS DE DEP. FEDERAIS - O GLOBO	
DEM	11
PT	10
PCdoB	9
PSL	6
PDT	6
PSC	4
PSDB	3
PSOL	3
REPUBLICANOS	3
PODE	2
PSD	2
DEB	2
PODEMOS	1

Fonte: a autora (2020)

A categoria com mais argumentos presentes na análise do Globo é Projeto de Lei. As falas dos deputados Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) e Maria do Rosário (PT-RS) deixam evidente as discussões que envolvem o Projeto. Em julho de 2018, O Globo publicou a reportagem "Votação do texto do projeto Escola Sem Partido é adiada na Câmara"⁸⁰ e apresentou argumentos de frentes contrárias nas discussões sobre a tramitação. Eduardo Bolsonaro declarou que o Projeto estava em discussão para "abrir o debate para a pluralidade de ideias e não doutrinar os nossos alunos e adotar apenas uma corrente ideológica". Por outro lado, a deputada defendeu que o projeto ataca os professores. "Parte do pressuposto que eles têm que ser controlado, que não exercem responsabilidade ética e pedagógica", disse a deputada.

Discordâncias da conveniência ou não da tramitação foram comuns durante a cobertura do jornal, bem como as entrevistas que não mostraram um posicionamento evidente, como no caso das falas dos deputados Erika Kokay (PT-SP) e Flavinho (PSC-SP). Na reportagem "Votação do Escola Sem Partido é adiada novamente"⁸¹, ambos falam sobre procedimentos no processo de tramitação do PL. Erika diz que existem diversos requerimentos que podem ser lançados na Comissão Especial do projeto e relata que "eles querem que peçamos vista porque depois de duas sessões o projeto anda", se referindo aos deputados favoráveis à discussão. No entanto, ela não faz críticas ao texto ou debate sobre algum ponto apresentado na Comissão. A fala divulgada pelo jornal demonstra uma questão burocrática, vivida em votações na Câmara dos Deputados. De maneira semelhante o deputado Flavinho também comenta a situação, dizendo que "debate já foi feito e agora devemos votar o projeto". As discussões que envolvem esta categoria de análise. Em outros momentos, o jornal volta a dar espaço para os mesmos deputados, que expõem suas opiniões e defesas com relação ao que o Projeto propõe para as escolas (Figura 28).

⁸⁰ Reportagem: Votação do texto do projeto Escola Sem Partido é adiada na Câmara. O Globo, 12/07/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/votacao-do-texto-do-projeto-escola-sem-partido-adiada-na-camara-22878655>. Data de acesso: 28/04/2020.

⁸¹ Reportagem: Votação do Escola Sem Partido é adiada novamente. O Globo, 07/11/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/votacao-do-escola-sem-partido-adiada-novamente-23218607>. Data de acesso: 28/04/2020.

FIGURA 28 – ARGUMENTO NO JORNAL O GLOBO (11/12/2018)



O GLOBO SOCIEDADE

Educação

Projeto do Escola sem Partido é arquivado em comissão da Câmara

11/12/2018 - 14:59 / Atualizado em 11/12/2018 - 17:06

— Nós já ganhamos sim, foi uma vitória muito grande. Porque o fato de nós trazermos luz para esse problema dentro das escolas brasileiras, fez com que pais, alunos e professores que eram perseguidos nas escolas tivessem consciência dos seus direitos. Então o meu papel como relator é esse, eu não voto o meu relatório aqui e dou uma vitória a mim mesmo. Eu apresento meu parecer para ser discutido e os parlamentares votam —

relator do projeto, deputado Flavinho.

— Vão voltar seguramente com a escola amordaçada. Mesmo que esse projeto fosse aprovado, nada impediria que no próximo ano viessem com um projeto ainda mais duro. Cada dia uma agonia, nós impedimos esse, ano que vem tem mais.

deputada da oposição Érika Kokay (PT-DF)

Fonte: O Globo (2018)

A segunda categoria mais evidente na análise corresponde a 15% dos argumentos dos entrevistados. Em 'Educação brasileira e sociedade', as fontes discutiram questões voltadas para o contexto educacional, tratando de assuntos que vão desde o cotidiano nas escolas até perspectivas para o sistema de ensino. Um dos professores entrevistados na reportagem "Professores dizem sofrer censura de pais e alunos nas salas de aula"⁸², que não quis se identificar, relata que o cotidiano da escola tem mostrado uma polarização e que o professor fica com o papel da mediação entre as discussões, mas que fica com fama de doutrinador. Na reportagem, o professor é chamado de Miguel e o jornal explica se tratar de um nome fictício. O educador diz que "a sala de aula é o reflexo da sociedade em muitos sentidos. A polarização é explícita, e o professor deve ser um mediador para que nenhuma voz seja calada".

⁸² Reportagem: Professores dizem sofrer censura de pais e alunos nas salas de aula. O Globo, 01/06/2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/professores-dizem-sofrer-censura-de-pais-alunos-nas-salas-de-aula-21420798>>. Data de acesso: 28/04/2020.

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, deu uma palestra na Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro (PGE), em novembro de 2018, e suas declarações foram utilizadas pelo Globo para discutir assuntos como perdão judicial e educação no país⁸³. Ele não faz uma análise do cotidiano das escolas, mas sua declaração ironiza temas que são apontados como problemas no ensino. Para Barroso, "se alguém achar que o problema da educação no Brasil é identidade de gênero, Escola sem Partido ou saber se 1964 foi golpe ou revolução, está assustado com a assombração errada".

Declarações do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do presidente Jair Bolsonaro também tratam sobre a educação no país, mas ambos associam o tema a discussões políticas-partidárias nas escolas. O Globo publicou uma reportagem em que FHC critica o presidente Jair Bolsonaro⁸⁴ e fala sobre sua visão de educação. Para o ex-presidente, o professor deve abrir a cabeça do aluno para que tenha suas próprias ideias. E, quando tratou sobre política em sala, ele declarou "que a escola não deve ter partido, mas não pode substituir um partido por outro". Já o atual presidente, Bolsonaro, afirmou que é preciso ter dois lados. Em "Bolsonaro divulga vídeo de aluna que filmou professora em aula"⁸⁵, declara que "nós queremos a escola sem partido, ou, se tiver partido, que tenha os dois lados. Não pode é ter um lado só na sala de aula". Apesar do conflito existente entre os entrevistados, as declarações dão a entender que ideologias de partidos políticos não devem fazer parte da educação brasileira, apesar de não negarem a existência delas ou, no caso de Bolsonaro, de sugerir que a presença de visões discordantes seja aceitável.

Os argumentos mais comuns na categoria que apresentam as 'Críticas aos poderes' são de parlamentares discordando sobre o Escola sem Partido ou até trocando ofensas entre si. Em diversas reportagens o jornal relata "bate-bocas", conflitos e discussões de deputados nas sessões da Comissão Especial do PL. No

⁸³ Reportagem: 'Estamos dando os incentivos errados para as pessoas erradas', diz Barroso sobre concessão de indulto. O Globo, 30/11/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/estamos-dando-os-incentivos-errados-para-as-pessoas-erradas-diz-barroso-sobre-concessao-de-indulto-23272501>. Data de acesso: 29/04/2020.

⁸⁴ Reportagem: Fernando Henrique Cardoso diz que Bolsonaro tem ideias 'muito atrasadas'. O Globo, 22/04/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/fernando-henrique-cardoso-diz-que-bolsonaro-tem-ideias-muito-atrasadas-23615440>. Data de acesso: 29/04/2020.

⁸⁵ Reportagem: Bolsonaro divulga vídeo de aluna que filmou professora em aula. O Globo, 28/04/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/bolsonaro-divulga-video-de-aluna-que-filmou-professora-em-aula-23628113>. Data de acesso: 29/04/2020.

entanto, vamos apresentar dois exemplos de argumentos de fontes que não fazem parte da Câmara, mas que percebem questões religiosas e políticas conservadoras entre os parlamentares. A primeira reportagem que O Globo publicou sobre o tema, em 2017, traz uma fala do vice-presidente da Comissão de Direito Homoafetivo da OAB-RJ, Henrique Rabello de Carvalho, que avalia a existência de um pensamento religioso fundamentando o Poder Legislativo (Figura 29). Neste mesmo sentido, o professor da Universidade de São Paulo (USP), Ricardo Mariano, relata haver uma disputa entre parlamentares de esquerda e integrantes da bancada religiosa - a mesma que defende o PL Escola sem Partido como uma pauta central na agenda de costumes.

FIGURA 29 – ARGUMENTO NO JORNAL O GLOBO (31/05/2017 e 06/11/2018)

O GLOBO

Violência relacionada a identidade de gênero e orientação sexual faz alunos abandonarem escola

31/05/2017 - 04:30 / Atualizado em 31/05/2017 - 11:16

— O Poder Legislativo, em todas as esferas, é composto por uma maioria de representantes voltados para o fundamentalismo religioso e a uma forma de pensamento conservador, que entendem somente uma composição de família heterossexual — critica. — Outras identidades não são reconhecidas e, por isso, faltam políticas públicas destinadas a elas.

Vice-presidente da Comissão de Direito Homoafetivo da OAB-RJ, Henrique Rabello de Carvalho

Apoio de evangélicos influencia agenda de Bolsonaro na educação

06/11/2018 - 04:30 / Atualizado em 06/11/2018 - 17:02

- Tem um antipetismo extremamente forte no segmento evangélico. Isso se deve a disputas políticas travadas entre parlamentares de esquerda e integrantes da bancada evangélica, também com a bancada do PSOL. Isso já há mais de uma década - ressaltou, destacando os ganhos políticos de parlamentares. - Há 30 anos eles arregimentam os fiéis com base em pânico moral, fake news e, mais recentemente, em discurso de ódio.

sociólogo Ricardo Mariano

Fonte: O Globo (2018)

Desta maneira é possível observar que as críticas não podem ser minimizadas aos embates enfrentados na Câmara dos Deputados, assim como nem todas as fontes são membros do próprio Congresso. Apesar dos indicados nas reportagens não mostrarem associações de deputados conservadores com as autorias dos

Projetos, a discussão sobre o perfil dos deputados que compõem os debates no Parlamento existe.

O governo de Bolsonaro também é algo que aparece nas falas dos entrevistados. Como será possível observar também nos demais jornais analisados, as mudanças no Ministério da Educação foram base de diversos argumentos que compõem esta categoria. Na reportagem "Coordenador da bancada evangélica 'retira' indicações, mas nega crise com Bolsonaro"⁸⁶ mostra que houve nomeações por parte dos deputados evangélicos para o MEC, mas que não tiveram sucesso com a escolha da pasta. As considerações da bancada para a definição do ministro da Educação foram pesadas por Bolsonaro, mas os nomes indicados não foram levados adiante. O deputado Takayama (PSC-PR) disse ao jornal que Bolsonaro não teria obrigação nenhuma de acatar os nomes e que a palavra entre eles seria de "vinculação e princípios". Pertencente ao mesmo partido, Gilberto Nascimento havia sido um dos indicados, mas, ao não ser aceito, disse que não existe confronto com o chefe do Executivo. "Ele pediu sugestões. Não nos explicou por que (não aceitou), mas não precisa explicar, porque quem nomeia é ele. É ele que tem a caneta", se referindo à autonomia de Bolsonaro em suas escolhas.

Em 10% das falas dos entrevistados no Globo, houve o argumento de que existe doutrinação nas escolas brasileiras. Os argumentos têm em comum a afirmação de que doutrinação é uma realidade e que os estudantes estão sujeitos à esta prática dos estudantes. O próprio idealizador do Escola sem Partido, Miguel Nagib, fica encarregado de apresentar essa defesa de que os estudantes são reféns das atitudes dos educadores. A "pretexto de transmitir aos alunos uma 'visão crítica' da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo", diz o texto do advogado em uma reportagem que explica a construção do movimento⁸⁷.

⁸⁶ Reportagem: Coordenador da bancada evangélica 'retira' indicações, mas nega crise com Bolsonaro. O Globo, 29/11/2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/coordenador-da-bancada-evangelica-retira-indicacoes-mas-nega-crise-com-bolsonaro-23268822>>. Data de acesso: 29/04/2020.

⁸⁷ Reportagem: Entenda o movimento 'Escola sem partido'. O Globo, 27/10/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/entenda-movimento-escola-sem-partido-22001170>. Data de acesso: 29/04/2020.

O pastor Silas Malafaia, é um dos que apoia a tramitação do Projeto e já declarou que o MEC teria como prioridade "varrer da educação brasileira a ideologia esquerdista"⁸⁸. Mas os deputados também são protagonistas de falas que acusam professores de serem doutrinadores e defendem que os estudantes precisam ser protegidos. Em fevereiro de 2019, O Globo publicou duas reportagens com entrevistas de deputados que deixam explícita a acusação contra os educadores. A deputada Bia Kicis (PSL-DF) já declarou que "o objetivo do projeto é proteger a criança de doutrinadores. Se um professor estiver agindo como um doutrinador, o aluno tem que ter o direito de se proteger disso"⁸⁹. Já o deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) declarou que o Escola sem Partido se trata de uma necessidade, reforçando que "só tenho a agradecer à esquerda, que está reforçando o que sempre falamos: a escola não pode ser usada para doutrinação"⁹⁰.

Os argumentos das fontes que compõem a categoria Liberdade de ensino foram identificados em 21 matérias do corpus. Na reportagem "Professores dizem sofrer censura de pais e alunos nas salas de aula"⁹¹, de junho de 2017, a fala do sociólogo da UFRJ, Paulo Baía, expressa o que o estudioso entende como uma prática de censura e que se coloca contra a produção de conhecimento. O sociólogo diz existir uma imposição de pensamento acrítico que deve impactar na formação dos cidadãos. Outro exemplo é o argumento apresentado pelo professor de História e Filosofia do Positivo, de Curitiba, Daniel Medeiros. Na reportagem "Pais interferem em escolas que abordam questão de gênero nos livros e vetam conteúdo"⁹², o professor trata de um contexto em que pais de estudantes questionam o material didático utilizado pelas

⁸⁸ Reportagem: Apoio de evangélicos influencia agenda de Bolsonaro na educação. O Globo, 06/11/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-de-evangelicos-influencia-agenda-de-bolsonaro-na-educacao-23213644>. Data de acesso: 29/04/2020.

⁸⁹ Reportagem: Deputados travam batalha com projetos a favor e contra o Escola Sem Partido. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/deputados-travam-batalha-com-projetos-favor-contra-escola-sem-partido-23433992>. Data de acesso: 11/07/2020

⁹⁰ Reportagem: Escola Sem Partido compara leitura de slogan do governo em escolas a estrela do PT no Alvorada. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/escola-sem-partido-compara-leitura-de-slogan-do-governo-em-escolas-estrela-do-pt-no-alvorada-23480914>. Data de acesso: 11/07/2020

⁹¹ Reportagem: Professores dizem sofrer censura de pais e alunos nas salas de aula. O Globo, 01/06/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/professores-dizem-sofrer-censura-de-pais-alunos-nas-salas-de-aula-21420798>. Data de acesso: 28/04/2020.

⁹² Reportagem: Pais interferem em escolas que abordam questão de gênero nos livros e vetam conteúdo. O Globo, 29/07/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/pais-interferem-em-escolas-que-abordam-questao-de-genero-nos-livros-vetam-conteudo-21644988>. Data de acesso: 29/04/2020.

escolas. O ponto levantado pela reportagem é que um livro de literatura infantil trabalhado nas escolas apresenta um conteúdo inadequado para as crianças. O professor, neste contexto, diz que a visão de alguns pais conservadores parte do ponto de vista religioso que não abre espaço para o diálogo. "O que está acontecendo é uma falsa questão. Aparecem pessoas que não têm formação e querem intervir no trabalho de escolas sérias" relata a fala do professor.

Com um argumento semelhante, o Procurador da República, Jorge Luiz Ribeiro de Medeiros, foi utilizado como fonte na reportagem "MPF abre inquérito para investigar Programa Escola sem Partido em Goiás"⁹³. A matéria trata de um inquérito civil do Ministério Público Federal para apurar violações a direitos fundamentais com a aprovação de uma lei que institui o Programa Escola sem Partido no município de Jataí, interior do Estado. O Procurador, autor do inquérito, é a única fonte da reportagem e teve seu argumento utilizado para compor a narrativa do material (Figura 30).

FIGURA 30 – REPORTAGEM O GLOBO (29/11/2017)



The image is a screenshot of a news article from O Globo. The header shows the O Globo logo and the word 'SOCIEDADE'. The title of the article is 'MPF abre inquérito para investigar Programa Escola sem Partido em Goiás'. Below the title, there is a sub-headline: 'Para procurador, a lei aprovada pelo município de Jataí viola direitos constitucionais e fere pacto federativo'. The author's name, 'Cleide Carvalho', and the date/time, '29/11/2017 - 16:48 / Atualizado em 29/11/2017 - 20:23', are listed. The main body of the article contains a quote from the prosecutor: '-- Não podemos permitir a prática velada de censura, restringindo temas a serem discutidos em sala de aula. É o caso das discussões sobre gênero. Num país onde há tanta violência contra a mulher, vetar a discussão e defender a neutralidade encoraja o opressor, não a vítima - diz o procurador.'

Fonte: O Globo (2017)

⁹³ Reportagem: MPF abre inquérito para investigar Programa Escola sem Partido em Goiás. O Globo, 29/11/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/mpf-abre-inquerito-para-investigar-programa-escola-sem-partido-em-goias-22128982>. Data de acesso: 29/04/2020.

Também com 21 argumentos, a categoria ‘Moralidade’ apresenta textos que expressam uma discussão a partir de uma ótica de valores morais. A reportagem já mencionada sobre as discussões com relação aos materiais didáticos⁹⁴ e a matéria “MEC vai aumentar controle sobre avaliação de livros didáticos”⁹⁵ possuem fontes com argumentos que exemplificam essa categoria. A primeira reportagem noticia um decreto do governo para controle sobre a avaliação pedagógica de materiais ofertados para professores e estudantes da educação básica. O então Ministro da Educação, Mendonça Filho, havia determinado o recolhimento do livro infantil “Enquanto o sono não vem – E quem quiser que conte outra”⁹⁶ que, de acordo com a reportagem, trata de uma história com elementos sobre incesto. Em sua fala, o Ministro diz ser lógico que o livro não podia ser distribuído para crianças por apresentar uma história “sobre um pai querendo se casar com a filha e que depois coloca a menina numa torre sem água até morrer”.

Na segunda reportagem, O Globo relata queixas de familiares de estudantes também com relação a um livro infantil, desta vez o “Lá vem história: Contos do Folclore Mundial”⁹⁷. O jornal mostra opiniões diferentes de mães de crianças que tiveram contato com a obra. A primeira delas, Gizeli Nicoski, argumenta que não é contra que temas sobre sexualidade sejam tratados nas escolas, mas que o material é inadequado para crianças do segundo ano do ensino fundamental. Em sua fala, ela diz que uma história que fala de criança abandonada e “homem com homem”, referindo-se a uma relação homossexual, não é adequada para a faixa etária. O Globo mostra que o livro “A família de Sara”⁹⁸ também gerou discussão em uma escola privada, em Brasília. Desta vez, a mãe de um estudante apresentou uma perspectiva diferente dos pais que reclamaram da obra para a escola: “Eu li o livro com meu filho. No fim, de maneira bem leve, ele citava que era possível ter outras formas de família.

⁹⁴ Reportagem: Pais interferem em escolas que abordam questão de gênero nos livros e vetam conteúdo. O Globo, 29/07/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/pais-interferem-em-escolas-que-abordam-questao-de-genero-nos-livros-vetam-conteudo-21644988>. Data de acesso: 29/04/2020.

⁹⁵ Reportagem: MEC vai aumentar controle sobre avaliação de livros didáticos. O Globo, 19/07/2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/mec-vai-aumentar-controle-sobre-avaliacao-de-livros-didaticos-21605216>. Data de acesso: 29/04/2020.

⁹⁶ Obra de José Mauro Brant e Ana Maria Moura. Editora Rocco, 2003. Foram recolhidos 93 mil exemplares do livro em junho de 2017.

⁹⁷ Obra de Heloisa Prieto e Daniel Kondo. Editora Companhia das Letrinhas, 1997.

⁹⁸ Escrito por Gisele Gama Andrade. Editora Abaquer, 2009.

Nada demais. A própria autora do livro contou a história dela: a família era ela e a filha adotada, que era negra", relatou a Flaviane Leite.

Foi bastante comum perceber, no entanto, que grande parte dos argumentos que compõem esta categoria é porque o entrevistado menciona crenças religiosas ou faz referências a Deus. Um exemplo pode ser visto na mesma reportagem da discussão sobre os livros de literatura. Nela, uma Miguel Nagib diz que "não pode haver na sala de aula uma revelação divina, uma verdade dogmática. Se os pais dizem para o filho o que é o certo, a escola não pode dizer o contrário. Os pais são os responsáveis". Os argumentos que seguem a mesma linha de raciocínio defendem que os valores familiares não devem ser questionados, mesmo que o conhecimento científico apresente teorias já consolidadas e reconhecidas pela comunidade acadêmica.

As demais categorias da nossa análise não tiveram mais que 3% dos argumentos cada uma e, por tanto, são consideradas irrelevantes quando analisamos o jornal de maneira isolada. Mesmo, consideramos que algumas discussões se fazem necessárias, mesmo quando o jornal não dá tanta ênfase para o assunto. A categoria Constitucionalidade/Inconstitucionalidade também foi criada a partir dos textos e vista em argumentos que questionam a legalidade do Projeto Escola sem Partido. Neste sentido, consideramos que se trata de um assunto que foi pouco explorado pelo O Globo, mas que tem importância no contexto geral.

O argumento do professor de Direito e Políticas Públicas da UFABC, Salomão Ximenes, chama nossa atenção na reportagem " 'Retrocesso de 130 anos', afirma professor sobre projeto de lei 'Escola sem Partido'"⁹⁹. O especialista é contrário ao PL justamente por considerar que o projeto é inconstitucional quando observado a partir da Constituição de 1988. Ele argumenta que o artigo 206 garante a liberdade de aprender, pesquisar, ensinar e divulgar o pensamento. De acordo com Ximenes, "este projeto, proibindo que os professores possam expor sua posição política, está sendo inconstitucional, por isso acredito que a longo prazo essa proposta não passará".

Na contramão, o idealizador do Escola sem Partido, Miguel Nagib, afirma que o PL não precisaria existir, já que estaria na Constituição "sua principal proposta:

⁹⁹ Reportagem: 'Retrocesso de 130 anos', afirma professor sobre projeto de lei 'Escola sem Partido'. O Globo, 31/10/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/retrocesso-de-130-anos-afirma-professor-sobre-projeto-de-lei-escola-sem-partido-23202625>. Data de acesso: 29/04/2020.

nenhum professor pode usar a sala de aula para doutrinação e promoção de ideais político partidários". Consideramos que a discussão a respeito da legalidade do projeto poderia estar presente de maneira mais contundente no jornal, inclusive resgatando trechos da legislação para questionar os entrevistados que dizem ter argumentos embasados no documento. Se o jornalismo tem como fundamento também garantir o exercício da democracia, consideramos importante que o mesmo questione afirmações que se munem da Constituição Federal - instrumento de defesa dos direitos fundamentais dos brasileiros.

Em 2019, a Ordem dos Advogados do Brasil - Paraná se posicionou contrária ao Escola sem Partido por considerar a proposta inconstitucional. Os materiais analisados pelo órgão dizem respeito aos projetos apresentados na Câmara dos Vereadores de Curitiba¹⁰⁰ e na Assembleia Legislativa do Paraná¹⁰¹ - a primeira aguardando votação em plenário e a segunda arquivada – ambos utilizam o mesmo texto-base criado pelo movimento Escola sem Partido. Já o Supremo Tribunal Federal adiou a votação de uma ação de inconstitucionalidade do programa Escola Livre, aprovado pela Assembleia Legislativa de Alagoas¹⁰². Uma liminar do ministro Luís Roberto Barroso suspendeu a iniciativa aprovada pela Assembleia e a decisão do STF estava sendo aguardada no início de 2019. Diante de órgãos e frentes que questionam a legalidade dos projetos em diferentes lugares do país, consideramos que o papel do jornalismo também é levantar discussões que mostrem especialistas discutindo o tema. Se o projeto for, de fato, considerado inconstitucional, como retratar um movimento ilegal que vigia e divulga o trabalho feito pelos professores em sala de aula?

¹⁰⁰ Tramitação disponível em: https://www.cmc.pr.gov.br/wspl/sistema/ProposicaoDetalhesForm.do?select_action=&popup=s&chamado_por_link&pro_id=331317&pesquisa=escola%20sem%20partido. Data de acesso: 29/04/2020.

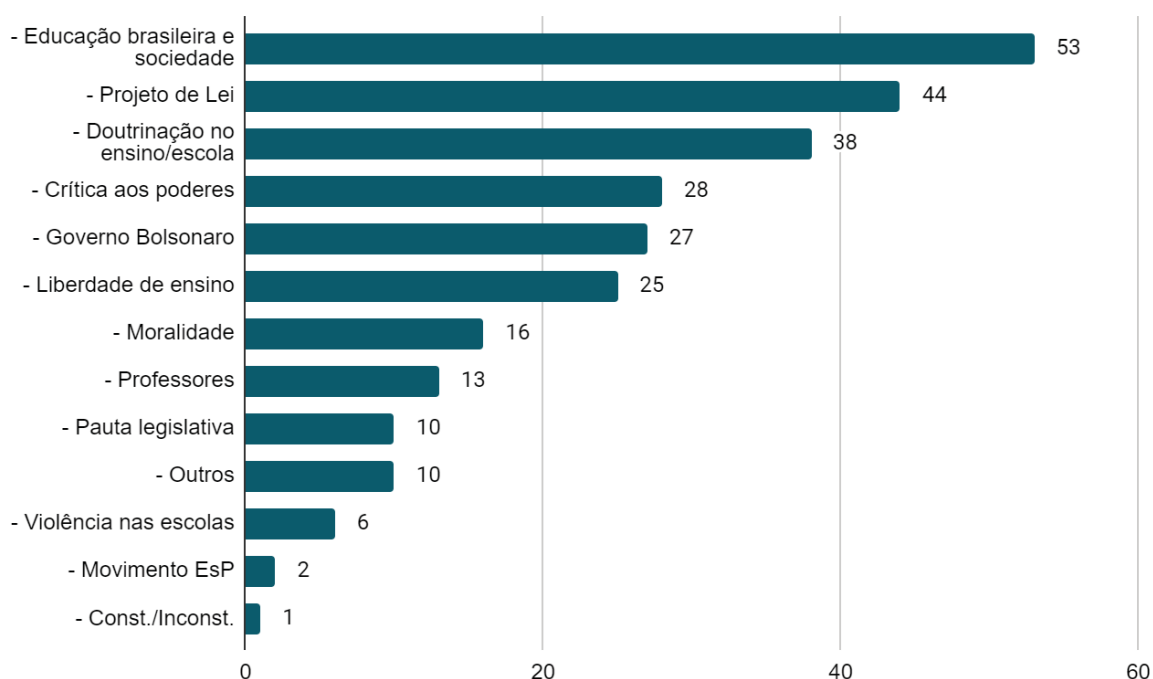
¹⁰¹ Tramitação disponível em: <http://portal.alep.pr.gov.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao?idProposicao=67673>. Data de acesso: 29/04/2020.

¹⁰² Texto de aprovação disponível em: <https://www.al.al.leg.br/comunicacao/noticias/confira-o-texto-final-do-projeto-que-trata-do-programa-escola-livre-aprovado-por-unanimidade-pelo-parlamento>. Data de acesso: 29/04/2020

3.2.8 Quem são e o que dizem as fontes – Estadão

Em 77 reportagens analisadas do jornal O Estado de São Paulo (Estadão), 9 delas não apresentaram nenhum entrevistado. Foram analisados 413 argumentos das reportagens, mas 140 deles foram descartados. Foram considerados, então, 273 argumentos das fontes que debatiam a questão no jornal Estadão. Como já apresentado anteriormente, a segunda etapa da nossa análise indicou 13 categorias em que os argumentos foram identificados. No Gráfico 15 é possível observar em quais categorias os argumentos estão mais presentes.

GRÁFICO 15 - ARGUMENTOS DAS FONTES - JORNAL ESTADÃO

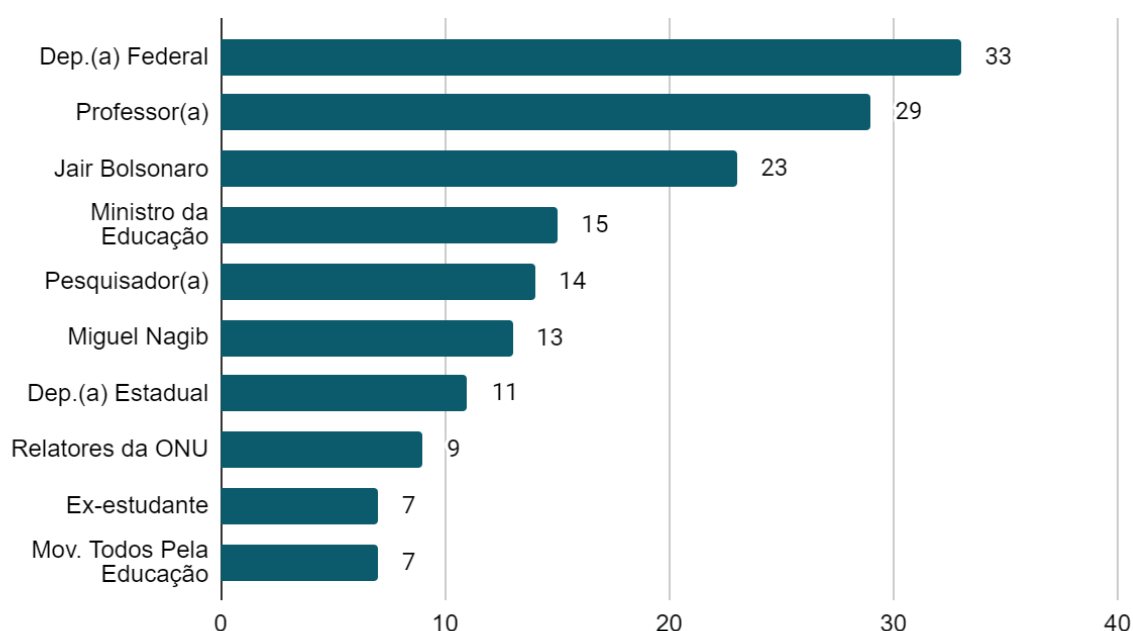


Fonte: a autora (2020)

Pouco mais de 19% dos argumentos discutiram o contexto de tramitação do Projeto de Lei fazendo reflexões e apontamentos que envolvem a educação na sociedade brasileira. Enquanto isso, 16% discutiu a tramitação do PL, apresentando críticas ou defendendo a necessidade de sua discussão na Câmara dos Deputados. Quase 14% dos argumentos foram baseados em alegações de que há doutrinação no ensino ou na escola brasileira. Mais adiante, vamos trazer alguns exemplos dos argumentos utilizados nos textos dos jornais para tratar sobre o tema.

Antes disso, o Gráfico 16 nos mostra que as fontes escolhidas para tratar os temas não mudam muito entre os jornais analisados¹⁰³. Em complemento às discussões já feitas na análise dos enquadramentos, a escolha das fontes também retrata atores que fazem discussões no âmbito do conflito de ideias com relação ao Projeto de Lei. No caso do Estadão, não há uma diferença acentuada entre os dois tipos de entrevistados mais frequentes nas matérias. 33 deputados(as) federais foram ouvidos, enquanto que 29 professores – da educação básica ao ensino superior, de áreas diversas – tiveram argumentos utilizados pelo jornal para compor a narrativa jornalística.

GRÁFICO 16 - ENTREVISTADOS DO JORNAL ESTADÃO

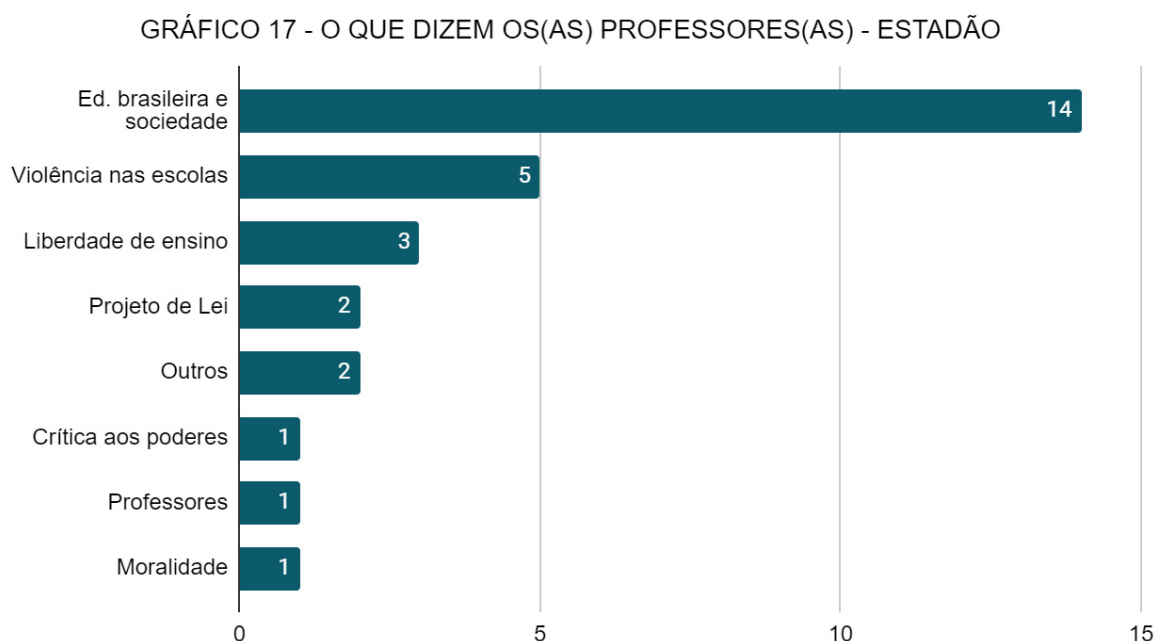


Fonte: a autora (2020)

No entanto, os argumentos dessas fontes mais presentes – deputados(as) e professores(as) – foram identificados em categorias diferentes no decorrer do corpus analisado. Em 48% das falas, os educadores discutiram o contexto da tramitação do PL do ponto de vista da Educação brasileira e sociedade, Violência nas escolas e

¹⁰³ Para a apresentação de análise e resultados desta pesquisa, destacamos apenas as 10 fontes mais utilizadas por cada um dos jornais. No entanto, o Estadão, por exemplo, utilizou 60 fontes diferentes para as discussões sobre o tema. A lista completa destas fontes pode ser vista nos arquivos de análise desta pesquisa, disponível em <https://docs.google.com/spreadsheets/d/16zXlnrheaBhYGZQRbl6jwRupDh33pC1IYYTTY5AQMdl/e/dit?usp=sharing>. Data de acesso: 26/05/2020.

Liberdade de ensino (Gráfico 17). De maneira geral, a discussão dos professores permeia questionamentos e reflexões sobre a proibição de discussões de temas como política e educação sexual nas escolas, importância da educação para o desenvolvimento da sociedade, casos de violência vividos no cotidiano escolar e reivindicam liberdade de cátedra para o exercício da docência. Como já mencionado, traremos exemplos destes argumentos no decorrer da discussão da análise após apresentarmos essa visão mais geral de quem são as fontes que ganham espaço para somar nas discussões propostas pelo jornal.

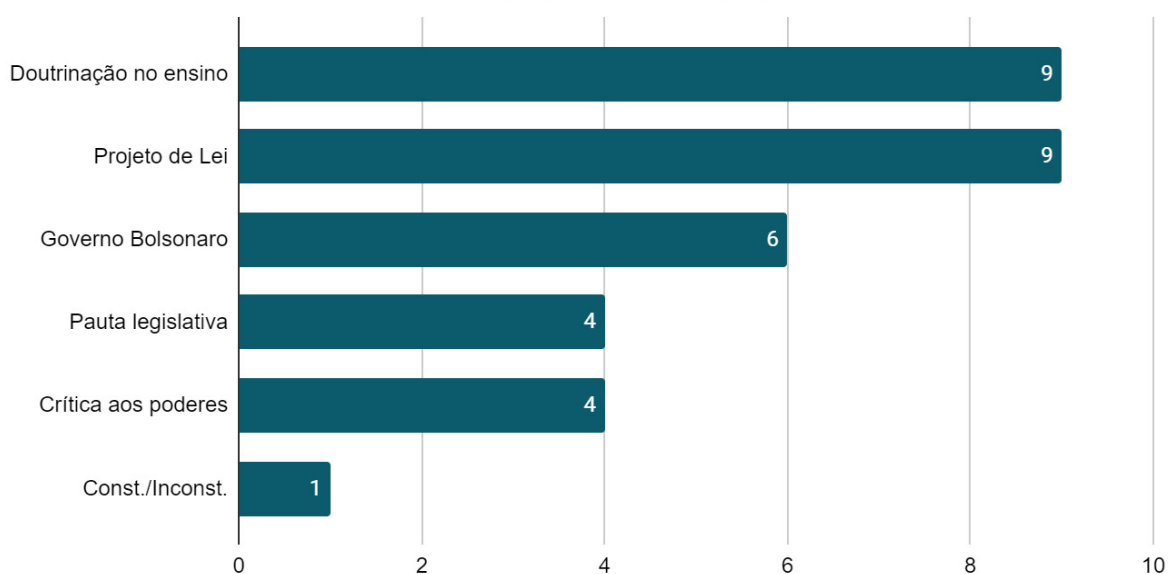


Fonte: a autora (2020)

Por outro lado, os deputados federais identificados na pesquisa tratam de assuntos diferentes nas falas divulgadas pelo jornal. O Gráfico 18 mostra que mais da metade dos entrevistados têm como foco os temas Doutrinação no ensino (27,3%) e Projeto de Lei (27,3%). Um terceiro tema discutido pelos parlamentares está em Governo Bolsonaro, identificado em pouco mais de 18% das falas. Os deputados federais que falam sobre doutrinação no ensino ou nas escolas brasileiras utilizam como base o argumento de há manipulação no espaço escolar e que ela precisa ser combatida. Como forma de combate, entra a possível necessidade de olhar para este cenário com uma visão punitiva, expressa em formato de lei. Quando discutem o Projeto de Lei, muitos deputados defendem a necessidade do mesmo, mas também falam sobre o dia a dia da tramitação. Ao argumentarem sobre o contexto do projeto,

muitos deles associam ao Governo de Jair Bolsonaro – oferecendo apoio às decisões do chefe de Estado ou tratando assuntos sobre o Ministério da Educação. Como o período de publicações sobre a tramitação do PL também foi um período de eleições presidenciais e escolhas de ministros, diversos argumentos comentam as escolhas de Jair Bolsonaro para o Ministério da Educação. O apoio ao Projeto de Lei Escola sem Partido foi um dos critérios de Bolsonaro para a escolha do integrante de seu gabinete na pasta de Educação.

GRÁFICO 18 - O QUE DIZEM OS(AS) DEPUTADOS(AS) FEDERAIS - ESTADÃO



Fonte: a autora (2020)

Entre os deputados entrevistados pelo jornal, apenas dois não pertencem a partidos políticos que assinam coautoria de Projetos de Lei que tramitam em conjunto na Câmara dos Deputados – PR e PCdoB. Deputados dos partidos PSL e DEM são os que mais aparecem entre as fontes do Estadão (Tabela 4).

TABELA 4 – PARTIDOS DE DEP. FEDERAIS - ESTADÃO

PARTIDOS DE DEP. FEDERAIS - ESTADÃO	
PSL	11
DEM	8
PRB	3
PR	2
PSC	2
PSDB	2
PSOL	2
PT	1
PCdoB	1
PODEMOS	1

Fonte: a autora (2020)

Na cobertura da tramitação do PL e no seu contexto apresentado pelo Estadão, a categoria Educação brasileira e sociedade foi a mais identifica entre os argumentos das fontes. Essa categoria reflete uma série de discussões que incluem debates sobre a educação no país, a relação dela com a sociedade, o cotidiano das escolas brasileiras, assim como críticas à educação e discussões sobre modalidades de ensino no Brasil. Um exemplo dessa categoria pode ser observado na reportagem "Associação de colégios é contra lei para punir 'doutrinação'"¹⁰⁴, publicada em junho de 2016. O jornal mostra que 20 escolas particulares se organizaram - criaram a Associação Brasileira das Escolas Particulares (Abepar) - e manifestaram publicamente contrariedade ao PL. Uma das falas utilizadas pelo jornal é em nome da própria Abepar, ressaltando que a ação pedagógica acontece diante de um equilíbrio que envolve professores, famílias, estudantes, escola e sociedade. O argumento de um dos diretores das escolas envolvidas também permeia discussões do papel social da educação (Figura 31, trecho grifado).

¹⁰⁴ Reportagem: Associação de colégios é contra lei para punir 'doutrinação'. Estadão, 08/07/2016. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,associacao-de-colegios-e-contra-lei-para-punir-doutracao,10000061620>. Data de acesso: 25/04/2020.

FIGURA 31 – ARGUMENTO NO JORNAL ESTADÃO (08/07/2016)

Associação de colégios é contra lei para punir ‘doutrinação’

Em sua 1ª manifestação, grupo que reúne escolas tradicionais diz defender diálogo e que projeto pode inviabilizar o ensino
08 de julho de 2016 | 03h00

Mauro Aguiar, diretor-presidente do Colégio Bandeirantes, disse que a manifestação da entidade se deve à preocupação com o espaço que projetos do tipo vêm ganhando nos últimos meses. “É uma proporção grande e perigosa, ainda mais em um cenário polarizado como o que estamos vivendo. O papel da boa escola deve ser exatamente o de combater a polarização.”

Fonte: O Estado de S. Paulo (2016)

Outros exemplos também podem ser vistos em "Grupos religiosos estimulam defesa do ensino domiciliar no governo Bolsonaro"¹⁰⁵, em que o professor Robert Kunzman é entrevistado para avaliar um cenário de discussões com grupos religiosos que querem o avanço da modalidade de ensino domiciliar no Brasil. O professor, especialista na chamada homeschooling, declara que o que não se discute quando o tema está em voga e que o perfil dominante de grupos que querem educação domiciliar é composto por cristãos. Kunzman declara que "muitos pais fazem um excelente trabalho, mas alguns não são eficazes em ajudar seus filhos a aprender conteúdo acadêmico importante".

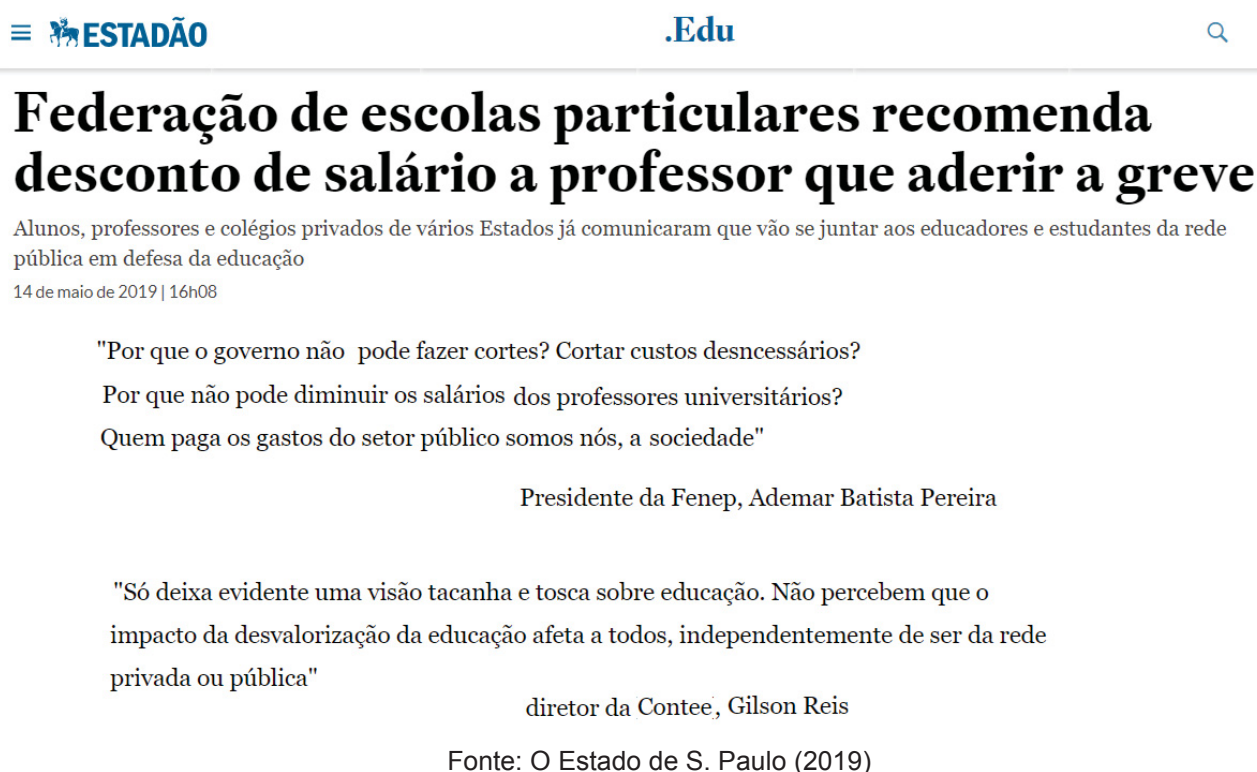
De maneira distinta, a cobertura também apresentou fontes que discutissem a educação brasileira do ponto de vista valorização e desvalorização de investimentos. Em maio de 2019, o jornal relatou que a Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep) criticou professores por conta de uma greve nacional mobilizada por entidades de defesa de educadores (sindicatos, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, União Nacional de Estudantes e outros)¹⁰⁶. Uma das

¹⁰⁵ Reportagem: Grupos religiosos estimulam defesa do ensino domiciliar no governo Bolsonaro. Estadão, 25/04/2020. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral/grupos-religiosos-estimulam-defesa-do-ensino-domiciliar-no-governo-bolsonaro,70002749631>. Data de acesso: 25/04/2020.

¹⁰⁶ Reportagem: Federação de escolas particulares recomenda desconto de salário a professor que aderir a greve. Estadão, 14/05/2019. Disponível em:

falas utilizadas pelo jornal foi de Ademar Batista Pereira, presidente da Fenep. Na ocasião, ele questionou o motivo de o governo não poder fazer cortes no setor de educação (Figura 32). Neste contexto, a retirada do PL Escola sem Partido da Câmara dos Deputados era uma das pautas da greve nacional da educação. Na mesma matéria, o diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) também falou sobre o assunto, mas argumentou que a desvalorizar a educação é algo que afeta setores públicos e privados.

FIGURA 32 – ARGUMENTO NO JORNAL ESTADÃO (14/05/2019)



ESTADÃO .Edu

Federação de escolas particulares recomenda desconto de salário a professor que aderir a greve

Alunos, professores e colégios privados de vários Estados já comunicaram que vão se juntar aos educadores e estudantes da rede pública em defesa da educação

14 de maio de 2019 | 16h08

"Por que o governo não pode fazer cortes? Cortar custos desnecessários?
Por que não pode diminuir os salários dos professores universitários?
Quem paga os gastos do setor público somos nós, a sociedade"

Presidente da Fenep, Ademar Batista Pereira

"Só deixa evidente uma visão tacaña e tosca sobre educação. Não percebem que o impacto da desvalorização da educação afeta a todos, independentemente de ser da rede privada ou pública"

diretor da Contee, Gilson Reis

Fonte: O Estado de S. Paulo (2019)

44 argumentos foram identificados na categoria Projeto de Lei. As discussões envolvem tanto a tramitação do Projeto, como críticas e defesas do PL. A reportagem "Educadores reagem a 'Escola sem Partido'"¹⁰⁷, que citamos como um exemplo em enquadramento temático, também nos dá elementos que exemplificam nossas discussões sobre os argumentos das fontes. Um dos entrevistados da matéria, o

<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,federacao-de-escolas-particulares-recomenda-desconto-de-salario-a-professor-que-aderir-a-greve,70002828605>. Data de acesso: 25/04/2020.

¹⁰⁷ Reportagem: Educadores reagem a 'Escola sem Partido'. Estadão, 10/07/2016. Disponível: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,educadores-reagem-a-escola-sem-partido,10000061992>. Data de acesso: 07/04/2020.

professor da Unicamp, Ronaldo Almeida, faz críticas aos PLs Escola sem Partido, alegando se tratarem de propostas absurdas (Figura 33).

Já em "Consulta pública sobre Escola Sem Partido bate recorde de participação"¹⁰⁸, a educadora e ex-secretária de Educação de São Paulo, Guiomar Mello, considera que não há abuso no programa Escola sem Partido. A entrevistada diz que é difícil controlar o que acontece na classe quando o professor fecha a porta. Em nossa leitura, apesar de ela dizer que sua objeção é que parece não oferecer perigo se aprovada a lei, ela poderia não ter ressalvas caso existisse alguma maneira de verificar o que é discutido em sala se a mesma permanecesse de portas abertas.

FIGURA 33 – ARGUMENTO NO JORNAL ESTADÃO (10 e 22/07/2016)



≡ **ESTADÃO** **.Edu** 🔍

Educadores reagem a ‘Escola sem Partido’

10 de julho de 2016 | 05h00

“Tivemos avanços em uma agenda progressista e esses projetos são mais que uma resposta conservadora, são uma contraposição reacionária. As propostas são absurdas, se pensarmos na escola como um espaço da crítica e do livre pensar.”

professor da Universidade Estadual de Campinas, Ronaldo Almeida

Consulta pública sobre Escola Sem Partido bate recorde de participação

22 de julho de 2016 | 03h00

“Não vejo nenhum abuso no programa. Minha maior objeção é que me parece inócuo fazer uma lei. Quando o professor fecha a porta é difícil controlar o que acontece na classe.”

ex-secretária de Educação de São Paulo Guiomar Namó de Mello

Fonte: O Estado de S. Paulo (2016)

A terceira categoria que mais aparece entre as fontes do Estadão é 'Doutrinação no ensino/escola'. As falas dos entrevistados que pertencem a esta categoria, no geral, fazem acusações de que existe manipulação no ensino, que a doutrinação é uma realidade nas escolas, assim como se pratica o que chamam de "ideologia de gênero" e disseminam ideologias políticas-partidárias em sala de aula. A declaração

¹⁰⁸ Reportagem: Consulta pública sobre Escola Sem Partido bate recorde de participação. Estadão, 22/07/2016. Disponível: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,consulta-publica-sobre-escola-sem-partido-bate-recorde-de-participacao,10000064283>. Data de acesso: 25/04/2020.

de Paulo Cardim¹⁰⁹ - reitor de um centro universitário particular com cursos de comunicação, artes e arquitetura, o Belas Artes - mostra como argumentos são pautados na defesa de que há doutrinação em espaços escolares. Cardim diz que é "público e notório" que as salas de aulas são utilizadas "como palanque para as suas pregações ideológicas" e que esta prática teve crescimento durante o governo petista. Já o deputado federal Rogério Marinho (PSDB-RN), na matéria "Discussão de Escola Sem Partido tem bate-boca entre deputados e manifestantes"¹¹⁰, acusa estudantes do ensino superior de aprender sobre Marx, Paulo Freire e que a "burguesia fede". De acordo com ele, os mesmos estudantes "não aprendem metodologia".

As acusações de doutrinação não ficam apenas no campo de questões políticas - como suspeitas de "doutrinação marxista" -, mas também abrangem discussões que envolvem educação sexual. Na reportagem "Após bancada evangélica vetar educador, Bolsonaro anuncia colombiano para Educação"¹¹¹, o ministro da Educação, Véléz Rodríguez, declara que existe uma "ideologização do processo educacional" já que matérias fundamentais teriam sido substituídas por "suspeitos currículos em que a educação de gênero e outras propostas estapafúrdias contrárias aos valores da família brasileira passaram a ser veiculadas". Os argumentos que se munem da alegação de que existe "ideologia de gênero" costumam apresentar relação com discussões sobre valores morais e políticas de esquerda. No decorrer da análise, percebemos o resgate do termo "público cativo nas escolas"¹¹² para se referir aos estudantes que estariam sendo submetidos a doutrinações por parte de seus professores.

¹⁰⁹ Reportagem: Universidades vivem clima de denunciismo e temem repressão em sala de aula. Estadão, 12/11/2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,universidades-vivem-clima-de-denunciismo-e-temem-repressao-em-sala-de-aula,70002603918>. Data de acesso: 06/04/2020.

¹¹⁰ Reportagem: Discussão de Escola Sem Partido tem bate-boca entre deputados e manifestantes. Estadão, 13/11/2018. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,discussao-de-escola-sem-partido-tem-bate-boca-entre-deputados-e-manifestantes,70002606226>. Data de acesso: 25/04/2020

¹¹¹ Reportagem: Após bancada evangélica vetar educador, Bolsonaro anuncia colombiano para Educação. Estadão, 22/11/2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apos-bancada-evangelica-vetar-educador-bolsonaro-anuncia-colombiano-para-educacao,70002617911>. Data de acesso: 25/04/2020

¹¹² Na reportagem "Grupos religiosos estimulam defesa do ensino domiciliar no governo Bolsonaro", o pastor e deputado federal Lincoln Portela (PR-MG) diz que a Comissão de Educação da Câmara é muito pressionada "por partidos de esquerda". Ele complementa dizendo que os partidos querem público cativo nas escolas para "serem doutrinados com viés de esquerda". Texto disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,grupos-religiosos-estimulam-defesa-do-ensino-domiciliar-no-governo-bolsonaro,70002749631>. Data de acesso: 25/04/2020.

A categoria 'Crítica aos poderes' também teve relevância entre os argumentos vistos em nossa análise. Os personagens das reportagens que fizeram críticas apresentaram falas que atacam outros parlamentares, criticam ações do Executivo, do Legislativo e até do Judiciário. Fontes contrárias ao PL fazem críticas ao governo de maneira geral, enquanto que deputados federais falam de colegas de parlamento ou de outros setores do governo.

A advogada Beatriz Kicis, hoje deputada federal pelo PSL e autora de um dos PL Escola sem Partido (246/2019) - criticou o Ministério da Educação (MEC) em uma das reportagens analisadas. A reportagem mostra que um apoiador do Escola sem Partido, Adolfo Sachsida, foi nomeado e exonerado pelo MEC¹¹³ no mesmo dia e que Kicis deu uma declaração sobre o assunto em suas redes sociais, replicada pelo jornal mais tarde. Segundo ela, estamos vivendo um patrulhamento e qualquer pessoa de direita não pode assumir cargos no governo "porque a petralhada inferniza". Ela continua dizendo que "não basta tirar a Dilma, tem que desratizar o Ministério da Educação, da Cultura". Como a própria cobertura noticiosa do Estadão mostra, ser apoiador do Escola sem Partido foi um dos critérios utilizados por Bolsonaro para a nomeação de Ricardo Vélez (exonerado em abril de 2019) e, em seguida, de Abraham Weintraub.

A quinta categoria com mais argumentos presentes foi a 'Governo Bolsonaro'. 27 falas abordaram, de alguma maneira, configurações sobre o governo, ações do presidente, além de críticas referentes aos ministérios em que, grande parte das discussões, envolvem a criação e manutenção do Ministério da Educação. Diversos deputados federais discutiram sobre a nomeação do possível ministro de Bolsonaro, já que as bancadas que o apoiaram durante a campanha - principalmente a bancada evangélica - tinham expectativa com relação aos integrantes do governo. Exemplo disso pode ser visto na fala do deputado João Campos (PRB-GO) ao afirmar que "ele sabe das exigências do povo cristão nessa área. É a área mais importante para o

¹¹³ Reportagem: Em um dia, MEC nomeia e exonera apoiador do 'Escola sem Partido'. Estadão, 12/04/2016. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,em-um-dia-mec-nomeia-e-exonera-apoiador-do-escola-sem-partido,10000062382>. Data de acesso: 24/04/2020.

Brasil, portanto, nela ele não pode errar”¹¹⁴ fazendo referência à escolha de Bolsonaro para ocupar a pasta da educação.

A pauta do Escola sem Partido era uma das bandeiras de campanha de Bolsonaro, mesmo que em seu plano de governo não tenha especificamente o termo. A fala da deputada Joice Hasselmann, em outubro de 2018, relata que o tema esteve entre as prioridades do Congresso em que, certamente, eram incentivadas por Bolsonaro. Ela disse ao jornal que alguns assuntos teriam mais destaque. "Escola sem Partido certamente, algumas das nossas bandeiras, como a flexibilização da posse de armas, a redução da maioria penal. Esses devem ser temas que junto com a agenda econômica devem dominar os primeiros 100 dias do Congresso”¹¹⁵. Apesar de ser a expectativa dos parlamentares que apoiavam, a princípio, a pauta governamental, o Escola sem Partido não teve prioridade nas votações da Câmara e não há previsão para andamento da pauta.

O argumento do diretor de escola Mauro Aguiar chamou nossa atenção na categoria 'Liberdade de ensino'. Quando o educador fala do papel da escola na sociedade, ele também fala da importância da inclusão de discussões sobre temas diversos. "É papel da escola promover o debate sobre os mais variados assuntos, incluindo política. Proibir a escola de fazer isso é defender a 'não escola'"¹⁰⁴. Este termo "não escola" não foi repetido por outros entrevistados, apesar de ser conveniente quando a discussão de aprovação do PL Escola sem Partido nega a tarefa do ambiente escolar em questões que afetam a sociedade como um todo.

Entre os argumentos dos críticos do PL estão os que alegam que a escola deve discutir sobre questões de gênero, por exemplo, justamente por levar em consideração que se trata de uma realidade social, abordando índices de violência contra mulheres e grupos LGBTs. Defender que a escola feche os olhos para a realidade em que está inserida também é negar sua própria essência crítica e, assim, defender uma escola inexistente. Assim como outros entrevistados, o professor Luiz Antonio alega que a escola sofre interferência de quem não compreende que escola

¹¹⁴ Reportagem: Integrantes da bancada evangélica dizem desconhecer futuro ministro da Educação. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,integrantes-da-bancada-evangelica-dizem-desconhecer-futuro-ministro-da-educacao,70002618421>. Data de acesso: 26/04/2020.

¹¹⁵ Deputada eleita por São Paulo, Joice Hasselmann visita Bolsonaro no Rio. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,deputada-eleita-por-sao-paulo-joice-hasselmann-visita-bolsonaro-no-rio,70002553544>. Data de acesso: 26/04/2020.

não ensina só o que propõem as disciplinas. "Tem uma interferência muito grande da família, que tira a nossa autonomia. Não gostam quando chamamos atenção do filho, questionam o conteúdo. Não entendem que estudamos e temos formação para ensinar não só a disciplina, mas como conviver dentro da escola"¹¹⁶.

Compondo a categoria de 'Moralidade', diversos entrevistados utilizam de valores morais para se posicionar diante do contexto discutido. É comum perceber que, no debate da educação, as fontes falam em valores religiosos e familiares para basearem suas ideias. O ex-estudante Karlo André Valdivia comentou, em março de 2019¹¹⁷, que havia deixado a escola há 5 anos e ter aderido à moralidade de ensino domiciliar. Para justificar sua decisão, Karlo declarou que Deus havia tocado seu coração no 9º ano. Mesmo que o estudante estivesse em uma escola evangélica particular, o ambiente não o agradava completamente e relatou que havia "muita pornografia, palavreado".

Em junho de 2016, Juliana Paffaro foi uma das fontes utilizadas pelo Estadão para falar sobre o descontentamento de grupos contrários à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A fundadora do Movimento Unidos pela Educação (Mupe) disse ao jornal que crenças religiosas distintas eram igualadas pela Base (Figura 34) e que isso confrontava suas tradições familiares. Na mesma linha de raciocínio está o argumento do ex-ministro da Educação, Vêlez, ao avaliar a educação. Para ele, existe um desmonte de valores, incluindo aqueles que dizem respeito ao patriotismo.

¹¹⁶ Reportagem: Brasil cai para última posição em ranking sobre prestígio do professor. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-cai-para-ultima-posicao-em-ranking-sobre-prestigio-do-professor,70002593574>. Data de acesso: 12/07/2020.

¹¹⁷ Reportagem: Grupos religiosos estimulam defesa do ensino domiciliar no governo Bolsonaro. Estadão, 10/03/2019. Disponível: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,grupos-religiosos-estimulam-defesa-do-ensino-domiciliar-no-governo-bolsonaro,70002749631>. Data de acesso: 07/04/2020.

FIGURA 34 – ARGUMENTO NO JORNAL ESTADÃO (04/06/16 e 22/11/18)

Movimento de pais quer barrar Base Nacional Curricular

04 de junho de 2016 | 03h00

“O documento ataca nossas tradições. Iguala a crença cristã ao ateísmo, ao politeísmo. Minha sobrinha ficou três anos para fazer catecismo e agora vai para a escola e vão ensinar que o que a Igreja disse está errado? Não podemos aceitar isso nas escolas”

fundadora do Mupe, Juliana Paffaro

Após bancada evangélica vetar educador, Bolsonaro anuncia colombiano para Educação

22 de novembro de 2018 | 21h19

“destinada a desmontar os valores tradicionais da nossa sociedade, no que tange à preservação da vida, da família, da religião, da cidadania, em soma, do patriotismo.”

Ricardo Vélez Rodríguez

Fonte: O Estado de S. Paulo (2018)

Se olharmos para o Estadão de forma isolada, as demais categorias consideradas em nossa análise não chegaram a ter a presença significativa dos argumentos. Nenhuma das categorias Professores, Pauta legislativa, Violência nas escolas, Movimento Esp, Constitucionalidade e Outros chegou a 5% do total de argumentos e, por isso, consideramos que foram inexpressivas nas discussões.

No entanto, diversas categorias que não tiveram expressão em nosso corpus representam debates importantes no contexto de tramitação do PL Escola sem Partido. Um exemplo disso está em ‘Violência nas escolas’ que agruparam relatos de professores que sofrem agressões físicas, verbais ou ameaças devido a um ambiente intolerante. Heleno de Oliveira atuava como professor há 35 anos quando relatou ao Estadão¹¹⁸, no fim de 2018, que são “cada vez mais comuns os relatos de colegas que foram agredidos ou xingados por alunos, que precisam ter mais de um emprego para se sustentar ou que adoecem por causa da pressão”. Na mesma matéria, uma outra fala de Heleno não se enquadra na categoria de violência, mas nos ajuda a

¹¹⁸ Reportagem: Brasil cai para última posição em ranking sobre prestígio do professor. Estadão, 07/11/2018. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-cai-para-ultima-posicao-em-ranking-sobre-prestigio-do-professor,70002593574>. Data de acesso: 26/04/2020.

compreender o motivo de, mesmo diante de um cenário hostilizado, ele permanecer na profissão. De acordo com o professor, o que o segura na escola "é a realização com alguns alunos, perceber que posso fazer a diferença na vida de alguns", completa ele.

A fala de outra professora também nos chamou a atenção na análise dos argumentos. A educadora dá aula de Comunicação na Faculdade de Tecnologia de Barueri - SP, mas não quis ser identificada pelo jornal¹¹⁹. Por conta de um conteúdo dado em sala de aula, a docente passou a sofrer ameaças. "Foi um pesadelo, vivia como na ditadura. Tive de me afastar da sala de aula, recebia ligações de pessoas me ameaçando, atacavam minha filha nas redes sociais. Questionaram o fato de eu usar uma música do Chico Buarque e textos do Milton Santos", relatou ela. Mesmo não estando entre os temas mais discutidos pelos entrevistados do jornal, consideramos que falar de violência seja importante, visto que se trata de uma realidade vivida pelos professores. Se houver, por parte do jornalismo, a discussão mais aprofundada no assunto, a sensação que temos é que não faltarão docentes para fazer relatos e expor casos graves de violência em sala de aula.

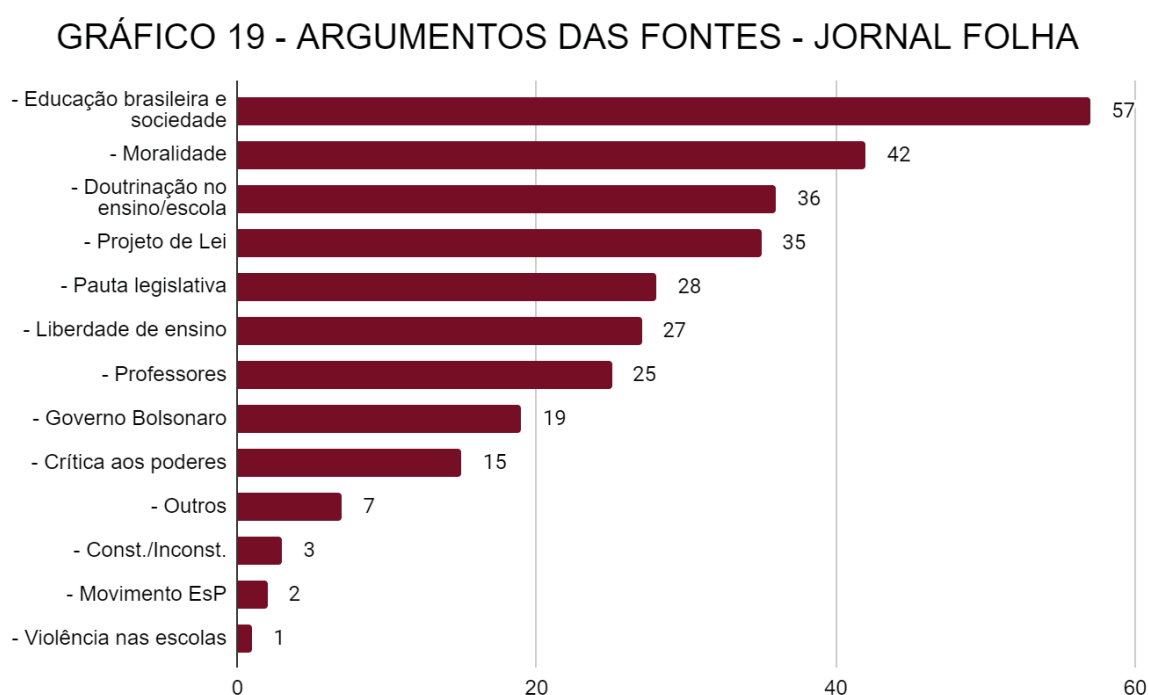
Quando a deputada estadual Ana Caroline Campagnolo¹²⁰ (PSL-SC) tentou criar um serviço de denúncias contra professores que, ao seu ver, estariam inconformados com a eleição de Bolsonaro, em 2018, o Ministério Público do Estado entrou com uma Ação Civil Pública contra. O promotor de Justiça, Davi do Espírito Santo, alegou na ocasião que o canal da deputada buscou "impor um regime de medo nas salas de aula" (LINDNER, 2018). Diante dessas discussões, nos fica o questionamento: como o estímulo às denúncias e a premissa de que professores precisam ser vigiados poderiam evitar que a violência estaria menos presente no cotidiano dos educadores? Consideramos que reflexões como esta estejam entre temas de interesse público que deveriam ser mais discutidos pelo jornalismo brasileiro.

¹¹⁹ Reportagem: Educadores reagem a 'Escola sem Partido'. Estadão, 10/07/2018. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,educadores-reagem-a-escola-sem-partido,10000061992>. Data de acesso: 26/04/2020.

¹²⁰ A deputada Campagnolo ganhou destaque nas discussões sobre o Escola sem Partido depois de ter processado sua ex-orientadora de mestrado por suposta "perseguição ideológica". O processo contra a professora Marlene de Fáveri, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), foi considerado improcedente. A professora apresentou uma queixa-crime contra ex-mestranda por difamação e calúnia.

3.2.9 Quem são e o que dizem as fontes – Folha

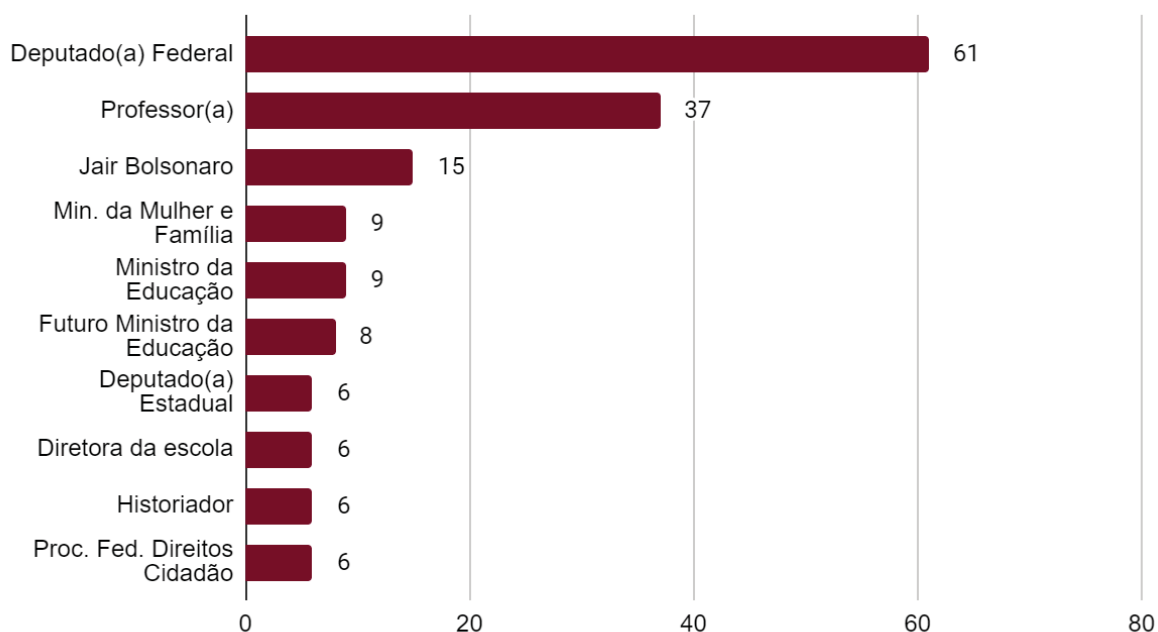
O último jornal da nossa pesquisa teve 297 argumentos válidos, distribuídos entre as 13 categorias de análise. No Gráfico 19, é possível visualizar que 57 falas dos entrevistados foram atribuídas à categoria 'Educação brasileira e sociedade', o tema que mais abordaram as fontes escolhidas pelo jornal. Em seguida, 42 falas diretas pertencem à 'Moralidade', construídas a partir de valores morais para discutir os temas propostos pela Folha.



Fonte: a autora (2020)

Em nossa pesquisa também identificamos que, assim como os jornais que já foram apresentados, a Folha de S. Paulo utiliza deputados federais como suas principais fontes para discutir o Projeto de Lei Escola sem Partido e o seu contexto de tramitação na Câmara dos Deputados. Professores, grande parte de universidades, também aparecem como entrevistados frequentes do jornal, atingindo 12% do total de fontes identificadas. No Gráfico 20 é possível identificar as 10 fontes que mais aparecem no jornal estão entre ministros, historiadores, deputados estaduais, diretores de escola e o presidente da República, Jair Bolsonaro.

GRÁFICO 20 - ENTREVISTADOS DO JORNAL FOLHA



Fonte: a autora (2020)

Foram publicadas falas de deputados federais, que chegam a 20,5% das fontes da Folha, pertencentes a 12 partidos diferentes. O que mais aparece entre as fontes é o Democratas (DEM), seguido do Partido Social Liberal (PSL) e Partido Social Cristãos (PSC). A maioria dos deputados que tiveram espaço para discutir ao assunto pertencem a partidos que propõem PLs Escola sem Partido na Câmara, mas também apresentam projetos contrários que tramitam em conjunto, como o Partido dos Trabalhadores (PT) – Tabela 5.

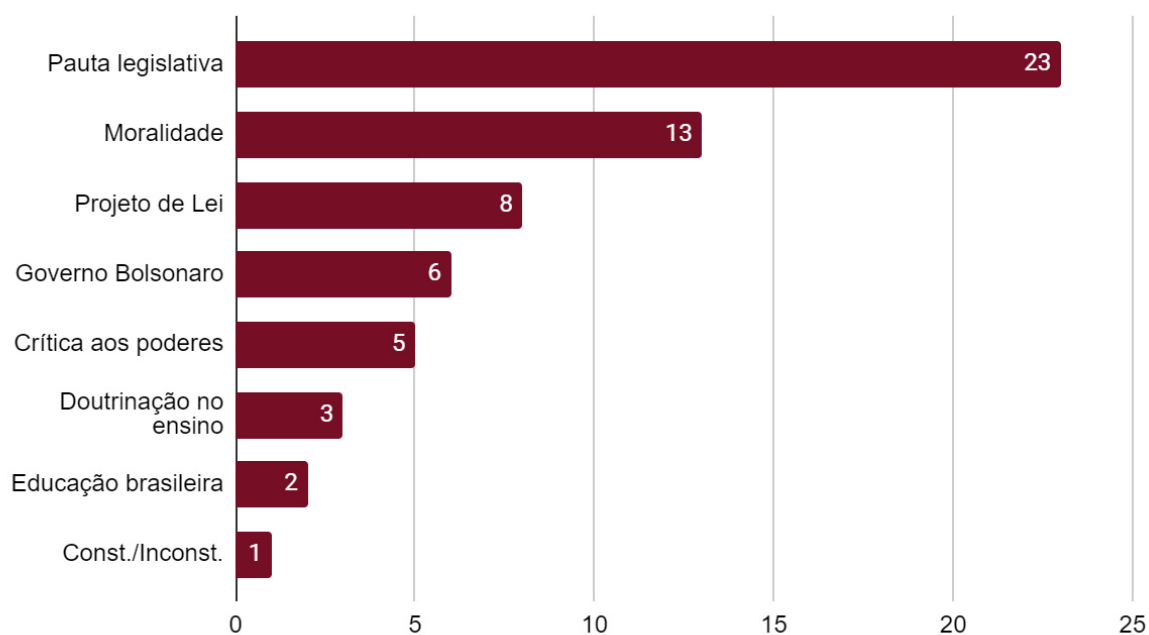
TABELA 5 – PARTIDOS DE DEP. FEDERAIS - FOLHA

PARTIDOS DE DEP. FEDERAIS - FOLHA	
DEM	18
PSL	11
PSC	11
PSB	5
PRB	4
Podemos	3
PT	2
PSDB	2
Patriota	2
Republicano	1
PCdoB	1
PRP	1

Fonte: a autora (2020)

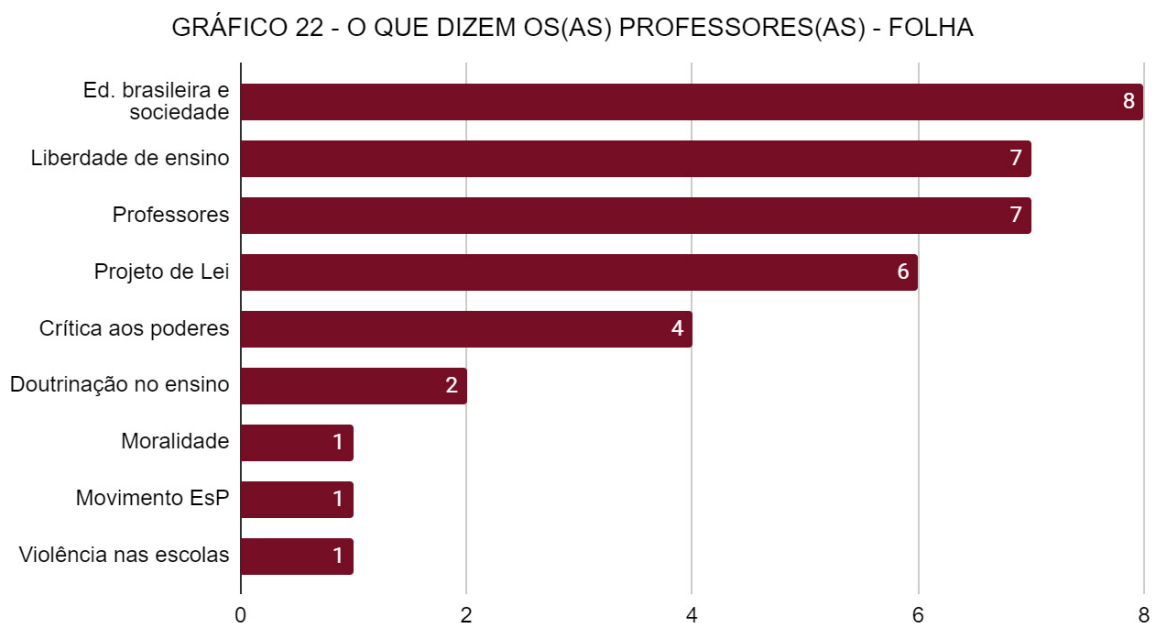
Quando olhamos para os assuntos das principais fontes citadas pelo jornal percebemos, por exemplo, que as discussões de deputados federais incluem a pauta legislativa, moralidade e discussões sobre o governo de Jair Bolsonaro. Quase 38% das falas dos deputados fazem discussão da pauta que envolve os debates da Câmara, enquanto que 21% atribui algum valor moral em seus argumentos dispostos para o jornal. Veja, no Gráfico 21, os temas discutidos pelos parlamentares.

GRÁFICO 21 - O QUE DIZEM OS(AS) DEPUTADOS(AS) FEDERAIS - FOLHA



Fonte: a autora (2020)

Quando as fontes são professores, os argumentos também mudam. O Gráfico 22 mostra que 21% dos docentes discute sobre educação brasileira e sociedade, enquanto que liberdade de ensino (18,9%) e o trabalho dos próprios educadores (18,9%) também são temas que embasa o argumento dessas fontes.



Fonte: a autora (2020)

Assim como nos demais jornais, traremos alguns argumentos apresentados pela Folha para a construção das reportagens que discutem o contexto de tramitação do PL. A reportagem "Alvo de Bolsonaro, educação sexual mira de doenças a gravidez precoce"¹²¹ nos dá exemplos da discussão envolvendo a educação de uma maneira mais ampla. A matéria mostra que a discussão sobre educação sexual tem abordagens diferentes em escolas religiosas e também naquelas que não são regidas por alguma doutrina específica. O material também explica que as discussões que envolvem o tema considerado polêmico se inserem em realidades em que índices de violência sexual e taxa de detecção da Aids crescem entre adolescentes de 15 a 19 anos de idade.

¹²¹ Reportagem: Alvo de Bolsonaro, educação sexual mira de doenças a gravidez precoce. Folha de S. Paulo, 06/12/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/12/na-mira-de-bolsonaro-educacao-sexual-mira-de-doencas-a-gravidez-precoce.shtml>. Data de acesso: 01/05/2020.

Neste contexto, a reportagem insere a discussão do PL Escola sem Partido na Câmara como uma proposta que restringe a inclusão do tema nas escolas. O psicólogo e educador Antônio Carlos Egypto é uma das fontes utilizadas pela Folha para tratar de projetos de orientação sexual em escolas brasileiras. Para Egypto, a escola tem uma função diferente daquela que os pais teriam em casa, apresentando à criança que a discussão sobre o assunto é composta por uma diversidade maior do que indicada pelos seus responsáveis. O psicólogo declara que "o papel da família é educar a criança dentro dos valores que ela acredita e ser clara em relação a isso. Dizer que o correto é casar virgem ou não, por exemplo. Já a escola vai passar informação e dizer que existem várias visões". Em seguida, Egypto complementa que muitas famílias tiveram uma educação precária e que existe dificuldade para lidar com essa realidade dentro de casa.

A declaração da promotora Danielle Martins Silva também traz uma reflexão sobre a importância da discussão do tema na escola e sua relação com o meio social em que as crianças estão inseridas. Para Silva, "o discurso que vem sendo construído, contrário à atuação da escola na questão dos direitos sexuais e reprodutivos, favorece o abusador". Da mesma forma, a psicóloga Elizabeth Sanada, destaca a função educacional da abordagem do assunto e rebate afirmações presentes, inclusive, em discursos de deputados que defendem haver uma sexualização precoce das crianças. Para ela, "muitas vezes se pensa que a educação pode estimular o ato sexual, mas é o contrário. Trata-se muitas vezes de estabelecer limites, dizer que tem coisas que a criança só vai fazer na idade adulta" (Ibidem).

A mesma reportagem nos traz um exemplo da segunda categoria que mais aparece entre os argumentos analisados. Em 'Moralidade' foram consideradas as falas que explicitam valores morais considerados pelos entrevistados como importantes para estarem em seus argumentos. Muitos entrevistados falam em religião, em doutrinas e em valores familiares. O escritor Olavo de Carvalho, apoiador do governo Bolsonaro, é um dos entrevistados que apresenta declarações composta por valores e julgamentos morais quando discute a educação sexual. Na Figura 35 é possível observar sua análise quanto ao ensino sobre o tema nas escolas brasileiras. A mesma declaração é repetida em outra reportagem¹²².

¹²² Reportagem: Maioria no país defende educação sexual e discussão sobre política nas escolas. Folha de S. Paulo, 07/01/2019. Disponível em:

FIGURA 35 – ARGUMENTO JORNAL FOLHA (06/12/18)

FOLHA DE S.PAULO



Alvo de Bolsonaro, educação sexual mira de doenças a gravidez precoce

6.dez.2018 às 2h00 Atualizado: 6.dez.2018 às 14h03

“quanto mais educação sexual, mais putaria nas escolas”. “Está ensinando criancinha a dar a bunda, chupar pica, espremer peitinho da outra em público. Acham que educação sexual está fazendo bem, mas só está fazendo mal.”

escritor Olavo de Carvalho

Fonte: Folha de S. Paulo (2018)

Olavo de Carvalho não é o único apoiador de Bolsonaro com declarações neste sentido. O pastor Silas Malafaia, ao discutir sobre educação social¹²³, diz que "é uma das maiores engenharias do diabo para destruir a família". Ricardo Vélez, prestes a ser nomeado ministro da Educação do governo Bolsonaro, fez uma relação com a família ao expor sua visão sobre a escola¹²⁴. Para Vélez, "não devemos isolar a família porque a família é a *Patria Mater*. Ela é que tem que educar e a escola complementa". O próprio Bolsonaro tem diversos argumentos no corpus que se referem à categoria de 'Moralidade'. A Figura 36 destaca uma das entrevistas em que opina sobre a educação e a construção da sociedade.

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/maioria-no-pais-defende-educacao-sexual-e-discussao-sobre-politica-nas-escolas.shtml>. Data de acesso: 01/05/2020.

¹²³ Reportagem: Malafaia alerta Doria sobre 'fake news' espalhadas por 'bolsonaristas'. Folha de S. Paulo, 20/08/2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1911209-malafaia-alerta-doria-sobre-fake-news-espalhadas-por-bolsonaristas.shtml>. Data de acesso: 01/05/2020.

¹²⁴ Reportagem: 'Será uma coisa moderada', diz futuro ministro sobre projeto Escola sem Partido. Folha de S. Paulo, 24/11/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/sera-uma-coisa-moderada-diz-futuro-ministro-sobre-projeto-escola-sem-partido.shtml>. Data de acesso: 01/05/2020.

FIGURA 36 – ARGUMENTO JORNAL FOLHA (17/12/18)

FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★

Bolsonaro pede disciplina e critica 'ideologia de gênero' em entrega de colégio da PM

17.dez.2018 às 12h51

"Com o tempo começou se a instituir outras coisas à sociedade, como, por exemplo, a mal fadada ideologia de gênero, dizendo que ninguém nasce homem ou mulher, que isso é uma construção da sociedade. Isso é uma negação a quem é cristão e acredita no ser humano. Ou se nasce homem, ou se nasce mulher"

presidente eleito, Jair Bolsonaro

Fonte: Rangel (2018)

A próxima categoria, Doutrinação no ensino/escola, obteve 36 argumentos acusando professores e escolas de doutrinar os estudantes. É o caso do empresário Emílio Dalçoquio que alega que professores estão promovendo doutrinação e chega a ofender os docentes. Ele chama (Figura 37) os educadores de comunistas e afirma que está fiscalizando os que atuam como "doutrinadores".

FIGURA 37 – ARGUMENTO JORNAL FOLHA (02/11/18)

FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★

Empresário exalta Pinochet e lidera ofensiva contra professores em SC

2.nov.2018 às 16h05

"Vocês, professores, estão mentindo para molecada. Mas vocês vão pagar por isso, principalmente os da universidade. Seus comunistas de merda, seus idiotas"

"Os idiotas comunistas que estão escondidos dentro das escolas e faculdades, camuflados de professor, estão com seus dias contados. A ordem e o progresso trará o orgulho de sermos brasileiros novamente"

empresário Emílio Dalçoquio Neto

Fonte: Pitombo (2018)

Um manifesto chamado "O Brasil para os Brasileiros", da bancada evangélica do Congresso foi utilizado como fonte pela Folha na reportagem "Bancada evangélica amplia agenda moral e adota 'cartilha Paulo Guedes'"¹²⁵. Em um dos trechos do documento se fala em uso das escolas e universidades para fins político-partidários e que estes espaços se tornaram "instrumentos ideológicos que preparam os jovens para a Revolução Comunista". O documento desenvolvimento por parlamentares que se intitulam de conservadores associam a chamada "ideologia de gênero" a uma invenção do pensamento totalitário adotado por governos do PT e "demais frações de esquerda autoritária". Também relacionada ao viés político está a declaração de Ademar Pereira¹²⁶, presidente da Federação Nacional de Escolas Particulares (Fenep). De acordo com ele, "a doutrinação de esquerda existe", mesmo que a entidade não tenha se declarado favorável ou contrário ao PL Escola sem Partido.

O procurador Guilherme Schelb, quando cogitado para assumir o Ministério da Educação (MEC), também não limitou acusações às políticas de esquerda quando o tema era do que se trata uma Escola sem Partido¹²⁷. Schelb disse que "é escola sem PT, PSOL, PCdoB. Escola sem Partido é escola com mais matemática, português, ciências". Em outra reportagem¹²⁸, ele afirma ativista que utilizam sua função de professor para fazer doutrinação são todos de esquerda. Desta vez, no entanto, ele adicionou outras correntes ideológicas para pensar o que o EsP poderia "combater". Para Schelb, "o escola sem partido é a previsão de respeito aos alunos e aos professores e proíbe qualquer proselitismo, de conservador, de esquerda, de direita, de religioso". O procurador não se atém, entretanto, às acusações de cunho político. A educação sexual também seria um cenário de violação ideológico na escola. "Eu não posso dar tarefa de casa, como tem sido feito, para criança de 8, 9 anos aprender

¹²⁵ Reportagem: Bancada evangélica amplia agenda moral e adota 'cartilha Paulo Guedes'. Folha, 07/11/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bancada-evangelica-amplia-agenda-moral-e-adota-cartilha-paulo-guedes.shtml>. Data de acesso: 02/05/2020.

¹²⁶ Reportagem: Escola particular terá só a via judicial para escapar da Escola sem Partido. Folha, 07/11/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/escola-particular-tera-so-a-via-judicial-para-escapar-da-escola-sem-partido.shtml>. Data de acesso: 02/05/2020.

¹²⁷ Reportagem: Bolsonaro estuda indicar procurador para Educação após crise com evangélicos. Folha, 22/11/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/bolsonaro-estuda-indicar-procurador-para-o-mec-apos-crise-com-bancada-evangelica.shtml>. Data de acesso: 02/05/2020.

¹²⁸ Reportagem: Cotado para Educação se encontra com Bolsonaro, mas nega ter recebido convite. Folha, 22/11/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/cotado-para-educacao-procurador-se-encontra-com-bolsonaro-e-nega-ter-recebido-convite.shtml>. Data de acesso: 02/05/2020.

discussão de gênero, o que é sexo grupal, como dois homens transam? O que é boquete? Isso é uma discussão de gênero, é uma violação da dignidade da criança", disse Schelb.

Para finalizar os exemplos desta categoria apresentamos uma das falas de Jair Bolsonaro quando já havia sido eleito presidente da República (2019-2022). Bolsonaro já afirmou que é preciso ter "mais matemática, ciências e português, sem doutrinação e sexualização precoce"¹²⁹. Quando questionado se a defesa do PL não era a defesa de substituição de ideologias ele disse que "se você está questionando se eu estou substituindo é porque hoje existe a esquerda aí. Nós queremos a verdade. A verdade não é o outro lado. A verdade é a verdade"¹³⁰ (ANEXO 2). No fim de 2018, Bolsonaro disse que uma das medidas para melhorar o desempenho do Brasil em ranking internacionais de educação está no combate à influência do pensamento de Marx no ensino (Figura 38).

FIGURA 38 – ARGUMENTO JORNAL FOLHA (31/12/18)

FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★

Bolsonaro diz que combate ao marxismo vai melhorar desempenho na educação

31.dez.2018 às 9h56

"Uma das metas para tirarmos o Brasil das piores posições nos rankings de educação do mundo é combater o lixo marxista que se instalou nas instituições de ensino. Junto com o ministro de Educação e outros envolvidos vamos evoluir em formar cidadãos e não mais militantes políticos"

presidente eleito, [Jair Bolsonaro \(PSL\)](#)

Fonte: Folha de S. Paulo (2018)

¹²⁹ Reportagem: Bandeira de Bolsonaro, veto a abordagem de gênero sofre derrotas em série na Justiça. Folha, 12/11/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/bandeira-de-bolsonaro-veto-a-abordagem-de-genero-sofre-derrotas-em-serie-na-justica.shtml>. Data de acesso: 02/05/2020.

¹³⁰ Reportagem: Bolsonaro estuda indicar procurador para Educação após crise com evangélicos. Folha, 22/11/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/bolsonaro-estuda-indicar-procurador-para-o-mec-apos-crise-com-bancada-evangelica.shtml>. Data de acesso: 02/05/2020.

Na categoria, Projeto de Lei, 35 argumentos foram identificados. Os argumentos de entrevistados da Folha de S. Paulo possuem mais críticas ao Projeto de Lei do que falas que defendem sua tramitação. Na reportagem "Especialistas questionam proposta de incluir Escola Sem Partido em lei"¹³¹, a Folha traz entrevistados que questionam as intenções do PL, inclusive, sobre a necessidade de a escola discutir e fazer política. O ministro da Educação, Mendonça Filho (DEM), foi um dos entrevistados que fez críticas ao PL. De acordo com ele, "não teremos uma educação de qualidade por meio do controle do professor. Por mais bem intencionados que possam ser [os autores dos projetos], criar um tribunal de ideias na escola é complicadíssimo". Na mesma matéria, a secretária de Educação de São Paulo, Nádya Campeão (PCdoB) declara que uma lei como o PL Escola sem Partido "é uma contradição com uma escola democrática". Já o jurista Ives Gandra Martins defende o PL ao considerar que "uma lei poderia orientar neste sentido, de ser plural e neutro".

O advogado Miguel Nagib, idealizador do movimento EsP, é o autor do anteprojeto de lei que serve como base para o PL Escola sem Partido e uma das fontes que faz a defesa de sua aprovação na Câmara. Nagib explica¹³² que o ponto não é tratar sobre questões políticas já que "o projeto não proíbe falar de política na escola". Sua função seria, então, "prevenir ameaças aos direitos das crianças, de liberdade de consciência e crença". De maneira contrária, o professor Marco Teixeira fala em controle e perda de democracia na escola. "Toda proposta que investe no controle, que limita, pode levar ao autoritarismo". A crítica do professor também alcança o que ele considera como confusão do projeto ao não compreender que "a escola é o encontro de diferentes convicções e o projeto confunde a linha tênue entre o público e vida privada".

Na categoria Pauta legislativa foram identificados argumentos que tratam sobre as tramitações na Câmara dos Deputados de maneira geral, não necessariamente citando o PL Escola sem Partido. As falas do presidente da Câmara, na reportagem

¹³¹ Reportagem: Especialistas questionam proposta de incluir Escola Sem Partido em lei. Folha, 23/07/2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/07/1794638-especialistas-questionam-proposta-de-incluir-escola-sem-partido-em-lei.shtml>. Data de acesso: 02/05/2020.

¹³² Reportagem: Debate expõe visões 'inconciliáveis' sobre ideologia em sala de aula. Folha de S. Paulo, 04/05/2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/08/1798773-em-debate-projeto-de-escola-sem-partido-e-chamado-de-autoritario.shtml>. Data de acesso: 01/05/2020.

"Pauta de costumes de Bolsonaro perde espaço e empaca no Congresso"¹³³, refletem essas discussões nas falas dos entrevistados. A reportagem foi publicada em setembro de 2019, ano em que havia uma expectativa para que as pautas de costume do governo fossem votadas pelo legislativo. Ao falar sobre o pacote de projetos conservadores de Bolsonaro, que contribuiu para sua eleição, Maia disse que "a prioridade é a pauta econômica e vai ser por um bom tempo até pela crise que o Brasil vive até hoje". O presidente continua dizendo que a pauta de costumes, certamente, não será uma prioridade. Mas, se acordo com ele, isso não significa "que a gente não possa em um ponto aqui e outro ali atender um pleito de uma bancada ou de outra pra votar uma matéria". O PL Escola sem Partido faz parte do pacote de costumes e não foi sequer coloca em pauta para votação no primeiro ano de governo de Bolsonaro.

A categoria 'Liberdade de ensino' - identificada em 9% dos argumentos da Folha - foi um dos temas que mais apareceu entre falas de professores. A categoria considera que as falas dos entrevistados tenham como base argumentos que defendam a liberdade para que aconteça o aprendizado em sala de aula, mas também na autonomia da escola para resolver questões que surjam em seu cotidiano. A declaração de Martin Carnoy¹³⁴, professor da Universidade Stanford é um exemplo de questionamento referente à necessidade de liberdade de ensino para promover uma educação crítica: "se a educação não libera a mente das pessoas para pensar criticamente, qual é o seu propósito?", disse o professor. Já o professor Marco Antonio Teixeira, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), aposta na capacidade da própria instituição de ensino resolver problemas que possam surgir com os professores. Mesmo assim, defende que não há doutrinação no ensino e que, se existisse, "pode ser resolvido dentro da escola"¹³⁵, não havendo necessidade de criar uma lei para lidar com os docentes.

¹³³ Reportagem: Pauta de costumes de Bolsonaro perde espaço e empaca no Congresso. Folha, 10/09/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/09/pauta-de-costumes-de-bolsonaro-perde-espaco-e-empaca-no-congresso.shtml>. Data de acesso: 02/05/2020.

¹³⁴ Reportagem: Rumo para Bolsonaro ajustar gargalos na educação passa por Congresso e economia. Folha, 04/11/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/rumo-para-bolsonaro-ajustar-gargalos-na-educacao-passa-por-congresso-e-economia.shtml>. Data de acesso: 02/05/2020.

¹³⁵ Reportagem: Debate expõe visões 'inconciliáveis' sobre ideologia em sala de aula. Folha de S. Paulo, 04/05/2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/08/1798773-em-debate-projeto-de-escola-sem-partido-e-chamado-de-autoritario.shtml>. Data de acesso: 01/05/2020.

Em "Para PGR, 'escola sem partido' é inconstitucional e subestima alunos", o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, diz que a liberdade de ensino é garantida pela Constituição e faz parte do conteúdo do direito à educação (Figura 39). Da mesma forma, Janot faz a defesa de que a liberdade ainda é o melhor cenário para a educação.

FIGURA 39 – ARGUMENTO JORNAL FOLHA (20/10/16)

FOLHA DE S. PAULO

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

educação

Para PGR, 'escola sem partido' é inconstitucional e subestima alunos

20/10/2016 © 20h11

"A Constituição estabelece diversas liberdades que fazem parte do conteúdo do direito à educação: aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber. Essas liberdades de aprendizado, ensino e pesquisa formam o núcleo essencial do direito à educação. Sem liberdade de ensinar e de aprender não há o próprio direito à educação"

"Não se ignora que professores[...] estão sujeitos a praticar erros e abusos na profissão. Mas a veiculação de ideias contrárias à convicção de alunos, pais e responsáveis não gera[...] consequência indesejável[...]. Entre a vedação apriorística de conteúdos e a liberdade de ensino, esta é preferível", sustenta o PGR.

procurador-geral da República, Rodrigo Janot

Fonte: Folha de S. Paulo (2016)

Por fim, queremos destacar o argumento da presidente do Conselho de Administração do Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), Anna Helena Altenfelder¹³⁶. A pedagoga utiliza o termo "vínculo de confiança" e diz que esse vínculo das famílias com a escola é fundamental pensar no ensino e aprendizagem dos alunos. De acordo com ela, isso deve fazer parte do debate. Como já vimos em outros jornais, existem depoimentos de professores que falam em clima de desconfiança e medo em sala de aula, principalmente devido ao estímulo para que estudantes e pais façam denúncias contra os professores. Quando

¹³⁶ Reportagem: Escola particular terá só a via judicial para escapar da Escola sem Partido. Folha, 07/11/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/escola-particular-tera-so-a-via-judicial-para-escapar-da-escola-sem-partido.shtml>. Data de acesso: 02/05/2020.

Altenfelder fala neste vínculo entre família e escola, compreendemos que se trata do resgate de que a escola se trata de um ambiente seguro para aprender. Além disso, fortalece a ideia de que a sociedade deve acompanhar seu processo de construção do ensino, não para denunciar, mas para integrar uma educação que promove o respeito e reconhece o trabalho do educador.

Para a categoria 'Professores', vamos apresentar exemplos de argumentos que fazem a defesa dos docentes, além de mostrarem a realidade do que vivem nas escolas. O professor Horácio Neiva, uma das fontes da reportagem "Advogados criam canal para professor denunciar 'vigília ideológica' por alunos"¹³⁷, acompanha caso de educadores que foram ameaçados por estudantes que fizeram vídeos das aulas durante comentários sobre as eleições de 2018. Horácio relata que "os professores estão se contendo para falar de qualquer coisa que possa ser associada com política". Fernanda Moura também relata um cenário similar¹³⁸. A educadora trabalha na rede de ensino público do Rio de Janeiro e faz parte do grupo Professores Contra o Escola sem Partido. Ela relatou que "o pior de tudo é o discurso de ódio contra os professores, que estão sendo ameaçados de todas as maneiras em todo o Brasil", expondo relações de desconfiança na relação professores-estudante.

No entanto, o professor Fernando Cássio faz a defesa da relação de trabalho que os docentes têm com a escola¹³⁹. Ele sustenta que o movimento Escola sem Partido faz divulgação de documentos - visando orientar pais e estudantes a fazerem denúncias - que "explora uma relação jurídica inexistente entre professor e família. A relação dos professores é de trabalho com a escola". Neste caso, estariam sendo direcionadas aos professores ações que os afetam diretamente, mesmo que seja a escola a responsável por questões de envolvam questões de trabalho. Já o professor da Universidade Federal do ABC, Fernando Cássio, defende que as condições de trabalho dos educadores não ajudam e que ainda precisam lidar com acusações¹³⁸. "Os professores já estão muito vilipendiados, por baixos salários, condições ruins de

¹³⁷ Reportagem: Advogados criam canal para professor denunciar 'vigília ideológica' por alunos. Folha, 01/11/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/advogados-criam-canal-para-professor-denunciar-vigilia-ideologica-por-alunos.shtml>. Data de acesso: 02/05/2020.

¹³⁸ Reportagem: Entidades da educação cobram STF e lançam manual contra censura escolar. Folha, 27/11/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/entidades-da-educacao-cobram-stf-e-lancam-manual-contr-censura-escolar.shtml>. Data de acesso: 02/05/2020.

¹³⁹ Reportagem: Escola particular terá só a via judicial para escapar da Escola sem Partido. Folha, 07/11/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/escola-particular-tera-so-a-via-judicial-para-escapar-da-escola-sem-partido.shtml>. Data de acesso: 02/05/2020.

trabalho, e ainda têm de ser humilhados e chamados de doutrinadores" disse ele à Folha.

Assim como nos jornais Estadão e O Globo, as discussões que mais aparecem nos argumentos que tratam da categoria 'Governo Bolsonaro' são referentes à escolha de ministro da Educação no governo de Bolsonaro. A fala de Bolsonaro na reportagem "Bolsonaro estuda indicar procurador para Educação após crise com evangélicos"¹²⁷, o presidente da República diz que a escolha sobre o ministro não estaria feita na ocasião e que o MEC se trata de um ministério importante para o futuro do país. Quando o nome de Guilherme Schelb estava sendo cogitado para a pasta, entrevistados como Silas Malafaia e o deputado federal Sóstenes Cavalcante deram declarações apoiando a escolha de Bolsonaro (Figura 40).

FIGURA 40 – ARGUMENTO JORNAL FOLHA (20/10/16)

FOLHA DE S.PAULO



Cotado para Educação se encontra com Bolsonaro, mas nega ter recebido convite

22.nov.2018 às 19h20

"O Guilherme Schelb encarna o pensamento ideológico dessa bancada [evangélica]. Por isso que ele tem o apoio lá de quase todos"

pastor Silas Malafaia

"Não fomos consultados ainda. É um nome que agrada, mas se quiserem que a gente avalie se agrada, temos que nos reunirmos. Com quem eu conversei eu tenho ouvido que ele é alinhado com o que a gente quer"

deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ)

Fonte: Folha de S. Paulo (2018)

Cada uma das categorias Críticas aos poderes, Constitucionalidade e Inconstitucionalidade, Movimento ESP, Violência nas Escolas e Outros não apareceram em mais de 5% dos argumentos. Desta forma, não tiveram relevância expressiva entre as falas das fontes.

Apesar disso, consideramos que as discussões que envolvem o Movimento Escola sem Partido têm relevância diante de um contexto de tramitação de PLs que tiveram como base o anteprojeto de lei criado pelo Escola sem Partido. Um dos argumentos que aparece em nossa análise trata-se da fala de Bráulio Matos, vice-presidente do ESP. Ele defende que "o problema crucial que o movimento levante é a distinção entre liberdade de expressão, fora da sala de aula, e a liberdade de ensinar"¹⁴⁰. A Folha, no entanto, não traz ao leitor nenhuma fonte que apresente críticas à construção do movimento, bem como seus o envolvimento com políticas conservadoras que seus integrantes e apoiadores têm. Consideramos que o jornal poderia ter como fonte, por exemplo, professores que integram o movimento Professores contra o Escola sem Partido (PCESP), que diz ser integrado por "um grupo de estudantes e professores que se opõem aos projetos de lei incentivados por este movimento que tramitam em várias legislativas do país" (PCESP, 2020).

O que se levanta aqui é a reflexão se o jornal poderia mostrar ao leitor os questionamentos existentes a um movimento que se propõe a divulgar denúncias e expor situações em que julga ser de "doutrinação", antes mesmo de serem submetidas ao conhecimento de secretarias de Educação - responsáveis pela gestão do quadro de professores em municípios e estados. Em toda a cobertura jornalística analisada pelo jornal Folha de S. Paulo, apenas na reportagem "Para PGR, 'escola sem partido' é inconstitucional e subestima alunos" foi mencionado ao leitor que os textos da maioria dos PLs que hoje tramitam em municípios, estados e no Congresso têm como origem o anteprojeto criado pelo Escola sem Partido. Ao analisar os argumentos das fontes da Folha de S. Paulo referente ao movimento Escola sem Partido fica o questionamento: o jornal não estaria contribuindo de maneira mais efetiva para o debate público se apresentasse especialistas que discutem sobre a existência – necessidade, pertinência, intenções e apoiadores políticos – de uma organização que questiona a qualidade das aulas de milhares de professores brasileiros? Não seria de interesse público a discussão sobre um grupo que divulga vídeos de dentro das escolas, critica ações e faz acusações contra professores e tem

¹⁴⁰ Reportagem: Motores de Bolsonaro, Escola sem Partido e ideologia de gênero têm raízes religiosas. Folha, 23/10/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/10/motores-de-bolsonaro-escola-sem-partido-e-ideologia-de-genero-tem-raizes-religiosas.shtml>. Data de acesso: 02/05/2020.

um anteprojeto de lei que serviu como base para tramitações espalhadas por todo o Brasil?

3.2.10 - Discussão dos resultados da análise

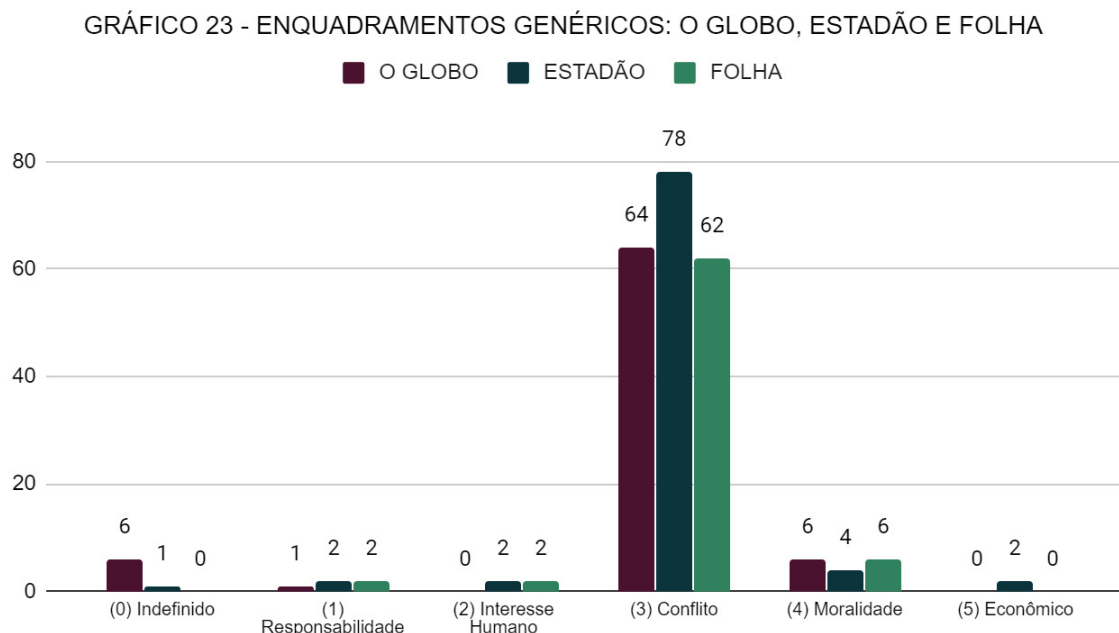
Esta pesquisa foi construída a partir do objetivo de identificar como os jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo (Estadão) e O Globo discutem a tramitação do Projeto de Lei Escola sem Partido na Câmara dos Deputados. Sob a perspectiva do enquadramento noticioso, esta dissertação também buscou identificar se os jornais questionam os argumentos que defendem a existência de doutrinação política-ideológica nas escolas, se existe algum posicionamento com relação ao PL discutido e quais os argumentos das fontes utilizadas pelo jornal para tratar sobre o tema.

Para atingir os objetivos utilizamos a teoria do enquadramento, compreendendo enquadramento como seleção e saliência de determinados aspectos de uma realidade e torná-los salientes no texto (ENTMAN, 1993, p.52). O conceito de enquadramento é discutido por diferentes autores, de diferentes áreas do conhecimento. No entanto, a definição de Entman (1993) nos mostra saliência como um fragmento de informação que chama a atenção da audiência do produto jornalístico, guardando na memória a informação em ênfase.

Além disso, utilizamos o enquadramento enquanto método para fazer a análise de 238 reportagens publicadas pelos três jornais durante o período de tramitação do PL - 2014 a 2019. A estratégia dedutiva proposta por Semetko e Valkenburg (2000) nos permitiu identificar os enquadramentos das matérias jornalísticas. Os autores propõem uma série de perguntas a serem respondidas para cada um dos 5 frames: Responsabilidade, Interesse Humano, Conflito, Moralidade e Econômico. Adaptamos as perguntas a partir de Fontes (2018, p.62) e aplicamos a cada uma das reportagens do corpus.

A partir do objetivo de identificar a maneira como os jornais noticiam a tramitação, podemos verificar que a maioria das matérias, dos três jornais, adotam a perspectiva da discordância envolvendo atores sociais e debates sobre a educação. No Gráfico 23, é possível visualizar que o *frame* Conflito foi o mais expressivo na cobertura e que não houve variação considerável de enquadramento entre os portais noticiosos. Em 85% das reportagens, prevaleceu o chamado *Conflict Frame*, dando ênfase nas discordâncias entre indivíduos, grupos ou instituições (SEMETKO e

VALKENBURG, p.95, 2000). Os autores pontuam que pesquisas que observam discussões nas notícias entre as elites políticas reduzem, com frequência, o debate político a um conflito simplista.



Fonte: a autora (2020)

Como foi apresentado em exemplos nas análises anteriores, os jornais destacaram que grupos com interesses envolvendo o debate do que acontece em sala de aula estão em constante disputa, quando o assunto é a tramitação do PL Escola sem Partido. De modo geral, parlamentares comentam, defendem ou criticam a tramitação, enquanto que professores falam sobre o respeito à liberdade de cátedra. Além disso, os jornais mostram os avanços da tramitação no processo interno da Câmara dos Deputados, do ponto de vista de discordâncias e debates. As discussões ficam explícitas desde os títulos das reportagens que, nos três jornais, utilizam termos

como “travam batalha”¹⁴¹, “sessão acirrada”¹⁴², “bate-boca”¹⁴³, assim como “análise e embates”¹⁴⁴.

Como o gráfico indicou, os demais enquadramentos tiveram pouca ou nenhuma relevância. Poucas vezes os jornais abordaram o assunto pelo ponto de vista da Moralidade e, quando o fizeram, é porque relacionavam a bancada evangélica e sua atuação nas pautas da educação no Congresso. Ainda assim, os jornais não fizeram questionamentos ligando a pauta conservadora desses grupos com as defesas do Projeto de Lei. As fontes das reportagens foram as responsáveis pelas críticas e oposições aos diferentes grupos de interesse envolvidos na tramitação.

Quando observamos as questões da estratégia dedutiva proposta por Semetko e Valkenburg (2000) – adaptadas por Fontes (2018) – percebemos que as perguntas que remetem às discordâncias entre os atores envolvidos foram as que mais tiveram resposta SIM (1) em nosso corpus. O critério para um enquadramento ser considerado o predominante no material é o *frame* apresentar mais perguntas com resposta positiva. No entanto, entre as três questões do enquadramento Conflito (3), a que trata sobre ganhadores e perdedores teve poucas respostas afirmativas (pergunta 3 no Quadro 4). Isso nos mostra que, mesmo quando os jornais deram ênfase ao conflito existente no tema tratado, os textos não mencionaram grupos que poderiam ser considerados como “vencedores” nos debates sobre o Escola sem Partido.

¹⁴¹ Reportagem: Deputados travam batalha com projetos a favor e contra o Escola Sem Partido. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/deputados-travam-batalha-com-projetos-favor-contra-escola-sem-partido-23433992>. Data de acesso: 07/07/2020.

¹⁴² Reportagem: Comissão da ‘Escola sem Partido’ tem mais uma sessão acirrada. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/comissao-da-escola-sem-partido-tem-mais-uma-sessao-acirrada-23280789>. Data de acesso: 07/07/2020.

¹⁴³ Reportagem: Discussão de Escola Sem Partido tem bate-boca entre deputados e manifestantes. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,discussao-de-escola-sem-partido-tem-bate-boca-entre-deputados-e-manifestantes,70002606226>. Data de acesso: 07/07/2020.

¹⁴⁴ Reportagem: Escola sem Partido é adiado de novo na Câmara após 6 meses de análise e embates. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/11/escola-sem-partido-e-adiado-de-novo-na-camara-apos-6-meses-de-analise-e-embates.shtml>. Data de acesso: 07/07/2020

QUADRO 4 - PERGUNTAS DO *FRAME* CONFLITO

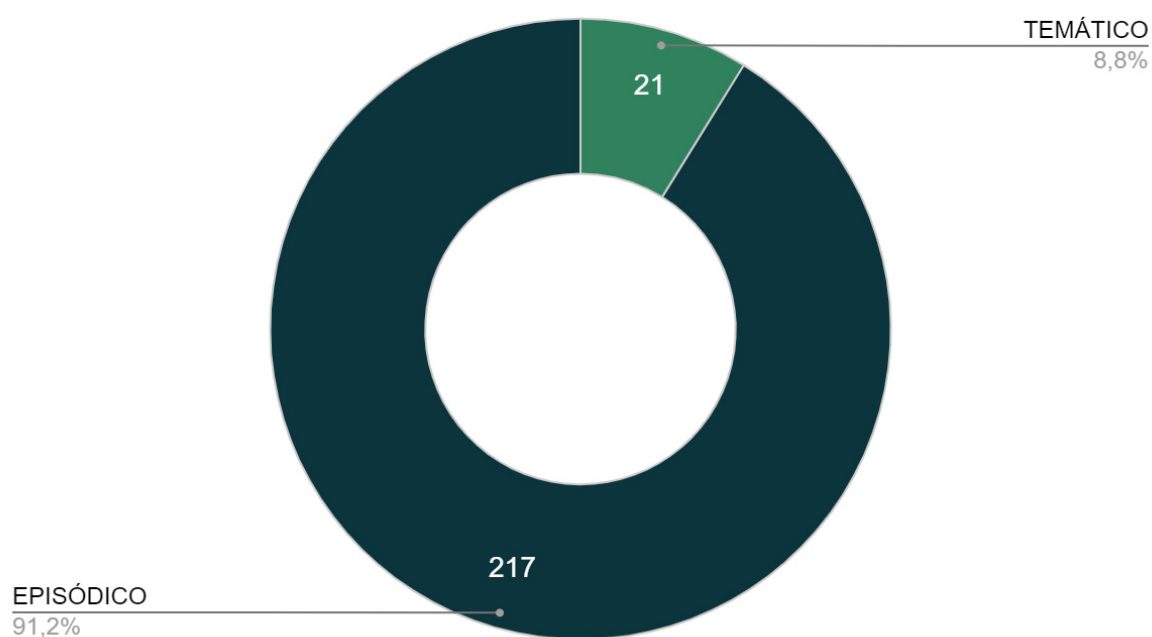
(3) Conflito	1) A matéria reflete desacordo entre partes/indivíduos/grupos/países?
	2) Um grupo/indivíduo/parte/país censura/desaprova/questiona o outro?
	3) Se refere a ganhadores ou perdedores?

Fonte: Fontes (2018, p.62)

Um dos nossos objetivos também era identificar se os jornais se preocupam em apontar o contexto em que o PL tramita na Câmara dos Deputados. Para isso, identificamos enquadramentos episódicos e temáticos, propostos por Iyengar (1990). O autor considera que o enquadramento das notícias é capaz de moldar a forma como o público compreende o que é tratado pelos jornais.

Na análise das reportagens da Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e o Globo, foi possível observar que mais de 90% dos textos possui enquadramento episódico, considerado pelo autor como um enquadramento voltado para o evento noticiado, com foco no acontecimento em si, sem detalhar contextos. O Gráfico 24 mostra as reportagens, no total, que foram identificadas em cada um dos enquadramentos.

GRÁFICO 24 - ENQUADRAMENTO TEMÁTICO X EPISÓDICO



Fonte: a autora (2020)

Como tratamos, no Capítulo 2, Iyengar (1990) considera que a maneira como a mídia enquadra determinado tema muda a forma como as pessoas veem aquele assunto. O seu objeto de estudo trata sobre a forma como os jornais noticiaram a pobreza nos Estados Unidos. Para ele, o enquadramento temático, dado seu contexto e sua abordagem geral, está ligado à atribuição de uma responsabilidade social, coletiva. Por outro lado, o enquadramento episódico atribui sentido de responsabilidade individual, reduzida a indivíduos.

Em nossa pesquisa, percebemos que o enquadramento episódico mais expressivo nas reportagens contribui para um entendimento de que a responsabilidade, em um cenário de possível "doutrinação", é de responsabilidade de "professores doutrinadores" que precisam ser contidos por força de lei. Quando os jornais divulgam acusações de suas fontes dizendo que professores doutrinam os estudantes, não existe um contexto dado ao leitor, nem tratando sobre a comunidade escolar em que aquela relação se estabelece, nem ouvindo gestores que respondem pelo currículo pedagógico da instituição de ensino.

Os jornais não contestam que os professores sejam chamados de doutrinadores, tampouco associa a gestão ao nível de governo responsável pelo processo de educação - seja municipal, estadual ou federal. Não vemos os jornais acusando professores, mas observamos fontes oficiais (ministros da Educação, presidente, deputados federais) acusando indivíduos sem contestação e questionamentos por parte dos portais de notícia. As aspas do título desta dissertação - "Não é para pegar professores. É para pegar excessos" - foi dita pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, e exemplifica que, apesar de negar que professores sejam os alvos cuja a lei queira conter, são eles os sujeitos causadores dos 'excessos' vistos pelos apoiadores do PL. A contestação de afirmações de fontes que acusam os professores fica a cargo de argumentos de fontes contrárias, não dos jornais. Estes não contestam as falas, mesmo aquelas sem embasamento científico, dados concretos ou justificativas baseadas em fatos.

Exemplo evidente dessa cobertura adotada pelos jornais foi a que identificamos em reportagens como a "Alvo de Bolsonaro, educação sexual mira de doenças e gravidez precoce"¹⁴⁵. No material, o escritor Olavo de Carvalho alega que quanto mais

¹⁴⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/12/na-mira-de-bolsonaro-educacao-sexual-mira-de-doencas-a-gravidez-precoce.shtml>. Data de acesso: 08/07/2020.

educação sexual, "mais putaria nas escolas". Esta afirmação é seguida de mais acusações que chegam a mencionar o ensinamento de "criancinha a dar a bunda, chupar pica, espremer peitinho da outra em público". O jornal não questiona a forma violenta como o escritor se refere às crianças, tampouco a possibilidade de escolas estarem instigando-as a um ato pornográfico ou sexualmente explícito. Não existe, por parte do veículo de comunicação, a informação ao leitor de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹⁴⁶ prevê a indução da criança a se exhibir ou praticar ato libidinoso como crime – tendo como pena até três anos de reclusão e multa. O jornal não explica ao leitor que, se a acusação de Carvalho fosse verdadeira e a dignidade sexual das crianças estivesse em risco, existem mecanismos de defesa em prol dos menores de idade. Não há a informação da possibilidade de fazer denúncias a qualquer tempo, havendo ou não lei que trate sobre doutrinação, educação sexual e ideologia nas escolas.

A própria falta de profundidade sobre o conteúdo dos Projetos também fica explícita na ausência de contexto nas reportagens. Nossa pesquisa mostra que os jornais iniciam a cobertura jornalística da tramitação do PL dois anos após o início das discussões na Câmara. A cobertura também não deixa evidente a existência de diversos projetos que tramitam em conjunto, muitos discordantes e que propõem ações diferentes nas escolas. Identificamos que a Folha de S. Paulo não informou a numeração da tramitação do Projeto aos leitores nenhuma vez, mesmo sendo um dado importante para que o eleitor busque pelo texto original do PL na Câmara dos Deputados e acompanhe a votação. O Globo mencionou o PL 7180/2014 no texto de 4 reportagens e o Estadão, em apenas 6. Compreendemos que, quando o leitor não tem acesso a informações como essa, faltam dados suficientes para que as discussões possam ir além do que é publicado no jornal e gerar debates mais amplos e qualificados. Grande parte do corpus não mostra as origens dos conflitos, discussões e possibilidades de desdobramentos. Neste último ponto, os jornais não informam aos leitores quais as possíveis consequências, mudanças de rotina nas

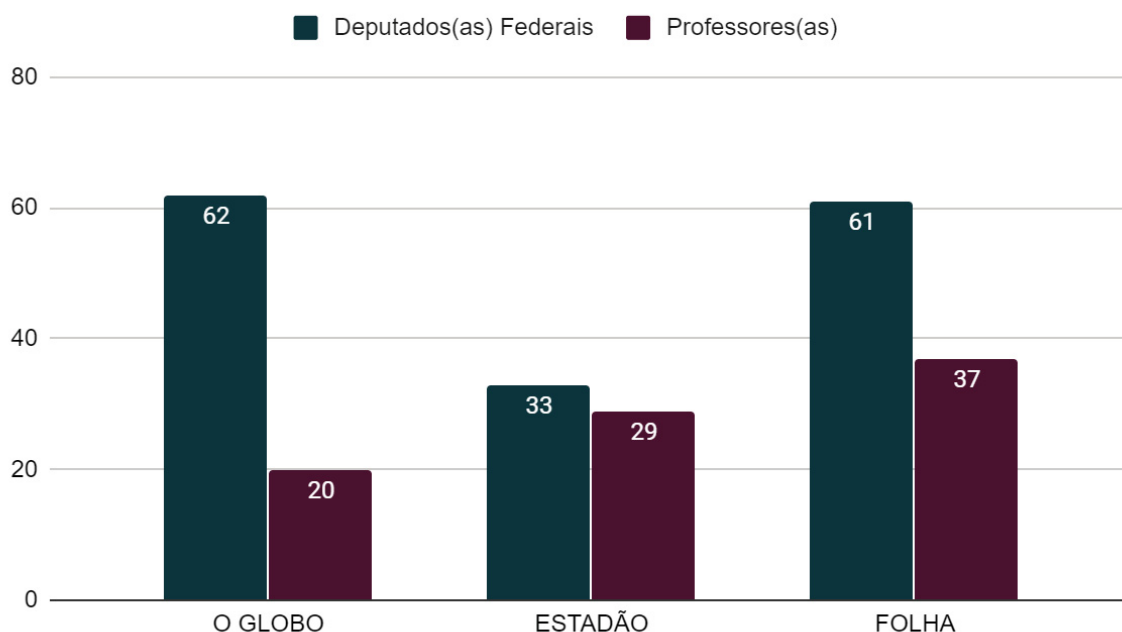
¹⁴⁶ O Artigo 241-D do ECA estabelece ser crime aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, a criança a praticar ato libidinoso. Também determina crime facilitar ou induzir o acesso ao material com cena de sexo explícito ou pornografia, compreendendo (Art 241-E) cena de sexo explícito como toda e qualquer situação que envolvam as crianças em "atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Data de acesso: 08/07/2020.

escolas, práticas de denúncias e fiscalização do Estado a partir da aprovação de uma lei como a Escola sem Partido.

Quando os principais autores que utilizamos para identificar os enquadramentos falam em quadros construídos para moldar a percepção pública de questões políticas (SEMETKO e VALKENBURG, 2000) e como membros da audiência têm uma percepção sobre a responsabilidade de problemas sociais após serem expostos aos formatos de notícias com ou sem contexto (IYENGAR, 1991), compreendemos que os jornais expõem o PL como algo isolado, voltado para tratar questões que não seriam de responsabilidade coletiva. A maioria das notícias é publicada a partir de uma visão momentânea, sem história, tratando de conflitos que parecem ser pontuais e temporários. Sem mencionar o contexto, o PL é tratado como apenas mais um projeto polêmico em tramitação na Câmara.

No segundo momento da nossa análise, são os argumentos das fontes utilizadas pelos jornais que nos indicam como a tramitação do PL está sendo discutida. Assim como a escolha das fontes interfere na maneira como a notícia é apresentada pelo jornal (COOK, 2011), também os argumentos dos entrevistados contribuem para a forma como o debate é construído. Os dois tipos de fontes mais percebidos nos jornais são deputados(as) federais e professores(as). Como é possível ver no Gráfico 25, os parlamentares foram a principal fonte de ambos os jornais, sendo que O Globo e a Folha apresentaram mais de 60 falas para discutir sobre o contexto do PL. Apenas o jornal Estadão divulgou argumentos de deputados e professores com mais equilíbrio.

GRÁFICO 25 - FONTES MAIS FREQUENTES NOS JORNAIS

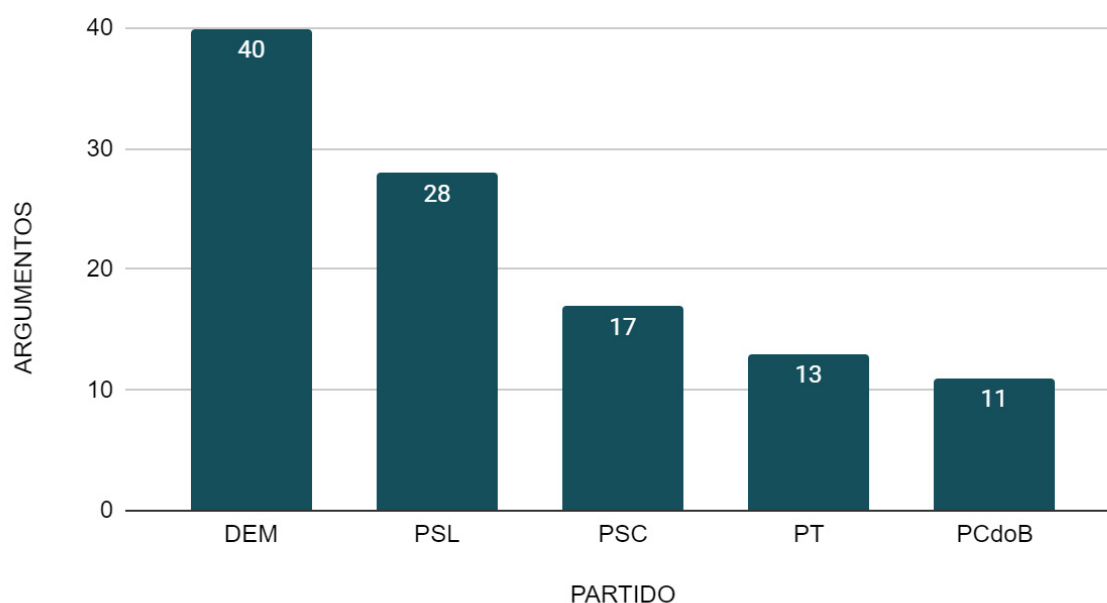


Fonte: a autora (2020)

Os deputados filiados ao partido Democratas (DEM) foram os mais entrevistados pelos três jornais (Gráfico 26). No entanto, é interessante observar que os dois partidos com mais autores dos Projetos de Lei são o Partido Social Liberal (PSL) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)¹⁴⁷. PSL aparece entre os que mais tiveram falas utilizadas pelo jornal diferentemente do PSOL. Estão entre os deputados e deputadas do PSOL o maior número de autores dos PLs que apresentam propostas contrárias ao Escola sem Partido e, mesmo assim, aparecem apenas cinco vezes no nosso corpus (dois argumentos no Estadão e três no Globo). Em contrapartida, deputados do Partido dos Trabalhadores (PT) ganham mais espaço para debater o assunto, mesmo tendo pouca expressão entre os autores de Projetos de Lei contrários ao Escola sem Partido. Apenas quatro deputados do DEM assinam autoria dos Projetos. Três deles são coautores do 246/2019⁵⁴ e um do 5039/2019³³. Apesar disso, os deputados aparecem com maior frequência entre os entrevistados e não são chamados a falar sobre a criação dos Projetos.

¹⁴⁷ O Gráfico 1, que mostra os partidos político de todos os autores dos PLs, está disponível na página 35.

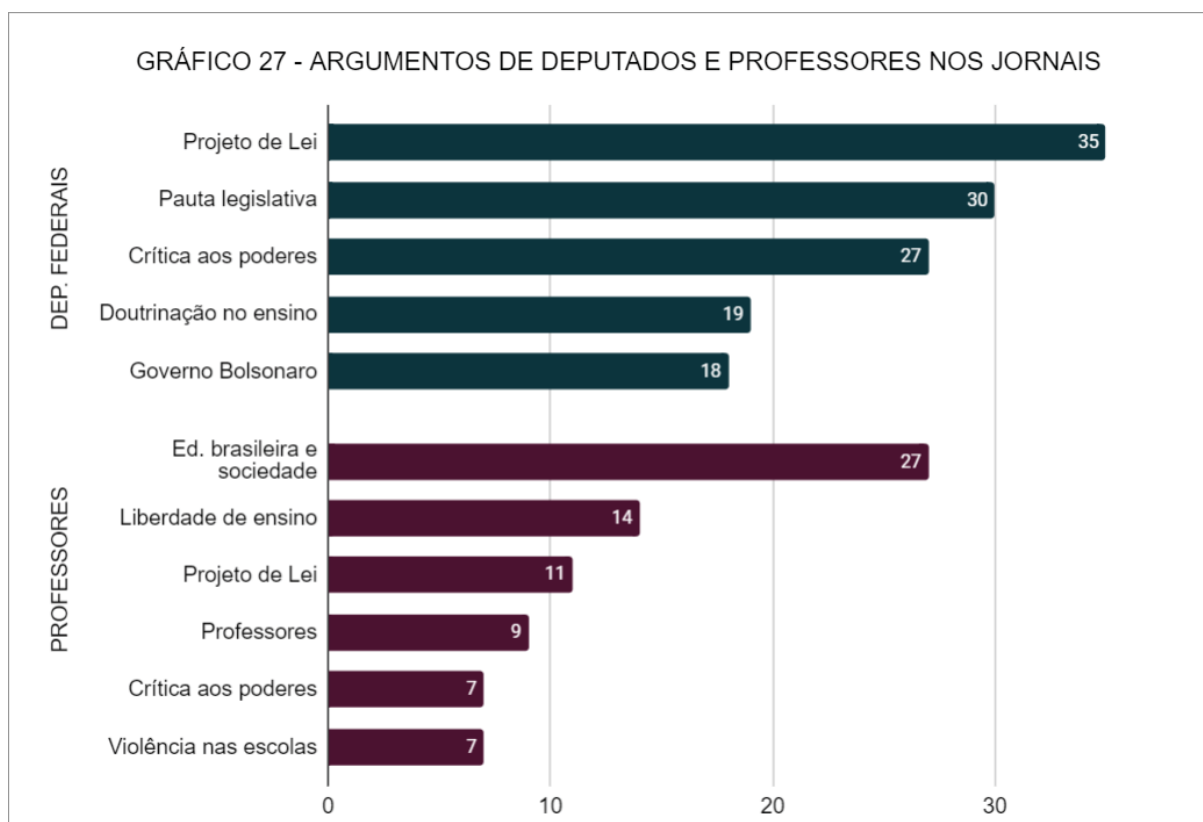
GRÁFICO 26 - PARTIDOS FREQUENTES NA COBERTURA DA FOLHA, ESTADÃO E O GLOBO



Fonte: a autora (2020)

Em seguida, professores de diversos níveis de ensino foram identificados entre as fontes de informação, mas a maioria deles atua no ensino superior. Os professores mais frequentes são da Universidade de São Paulo (USP), mas também aparecem professores da Universidade Federal de Fluminense (UFF), Universidade Federal do ABC (UFABC) e outras instituições. Se tratando da presença das fontes, o presidente Jair Bolsonaro aparece em terceiro lugar como fonte mais frequente nos jornais Estadão e Folha de S. Paulo, diferentemente do Globo que divulgou mais falas de Miguel Nagib, idealizador do movimento Escola sem Partido.

Como foi possível observar na análise específica de cada jornal, os argumentos de deputados e professores são baseados em aspectos diferentes da discussão do PL. Em ambos os jornais, mostramos que a categoria predominante entre os argumentos dos deputados foi Projeto de Lei. Nela, são discutidos aspectos da tramitação, defesa e oposição ao texto do Projeto. Por outro lado, os argumentos dos professores mais utilizados pelos jornais tratam da Educação brasileira e sociedade – categoria que discute aspectos do cotidiano escolar, materiais didáticos, modalidades de ensino, além do sistema de ensino, aspectos sociais e abordagem mais ampla do tema. No Gráfico 27 destacamos as cinco categorias que mais tiveram destaque entre as discussões das fontes mais utilizadas pelos jornais.



Fonte: a autora (2020)

Pelo gráfico é possível perceber que apenas duas categorias são de discussão comum entre os entrevistados destacados: “Projeto de Lei” e “Crítica aos Poderes”. Entretanto, quando professores discutem o Projeto de Lei, tratam do aspecto da crítica, do questionamento a uma lei que tem como princípio uma ação inexistente nas escolas, a doutrinação. Já os deputados discutem os processos internos da tramitação, defendem o PL e, por fim, criticam também.

Em termos de Críticas aos Poderes, os professores questionam decisões governamentais ligadas à educação, falam em pânico moral gerado por notícias falsas a respeito de identidade de gênero, criticam a ausência de laicidade do Estado e ações que reverberam em tomadas de decisão pautadas em religiosidade. Os deputados federais, por outro lado, compuseram a categoria Crítica aos Poderes com ataques diretos entre si, discussões entre os parlamentares e demonstração de rivalidade entre ideologias de direita e esquerda. Os argumentos se baseiam em discussões essencialmente pessoais, pouco voltadas para a educação e o sistema de ensino.

Em nossa análise, foi possível perceber que os jornais priorizaram fontes oficiais e professores universitários. O espaço dado para diretores de escola, professores de Ensino Fundamental (EF) e Ensino Médio (EM), estudantes, pais de

estudantes e a comunidade escolar não tem expressão relevante. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o número de docentes brasileiros que dão aulas no EF e EM é de mais de 1,9 milhão. Estes professores atendem os quase 35 milhões de estudantes matriculados¹⁴⁸ nas escolas. Se apenas esta parcela da comunidade escolar for considerada, veremos que ela representa, sozinha, mais de 15% da população brasileira. Os jornais não envolvem os atores sociais que são afetados, diretamente, pela discussão do PL.

Ao final da análise dos argumentos, fizemos uma discussão a respeito das categorias que tiveram pouca presença entre as falas das fontes. Na Folha de S. Paulo, percebemos que não houve muito espaço para argumentos sobre o Escola sem Partido, mesmo tendo sido ele o precursor da discussão sobre doutrinação nas escolas brasileiras. Nosso questionamento é se o jornal não teria contribuído mais efetivamente para o debate público se questionasse, junto a especialistas, o movimento que duvida de professores em sala de aula. Também indagamos se o jornal não deveria considerar o interesse da população em conhecer melhor o grupo político que faz denúncias, acusações e dá o pontapé inicial na tramitação de um PL que pode mudar a forma como a escola trabalha determinados temas.

No jornal O Globo, identificamos a presença mínima da categoria que trata da Constitucionalidade e Inconstitucionalidade do Projeto de Lei. Para tanto, questionamos como retratar um movimento, se determinado ilegal, que vigia o trabalho feito pelos professores em sala de aula. Consideramos que a discussão sobre a Constitucionalidade do Projeto de Lei poderia trazer aos leitores um contexto mais amplo sobre o ponto de vista de instituições que questionam a legitimidade da tramitação. O jornal, quando não abre espaço relevante para as fontes que analisam o tema, também deixa de reforçar o papel de instituições como o Ministério Público Federal no Estado Democrático de Direito. A primeira reportagem da Folha de S. Paulo¹⁴⁹ abordou a recomendação da procuradora federal dos direitos do cidadão, Deborah Duprat, que enviou nota técnica ao Congresso Nacional apontando

¹⁴⁸ Os últimos dados dispostos pelo Instituto são de 2018, disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Data de acesso: 09/07/2020.

¹⁴⁹ Reportagem: Procuradoria diz que proposta de Escola Sem Partido é inconstitucional. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/07/1794400-procuradoria-diz-que-proposta-de-escola-sem-partido-e-inconstitucional.shtml>. Data de acesso: 09/07/2020.

inconstitucionalidade do PL 867/2015. Após isso, a discussão perde força e espaço nas falas dos entrevistados.

Por fim, no Estadão, poucos entrevistados falam sobre a Violência nas escolas. Neste caso, nosso questionamento diz respeito ao papel do jornal de indagar como o estímulo às denúncias - de doutrinação, partindo da premissa de que professores precisam ser vigiados – pode contribuir para quadros de violência no cotidiano dos educadores. Se existe, por parte do movimento Escola sem Partido, o estímulo para que os estudantes denunciem os professores, há alguma previsão para combater o assédio moral¹⁵⁰ e perseguição aos docentes? Em outro aspecto, existe algum cuidado para que a escola não seja palco de violência de gênero e sexual, temas que os Projetos de Lei desejam vetar do currículo escolar? Consideramos que os jornais podem repercutir o relato de personagens que vivem a violência cotidianamente nas escolas, afim de buscar respostas para índices de violência e cobrar ações dos gestores governamentais. Os jornais também poderiam questionar o fato de o PL Escola sem Partido querer vetar o debate de temas que afetam a vida dos estudantes e da sociedade.

Nesta pesquisa, identificamos que existe um esforço dos jornais para fazer a cobertura da tramitação do PL, relatando o seu andamento e discussão. No entanto, nossa contribuição também diz respeito à crítica ao jornalismo que não aborda o tema com profundidade necessária para compreender o contexto político em que essa tramitação acontece. O jornalismo, como instituição fundamental nas garantias democráticas, pode fazer interpretações, análises mais aprofundadas e contribuir, de fato, para o debate sobre o assunto. Seja dando mais espaço para especialistas e personagens que representem a realidade nas escolas, fazendo uma análise dos Projetos em discussão ou dando aos eleitores elementos que o permitam fazer uma avaliação do contexto em que a tramitação do PL se encontra. No entanto, é necessário ressaltar que nossa pesquisa trata somente do conteúdo das reportagens publicadas no período de tramitação do PL. Por não fazer parte do nosso objetivo, não analisamos editoriais, colunas e/ou blogs dos jornais. É possível que exista um

¹⁵⁰ O Ministério Público Federal enviou uma recomendação para 25 instituições de ensino orientando sobre o combate ao assédio moral vivido pelos professores. A recomendação foi elaborada com objetivo de discutir consequências da implantação do projeto Escola sem Partido. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/noticias-es/escola-sem-partido-ministerios-publicos-recomendam-que-instituicoes-adotem-medidas-de-combate-ao-assedio-moral-a-professores>. Data de acesso: 10/07/2020.

material com mais profundidade crítica nestes conteúdos, mas isso não indica que as matérias não necessitem de mais profundidade, contexto e interpretação dos fatos.

Nossa pesquisa mostra que o chamado PL Escola sem Partido é, na verdade, um pacote de projetos diversos. Também indica quais as origens do movimento que iniciou as discussões sobre o tema no Brasil e quais os partidos políticos que tomam as discussões como pertinentes. Sabemos que a cobertura noticiosa cotidiana não tem a proposta de tratar o tema como esta pesquisa se propõe. No entanto, a própria movimentação do Escola sem Partido e de seus apoiadores deixa evidente que as discussões não se tratam de desejar uma escola sem partido, de fato. Trata-se de uma atuação com bases religiosas, contrárias a discussões de gênero e sexualidade, e que conta com apoio de setores conservadores da Câmara dos Deputados. A cobertura dos jornais torna nítida a disputa de interesses e discursos, mas não mostra à audiência quais as bases políticas de grupos que desejam aprovar um Projeto de Lei que visa determinar a maneira como os professores devem agir em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maneira como os jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo tratam as discussões sobre a tramitação do PL Escola sem Partido foi discutida nesta dissertação. Todas as reportagens publicadas no período de tramitação (2014 a 2019) do Projeto foram analisadas sob a perspectiva do enquadramento noticioso e argumentos das fontes utilizadas pelos jornais.

No primeiro capítulo, o movimento Escola sem Partido é apresentado como o precursor das discussões que alegam haver doutrinação político-ideológica nas escolas brasileiras. São contextualizados quem são os membros do movimento, bem como seus argumentos que constroem o anteprojeto de lei Escola sem Partido. Também foram discutidos todos os Projetos de Lei que compõem o chamado "PL Escola sem Partido" e que tramitam em conjunto na Câmara dos Deputados. Foram detalhados quais as justificativas dos textos, seus autores e os debates envolvendo a atuação dos professores em sala de aula. Por fim, são apresentadas as discussões que os professores fazem acerca do tema e da tramitação de projetos que partem do pressuposto que existe doutrinação em sala de aula.

O segundo capítulo apresenta o aporte teórico utilizado nas discussões que embasam nossa análise. O conceito de enquadramento foi proposto a partir de suas diferentes maneiras de operacionalização, além de discutir as abordagens metodológicas definidas por diferentes autores da Comunicação. Detalhamos as definições de enquadramentos genéricos (*generic frames*) e enquadramentos específicos (*issue-specific frames*), situando nossa pesquisa dentro de uma abordagem dedutiva proposta por Semetko e Valkenburg.

No capítulo 3, foi apresentada a metodologia utilizada em nossa pesquisa, bem como a análise feita nas reportagens dos três portais de notícia. Foram analisados os enquadramentos predominantes em 238 reportagens e feita Análise de Conteúdo em 799 argumentos de fontes utilizadas nas matérias. Foram acolhidas as categorias propostas por Semetko e Valkenburg (2000) para a identificação dos enquadramentos genéricos. Nos jornais Folha, Estadão e O Globo, o enquadramento de Conflito foi o mais presente entre as reportagens, identificado em 204 textos. Com base nas discussões de Iyengar (1991), também fizemos a classificação de enquadramentos temáticos e episódicos, identificando que mais de 90% das reportagens foram

publicadas sem especificar o contexto da tramitação, dando destaque para os fatos em si, sem situar o leitor do debate amplo acerca do tema.

No segundo momento da pesquisa empírica, foi realizada uma Análise de conteúdo (NEUENDORF, 2002) e extraídas, a partir dos argumentos, 13 categorias: C1) Moralidade; C2) Crítica aos poderes; C3) Projeto de lei; C4) Liberdade de ensino; C5) Doutrinação no ensino/escola; C6) Governo Bolsonaro; C7) Violência nas escolas; C8) Educação brasileira e sociedade; C9) Professores; C10) Constitucionalidade/Inconstitucionalidade; C11) Pauta legislativa; C12) Movimento Escola sem Partido; e C13) Outros. Dentre as discussões, as que mais aparecem tratam sobre o Projeto de Lei e os assuntos que envolvem a Educação brasileira

Como havíamos apontado na parte introdutória desta dissertação, entendemos que a pesquisa em Comunicação tem grande importância nas discussões que envolvem o fazer jornalístico e a maneira como a tramitação do PL é divulgada na mídia. Em nossa análise, destacamos uma série de argumentos que exemplificam a maneira como o legislativo constrói a pauta do Escola sem Partido, da mesma forma que docentes analisam o que consideram como denúncias infundadas de doutrinação, sem base sólida para a tramitação de um Projeto de Lei.

Entendemos que a análise de enquadramento das reportagens e a análise dos argumentos das fontes foram importantes para compreender a maneira como os principais jornais que fazem a cobertura do PL na Câmara retratam este processo. O que predominou foi o ponto de vista do conflito e da discordância de ideias entre os envolvidos. Os jornais não questionam, por exemplo, a legitimidade do Projeto de Lei, mesmo quando instituições, como o Ministério Público Federal, apontam sua inconstitucionalidade. Olhando para as categorias de análise dos argumentos, percebemos que o espaço para discussões sobre a legalidade da tramitação se torna irrelevante até mesmo entre as fontes.

Os jornais, portanto, não deixam de noticiar que existem discordâncias envolvendo o PL, mas não aprofundam o contexto destas discussões e publicam, em sua grande maioria, reportagens que não fazem conexão da tramitação com as origens do movimento que o propõe inicialmente. A ligação política que o movimento Escola sem Partido tem com partidos políticos de direita não é questionada pelos jornais, assim como as dúvidas envolvendo a legitimidade do movimento ficam a cargo de alguns entrevistados.

Identificamos que não houve, por parte dos jornais, a inclusão relevante de entrevistados que têm a contribuir no debate envolvendo a realidade das escolas. Professores de séries iniciais, professores do ensino médio, diretores de escola e estudantes poderiam relatar o que percebem no dia a dia da educação. Poucos desses atores são ouvidos e convidados a falar, mesmo que sejam diretamente afetados pelo debate.

Consideramos que a cobertura jornalística do PL Escola sem Partido mostra ao leitor uma discussão pouco crítica, sem questionamentos que podem contribuir para o entendimento do papel social da educação e valorização da escola. O conflito explícito nas reportagens mostra que as discussões que envolvem a temática são pautadas em ofensas aos profissionais da educação e interesse religioso no currículo pedagógico. Os professores que são convidados a falar precisam, em diversos momentos, defender os profissionais da educação de acusações sem provas.

Com a nossa análise, fica evidente que o conflito é o que mais aparece entre as reportagens analisadas, o que é de se esperar na cobertura da agenda política da Câmara dos Deputados. No entanto, é preciso destacar que o jornalismo dos três jornais, expresso no corpus analisado, se omite no debate. Os questionamentos ficam por conta das fontes e o jornal não se posiciona diante de acusações e discussões levantadas.

Consideramos, então, que o jornal não promove, de fato, um debate político. As reportagens se limitam à descrição do que acontece no parlamento e os conflitos no contexto escolar. A cobertura noticiosa se desresponsabiliza do que é discutido, mesmo em um cenário em que o questionamento é essencial para promover debate crítico. Os jornais tratam questões absurdas como normais, já que não questionam a legitimidade do que está sendo dito e nem a pertinência do que está em tramitação. Um jornalismo omissivo e, portanto, antidemocrático.

Esta pesquisa não tem pretensão de esgotar as análises envolvendo a cobertura do PL Escola sem Partido. Inclusive, se coloca como contribuição nas discussões que buscam pela compreensão da forma como a mídia brasileira retrata o Projeto. Reconhecemos a limitação existente em uma análise feita apenas em reportagens que tratam da tramitação dos PLs, visto que resultados diferentes podem ser encontrados no jornalismo opinativo dos portais de notícias. Pesquisas futuras podem contribuir com análises de discussões feitas em blogs, colunas e/ou editoriais que abordam a temática.

No dia 04 de dezembro de 2019, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, instituiu uma Comissão Especial para discutir o PL 7180/2014 e apensados, indicando que existe interesse em continuar a discussão do texto. Pesquisas em Comunicação podem considerar a inclusão de entrevistas com jornalistas que vivem o constrangimento das redações e que escolhem as fontes políticas que contribuem para a construção das notícias.

Também como contribuição para pesquisas futuras, esta dissertação considera essencial que a análise de argumento das fontes seja acolhida em pesquisas de enquadramento. Olhar para as fontes contribui para que se compreenda o contexto em que os atores políticos estão inseridos, seu lugar de fala e a maneira como os jornais se utilizam de argumentos, nem sempre legítimos, para construir a narrativa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Valmir Teixeira. Contribuições da análise do enquadramento noticioso para as pesquisas em comunicação. **Revista Temática**, São Paulo, v.13 n. 5 (2017), maio. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/34307/17548>. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei PL 7180/2014, de 24 de fevereiro de 2014**. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 24/02/2014. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230836&filename=PL+7180/2014. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 7181/2014, de 24 de fevereiro de 2014**. Dispõe sobre a fixação de parâmetros curriculares nacionais em lei com vigência decenal. Brasília, DF, 24/02/2014. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1230838&filename=PL+7181/2014. Data de acesso: 12/10/2019

BRASIL. **Projeto de Lei 867/2015, de 23 de março de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Brasília, DF, 23/03/2015 Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1312409&filename=PL+867/2015. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 1859/2015, de 10 de junho de 2015**. Acrescenta Parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Brasília, DF, 10/06/2015. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1346799&filename=PL+1859/2015. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 5487/2016, de 07 de junho de 2016**. Institui a proibição de orientação e distribuição de livros às escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes. Brasília, DF, 07/06/2016 Disponível. em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1465056&filename=PL+5487/2016. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 6005/2016, de 16 de agosto de 2016**. Institui o programa "Escola livre" em todo o território nacional. Brasília, DF, 16/08/2016. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1484506&filename=PL+6005/2016. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 8933/2017, de 25 de outubro de 2017**. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Base e Diretrizes da Educação Nacional, para dispor que o ensino sobre educação sexual somente será ministrado ao aluno mediante autorização dos pais ou responsáveis legais. Brasília, DF, 25/10/2017. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1614020&filename=PL+8933/2017. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 9957/2018, 04 de abril de 2018**. Acrescenta artigo à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para coibir a doutrinação na escola. Brasília, DF, 04/04/2018. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1648928&filename=PL+9957/2018. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 10577/2018, de 11 de julho de 2018**. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para proibir a disseminação da ideologia de gênero nas escolas do Brasil. Brasília, DF, 11/07/2018. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1676037&filename=PL+10577/2018. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 10659/2018, de 07 de agosto de 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para vedar a doutrinação política, moral, religiosa ou ideologia de gênero nas escolas. Brasília, DF, 07/08/2018. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1679034&filename=PL+10659/2018. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 10997/2018, de 20 de novembro de 2018**. Institui a Política Nacional de Liberdade para Aprender e Ensinar. Brasília, DF, 20/11/2018. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1693349&filename=PL+10997/2018. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 258/2019, de 04 de fevereiro de 2019**. Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária. Brasília, DF, 04/02/2019. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?jsessionid=42BE085D804D4EF4343E63DB5C21F216.proposicoesWebExterno2?codteor=1707056&filename=PL+258/2019. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 246/2019, de 04 de fevereiro de 2019**. Institui o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, DF, 04/02/2019. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=PL+246/2019. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 375/2019, de 05 de fevereiro de 2019**. Acrescenta os § 3º e 4º ao art. 1º e os arts. 3-A e 80-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a liberdade de opinião e pensamento e dá outras providências, denominado Projeto de Lei Escola Livre. Brasília, DF, 05/02/2019. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707452&filename=PL+375/2019. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 502/2019, de 05 de fevereiro de 2019.** Institui o programa “Escola Sem Mordação” em todo o território nacional. Brasília, DF, 05/02/2019.

Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1708313&filename=PL+502/2019. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL, **Projeto de Lei PL 258/2019, de 4 de fevereiro de 2019.** Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária. Brasília, DF, 04/02/2019. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707056&filename=PL+258/2019. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei PL 2692/2019, de 08 de maio de 2019.** Insere o art. 13-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Brasília, DF, 08/05/2019. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1742911&filename=PL+2692/2019. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei PL 1189/2019, de 27 de fevereiro de 2019.** Institui o programa “Educação Democrática”. Brasília, DF, 27/02/2019. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1715413&filename=PL+1189/2019. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei PL 4961/2019, de 11 de setembro de 2019.** Acrescenta inciso ao art. 12 da Lei nº 9.394, de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 11/09/2019. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1805566&filename=PL+4961/2019. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei PL 5039/2019, de 12 de setembro de 2019.** Dispõe a livre manifestação do pensamento na atividade docente em ambiente de ensinoaprendizagem, sendo vedado o registro em multimídia pelo discente, sem autorização do professor. Brasília, DF, 12/09/2019. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1806381&filename=PL+5039/2019. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei PL 3674/2019, de 19 de junho de 2019.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para vedar apologias e ideologias dentro dos órgãos públicos e estabelecimentos de ensino. Brasília, DF, 19/06/2019. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1767334&filename=PL+3674/2019. Data de acesso: 17/07/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei 5854/2019, de 05 de novembro de 2019.** Dispõe sobre a necessidade de autorização por escrito de pais ou responsáveis para que menores de dezesseis anos participem de manifestações durante o horário de aula. Brasília, DF, 25/10/2017. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1830280&filename=PL+5854/2019. Data de acesso: 17/07/2020.

BORAH, Porismita. Conceptual issues in framing theory: a systematic examination of a decade's literature. **Journal of Communication**, n. 61, p. 246-263. 2011.

BUORO, Cibele Maria. **O jornalismo político no Brasil: sua trajetória**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. 2010.

CALDAS, Renan Rubim. **Narrativas em Movimento - do "Escola sem Partido" à "Educação democrática"**: História Pública e trajetórias docentes. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro (RJ), 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6307819. Data de acesso: 17/07/2020.

CARLOMAGNO, Márcio; ROCHA, Leonardo Caetano da. Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: uma questão metodológica. **Revista Eletrônica de Ciência Política**. vol. 7, n.1. p. 173-188, 2016.

CASAGRANDE, Diego Antonelli. **Conflitos no campo nas páginas da Gazeta do Povo**: os movimentos sociais enquadrados pelo jornalismo diário. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2017.

COOPER, Alice Holmes. Media framing and social movement mobilization: German peace protest against INF missiles, the Gulf War and NATO peace enforcement in Bosnia. **European Journal of Political Research**, 41, p.37–80. 2002.

D'ANGELO, Paul. **News Framing as a Multiparadigmatic research program**: a response to Entman. **Journal of Communication**, V.52, p. 870-888, dezembro, 2002.

DE VREESE, Claes Holger. News framing: theory and typology. **Information Design Journal**. John Benjamins Publishing Company. p. 51-62. 2005.

DE VREESE, Claes Holger; PETER, Jochen; SEMETKO, Holli. Framing Politics at the Launch of the Euro: A Cross-National Comparative Study of Frames in the News. In: **Political Communication**. p. 107-122, 2001.

DIAS, Murilo Paiotti. **O Ciberativismo (in)tolerante e (ant)agonístico em grupos de Facebook**: Um olhar interdisciplinar sobre o debate liberal e conservador quanto ao Programa "Escola sem Partido". Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6396676. Data de acesso: 17/07/2020.

ENTMAN, Robert Mathew. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**. V. 43, n. 4, p. 51-58. 1993.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Apresentação**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/apresentacao>. Data de acesso: 17/07/2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Depoimentos**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/depoimentos>. Data de acesso: 13/01/2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Doutrina da Doutrinação**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/doutrina-da-doutrinacao>. Data de acesso: 13/01/2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Flagrando o Doutrinador**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/flagrando-o-doutrinador>. Data de acesso: 13/01/2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Objetivos**. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/objetivos>. Acesso em 13/01/2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Planeje sua denúncia**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/planeje-sua-denuncia>. Data de acesso: 13/01/2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em 17/07/2020.

FERRACIOLI, Paulo. **A batalha das biografias na arena midiática da democracia**: uma análise de enquadramento da deliberação mediada jornalística. 147 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, 2017.

FERRACIOLI, Paulo; RIZZOTTO, Carla. Batalha das biografias na arena midiática da democracia: análise de enquadramento da deliberação mediada jornalística. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** | E-compós, Brasília, v.21, n.3. 2018.

FONTES, Giulia Sbaraini. **Linha editorial e atores políticos na produção noticiosa**: uma análise de enquadramento da cobertura de Folha e Estadão sobre o uso de crack em São Paulo entre 1991 e 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Escola "sem" partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ. p. 17-34. 2017.

GAMSON, William; MODIGLIANI, Andre. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**. V. 95, p.1-37, 1989.

GANS, Hans. **Deciding What's News**: a study of cbs Evening News, nbc Nightly News, Newsweek, and Time. Northwestern University Press. 1979.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching**: mass media in the making and unmaking of the new left. Berkeley: The University of California Press, 1980.

HANGAI, Luis Antonio. A Framing Analysis de Goffman e sua aplicação nos estudos em Comunicação. **Revista Ação Midiática - Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, UFPR. 2012.

IYENGAR, Shanto. **Framing responsibility for political issues**: The Case of Poverty. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.

IYENGAR, Shanto. **Is Anyone Responsible?**: how television frames political issues. The University of Chicago Press, 1991.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/13/5902>. Data de acesso: 12/03/2019.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKY, Amos. **Choices, values, and frames**. Cambridge University Press. p. 341-350. 1984.

KATZ, Elvis Patrik. **Escola sem Partido**: uma análise das investidas de poder sobre as identidades docentes. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande. 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5498809. Data de acesso: 17/07/2020

KOHRING, Matthias; MATTHES, Jörg. The face(t)s of biotech in the nineties: How the German press framed modern biotechnology. **Public Understanding of Science**, 11, 143–154. 2002.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. **Jornalismo Político Brasileiro e a Análise do Enquadramento Noticioso**. II Compolítica - Congresso da Associação Brasileira dos Pesquisadores de Comunicação e Política - Belo Horizonte. 2011.

MAIA, Rousiley. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2. Brasília. 2009.

MANUAL DE DEFESA. **Manual de Defesa Contra a Censura nas Escolas**. 2018. Disponível em: <http://www.manualdedefesadasescolas.org/manualdedefesa.pdf>. Data de acesso: 17/07/2020.

MATTOS, Amana; et al. Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Escola "sem" partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.. Rio de Janeiro: LPP/UERJ. p.87-104. 2017.

MATTHES, Jörg; KOHRING, Matthias. The content analysis of media frames: toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, v.58, pp 258 279 , 2008.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; SIMÕES, Paula Guimarães. Enquadramento: Diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, 2012.

NEUENDORF, Kimberly A. **The content analysis Guidebook**. Sage Publications. 2002

NEUMAN, W. Russel; JUST, Marion; CRIGLER, Ann. **Common Knowledge**: news and the construction of political meaning. The University of Chicago Press, 1992.

PCESP; Professores Contra o Escola Sem Partido. **Sobre nós**. Disponível em: <https://profscontraoesp.org/sobre/>. Data de acesso: 17/07/2020.

PINHEIRO, Cristiano Guedes. **Escola Sem Partido (ESP) versus Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP)**: tensões e discurso nas redes sociais. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Pelotas. 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5762133. Data de acesso: 17/07/2020.

POZOBON, Rejane de Oliveira; SCHAEFER, Ricardo. Perspectivas contemporâneas das pesquisas sobre enquadramento: uma proposta de sistematização conceitual. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**. Unisinos. 2014.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO. **Deveres do professor**. 2019. Cartaz. Disponível em: <https://www.programaescolasempartido.org/>. Data de acesso: 09/01/2019.

RAMOS, Marise Nogueira. **Escola sem Partido**: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Escola "sem" partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira.. Rio de Janeiro: LPP/UERJ. p. 75-85. 2017.

RIZZOTTO, Carla; PRUDENCIO, Kelly; SAMPAIO, Rafael. **Tudo Normal**: a despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. **C&S – São Bernardo do Campo**, v. 39, n. 3, p. 111-130. 2017.

RIZZOTTO, Carla. ANTONELLI, Diego. FERRACIOLI, Paulo. A política nas páginas dos jornais: uma discussão metodológica sobre o enquadramento noticioso. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 13, p. 84-95, 2016.

ROSENO, Camila dos Passos. Escola Sem Partido: um ataque as políticas educacionais em gênero e diversidade sexual no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, 2017.

SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel dos; ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar. Comunicação e mobilizações nas redes: o movimento "Escola sem Partido" e o uso das TICs. In: 42º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. **Anais dos Encontros**, Caxambu - MG 2018. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/qt-31/qt02-26>. Data de acesso: 09/04/2019.

SEMETKO, Holli; VALKENBURG, Patti Maria. Framing European Politics: A Content Analysis of Press and Television News. **Journal of Communication**, p. 93-109, 2000.

SCHEUFELE, Dietram. Framing as a theory of media effects. **Journal of Communication**, p. 103-122, 1999.

SNOW, David; BENFORD, Robert. Master frames and cycles of protest. In A.D. Morris & C.M. Mueller (Eds.). **Frontiers in social movement theory**. New Haven, Yale University Press. p. 133-155, 1992.

TAMBOSI, Orlando. Jornalismo e Teorias da Verdade. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. 2007. Disponível em: <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/279>. Data de acesso: 17/07/2020.

TORRES, Ricardo José. **Jornalismo Político e Mídia Sociais**: das restrições convencionadas às rupturas alternativas. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina. 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3659728. Data de acesso: 17/07/2020.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Propostas de governo dos candidatos ao cargo de Presidente da República**. 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>. Data de acesso: 17/07/2020.

TUCHMAN, Gaye. **Making news**: A study in the construction of reality. Free Press. 1978.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRANQUINA, Nelson. **Jornalismo**: Questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega. p. 74-100. 1993.

VIMIEIRO, Ana Carolina; DANTAS, Marcela. Entre o explícito e o implícito: proposta para a análise de enquadramentos da mídia. **Revista Lumina**, 3(2):1-16. 2009.

VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa. **Cultura pública e aprendizado social**: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008). Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. 2010.

APÊNDICE 1 – LIVRO DE CÓDIGOS

Este livro de códigos é uma ferramenta para a análise de enquadramento noticioso na cobertura jornalística do PL Escola sem Partido na Câmara dos Deputados.

1. AMOSTRA

A análise será feita em todas as reportagens sobre o tema nos portais Folha de S. Paulo, Estadão e O Globo, no período de fevereiro de 2014 a dezembro de 2019.

A coleta inicial é feita pela ferramenta de busca dos portais com o termo “Escola sem Partido”. Devem ser coletadas todas as reportagens das editorias de Política e Educação. No portal O Globo, não existe segmentação de categorias, portanto editorias como Sociedade, Brasil, Rio e São Paulo podem ser consideradas.

Cada reportagem deve seguir um padrão de identificação. Considere as iniciais dos jornais e a data de publicação da reportagem. Veja o exemplo abaixo:

FIGURA 1 – REPORTAGEM GLOBO (24/08/2017)



The image shows a screenshot of a news article from O Globo. The header is a blue bar with the O Globo logo and the word 'SOCIEDADE'. The title is in large, bold, black font: "Deputado diz que professora agredida 'despertou revolta' de aluno por doutrinação ideológica". Below the title is a subtitle: "Líder do PSD lamentou agressão, mas relacionou caso a 'Escola Sem Partido'". There is a small red box around the O Globo logo and the date "24/08/2017". Below the date is the text "10:15 / Atualizado em 24/08/2017 - 11:23". The main text of the article is in a smaller font, starting with "Não quero que meu filho tenha a lavagem cerebral de uma ratazana o que venha a dizer a ele o que deve pensar da política brasileira ou de seus líderes (...) Quero lamentar o ato da agressão, mas dizer a esta educadora: 'Mude a sua concepção e respeite os pais dos seus alunos. A senhora tem a obrigação de ensinar em sala de aula, aquilo que é a sua missão e aquilo é sua obrigação'", reforçou o parlamentar.

Fonte: O Globo (2017)

A identificação da reportagem, neste caso, deve ser: **GLO_24082017**. Se houver mais de uma reportagem publicada sobre o tema no mesmo dia, identificar com letras após a data. Por exemplo, **GLO_24082017a**.

Para a identificação dos argumentos, deve-se adicionar o termo ENT (de “entrevista”) e a ordem em que a fala aparece no texto, ou seja, se é o entrevistado 1, 2, 3 e assim por diante. Ainda na Figura 1, a identificação correta é: **GLO_240817_ENT2**.

2. DIVISÃO DA ANÁLISE:

A análise está dividida em dois momentos:

A) Análise de enquadramentos genéricos, com base em Semetko e Valkenburg (2000), dos seguintes *frames*: conflito, interesse humano, consequências econômicas, moralidade e responsabilidade. Ainda nesse primeiro momento, serão analisadas as reportagens com base em enquadramentos episódicos e temáticos, propostos por Iyengar (1991).

B) Análise de conteúdo (NEUENDORF, 2002) do argumento das fontes utilizadas nas reportagens. Serão analisadas as falas diretas dos entrevistados, assim como indicados quem são os personagens utilizados para compor a narrativa jornalística.

2.1. Frames propostos por Semetko e Valkenburg (2000)

Os autores Semetko e Valkenburg (2000) propõem que os frames Responsabilidade, Conflito, Consequências Econômicas (tratado na pesquisa como Econômico), Moralidade e Interesse Humano fossem identificados a partir de 20 questões com respostas “sim” e “não” na codificação.

Fontes (2018) fez uma adaptação das perguntas propostas pelos autores. utilizaremos as 15 questões propostas por Fontes, detalhas a seguir. Para cada pergunta a resposta deve ser “SIM” (1) ou “NÃO” (0).

2.1.1 Responsabilidade

a) A matéria sugere que algum nível do governo é responsável pelo problema?

A resposta deve ser considerada “sim” (1) quando o codificador identificar no texto a sugestão de que qualquer esfera do governo tem responsabilidade sobre o problema tratado. Por exemplo, se houver indicação de que deputados federais querem aprovar Projetos de Lei apenas para punir professores e comunidade escolar; ou ainda se a

reportagem sugerir que o presidente do país tem interesse na aprovação do PL para intimidar os partidos de oposição na Câmara dos Deputados.

b) Sugere soluções para o problema?

Para indicar resposta "sim", o codificador precisa identificar que a reportagem aponte maneiras de como resolver a questão ou problema retratado na reportagem. Por exemplo, se a matéria sugerir que os professores devem parar de “doutrinar” os estudantes para que projetos como o PL Escola sem Partido não precisem tramitar na Câmara. Ou ainda indicar que os deputados não devem propor projetos com essa temática para evitar conflito nas escolas.

c) Sugere que o problema requer ação urgente/imediata?

Para ser considerada resposta "sim" é necessário que a reportagem deixe evidente de que há urgência para a tratar a questão. Um exemplo disso seria o texto da matéria deixar explícito que o Projeto de Lei deveria ser votado em regime de urgência para que a discussão seja encerrada ainda este ano; ou dizer que o presidente deve sancionar a lei o mais rápido possível para que a mesma entre em vigência ainda no próximo ano.

1.2 Interesse Humano

a) A matéria traz um exemplo humano ou uma face humana para o problema?

Caso a reportagem traga a presença de personagens, nesse caso de professores e estudantes, a resposta para a pergunta é "Sim". Exemplo disso são as reportagens que falam sobre a rotina de ex-alunos que deixaram a escola por medo de sofrer violência com relação à identidade de gênero. Se a matéria trazer o personagem para exemplificar uma situação, dando informações sobre sua vida, a pergunta tem resposta afirmativa.

b) O texto gera sentimentos no leitor?

Se houver apelo emocional na reportagem, a resposta é considerada positiva. Um exemplo disso é a tentativa de gerar indignação com uma possível censura aos professores ou um sentimento de simpatia com a defesa de doutrinação dos parlamentares.

c) Entra na vida privada ou pessoal dos atores?

A reportagem deve mostrar detalhes, projetos, ações ou informações que caracterizem estar se tratando da vida privada do personagem. Falar sobre a vida

escolar dos estudantes, por exemplo, pode caracterizar resposta afirmativa para essa questão. Se houver a descrição de atividades particulares dos deputados, a resposta também é "sim". Em caso de descrição da atividade parlamentar ou do trabalho do professor, no exercício do cargo público, a resposta é negativa.

1.3 Conflito

a) A matéria reflete desacordo entre partes/indivíduos/países?

Se houver a presença de grupos com posicionamentos e opiniões opostas, é considerada resposta "sim". Um exemplo disso é a reportagem utilizar fontes que apresentem contradições umas das outras, que questionem as visões sobre o Projeto de Lei ou que acusem determinado grupo de ter interesses próprios para a aprovação do projeto. A reportagem “Professores dizem sofrer censura de pais e alunos nas salas de aula”¹⁵¹, por exemplo, mostra o embate entre as falas de professores e parlamentares. Os professores dizem sentir uma desconfiança de responsáveis de estudantes para com a escola, enquanto que o deputado entrevistado afirma que os professores utilizam a liberdade de expressão para violar princípios constitucionais em sala de aula.

b) Um grupo/indivíduo/parte/país censura/desaprova/questiona o outro?

Caso os grupos divergentes criticarem o posicionamento do outro ou até sugerir a censura, a resposta é sim.

Quando grupos divergentes deixam explícita a prática de censura, a resposta para essa pergunta é considerada positiva. Entende-se por censura o calar o outro, não promovendo o diálogo e a livre expressão do outro. Um exemplo é o jornal noticiar um cenário em que grupos políticos que deveriam discutir o PL deixam evidente a censura às ideias uns dos outros, promovendo a ausência do diálogo.

c) Se refere a ganhadores ou perdedores?

Nesse caso, para ser considerada resposta positiva, a reportagem deve sugerir ou deixar explícito que um grupo está em posição de vantagem do grupo em divergência. Exemplo disso é citar que um determinado grupo político tem um número

¹⁵¹ Reportagem: Professores dizem sofrer censura de pais e alunos nas salas de aula. O Globo, 01/06/2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/professores-dizem-sofrer-censura-de-pais-alunos-nas-salas-de-aula-21420798>>. Data de acesso: 15/09/2019

maior de cadeiras na Câmara e, portanto, consegue levar vantagem e “ganha” nas votações.

1.4 Moralidade

a) A matéria contém mensagem moral?

A reportagem deve sugerir que há uma forma moral de resolver a questão, ou até mesmo olhar para o problema a partir de uma definição moral específica. Exemplo disso é julgar a atividade dos professores a partir de uma visão de mundo específica.

b) Faz referência a Deus, religiões ou princípios religiosos?

Se houver presença de prescrições religiosas, regras definidas a partir de crenças diversas ou a menção explícita de religiões, a resposta é "sim". É possível identificar isso nas reportagens em que deputados federais citam as prescrições religiosas do Cristiano como base para discutir as necessidades da educação brasileira.

c) Oferece instruções sociais sobre comportamento?

Se a reportagem fizer menção a atitudes corretas ou incorretas, a resposta é sim. Exemplo disso é se houver sugestão de maneira correta de agir dos professores, seja dentro ou fora da escola.

1.5 Econômico

a) A matéria menciona perdas ou ganhos financeiros agora ou no futuro?

A resposta é considerada positiva se a reportagem tratar a questão do ponto de vista financeiro, apresentando cálculos de perdas/ganhos de dinheiro ou bens.

b) Menciona custos envolvidos?

Se o problema foi tratado a partir dos custos que envolvem a questão, sejam eles em dinheiro ou em bens, a resposta é "sim". Por exemplo, se forem mencionadas verbas públicas para fazer a impressão de cartazes “Deveres do Professor” para afixar nas escolas.

c) Faz referência a consequências econômicas em fazer ou não determinada ação?

Se questões econômicas e financeiras forem tratadas como resultantes do problema indicado na reportagem, a resposta é positiva. Um exemplo seria a reportagem mencionar o impacto na receita da Educação para atender uma exigência

a partir do PL 3741/2019 que prevê a capacitação de professores para combater a violência da população.

1.6 Definição do frame preponderante

Para ser considerado o enquadramento final, é preciso considerar a categoria que tenham mais respostas afirmativas - "sim" (1). Em caso de empate, o codificador deve fazer uma nova análise na reportagem e identificar qual frame se sobressai naquele caso específico. Em casos onde a reportagem não apresentar resposta afirmativa para nenhuma das questões, o frame é considerado "indefinido".

0 - Indefinido

1 - Responsabilidade

2 - Interesse Humano

3 - Conflito

4 - Moralidade

5 - Econômico

2. Frames episódicos ou temáticos

Como parte do primeiro momento da análise, será identificado se os enquadramentos são episódicos ou temáticos (IYENGAR, 1991). Da mesma forma, serão consideradas respostas "SIM" (1) ou "NÃO" (0).

2.1 Episódico

a) A reportagem trata do tema como um episódio isolado, sem contextualização?

Caso a reportagem aborde o assunto como um fato em si, de forma isolada, sem contexto ou consequências futuras, a resposta é afirmativa. Exemplo: se o texto abordar a tramitação do Projeto de Lei como uma simples ação burocrática, sem mencionar o movimento que o propõe ou como ele deve afetar a sala aula se for aprovado.

2.2 Temático

a) A reportagem mostra uma abrangência para além do fato narrado, indicando um contexto ao que é noticiado?

Para ser considerada uma resposta afirmativa, a reportagem deve indicar o contexto em que aquele fato está posto. Também é considerado temático quando são analisadas possíveis consequências a partir da aprovação do PL Escola sem Partido.

3.1 Análise de conteúdo sobre o conteúdo argumentativo das fontes das reportagens

O segundo momento da análise será para identificar quem são as fontes utilizadas nas reportagens e qual o conteúdo de suas falas diretas. Isso significa que serão analisados apenas os textos indicados entre aspas (") ou por qualquer outro recurso gráfico específico escolhido dentro da linha gráfica do jornal. Só falas diretas serão analisadas, extraídas do contexto do texto e analisadas em sua totalidade.

As perguntas a seguir também devem ser respondidas com "SIM"(1) ou "NÃO"(2). Estão indicados campos que devem ser preenchidos em casos de resposta afirmativa. Apenas o item 3.6, que trata da argumentação da fonte, a pergunta deve ser respondida com o argumento principal do entrevistado.

3.1 Se o entrevistado for um professor

a) O(a) entrevistado(a) é um professor?

Deve ser considerada resposta positiva quando o texto deixar explícita a profissão "professor(a)" do entrevistado.

b) Nome do(a) professor(a)

Em caso de afirmativa no item A, indicar nome completo do docente.

3.2 Se o entrevistado for de entidade de classe

a) O(a) entrevistado(a) é de alguma entidade de classe? (Organização de professores, sindicatos, instituições representativas da educação)

Deve ser considerada resposta positiva quando o texto deixar explícito que a fonte é integrante de uma entidade de classe. Por exemplo: dirigentes sindicais dos professores, dirigentes da CNTE e outros.

b) Nome da entidade

Em caso de afirmativa no item A, indicar o nome da entidade que está sendo utilizada como fonte.

3.3 Quando a fonte for de organização governamental

a) O(a) entrevistado(a) é de alguma organização governamental? (Ministério Público, Supremo Tribunal Federal e outros)

A resposta é positiva quando o entrevistado pertencer a alguma organização governamental que estiver explícita no texto. Exemplo: quando um procurador da República fala em nome do posicionamento do Ministério Público Federal.

b) Nome da organização

Indicar o nome da organização utilizada como fonte de informação/opinião.

3.4 Quando a fonte exercer cargos públicos - políticos

a) O(a) entrevistado(a) exerce cargo público? (Deputados federais, senadores, presidentes, governadores e outros)

A resposta deve ser afirmativa em casos onde o entrevistado exerce cargo público por meio de aprovação em eleição.

b) Nome do cargo

Indicar o nome do cargo exercido pela fonte

c) Nome do parlamentar

Colocar o nome do político entrevistado, independentemente se for um parlamentar envolvido diretamente na tramitação ou não.

d) Nome do partido político

Indicar o partido político em que o parlamentar exerceu seu mandato no período em que deu entrevista. Se houver mudança posterior, não há necessidade de indicação.

3.5 Se o entrevistado citar partidos políticos

a) O(a) entrevistado(a) cita algum partido político em sua argumentação?

A resposta deve ser considerada "sim" se a fonte citar um partido político durante sua fala, seja para criticar ou demonstrar apoio, por exemplo.

b) Nome do partido citado

Indicar qual partido o entrevistado se referiu.

3.6 Principal argumento da fonte

a) Qual o principal argumento da fonte?

Este item possui uma série de categorias em que os argumentos devem ser identificados. Cada fala (delimitada pelas aspas no início e final do texto) deve integrar apenas uma categoria. Veja abaixo as categorias definidas para essa análise:

- C1) Moralidade
- C2) Crítica aos poderes
- C3) Projeto de lei
- C4) Liberdade de ensino
- C5) Doutrinação no ensino/escola
- C6) Governo Bolsonaro
- C7) Violência nas escolas
- C8) Educação brasileira e sociedade
- C9) Professores
- C10) Constitucionalidade/Inconstitucionalidade
- C11) Pauta legislativa
- C12) Movimento Escola sem Partido
- C13) Outros

DESCRIÇÃO

C1) MORALIDADE

A categoria de valores morais abrange os argumentos que citam preceitos religiosos, normas de conduta, convicções familiares e julgamentos pessoais diante de uma determinada situação. Exemplos disso são os argumentos de deputados que mencionam igrejas, trechos bíblicos, questões pessoais e ensinamentos familiares para embasar suas ideias; também falas em que o entrevistado atribui diferentes adjetivos a uma determinada pessoa, sem construir uma linha de raciocínio, apenas julgando determinada ação ou atribuindo juízo de valor.

C2) CRÍTICA AOS PODERES

Essa categoria considera todos os argumentos que fazem crítica aos poderes Legislativo, Executivo ou Judiciário. Também abrange os argumentos em que o entrevistado critica outro parlamentar ou chefe de Estado. Direcionado ao Poder Legislativo, estão os argumentos que criticam o perfil ideológico

dos deputados eleitos, ou que questionam o andamento da votação da perspectiva burocrática e até a criação de comissões para debater o tema. Como crítica ao Poder Executivo, estão os argumentos que direcionam seu descontentamento tanto para o governo federal e o presidente da república, quanto para ministérios e ministros de áreas diversas. Exemplo: deputados, movimentos ou civis que criticam alguma postura do governo federal frente às discussões do tema; bem como refutar decisões de ministros da educação e outras pastas.

Já as críticas ao Poder Judiciário estão relacionadas a questionamentos sobre andamento de ações, decisões judiciais que suspendem a implementação de leis relacionadas ao PL e outros. Exemplo: argumentos que criticam decisões do Supremo Tribunal Federal sobre inconstitucionalidade de PLs.

Além disso, como mencionado, a categoria considera argumentos em que críticas são direcionadas a outros parlamentares, seja pela maneira de pensar ou forma de agir. Exemplo: deputados que entram em discussões e fazem ataques pessoais a outros parlamentares.

C3) PROJETO DE LEI

Nesta categoria estão presentes os argumentos que mencionam o Projeto de Lei fazendo críticas ou defendendo sua tramitação. Também são admitidos os argumentos que tratam do PL sem emitir juízo de valor. Exemplos:

Quando se trata da tramitação, são considerados os argumentos de deputados federais que falam sobre o calendário, próximos passos ou processos burocráticos no andamento do PL na Câmara dos Deputados. Como argumentos que criticam o PL, estão aqueles feitos por deputados federais e professores. Em seu conteúdo, o texto apresenta críticas na construção do texto ou discordância na abordagem da proposta. Quando o conteúdo do argumento se atém à aprovação do PL, os textos podem apresentar deputados que defendem a temática ou membros do movimento que discutem a tramitação. É importante considerar que essa categoria pode apresentar discussões distintas (posicionamentos contrários e favoráveis), mas que o centro dos argumentos é voltado para avaliações sobre o PL.

C4) LIBERDADE DE ENSINO

Presentes nesta categoria estão os argumentos que defendem a liberdade pedagógica nas escolas. Os argumentos têm como base a ideia de que a escola não pode ser censurada e que a liberdade de ensino dos professores deve ser respeitada. Como exemplo estão os argumentos que afirmam a necessidade de liberdade para promover um conhecimento crítico em sala de aula, além da liberdade de cátedra assegurada pela Constituição Federal. Também devem ser considerados os argumentos que falam sobre a autonomia escolar, seja para criticar ou defender. Exemplo de argumentos assim são de entrevistados que defendem que a escola não sofra censura e que tenha autonomia para resolver problemas sem intervenção.

C5) DOCTRINAÇÃO NO ENSINO/ESCOLA

Esta categoria é composta por argumentos que tratam de todos os aspectos do que os entrevistados considerem como doutrinação. Seja mencionando o termo, tratando de manipulação, falando em ideologia de gênero, ideologia na educação e, de certa maneira, solicitando intervenções para barrar as supostas doutrinações, como solicitando auditorias para fiscalizar os professores e defendendo gravações/filmagens em sala de aula.

Como doutrinação na escola, considerar: argumentos que defendem a ideia de que existe essa ação no ensino e que isso não pode acontecer. Por exemplo: deputado dizer que haverá investigação de doutrinação ou que provas de doutrinação virão à tona.

Manipulação nas escolas: considerar os argumentos que afirmam que, de alguma maneira, há manipulação por parte dos professores e suas práticas pedagógicas. Exemplo: deputados que dizem que alunos são manipulados a concordar com as crenças dos professores. Podem ser ideologias, crenças religiosas, práticas militantes entre outras. Ideologia de gênero: se encaixam os argumentos que citam o termo para se referir às discussões sobre o PL. Exemplo disso são deputados que consideram que o PL deve combater o que entendem por “ideologia de gênero”. De maneira semelhante, estão os argumentos que defendem existir qualquer tipo de ideologia na educação. Exemplo disso são falas de membros do movimento Escola sem Partido ou deputados a favor da aprovação do PL para combater professores que influenciam estudantes. Como citado, se enquadram nesta categoria também os argumentos que falam de fiscalizar a escola por existência de doutrinação ou ação “suspeita” dos educadores.

Exemplo disso são parlamentares que expressam o desejo de iniciar auditorias ou que falam sobre essa possibilidade; também se encaixam os argumentos que consideram as gravações (vídeo e áudio) como práticas de segurança para pais que não desejam ter seus valores morais questionados nas escolas.

C6) GOVERNO BOLSONARO

A categoria considera os argumentos que tratam da configuração de governo (chefe de estado, ministros, assessores etc), seja demonstrando apoio, falando das ações ou fazendo críticas específicas. Também trata de alianças e tentativas de aprovação de alguma pauta específica. Exemplo: dizer que adota determinada pauta para apoiar o presidente ou que gostaria do apoio dele em determinada aprovação ou movimentação. Nessa categoria também se encaixam os pedidos para que o governo aja de determinada maneira, ou que respeite leis educacionais e de proteção à criança.

Por falar de configuração de governo, essa categoria também abrange os argumentos que tratam da formação do Ministério da Educação e sua atuação específica.

Devem ser consideradas nesta categoria os argumentos que atribuem resultados eleitorais à ações de quais grupos em favor de Bolsonaro. Por exemplo: argumentos que afirmam que o presidente Jair Bolsonaro foi eleito pela comunidade cristã.

C7) VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Essa categoria abrange todos os argumentos que relatam situações de violência emocional, física ou psicológica em espaços escolares. Exemplo disso são os personagens que relatam ser vítimas de bullying, por causa de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Ou também relato de professores que sofreram agressões de estudantes. A especificidade da categoria está em se ater aos argumentos que tratam da violência enquanto prática real - citando relatos de situações violentas, de exposição à violência - e não em discussões sobre violência enquanto um dos pontos estruturais a serem melhorados na educação. Discussões sobre a educação no âmbito de críticas, análise de conjuntura e questões sociais serão atribuídas à categoria “Educação brasileira e sociedade”.

C8) EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SOCIEDADE

Esta categoria trata de argumentos que discutem a educação como um todo, no âmbito social. Também considera as discussões de cotidiano das escolas, materiais didáticos, modalidade de ensino (ensino militar e à distância), universidade pública e seus processos (como vestibular, Exame Nacional do Ensino Médio, Sistema de Seleção Unificada e outros). Nesta categoria, então, estão argumentos que discutem diversas questões:

Educação brasileira: considerar os argumentos que falam sobre o sistema de ensino no país e condições de funcionamento, bem como citam regras previstas na Constituição para o papel da escola na sociedade. Escola e sociedade: são os argumentos que trazem discussões mais amplas sobre o espaço escolar. Exemplo: ex-presidente que fala sobre o papel formador da escola e a necessidade de não partidarização do ensino.

Críticas à educação: são considerados os argumentos que criticam alguns aspectos da educação ou a temática como um todo. Exemplo disso são as falas de deputados que apresentam pontos deficitários no ensino, presidente da república que aponta falhas e Ministros que questionem determinados conteúdos tratados na educação, como o que chamam de “educação de gênero”.

Cotidiano nas escolas: o argumento trata do dia a dia da escola, relatando problemas relacionados ao cotidiano do ensino e sentimentos de insegurança com relação ao conteúdo trabalhado. Exemplo: professores que falam sobre clima de desconfiança que se instalou no ambiente.

Material didático: os argumentos das fontes questionam os materiais didáticos trabalhados em sala de aula ou utilizados como guias pedagógicos pelos professores. Por exemplo: questionamentos sobre utilização de livros com temáticas de diversidade.

Modalidades de ensino: os argumentos que tratam da formação ou ampliação de determinada modalidade de ensino são pertencentes à categoria de Escola brasileira e sociedade, pois discutem a maneira como a educação pode ser aplicada no país. Exemplos: Ministro da Educação que elogia Escola Militar; ou argumentos que defendem ou criticam o Ensino à Distância discutido pelo Congresso.

Universidade pública: argumentos que discutem sobre a universidade pública, investimentos, gastos, acesso e estudantes. Exemplo: Ministro da Educação

argumentando que universidade não é para todos; análises sobre prova ou papel do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

C9) PROFESSORES

Esta categoria é composta por argumentos que têm os professores como o centro das discussões, seja para apresentar críticas ou promover a valorização dos mesmos.

É possível considerar como crítica quando os entrevistados fazem julgamentos a posturas, condutas morais e escolha de abordagens pedagógicas. Exemplo: parlamentares que alegam que professores praticam crimes contra alunos, que abordam questões pedagógicas com pretextos para impor suas visões de mundo.

Por outro lado, são considerados também as falas que defendem as ações e propõem a valorização e defesa dos professores enquanto profissionais. Exemplo: escolas que se manifestam e defendem que professores necessitam de valorização e não de vigilância.

C10) CONSTITUCIONALIDADE/ INCONSTITUCIONALIDADE

Essa categoria abarca os argumentos que defendem que o Projeto de Lei é constitucional, assim como os que dizem se tratar de uma proposta inconstitucional. Os argumentos que tratam da constitucionalidade defendem que a tramitação na Câmara dos Deputados deve prosseguir como, por exemplo, falas do idealizador do movimento Escola sem Partido e deputados autores do PL. De maneira contrária, estão presentes as defesas do Ministério Público Federal, professores e outros atores que criticam a validade jurídica do Projeto.

C11) PAUTA LEGISLATIVA

A fala do entrevistado deve ser considerada nesta categoria quando o argumento faz referência à pauta na Câmara ou Congresso. O entrevistado pode não abordar a tramitação de um Projeto de Lei, mas fala sobre a posição do Congresso com relação à pauta. Além disso, considera-se os argumentos que questionam o andamento da votação da perspectiva burocrática e/ou a criação de comissões para debater o tema. Exemplo: entrevistado diz que Congresso reagirá à pauta, mas sem mencionar a uma tramitação específica. Também são considerados aqueles que discutem sobre ideologia, agenda de costumes, pauta econômica e outras de interesse da Casa.

C12) MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

Nesta categoria estão os argumentos que falam do movimento em si, legitimando ou criticando sua existência. Também são considerados os argumentos que falam sobre seu funcionamento enquanto instituição. Exemplos disso são falas do idealizador do movimento, Miguel Nagib, ao pedir apoio ou relatar a suspensão das atividades devido à falta de ajuda do presidente Jair Bolsonaro.

C13) OUTROS

Esta categoria deve ser considerada apenas quando o argumento não se encaixa em nenhuma das categorias anteriores. Exemplo: argumentos de deputados que defendem “Saúde sem Partido”, fazendo referência ao Escola sem Partido, mas direcionando para outras áreas que não sejam a educação.

REFERÊNCIAS DO LIVRO DE CÓDIGOS

IYENGAR, Shanto. **Is Anyone Responsible?**: how television frames political issues. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

NEUENDORF, Kimberly A. **The content analysis Guidebook**. Thousand Oaks, California: Sage Publications, Inc. 2002

SEMETKO, Holli A; VALKENBURG, Patti M. Framing European Politics: A Content Analysis of Press and Television News. **Journal of Communication**, p. 93-109, 2000.